

## **I – Introdução**

Desde os tempos mais remotos, a história da humanidade tem testemunhado permanentes movimentações populacionais, envolvendo pessoas, individualmente ou em grupo, de diversas proveniências geográficas, movidas por uma ou mais razões, a deslocar-se para fora do seu país. Esta mobilidade populacional persistiu ao longo dos séculos sendo uma das principais responsáveis pela crescente miscigenação de culturas comum aos cinco continentes. Portugal é, sem sombra de dúvida um país que não pode negar a sua vertente migratória, constituindo esta uma componente estrutural da sociedade portuguesa. Neste contexto consideramos que qualquer estudo de natureza, ainda que parcialmente, histórica, cultural e demográfica exige a dedicação devida à importância da emigração e imigração em Portugal. No caso em concreto do tema que nos propomos desenvolver – *a imigração portuguesa, um estudo de caso no concelho de Barcelos* – essa responsabilidade é acrescida atendendo à persistência da temática migratória.

O nosso interesse pelo fenómeno da “imigração” no concelho de Barcelos não se deve apenas por se tratar de um tema da actualidade, que envolve um conjunto de questões complexas de grande interesse para os cidadãos em geral e as instituições em particular, mas também por apresentar uma realidade de vida não desconhecida para a generalidade dos residentes no concelho. De facto, poucas devem ser as famílias barcelenses que nunca tiveram nenhum membro de sua família a trabalhar noutro país, e portanto, que não conheçam alguma das facetas da emigração.

No entanto, actualmente, para os barcelenses que já foram emigrantes e que regressaram à sua terra, os papéis invertem-se: eles já não apontados como emigrantes, mas sim como cidadãos nacionais que convivem diariamente com imigrantes.

Perante uma das novas faces da sociedade portuguesa em geral, e barcelense, em particular, questionamo-nos sobre o modo como ocorreu e se tem desenvolvido o fenómeno imigratório em Portugal e quais os factores e mecanismos que permitem compreender e explicar a emergência da imigração em particular, no concelho de Barcelos, quer de imigrantes dos Palop, quer da Europa de Leste.

Assim sendo, seguindo o fio de pensamento acima exposto, a presente dissertação deseja não só esclarecer as realidades do fenómeno da imigração em Portugal, como também, tendo como base de

estudo as comunidades de imigrantes dos Palop e da Europa de Leste radicadas no concelho de Barcelos, analisar a forma como essa imigração se tem processado, atendendo a vários factores, designadamente às suas proveniências geográficas, aos seus modos de adaptação à nova sociedade e às suas perspectivas de evolução futura.

No contexto das migrações, ao longo dos tempos habituamo-nos a encarar Portugal apenas como um país de emigração, sendo esta sua característica reconhecida a nível mundial. De facto, é do conhecimento geral que há já longos séculos os portugueses saem do seu país com destino aos mais diversos lugares, movidos por factores de várias ordens, levando consigo diversas componentes do nosso património cultural, linguístico, artístico e histórico, de tal forma que hoje em dia sentimo-nos, enquanto portugueses, representados nos quatro cantos do mundo.

No entanto, o ultimo quartel do séc. XX testemunhou a intensificação galopante de um fenómeno que uns séculos atrás nada faria prever. O movimento quase despercebido aos olhos do cidadão comum que inicialmente se manifestou com a vinda dispersa de alguns estrangeiros cedeu lugar, a partir do anos setenta, à instalação de comunidades de imigrantes, de dimensão significativa, dispersas um pouco por todo o país, embora mais concentradas nos grandes centros.

Este acréscimo da imigração em Portugal é frequentemente associado ao processo de descolonização das ex-colónias de África e às alterações políticas ocorridas em Portugal em 1974, responsáveis pela restauração da democracia. De facto, desde então tem sido visível o significativo movimento de correntes migratórias, resultado, por um lado, do repatriamento de portugueses residentes nos antigos territórios coloniais de África, e por outro lado, da vinda de naturais dos Palop, que perante o clima de instabilidade económica e de insegurança gerada pela existência de conflitos armados, decidem emigrar para Portugal, país ao qual se sentem unidos por laços linguístico, culturais e históricos.

Contudo, estas explicações, apesar de válidas, são demasiado escassas para justificar o acréscimo do fenómeno imigratório em Portugal. Outros imigrantes, inseridos em correntes imigratórias de outras proveniências, nomeadamente da América, da Europa e da Ásia têm contribuído de forma relevante para a formação de uma sociedade portuguesa multi-étnica.

O estudo da evolução dos fenómenos migratórios no contexto temporal e espacial que nos propomos realizar, exige o recurso a instrumentos de investigação adequados para esse fim. Reconhecendo a importância que a escolha destes instrumentos reveste no desenvolvimento deste estudo, procuraremos, na primeira parte do nosso trabalho, ilustrar os diversos métodos e técnicas que utilizaremos para a recolha de informação e subsequente análise, interpretação e crítica dos resultados obtidos. Procuraremos, sempre que nos for possível inter relacioná-los de modo a completá-los e, dessa forma, extrair o máximo de informações dos dados recolhidos.

Ainda no âmbito da primeira parte, procuraremos de uma forma abreviada abordar algumas teorias das migrações internacionais, por considerarmos tratar-se de um ponto de partida crucial para um sustentado desenvolvimento teórico. De facto, a temática das migrações tem despertado um interesse crescente em diversos estudiosos. Se é verdade que durante muito tempo se pensou que os movimentos migratórios não representavam mais do que fenómenos sociais isolados, a intensificação das correntes migratórias no período pós II Guerra Mundial alertou os investigadores para a importância da problemática das migrações internacionais, conferindo-lhe um campo de investigação cada vez mais autónomo no campo das ciências sociais.

Abordada a problemática teórica-metodológica, constituirá matéria de estudo, na segunda parte deste presente trabalho, a temática das migrações no contexto português. Procuraremos, numa primeira fase, abordar os traços principais da diáspora portuguesa, numa dimensão planetária, e numa segunda fase conhecer melhor o fenómeno imigratório em Portugal, tal como actualmente se apresenta, procurando evidenciar as comunidades de imigrantes radicadas no nosso país, e a sua distribuição pelos diversos distritos, por ocupação profissional, e ainda as causas impulsionadoras deste movimento, no contexto contemporâneo. Muito brevemente identificaremos, ainda, algumas das consequências inerentes ao fenómeno imigratório, tanto para o país de imigração, como para o país de emigração.

Finalmente, tendo consciência da importância que revestem as características específicas do país de origem na formação das correntes migratórias, dedicar-nos-emos ao enquadramento geo-histórico dos fluxos migratórios que se têm deslocado para Portugal dando uma atenção redobrada às duas comunidades em estudo. Sem a preocupação de estabelecer um sentido prioritário na enumeração das várias condicionantes, procuraremos, ao referenciá-las, analisar e interpretar o seu conteúdo no

contexto específico em que estiverem inseridas, por forma a determinar as razões internas de natureza histórica, económica, política e geográfica que justificam a formação das diferentes correntes migratórias e a sua deslocação para o nosso país.

A terceira parte do presente trabalho será dedicada exclusivamente à questão central do nosso tema: a imigração no Concelho de Barcelos com base em duas comunidades de imigrantes radicadas no concelho: uma proveniente dos Palop e a outra, originária da Europa de Leste. A opção por estas duas comunidades de imigrantes reflecte o nosso interesse em desenvolver diversos aspectos de dois movimentos migratórios que tem aparentemente em comum o destino escolhido para emigrar, mas cuja proveniências geográficas e traços culturais são distintos.

Num primeiro momento procuraremos identificar as suas proveniências, segundo o país de origem, bem como as causas impulsionadoras da emigração, e ainda os seus perfis sócio-educativos.

Num segundo momento tentaremos ilustrar a fase subsequente à chegada ao concelho, dando particular relevo ao tipo de dificuldades que tiveram de enfrentar (e possivelmente ainda enfrentam), às condições de habitabilidade e à forma como se tem processado a inserção no mercado do trabalho, procurando sempre que possível estabelecer comparações entre as duas comunidades em estudo.

Ainda no âmbito desta parte, constituirão pistas de reflexão o conteúdo das entrevistas realizadas a determinados organismos do concelho de Barcelos, no sentido de averiguação do tipo de apoio que actualmente está ao dispor dos imigrantes. Procuraremos igualmente analisar de que modo tem ocorrido o seu processo de adaptação à sociedade e cultura receptora, seguindo orientações distintas, tais como os diferentes modos de recepção da sociedade de acolhimento e dos organismos públicos; focando, se for caso disso eventuais situações de discriminação.

Até ao presente momento a nossa abordagem temática incidiu essencialmente sobre os aspectos de carácter social. Porém, o estudo dos fenómenos migratórios reveste um carácter não apenas social, senão também jurídico. Todo o fenómeno migratório, com vertente externa, impõem um confronto entre normas jurídicas de diversas proveniências, no sendo mais, dos países de origem e de acolhimento, às quais podemos ainda acrescentar as imposições jurídicas decorrentes de organizações internacionais. Esta diversidade de fontes jurídicas gera, para o imigrante, uma diferenciação de tratamento, bastante complexa e de difícil entendimento para o cidadão. É nesse sentido que constituirá matéria de estudo o tema das migrações na perspectiva jurídica, designadamente mediante

uma recolha exaustiva da legislação vigente sobre aspectos do regime de entrada, permanência e saída do território português de nacionais de Estados membros da União Europeia e de cidadãos provenientes de Estados terceiros. Num contexto mais abrangente procuraremos ainda referenciar a acção das organizações internacionais no quadro das migrações.

As exigências colocadas ao cidadão estrangeiro na transposição das fronteiras do território português e a descrição dos casos que podem permitir a expulsão de um cidadão não nacional, constituirão pressupostos de análise e de interpretação no decorrer do nosso estudo. Ainda nesta parte, analisaremos o conteúdo das Convenções de Schengen e de Dublin respeitante às realidades abrangidas e ao alcance jurídico das suas disposições.

Concluída a nossa ponderação e avaliação das exigências colocadas ao cidadão estrangeiro na transposição das fronteiras do espaço Schengen, reflectiremos, numa última abordagem conclusiva, na interrogação orientadora de toda a dissertação: De que modo se tem desenvolvido o fenómeno imigratório em Portugal, particularmente no Concelho de Barcelos? Terão os imigrantes dos Palop e de Leste as mesmas oportunidades de emprego e beneficiarão da mesma receptividade por parte da sociedade barcelense? e, finalmente, terá a natureza das suas proveniências geográficas e dos seus rostos culturais alguma influência no processo de integração destes imigrantes?

Procuraremos no final da elaboração deste trabalho encontrar respostas para todas as dúvidas que neste momento ocupam os nossos pensamentos.

Seguindo esta linha orientadora, apresentamos o trabalho que se segue.

## **PARTE I**

### ***Migrações: metodologia e teoria***

#### **Capítulo 1. Métodos, técnicas e percurso de pesquisa**

- 1.1. Observação documental
- 1.2. Observação directa
- 1.3. Técnicas complementares

#### **Capítulo 2. Fundamentos teóricos das migrações internacionais**

- 2.1. Perspectiva neo-liberal
- 2.2. Perspectiva materialista
- 2.3. Balanço crítico

*“Qualquer acção do homem pode assumir o valor de um símbolo, isto é, pode ser inserida num sistema de interpretação e de expressão com as quais o próprio homem procura precisar a sua relação com a realidade cósmica e com os outros homens”.*

Bernardi<sup>1</sup>

No âmbito dos métodos e técnicas utilizadas no decurso da realização deste trabalho de investigação, optamos por recorrer ao contributo valioso dos métodos da observação documental e dos métodos de observação directa, nomeadamente pelo recurso às técnicas do inquérito e entrevista, às quais foi dada alguma ênfase pela sua importância enquanto instrumento de investigação de comportamentos num contexto pessoal. Este método é complementarizado pelos métodos qualitativos, designadamente as experiências de vida, que permitirão realizar uma abordagem de acções pessoais altamente enriquecedora no âmbito do trabalho que estamos a desenvolver; e a observação documental. A utilização destes métodos de investigação vai ter um papel imprescindível na construção e organização do nosso conhecimento, ajudando, consequentemente a desenvolver o nosso discurso de forma esquematizada e, ao mesmo tempo, aprofundada. Nesse sentido, dedicaremos o capítulo 1 à apresentação, definição e distinção dos métodos e técnicas às quais recorreremos.

Sem pretensões de sermos exaustivos, procuraremos apresentar, diversas perspectivas de abordagem teórica referentes aos movimentos migratórios. Até à chegada do séc. XX, os movimentos populacionais eram sobretudo abordados no contexto do estudo de outros ramos da ciência. Como sublinha Trindade *“os economicistas procuraram estabelecer relações entre os recursos e a população e analisaram a mobilidade do factor trabalho no âmbito das trocas de mercado; os historiadores procuraram, sobretudo nos movimentos de população, as consequências das transformações económicas e sociais, ligando-as aos conceitos de migração, ao êxodo rural e aos processos de industrialização e de urbanização. Os geógrafos preocuparam-se sobretudo com a distribuição dos homens no espaço, com o povoamento e com as deslocações populacionais. A demografia observou a*

---

<sup>1</sup> In Tavares, 1998: 25.

*estrutura e a distribuição da população, quase sempre mais atenta ao crescimento em si mesmo, do que ao ritmo do seu desenvolvimento” (Trindade, 1995: 61).*

O interesse pelo estudo do fenómeno migratório foi gradualmente crescendo de tal forma que actualmente podemos afirmar que nunca como nos dias de hoje lhe foi reconhecido tanta importância, quer por investigadores, quer pelos dirigentes estatais, quer ainda por diversas organizações internacionais. A conjuntura económico-política da segunda metade do séc. XX tornou os movimentos migratórios numa das problemáticas de maior importância no contexto mundial. A intensificação dos fluxos migratórios a nível mundial tornou necessário a adopção de medidas de alcance internacional capazes de controlar estes movimentos, bem como um estudo mais aprofundado das causas, características e consequências subjacentes a estes fenómenos de modo a solucionar os problemas que afectam milhares de pessoas espalhadas pelos cinco continentes, muitas delas sobrevivendo em condições degradantes por falta de uma política de imigração adequada aplicável aos problemas actuais.



## CAPÍTULO 1

### *Métodos, técnicas e percurso de pesquisa*

#### **1.1. Observação Documental**

*“Não é suficiente ler um documento para extrair dele toda a sua substância. Em muitos casos, a leitura deve ser feita segundo regras precisas que permitam fixar o valor do documento, o seu grau de veracidade, o seu sentido exacto e o seu verdadeiro alcance. Em outros casos, a quantidade de documentos a analisar é de tal ordem que é preciso empregar processos de análise particular”.*

A. J. Fernandes<sup>2</sup>

Qualquer trabalho de natureza científica exige, acima de tudo, a aquisição de conhecimentos, conforme o seu objecto de estudo. No contexto do presente trabalho tornou-se pertinente recorrer a diversos métodos de informação que nos permitissem identificar e caracterizar, numa primeira fase, todo um conjunto de traços, causas e consequências, referentes ao fenómeno migratório no sentido generalizado e, numa segunda fase, o fenómeno actual da imigração no concelho de Barcelos, cuja existência temos plena consciência, mas sobre a qual as informações existentes são escassas e dispersas.

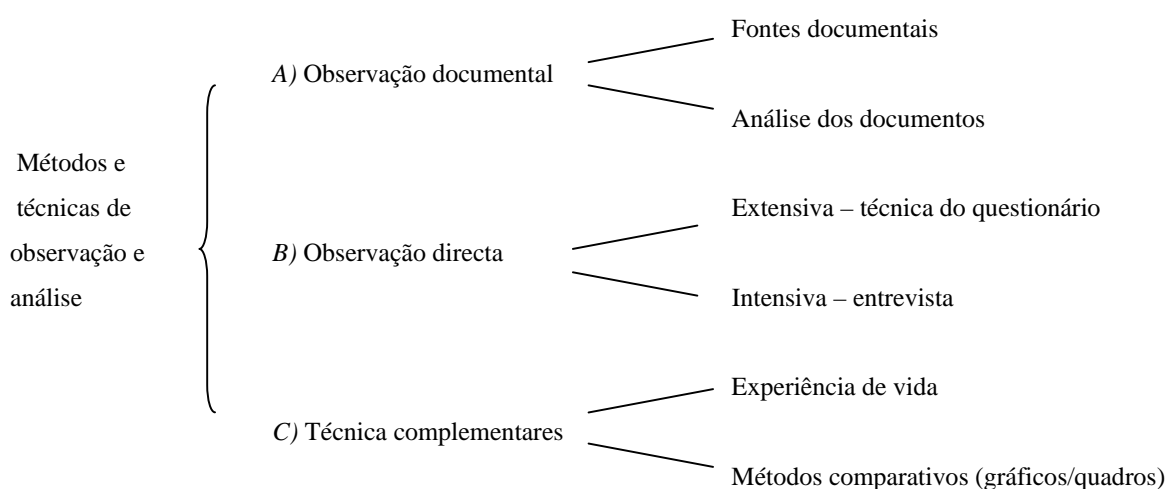
Por esta ordem de ideias, o nosso estudo assume simultaneamente um carácter diacrónico e sincrónico, na medida em que se dedica ao estudo de um fenómeno migratório em épocas diferentes (diacrónico) e se propõe estudar este fenómeno no momento actual (sincrónico). Assim, se tivéssemos

---

<sup>2</sup> Fernandes, ob. cit., p. 168.

de optar por apenas um tipo de estudo não seria fácil na medida em que ambos se inter-cruzam e inter-relacionam, ajudando o primeiro a compreender melhor o segundo. É precisamente atendendo a estas duas áreas de estudo diferenciadas que sentimos a necessidade de recorrer a métodos e técnicas diferentes. Assim sendo, enquanto que para a realização da resenha histórica do fenómeno imigratório torna-se pertinente o recurso aos métodos tradicionais de análise histórica dos documentos essencialmente escritos; para a concretização do estudo de duas comunidades de imigrantes no concelho de Barcelos é necessário o recurso a métodos de investigação assente numa observação directa dos fenómenos sócio-económicos de maior interesse.

A grande diversidade de estratégias de investigação que actualmente estão ao dispor do investigador exige, da sua parte, um prévia selecção e definição das mais importantes para a realização do estudo a fim. Neste sentido optamos por seguir as linhas de orientação de António José Fernandes, definidas no seu livro sobre os *“Métodos e regras para a elaboração de trabalhos académicos e científicos”*, por o considerarmos simultaneamente simplificado e completo. O esquema seguinte tem essencialmente como base a orientação deste autor.



Naturalmente só referenciamos os métodos e técnicas aos quais recorreremos para a realização do presente trabalho<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Para um maior aprofundamento dos métodos e técnicas de observação e análise ver FERNANDES, António José, ob. cit., p. 166-181.

Remetemos as nossas considerações sobre a observação directa e as técnicas complementares para os sub-capítulos subsequentes, concentrando neste momento a nossa atenção estritamente nos métodos de observação documental.

Embora “*não se deva descurar outras fontes documentais, tais como filmes, as fotografias, as gravações de insígnias, os uniformes, os cartazes, etc.*” (Fernandes: 1994, 167), recorreremos a documentos essencialmente escritos. Procuramos ao longo deste estudo estabelecer ligações entre diversas fontes documentais com domínios de interesse em comum, com a finalidade de inter-relacioná-los e, assim, obter um aproveitamento mais frutuoso dos conhecimentos adquiridos. Trata-se, no fundo, de documentos de autores de diferentes ramos do saber, nomeadamente das ciências sociais, económicas e políticas. No sentido de nos facilitar a elaboração do nosso estudo e, já tendo um índice pré-definido sujeito apenas a alguns ajustamentos temáticos, procuramos desde início realizar uma pesquisa bibliográfica das obras científicas que, directa ou indirectamente, pudessem contribuir para um aprofundamento dos nossos conhecimentos nesta área. No fundo, a análise de documentos que apenas afloram o nosso tema acabou por dar-nos um contributo imprescindível na compreensão de diversas variáveis.

Para o nosso trabalho foi ainda importante o recurso a diversas publicações, designadamente jornais e revistas, que ao longo dos últimos meses tivemos o cuidado de reservar de acordo com o interesse que lhe atribuímos. O manuseamento destas fontes documentais, contudo, exigiu-nos uma atenção redobrada quanto ao seu grau de veracidade. Sabemos que são documentos que podem manifestar correntes de opinião dissimuladas sob uma apresentação aparentemente imparcial dos factos. Trata-se, portanto, de ao recorrer a estes documentos, analisar o seu conteúdo, mais precisamente, o significado das palavras-chave do documento e descobrir-lhe o seu verdadeiro significado.

Ao par destas publicações e obras científicas, sentimos necessidade de recorrer igualmente às estatísticas publicadas por diversos organismos, designadamente o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Os dados quantificados disponibilizados por estas duas fontes não podem ser comparados, na medida em que não assentam nos mesmos critérios de selectividade. Com efeito, enquanto o SEF efectua o apuramento de dados estatísticos referentes aos

estrangeiros em situação juridicamente legalizada, os dados do INE assentam nos resultados censitários, não oferecendo, portanto, uma fiabilidade total na medida em que não está garantido que a população imigrante responde às perguntas colocadas com total veracidade, quer por dificuldades de interpretação das respectivas perguntas, quer por receio de alguma represália perante o conhecimento da sua eventual situação de irregularidade. De qualquer modo, apesar de não totalmente fiáveis, os dados do INE e do SEF assumem um papel indispensável para a realização deste trabalho, dado que juntos permitem uma maior cobertura do universo em estudo. Este carácter de complementaridade é óbvio se analisarmos as áreas de incidência de cada uma das instituições. Enquanto o SEF desagrega os imigrantes por nacionalidade de origem, segundo a sua distribuição geográfica por distritos e sectores de actividade e faz ainda referência à situação do imigrante perante o emprego (trabalhadores por conta própria ou por conta de outrem); o INE fornece os dados relativos à estrutura etária, condições de vida, para além das estatísticas demográficas.

Desta reflexão notamos que o tema a tratar exige recurso a uma estratégia metodológica diversificada em consonância com a orientação da temática que demos a cada parte. Assim, *grosso modo*, a II Parte deste trabalho, dedicada aos fenómenos de emigração e imigração num sentido lato, exige o recurso a uma pesquisa histórica, tipicamente assente em fontes documentais; a III Parte, respeitante ao estudo da imigração dos Palop e da Europa de Leste no concelho, convida-nos ao recurso às técnicas de observação directa (tratadas no sub-capítulo subsequente), à leitura de documentação periódica (jornais, revistas e à análise de estatísticas publicadas). Finalmente, a IV Parte do nosso trabalho, dedicada ao enquadramento jurídico do fenómeno imigratório, torna pertinente o recurso a obras de carácter jurídico e legislação em vigor.

Desta abordagem metodológica a partir de fontes documentais e por via de pesquisa de terreno, resulta uma combinação de fontes de estudo que nos acompanharão até à elaboração das conclusões finais do estudo em questão.

## 1.2. Observação Directa

*“Os precursores, fundadores e impulsionadores das ciências sociais, desde Aristóteles a Augusto Conte, não se basearam apenas em livros ou documentos escritos para a elaboração das suas obras; empreenderam viagens, travaram conversas com homens, políticos e outros cidadãos, observaram as instituições do seu tempo”.*

A. J. Fernandes<sup>4</sup>

A observação directa desenvolvida no âmbito deste trabalho consiste na observação contínua dos fenómenos económicos, sociais e culturais que envolvem os membros das comunidades de imigrantes com proveniência dos Palop e da Europa de Leste residentes no concelho de Barcelos.

Esta técnica de observação ocorreu em todos os espaços que constituem o ponto de encontro dos imigrantes objecto de estudo, ou que possam ser definidos como lugares de passagem, designadamente supermercados, locais de trabalho e mesmo um mercado ao ar livre. Em qualquer um desses espaços procuramos, na medida do possível, recolher o maior número de dados junto de pessoas que com eles convivem, do género, quantos são? O que compram? Quantas vezes vêm cá? De que gostam? Todas as informações foram consideradas valiosas para adquirir um conhecimento mais profundo.

Atendendo ao âmbito do nosso estudo e à sua incidência restrita a duas comunidades de imigrantes, consideramos pertinente o recurso ao método da observação directa sob as formas das técnicas da entrevista e do questionário, que passamos, já de seguida, a analisar individualmente.

### 1 – *O questionário enquanto técnica de observação directa extensiva*

A técnica do questionário, enquanto técnica de observação directa extensiva, “visa o estudo de uma população numerosa por métodos expeditos, capazes de fornecerem com suficiente aproximação as indicações procuradas” (Fernandes, 1994: 171).

---

<sup>4</sup> Fernandes, 1994: 170-171.

Foi aproveitado o modelo (efectuadas as devidas adaptações referentes às datas e à conversão da moeda actualmente em vigor – euro) do inquérito levado a cabo pelo professor Doutor Carlos Silva do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, no quadro de uma investigação intitulada “*do racismo e xenofobia ao multiculturalismo – um estudo de caso com minorias étnicas*” (Anexo 1).

Tendo como principal objectivo transmitir as opiniões das pessoas inquiridas para melhor compreendermos as suas atitudes e posturas na sociedade na qual estão inseridos, o recurso a esta técnica surge como imprescindível no estudo das comunidades de imigrantes. É, neste contexto, que a escolha das perguntas é um dos passos mais importantes para o êxito final desta técnica de observação directa. Apesar de termos conhecimento que não é muito conveniente o inquérito ser demasiadamente extenso, sob pena das últimas perguntas não serem merecedoras de tanta atenção por parte do inquirido devido ao cansaço do seu preenchimento, optamos por um questionário longo por considerarmos todas as perguntas de carácter obrigatório para podermos realizar um estudo mais completo e pormenorizado. Nesse sentido, o nosso questionário é composto por oitenta e quatro perguntas fechadas e abertas<sup>5</sup>. Deste conjunto, vinte e sete referem-se a dados relativos à identificação pessoal dos inquiridos (sexo, idade, estado civil, país de origem, nacionalidade, etc.); dezasseis perguntas dizem respeito à situação profissional (meios de subsistência, profissão exercida, regime contratual, tipo de descontos, etc.); dez enquadram-se nas questões das condições de habitação (tipo de alojamento, valor da renda, etc.) e, finalmente, as restantes trinta e uma perguntas dizem respeito à integração social (adaptação ao país, dificuldades encontradas, ocupação dos tempos livres, etc.).

O nosso questionário destina-se a trinta e cinco imigrantes provenientes dos Palop e a trinta e cinco imigrantes da Europa de Leste, num total de setenta inquiridos. Os contactos foram estabelecidos nas suas próprias residências e nos seus locais de trabalho (tendo contado neste último caso com a colaboração e compreensão imprescindível das respectivas entidades patronais). Foi através desses conhecimentos que nos conseguimos manter permanentemente em contacto com eles no decorrer da

---

<sup>5</sup> Entende-se por perguntas fechadas aquelas que exigem como resposta apenas um “sim” ou “não”; enquanto que as perguntas abertas impõe ao inquirido uma manifestação de opinião perante determinado assunto, ou então, a escolha de uma ou mais respostas num conjunto de respostas múltiplas.

realização deste estudo, não tendo sido poucas as vezes que a eles recorremos para o esclarecimento de inúmeras dúvidas que foram surgindo.

Depois de iniciarmos o preenchimento dos questionários verificamos que precisávamos de uma média de sessenta a noventa minutos para responder a cada um. Por um lado, a manifestação de alguma timidez por parte de uns e, por outro lado, a falta de receptividade relativamente ao preenchimento de algumas perguntas do inquérito por parte de outros, motivou-nos a dedicar mais algum tempo à explicação sobre a importância e o verdadeiro significado do nosso estudo. Referimos também que, à semelhança deles, conhecíamos bem a vida dos imigrantes porque os nossos pais também o tinham sido, e nós próprios tinha-mos nascido e vivido durante bastante tempo noutro país. Estas medidas extremamente simples permitiram criar um ambiente muito mais informal e amigável que devolveram ao entrevistado o seu ar natural e descontraído. Relativamente aos imigrantes de leste, o preenchimento dos inquéritos foi mais moroso devido aos obstáculos impostos pela língua, muito embora, aquando do seu preenchimento, houvesse sempre no grupo dos inquiridos um ou dois imigrantes que falavam com maior fluidez a língua portuguesa.

Apesar do tempo despendido no preenchimento dos inquéritos ter sido bastante significativo, preferimos estar sempre presente no preenchimento de cada um dos questionários, para desse modo, podermos explicar o seu conteúdo e anotar as experiências das suas vidas, que consideramos imprescindível num estudo desta natureza, por serem um complemento informativo de uma riqueza inconfundível para uma melhor compreensão dos seus comportamentos e posturas perante a nova sociedade.

Depois de os questionários terem sido todos preenchidos iniciou-se a fase do apuramento dos dados recolhidos. Todos eles foram submetidos a um tratamento apropriado, embora se tivesse tido o cuidado de separar os questionários preenchidos pelos imigrantes dos Palop, dos restantes questionários referentes aos imigrantes da Europa de Leste.

O apuramento dos dados foi realizado através do Programa de Tratamento de Dados (SPFS, versão 11). A este respeito é importante enfatizar a importância que reveste o apuramento de dados, bem como a sua posterior análise e apresentação, devendo obedecer a critérios muito rigorosos de

modo a traduzirem o mais fielmente possível a realidade de vida dos imigrantes que a eles responderam.

## **2 – A entrevista enquanto técnica de observação directa intensiva**

A entrevista é uma técnica comum às ciências sociais de grande relevância no fornecimento de ideias e formas de abordagem do tema em estudo que, de outra maneira, dificilmente seriam conhecidos. Citando A.J. Fernandes “*a observação directa intensiva distingue-se da observação directa extensiva menos pelas técnicas de que faz uso na recolha das informações, (...) de que pelo grau de profundidade a que procura chegar no estudo das atitudes e comportamentos dos indivíduos que estuda. Em geral, centra as suas atenções em grupos restritos que procura conhecer com o maior pormenor*” (1994: 175).

Foi precisamente com o intuito de adquirirmos um conhecimento mais aprofundado desta realidade que decidimos entrevistar alguns organismos, no nosso entender, de substancial importância, para o objectivo a que nos propomos. Procuraremos de seguida, apresentar as linhas mestras orientadoras das nossas entrevistas para cada um dos organismos em específico.

### **A – Centro de Saúde de Barcelos:**

- número de imigrantes inscritos no centro;
- desenvolvimento de campanhas de informação e intervenção relativamente ao contágio de determinadas doenças;
- envolvimento do Centro em campanhas informativas dos direitos e deveres dos imigrantes em termos do Serviço Nacional de Saúde;
- nível de preparação profissional dos responsáveis administrativos dos serviços de saúde relativamente às questões de imigração;
- direitos e deveres dos imigrantes no contexto dos serviços de saúde;
- grau de incidência de imigrantes não documentados no Centro de Saúde.

### **B – Câmara Municipal de Barcelos:**

- programas da Câmara para a habitação social;
- critérios de selecção de imigrantes para o benefício do apoio à renda;



- existência de programas sociais de integração social;
- grau de participação da Câmara perante a realidade imigratória do concelho.

**C – Grupo de Acção Social Cristã:**

- objectivos da instituição respeitantes à população imigrante;
- áreas de intervenção;
- receptibilidade do imigrantes a acções em grupo;
- limitações à acção de solidariedade da instituição;
- perspectivas futuras.

**D – Empresa do sector têxtil:**

- papel desempenhado pelos imigrantes no contexto laboral;
- disponibilidade de mão-de-obra imigrante;
- grau de satisfação do empregador;
- casos de trabalhadores imigrantes menos bem inseridos no seu ambiente laboral.

Numa fase inicial das entrevistas, procuramos respeitar a regra da entrevista estruturada. As perguntas previamente elaboradas de antemão foram colocadas pausadamente pela ordem que nós lhe tínhamos atribuído. No entanto, todas as entrevistas realizadas afastaram-se totalmente deste guião. As primeiras duas ou três perguntas (no máximo) foram introduzidas como previamente estabelecido. Contudo, esse esquema de entrevista foi logo abandonado. A grande receptividade manifestada pelos interlocutores relativamente às perguntas colocadas, aliada ao nosso interesse por todas as informações prestadas, transformou a nosso guião num pormenor desnecessário, uma vez que os entrevistados falaram abertamente, sem reticências, sobre uma imensa variedade de questões, todas pertinentes, mostrando-se grande interesse e motivação por tudo, directa ou indirectamente, relacionado com o fenómeno migratório. Destes contactos resultaram conversas longas e amistosas, caracterizadas pela ausência de formalidades, se bem que procuramos, enquanto entrevistadores, não interromper as suas explanações sobretudo por reconhecermos a importância das informações fornecidas.

De todas, a entrevista realizada na Câmara Municipal de Barcelos foi aquela que, em termos de resultados, se registou como a mais limitada. A relativa escassez de resultados pertinentes nada teve a

ver com o grau de empenho manifestado pela representante da instituição, Doutora Isabel Figueiredo (assistente social) que tudo fez para que os resultados da entrevista fossem frutuozos. No entanto, esses resultados foram condicionados pelas limitações do nosso campo de acção. De facto, as nossas perguntas, basicamente orientadas para as áreas de apoio camarário às comunidades de imigrantes residentes no concelho, deixaram pura e simplesmente de fazer qualquer sentido quando fomos informados que de momento nada estava a ser realizado com esse fim, exceptuando a aplicação do regulamento de apoio à renda, em igualdade de circunstâncias aos imigrantes residentes no concelho e aos nacionais. Portanto, por mais que quiséssemos, de ambas as partes, aprofundar os nossos conhecimentos, tal não nos foi possível devido à escassez de bases ligadas ao fenómeno migratório. Tentamos ainda desviar os objectivos da nossa entrevista para as causas da inacção da Câmara perante as reais dificuldades destas populações. Contudo, as únicas respostas que obtivemos resumiram-se ao carácter muito recente da imigração no concelho, não se tendo ainda justificado uma acção mais activa da Câmara nesta área.

Embora num cômputo geral as respostas às perguntas apresentadas aos entrevistados tenham contribuído de forma diferente para o aprofundamento do estudo do fenómeno migratório, podemos desde já certificar que todas elas nos permitiram identificar um conjunto de aspectos específicos de interesse inegável que permitirão, depois de analisadas e interpretadas, elaborar as nossas conclusões.

### 1.3. Técnicas Complementares

*“Pesquisar factos e multiplicar observações, sem comparar nem sistematizar, não é um método científico; mas somente empirismo”.*

A. J. Fernandes<sup>6</sup>

O esquema dos métodos e técnicas de observação e análise, apresentado por A.J. Fernandes, que tem sido o nosso suporte base na especificação das fontes utilizadas no presente estudo, não faz referência à técnica a qual atribuímos a designação de “técnicas complementares”. Por opção própria decidimos inscrever neste grupo, para o caso específico deste estudo, os métodos comparativos (referenciados no esquema de A. J. Fernandes) e a técnica das experiências de vida, surgida espontaneamente por força das circunstâncias assim o terem permitido. Numa leitura mais atenta de outras obras científicas verificamos que numa delas era feita referência a uma teoria designada “história de vida” que simboliza, em traços gerais, o mesmo que nós entendemos por “experiências de vida”. Dito isto, numa primeira fase propomo-nos analisar brevemente os métodos comparativos, deixando para uma segunda fase o tratamento da técnica das experiências de vida.

#### *Os métodos comparativos*

A.J. Fernandes afirma, e bem, que *“um facto em si não quer dizer nada, o essencial está em precisar a sua significação, o que só pode ser feito por comparação com outros factos”* (1994: 178). No entanto, se é verdade que os métodos comparativos são indispensáveis para conferir aos dados adquiridos valor científico, não é menos certo que a utilização destes métodos exige o respeito por uma série de requisitos, sob pena de chegarmos a resultados deturpados. Assim, acima de tudo, devemos ter sempre o cuidado de comparar factos com uma estrutura idêntica. Dando um exemplo, no âmbito do nosso trabalho, não é conveniente comparar a capacidade de adaptação à língua portuguesa das duas comunidades de imigrantes em estudo (provenientes dos Palop e de leste). Será, logo à partida, uma comparação desleal, porque enquanto os imigrantes dos Palop, mesmo utilizando uma língua

---

<sup>6</sup> Fernandes, ob. cit., p. 170-171.

característica do seu país de origem (como é o caso dos cabo-verdianos em relação ao crioulo), a sua adaptação será muito mais facilitada pelo contacto mantido com a língua portuguesa, ainda no país de origem. É apenas um exemplo de como não sendo bem aplicados, os métodos comparativos podem perder valor científico.

Os métodos matemáticos, outra forma de métodos comparativos, assumem, no nosso estudo, um papel relevante em fenómenos susceptíveis de serem comparados, como é o caso do tema da demografia, abordada de forma difusa na II Parte do nosso trabalho; ou ainda na quantificação das atitudes dos imigrantes inquiridos, cujo resultado são exprimidos em percentagens.

### ***Experiências de vida***

Definimos as experiências de vida como a recolha de informações resultante do estabelecimento de um contacto personalizado e directo com os principais intervenientes do nosso estudo – os imigrantes de Leste e dos Palop.

Da vivência durante um ano consecutivo com estas pessoas, sem a participação das quais o nosso estudo não faria qualquer sentido, obtivemos depoimentos cuja pertinência e relevância nos impossibilitaram de manter o seu conteúdo no anonimato. Não podemos dizer que esses relatos de vida tenham sido previstos ou que tenham sido escolhidos os seus narradores. Muito pelo contrário. Foram pura e simplesmente fruto de um relacionamento de amistosidade que esperamos sinceramente que perdure muito para além da prevista conclusão deste trabalho.

Na terceira fase deste estudo teremos oportunidade de evidenciar uma série de factores comprovativos da carência emotiva de alguns (causada por circunstâncias menos felizes da vida) e o sentimento de instabilidade de outros (manifestado em comportamentos adoptados no seu dia-a-dia). Não é por isso de admirar que, derrubadas as barreiras da desconfiança e da incerteza erguidas logo no primeiro contacto, e edificada em seu lugar as bases para um relacionamento aberto e transparente, os imigrantes tenham relatado episódios da sua vida ou simplesmente tenham tido “desabafos” sobre inquietações, desilusões ou esperanças. O estudo exaustivo destes relatos, com a devida cautela que a interpretação destas fontes de informação exige, revela-se de grande importância, sobretudo, na análise do grau de satisfação dos imigrantes no seu percurso de vivência em Portugal e, em particular, em Barcelos.

Nesse sentido ousamos dizer que as experiências de vida, narradas na primeira pessoa, constituem uma técnica de pesquisa empírica das mais valiosas, embora reconheçamos que são informações muito personalizadas que retratam especialmente a experiência pessoal da pessoa que as transmite, devendo, por esse motivo, ser interpretada sempre tendo em atenção o contexto sócio-económico em que o seu narrador está inserido.

A questão relativa à interpretação de fontes de informação que tem por base depoimentos, a partida verídicos e, portanto, embuídos de um alto teor emocional sobretudo quando relatam episódios de vida que expõe sentimentos como desilusão, desânimo, sofrimento, levanta algumas dificuldades. Sabemos que a objectividade é uma das virtudes exigida na realização de qualquer estudo, não sendo, portanto, o estudo dos fenómenos migratórios uma excepção. Todavia, a nosso ver, não podemos comparar as ciências sociais com as ciências exactas, em que o respeito pelo princípio da objectividade é garantido. Deve-se lutar por este princípio sem, no entanto, termos a ilusão de obter neutralidade. O grau de profundidade exigido na análise de fenómenos de natureza essencialmente humana, torna praticamente impossível a não interferência emotiva entre o investigador e o objecto de estudo. No nosso caso em concreto, procuramos, dentro da medida do possível, não emitir juízos de valor, nem sequer deixarmos transparecer o teor das nossas opiniões na interpretação dos resultados obtidos. Contudo, não obstante esse esforço em mantermos um total afastamento emocional do fenómeno em estudo, este objectivo não foi alcançado em toda a sua dimensão. De qualquer modo, as poucas manifestações pessoais ocorridas no percurso da análise interpretativa do nosso estudo, foram claramente evidenciadas como sendo da nossa exclusiva autoria, eliminando assim o risco de distorcermos os resultados que adquirimos mediante o recurso aos métodos e técnicas de informação atrás referidos.

## CAPÍTULO 2

### *Fundamentos teóricos das migrações internacionais*

#### **2.1. Perspectiva Neo-liberal**

*“Más leis ou leis opressivas, o agravamento dos impostos, climas pouco atractivos, meios sociais adversos e até pressões de vária ordem (...) conduziram e continuam a produzir correntes migratórias; mas nenhuma destas pode ser comparada em volume com aquelas que estão na origem, no desejo intrínseco à maioria dos homens em melhorar as suas condições materiais de existência”.*

Lee<sup>7</sup>

A perspectiva neo-liberal apoia-se nos pressupostos da teoria neo-clássica da escolha individual racional. No contexto das migrações, esta teoria defende que os movimentos migratórios são essencialmente fruto das decisões pessoais baseadas numa avaliação das vantagens e desvantagens que esse acto acarreta para o interessado.

No âmbito da perspectiva neo-liberal, os movimentos migratórios são fruto de todo um conjunto de desigualdades a diversos níveis, designadamente geográfico, derivado da melhor localização de algumas zonas em detrimento de outras; económico, devido à concentração do capital em determinados países; e demográfico, fruto de uma má distribuição da população activa. Neste contexto, o imigrante vai procurar deslocar-se para os locais que lhe ofereçam melhores benefícios a menor custo, de modo que seja garantido o seu bem-estar.

---

<sup>7</sup> In Trindade, 1995: 74-75.

Ao longo dos tempos, diversos autores têm se baseado na teoria económica para elaborar os seus estudos e abordar as componentes do fenómeno migratório. E.G. Ravenstein (1852-1913), estudioso de fenómenos migratórios, convida-nos a abordarmos as teorias das migrações internacionais com base na perspectiva dos modelos de atracção-repulsão, segundo os quais todos os indivíduos são levados a tomar decisões pressionados quer por factores de repulsão, quer por factores de atracção. Serão estes os principais responsáveis pela movimentação de pessoas do seu país de origem para outros países. Por esta ordem de ideias, entendemos por repulsão a falta de trabalho, as más condições de vida, os baixos salários, etc. Em contrapartida, os factores de atracção resumem-se mais ao bem-estar, às melhorias das condições habitacionais e de vida em geral.

Apesar do contributo inegável deste teórico no estudo dos factores de repulsão e atracção, o seu trabalho só seria reconhecido, bem mais tarde, pelo demógrafo americano Everett Lee (*in* Trindade, 1995: 73-75), considerado, por muitos críticos, como sendo um dos teóricos que mais contribuiu para o aprofundamento do estudo das causas de natureza económica enquanto principais responsáveis pelas movimentações populacionais a nível internacional. Defensor dos princípios de Ravenstein, E. Lee reestruturou a sua tese, acrescentando ao modelo acima referido, factores de ordem pessoal e obstáculos intervenientes.

Segundo este autor, deverão ser considerados factores pessoais todos aqueles que incentivam ou retraem os movimentos migratórios, nomeadamente a sua capacidade de adaptação ou não a uma nova sociedade, o seu nível profissional, o seu estado de saúde, etc. Diferentemente, os obstáculos intervenientes referem-se, como o próprio nome o indica, aos entraves à saída do seu país, tais como, as leis rigorosas da fiscalização fronteiriça e a falta de recursos financeiros para suportar o custo da viagem.

Embora seja reconhecido o mérito às teorias baseadas nos modelos de atracção-repulsão na interpretação dos movimentos migratórios, é frequentemente apontado, por outros estudiosos deste ramo científico, a sua limitação de informação quanto às causas da emigração, pecando por dar exclusiva importância à valorização da acção individual. Assim sendo, apesar deste estudo ser relevante não é contudo suficiente, uma vez que se limita a estudar o perfil do indivíduo com pretensões de emigrar e não dá relevo a factores estruturais subjacentes às migrações.

Neste contexto, outras teorias foram desenvolvidas tendo como pano de fundo outras causas para este fenómeno. Tal é o caso das teorias do capital humano, bem representada na obra de Chiswick (1990). Este estudioso caracteriza os imigrantes como sendo indivíduos maioritariamente desposados de recursos económicos e com um nível escolar bastante baixo. Sendo assim, a chegada do imigrante ao país de acolhimento, bem como o processo de adaptação à nova sociedade, vão ser dificultados por diversos entraves inerentes à sua condição sócio-económica. Dito por outras palavras, a falta de conhecimento do idioma (se for caso disso), a insegurança perante o emprego e as suas fragilidades económica e emocional vão dificultar-lhe a sua inserção no novo meio social. Logo, é natural que, durante o período de adaptação (mais ou menos longo conforme as capacidades do indivíduo em causa), o imigrante ocupe uma posição no mercado de trabalho inferior ao trabalhador nacional.

Todavia, a partir do momento em que o trabalhador imigrante consiga reabilitar-se vai adquirir progressivamente mais aptidões, apoiado por cursos de formação financiados pelo Estado de acolhimento. A aquisição destes conhecimentos vai permitir-lhe sair da sua posição inicial de trabalhador desqualificado e ocupar cargos de prestígio equiparando-se, assim, ao trabalhador nacional.

Bohning, seguidor do pensamento clássico e estudioso atento aos fenómenos migratórios, defende que a regulação da intensidade dos fluxos migratórios é da competência dos Estados desenvolvidos. Sempre que os seus representantes entenderem que se justifique o recurso à mão-de-obra estrangeira para dinamizar o crescimento da sua economia, deverão criar as condições favoráveis à imigração. Por sua vez, o candidato à emigração, ansioso por satisfazer necessidades económicas e, dessa forma, melhorar o seu nível de vida, deverá estar atento a estes “chamamentos”, de modo a se deslocar, em tempo certo, aos lugares devidos.

Seguindo o pensamento de Bohning, o processo migratório vai gerar um conjunto de consequência para todas as partes envolvidas no processo, embora umas fiquem a beneficiar mais do que outras. Enquanto o país receptor de mão-de-obra é aquele que beneficia mais da emigração, na medida em que, ao fazer uso da força de trabalho importado vai beneficiar de um crescimento económico, o país de origem, apesar de aparentemente beneficiar de inúmeras vantagens, algumas delas assumem um carácter fictício. De acordo com este autor, é um facto inegável que o envio de remessas pelos emigrantes vai melhorar consideravelmente o nível de vida no país, uma vez que o poder de compra vai aumentar. No entanto, em termos da situação económica do país, essas remessas



só vão ter efeitos positivos se forem investidas na compra de equipamentos ou produtos de outra natureza susceptíveis de contribuir para a dinamização da economia, caso contrário, isto é, se forem aplicadas na compra de bens supérfluos, só contribuirão para o enfraquecimento da balança de pagamentos. Por outro lado, os Estados de origem devem estar preparados para um possível aumento da taxa de desemprego, na eventualidade do regresso de emigrantes ao seu país. Ao abordar a questão das consequências da emigração/imigração, Bohning fortalece a sua teoria das desigualdades à escala internacional. Isto é, o processo migratório serve para, a médio prazo, acentuar as diferenças existentes entre os países desenvolvidos e menos desenvolvidos.

## 2.2. Perspectiva Materialista

*“Existe algo de comum entre os empregos dos imigrantes em áreas geográficas diversas e em períodos históricos muito diferentes: estes empregos tendem a ser de baixas ou nulas qualificações, geralmente (...) mal remunerados, e a implicar um estatuto social inferior; estão frequentemente associados a condições de trabalho duras ou desagradáveis e a uma considerável insegurança”.*

Piore<sup>8</sup>

A base de discussão da perspectiva materialista assenta, acima de tudo, no materialismo histórico de Marx. Nesse sentido procuraremos esboçar, ainda que breve e difusamente, algumas das ideias por ele definidas no contexto das migrações. Na óptica marxista, os movimentos migratórios são considerados um processo cujo elementos de análise não são as decisões individuais, mas sim as correntes migratórias propriamente ditas. Estas são directamente fruto das pressões internas e externas, exercidas sobre as economias nacionais, que acabam por conduzir a alterações na organização produtiva. A mobilidade laboral é influenciada pela divisão espacial da procura do trabalho e pela forma como é feito o recrutamento de mão-de-obra.

Na sua teoria, Marx inter-relaciona o papel das migrações com o fenómeno do crescimento populacional, embora defenda que a causa da emigração não se deve a factores demográficos mas à desigualdade de distribuição do volume de capital. A ideia principal que retiramos do seu estudo consiste no seguinte: o avanço tecnológico e o aumento do capital reduzem a força de trabalho, possibilitando, assim, um aumento dos lucros e, conseqüentemente, um crescimento económico. Postulando a hipótese de se assistir a um crescimento demográfico e, aliando este factor à menor procura de mão-de-obra, teremos uma redução dos salários e um aumento da taxa de desemprego.

---

<sup>8</sup> In Portes, 199: 65.

Na visão de Marx, a tendência para a sobre-população activa advém fundamentalmente de três fontes:

- do recurso às técnicas de produção e ao aumento de capital como forma de aumentar a produtividade;
- da aposta nos processos de industrialização no sector agrícola, dispensando, desse modo, uma grande percentagem da força de trabalho;
- dos trabalhadores ocasionais, com uma situação de emprego muito precária, constituindo, nesse sentido, uma mão-de-obra quase sempre disponível.

São estes três sub-grupos populacionais que formam o chamado “exército industrial de reserva”, cuja existência é imprescindível, segundo Marx, para a expansão da economia capitalista. Em períodos de expansão económica em que há necessidade de mão-de-obra disponível, estes desempregados vão poder satisfazer a procura de trabalho, a baixo preço. Em períodos de crise aguardarão com total disponibilidade um novo aumento da procura proporcionado por um eventual crescimento económico. Nestes parâmetros, o desenvolvimento da economia capitalista estará sempre salvaguardado na medida em que, em caso de necessidade de força de trabalho, não estará dependente de um crescimento populacional, já que terá sempre à sua disposição um “exército” de desempregados, cuja vivência não passa do estágio de sobrevivência. Dito isto, com a sua teoria, Marx estabelece que o principal responsável pelo estado de pobreza dos trabalhadores não é tanto o crescimento da população, mas antes o desenvolvimento da economia capitalista.

Ao longo dos tempos, as bases do pensamento marxista foram sustentadas por diversos autores, cujos estudos se enquadram na perspectiva histórica e materialista. Neste contexto, vamos tentar esboçar o pensamento de alguns autores do nosso passado recente influenciados pelo pensamento de Marx. Um deles Nikolinakos (1975), define os movimentos migratórios como o instrumento de internacionalização do capital. Segundo este estudioso, o capitalismo foi o responsável pela transferência de força de trabalho dos territórios coloniais para as metrópoles.

Neste contexto surgiram mais evidenciados como países de imigração, países que até então se tinham mantido de certa forma no anonimato. Tal foi o caso de Portugal, juntamente com os países ditos mediterrânicos, nomeadamente a Grécia e a Itália. As transformações económicas e demográficas, decorrentes de um crescimento económico considerável e de uma contracção do nível populacional

derivada essencialmente de uma baixa da taxa de natalidade e do surto emigratório comum a estes países, criaram as condições favoráveis para aceitar a vinda de estrangeiros, enquanto força de trabalho. Neste sentido, Nikolinakos encara os movimentos migratórios como um instrumento de equilíbrio entre os países “importadores” e “exportadores” de mão-de-obra.

Castells (1975), até há pouco tempo, era considerado um seguidor da teoria Marxista ao ter como base de estudo sobre os movimentos migratórios, os processos de acumulação de capital e o desenvolvimento desigual entre as sociedades ditas capitalistas. O pensamento deste autor pode-se resumir segundo três linhas de pensamento:

- As migrações reflectem uma profunda desigualdade entre os “centros” e as “periferias” do sistema capitalista;
- Tendo em linha de conta que a dinâmica da importação de força de trabalho depende directamente da procura de mão-de-obra, as desigualdades na acumulação de capital entre os sectores económicos assume um carácter cíclico;
- A acumulação de capital e o crescimento económico desigual verificado no período pós segunda Guerra Mundial dinamizaram o processo de migrações caracterizado essencialmente pela procura crescente de mão-de-obra com baixo nível profissional, originando a criação de reservas de mão-de-obra na zona periférica a favor dos grandes centros. Nesse período (anos cinquenta/sessenta) esses trabalhadores ocuparam lugares preenchidos anteriormente por trabalhadores nacionais que entretanto os abandonaram para ir ocupar cargos profissionais de maior relevância em termos profissionais. Como forma de preencher a falta de mão-de-obra desqualificada, as entidades patronais recorreram, por um lado, aos trabalhadores rurais, a comprovar pelo êxodo rural verificado nessa altura, e por outro lado, à mão-de-obra feminina que, até essa altura, se dedicava às tarefas domésticas. No entanto, perante o decréscimo da população activa pelos factores já anteriormente referenciados (emigração, fraca taxa de natalidade,...), os angariadores de mão-de-obra necessitaram de recorrer a trabalhadores estrangeiros, maioritariamente de proveniência das ex-colónias. Portugal é um excelente exemplo desta ocorrência. Basta analisarmos a entradas de cidadãos provenientes dos palops nos inícios da segunda metade do século XX.

É interessante notar que processo idêntico, embora num sentido inverso, aconteceu com os emigrantes portugueses. Isto é, enquanto os cidadãos dos Palop, dirigiram-se para Portugal para colmatar as necessidades de mão-de-obra, os portugueses saíram com rumo a outros países, dos quais a França é um exemplo por excelência, para colmatar mesmo tipo de necessidades.

A dinâmica dos fluxos migratórios esteve activa até a década de setenta, altura em que se assistiu a uma certa retracção destes movimentos populacionais.

No entanto é a partir daí que os objectivos dos Estados “importadores” de mão-de-obra deram sinais de ficarem comprometidos. Aquilo que inicialmente se pretendia ser uma imigração temporária transformou-se numa imigração de carácter permanente, consequência do reagrupamento familiar. Ora, este comportamento garantiu ao estrangeiro uma nova postura na sociedade de acolhimento, e garantiu-lhe um estatuto social muito mais próximo do cidadão nacional. Ao deixar de ser encarado como uma força manipuladora (característica do imigrante temporário), passou a poder competir em igualdade de circunstância com os cidadãos nacionais, e passou a beneficiar das mesmas regalias sociais que estes últimos.

Segundo o autor acima referido, esta nova postura dos imigrantes fomenta fenómenos de instabilidade no seio da sociedade de acolhimento porque, para além de pôr em risco os postos de trabalho dos cidadãos nacionais, gera um aumento dos custos sociais suportados até então pelo país de origem.

Ainda no âmbito desta perspectiva é relevante fazer referência a Piore (1979), cujo tema de estudo incide sobre o relacionamento existente entre os países desenvolvidos e os menos desenvolvidos, no contexto dos movimentos migratórios dando assim um grande contributo no aprofundamento das teorias do mercado de trabalho. Uma das suas principais preocupações consiste em comprovar que a intensidade das migrações laborais para determinado ponto do globo variam consoante o grau de motivação dos trabalhadores imigrantes, comparativamente aos trabalhadores dos países de acolhimento. Um estudo mais pormenorizado sobre as actividades laborais desempenhadas por estes dois grupos de trabalhadores, leva Piore a concluir que o país receptor de mão-de-obra estrangeira evidencia dois segmentos de mercado de trabalho: o segmento primário, afecto fundamentalmente à mão-de-obra nacional, destacando neste grupo os empregos mais bem remunerados e com maior estatuto social; e o segmento secundário, preenchido pela maioria da

população imigrante activa e caracterizado pela incidência de empregos menos qualificados e, consequentemente, pior remunerados. À partida, este modelo gera automaticamente um distanciamento sócio-profissional entre as populações imigrante e nacional.

No cômputo geral, é o que acontece em Portugal, relativamente a determinadas comunidades de imigrantes, nomeadamente oriundas de África e da Europa de Leste. É visível a ocupação esmagadora destes imigrantes nos sectores da economia menos privilegiados, como a construção civil, os serviços de limpeza (doméstica e industrial), a indústria têxtil, nas cidades onde esse sector se encontra enraizado (como é o caso do concelho de Barcelos). A ocupação destes postos de trabalho por imigrantes tem reflexos negativos no seu processo de adaptação à nova sociedade. Neste contexto, às dificuldades próprias de qualquer pessoa que está inserida numa sociedade que desconhece por completo, deverão acrescer-se as consequências de um emprego mal remunerado, profissionalmente desqualificado que em nada contribui para a sua ascensão sócio-profissional. O imigrante vê assim a sua condição de ser humano reduzida e, consequentemente, muito afastada da posição social ocupada pelo trabalhador nacional. Seguindo esta linha de pensamento, o mercado de trabalho dos países desenvolvido tem uma tendência nata para a desigualdade de oportunidades de emprego entre trabalhadores imigrantes e nacionais, em que os trabalhos mais desqualificados são afectos aos primeiros, enquanto os mais conceituados pertencem aos segundos.

As transferências de complexos industriais verificadas em diversos países desenvolvidos durante os anos oitenta tem sido merecedoras de reflexões atentas por parte de estudiosos que procuram explicar os movimentos migratórios. Ernst (1980) é apenas um entre muitos que deu fundamento teórico à teoria da “Nova Divisão Internacional do Trabalho”. Numa tentativa de aproximarmos a teoria do estudo empírico, podemos citar Portugal como um dos “palcos” em que as transformações económicas se manifestaram em dois sentidos, embora em períodos diferentes. Simplificando, nos finais da década de setenta e início da década de oitenta, grandes complexos fabris transferiram as suas instalações para Portugal (e outros países em vias de desenvolvimento) onde a mão-de-obra era mais barata. Ao adoptarem esta estratégia os agentes económicos pretendiam reduzir os custos de produção, aumentar os seus lucros substancialmente e fortalecer, dessa forma, a sua participação no mercado mundial. Obviamente que o sucesso deste procedimento exigia não só um investimento tecnológico avançado como uma preparação profissional dos futuros detentores de cargos especializados.

Assim, na década de oitenta países como a França e a Alemanha assistiram à transferência de alguns dos seus complexos fabris para países, segundo esta óptica mais atractivos, como Portugal, Grécia e Espanha. Partindo do princípio que da conciliação entre o emprego de tecnologia avançada e o recurso a uma mão-de-obra barata se verifica um aumento de capital, basta que um destes elementos intervenientes desapareça para pôr em risco os níveis de lucro de produtividade. Nessa altura foram evidentes as transformações económicas ocorridas em Portugal que se repercutiram até meados dos anos noventa. Mais concretamente no caso do concelho de Barcelos, onde incide o “grosso” do nosso trabalho, são visíveis as transformações positivas do crescimento económico. O sector têxtil (o forte do sector industrial do concelho) sentiu um avanço significativo a comprovar pelo expansionismo dos seus complexos fabris, que se repercutiu favoravelmente no poder de compra dos residentes e na redução das taxas de desemprego, praticamente inexistente. No entanto, o início do século XXI inverteu os papéis de Portugal na cena internacional, retirando-lhe o seu lugar de país de referência a favor de países menos desenvolvidos (Europa de Leste, Paquistão, Turquia), onde a mão-de-obra é substancialmente mais barata que em Portugal. Estes países passam a ser o novo centro periférico (em substituição de Portugal, Espanha, Itália e Grécia), onde decorrem actualmente grande parte das estratégias de industrialização<sup>9</sup>.

Desta explanação, retiramos essencialmente a ideia que os imigrantes residentes nos centros de produção já não conseguem satisfazer as necessidades dos grandes empregadores. Segundo os defensores desta teoria, a solução para o crescimento económico passa pela transferência de capital para as periferias, em vez de recorrer ao recrutamento de mão-de-obra. Evidentemente, que este investimento em países menos desenvolvidos vai reduzir as oportunidades de emprego, quer dos nacionais, quer dos imigrantes dos países em que estavam, até então, sediadas os complexos fabris.

---

<sup>9</sup> São inúmeras as empresas têxteis sediadas até relativamente pouco tempo em Barcelos que fecharam as suas instalações, transferindo o seu capital para países onde a força de trabalho é substancialmente mais barata. Outras empresas, por sua vez, embora não se tenham transferido para a nova periferia foram obrigadas a encerrar as suas portas pela perda de clientes de grande poderio económico que por si só garantiam a produção das ditas empresas. Mais uma vez a redução nos custos da produção está na origem da procura dos serviços das empresas sediadas na periferia.

### 2.3. Balanço Crítico

*“Em ciência, todos sabemos que o que acabamos de produzir se terá tornado antiquado dentro de dez ou cinquenta anos. É esse o destino e o sentido de trabalho científico a que este, ao contrário de todos os outros elementos da cultura (...) está submetido e entregue. Toda a aquisição científica implica novas questões e deve ser superada e deve envelhecer”.*

Weber<sup>10</sup>

É difícil chegar a um consenso científico no âmbito dos movimentos populacionais. As duas perspectivas em análise, para além de divergirem no seu conteúdo teórico e metodológico, assentam sobre bases diferentes. Enquanto a perspectiva neo-liberal encontra as suas raízes nas teorias neoclássicas, a perspectiva histórico e materialista enquadra-se na análise histórica e política marxista. Surge por isso uma necessidade pertinente em adequar estes modelos teóricos a actual realidade dos movimentos migratórios.

Uma das críticas mais frequentemente apontadas à crítica histórico e materialista reside na falta de importância atribuída ao indivíduo na identificação dos factores que afectam a decisão de emigrar, dando apenas substancial relevo aos factores estruturais que geram desequilíbrios nas estruturas económicas dos países de origem e de acolhimento de mão-de-obra. Por outro lado, a ideia subjacente à teoria de Marx para a tendência progressiva da homogeneização da classe trabalhadora devido ao desempenho por eles de tarefas simplificadas e, conseqüentemente, mal remuneradas, não faz, no nosso entender, grande sentido na medida em que os indivíduos enfrentam actualmente diferentes oportunidades consoante o seu nível educacional e profissional. Evidentemente, no contexto migratório, os imigrantes enfrentam, ainda hoje, dificuldades de inserção no mercado de trabalho do país de acolhimento, isto se tiverem pretensões em ocupar um emprego equiparado aos trabalhadores nacionais mais bem posicionados profissionalmente. No entanto, no estudo das ciências humanas o que

---

<sup>10</sup> Cf. In Carvalho, 1995: 91.



hoje é considerado um dado adquirido, dentro de quinze anos pode não passar de uma utopia. Com isto queremos dizer que o processo de inserção dos imigrantes nas sociedades de acolhimento, principalmente no meio laboral tem, ao longo das décadas, sofrido alterações no sentido positivo (embora mais lentamente do que seria de esperar).

Ainda no que diz respeito à importância das qualificações profissionais, a teoria neoclássica contrapõe os ideais marxistas ao defender que a situação económica dos imigrantes, depende essencialmente do seu nível escolar e da sua experiência profissional (temos o exemplo dos estrangeiros provenientes do Brasil: a fluidez da língua portuguesa aliada à sua formação profissional tem-lhes permitido uma inserção facilitada no mercado de trabalho e, conseqüentemente, um rendimento equiparado aos nacionais com o mesmo nível de habilitações).

Contudo, se substituirmos os brasileiros, enquanto intervenientes no processo migratório, pelos imigrantes de leste verificamos que os elementos do capital humano como o nível escolar e profissional, acabam por não serem factores relevantes para o imigrante, a constatar pela posição que actualmente ocupam no nosso país. As razões desta diferenciação de estatuto encontra resposta nos modos de incorporação dos imigrantes, analisados por <sup>a</sup> Portes (1999). Segundo este autor, o tipo de recepção de trabalhadores estrangeiros na sociedade de acolhimento depende de três factores.

Em primeiro lugar, da política governamental praticada em relação a determinados grupos de imigrantes, beneficiando uns em desfavor de outros. Na sequência dos acordos assinados entre Portugal e o Brasil, os nacionais brasileiros acabam por ter uma assistência privilegiada na inserção no mercado de trabalho (o que não acontece, por exemplo, com os imigrantes de leste).

Em segundo lugar, a melhor ou pior recepção das comunidades de imigrantes depende muito da opinião pública formalizada em relação aos diferentes grupos. É notável que enquanto, no cômputo geral, os brasileiros ou ainda os estrangeiros provenientes dos EUA são geralmente bem recebidos, outros, pelo contrário, passam de certa forma despercebidos ou são alvo de uma recepção menos acolhedora por parte da sociedade de acolhimento (como por exemplo os africanos).

Finalmente, em terceiro lugar, faz referência à comunidade étnica. Citando este autor “*alguns imigrantes pertencem a nacionalidades demasiado pequenas para constituírem comunidades distintas, acabando assim por se dispersarem entre a população nativa. Outros juntam-se a comunidades compostas sobretudo por trabalhadores manuais*” (1999: 30).

Para terminar, gostaríamos apenas de fazer uma breve abordagem à tese defendida por B. Chiswick. Ao defender que a plena integração do emigrante na nova sociedade depende da sua capacidade de aquisição de conhecimentos que o ponham ao mesmo nível profissional do trabalhador nacional, pensamos que Chiswick assume uma postura demasiada optimista perante o problema. Há realmente estrangeiros que, sendo possuidores de um nível de qualificação superior, conseguem se integrar facilmente na sociedade de acolhimento, não só profissionalmente, como também socialmente. Tal é o que constatamos quando observamos os imigrantes dos EUA, ou, embora não devam ser considerados estrangeiros, os cidadãos da União Europeia residentes em Portugal. Estes indivíduos, possuidores de cargos administrativos ou exercendo profissões liberais, são alvos de um tratamento privilegiado por parte do povo português, comparados com imigrantes de menor nível educacional.

No entanto, no nosso entender, esse estatuto social que os estrangeiros supra referidos gozam em Portugal, não se deve tanto à sua formação mas à sua condição económica e social quando saíram do seu território. De facto, aquilo que nos parece é que, diferentemente dos outros imigrantes, a decisão de emigrar destes não se prende a uma questão de sobrevivência ou más condições de vida, e nem sequer de desemprego. Pensamos que se trate mais de uma questão de ascensão social e de uma tentativa de aumentar o seu rendimento ou o seu estatuto profissional. Dito isto, o imigrante com este perfil chega a Portugal confiante de si, com uma auto estima muito evidenciada e com um projecto profissional bem definido. O receio de os seus objectivos não serem atingidos não assume uma dimensão tão catastrófica quanto teria se, do êxito do seu projecto dependesse a sua sobrevivência e a da sua família.

Contrariamente, e citando dois exemplos, a maioria dos imigrantes provenientes do continente africano e da Europa de Leste enfrenta, ao chegar a Portugal, uma realidade de vida muito mais dura. De facto, no caso dos africanos, uma grande parte deles não possui qualificações profissionais, nem sequer um nível escolar elevado. No entanto, não nos parece que a solução para os seus problemas passe apenas pela aquisição de conhecimentos, mas talvez mais por uma mudança de mentalidade da classe empregadora a quem compete agir em conformidade com o princípio da igualdade de tratamento.

O caso dos imigrantes da Europa de Leste são uma prova bem viva de como a detenção de qualificações profissionais não é sinónimo por si só de plena adaptação quando falamos num contexto migratório. Como é do conhecimento geral, poucos são aqueles que exercem em Portugal uma

profissão dentro dos parâmetros da sua vocação. A maioria, apesar de já dominarem com significativa fluidez a nossa língua, ainda permanecem no escalão dos mais desqualificados em termos de emprego.

Para finalizar, notamos que estas duas comunidades de imigrantes que acabamos de referenciar são movidas a emigrar pelos mesmos motivos: dificuldades económicas que se traduzem em más condições de vida. Somos, por isso, levados a entender que a aquisição de mais conhecimentos, como defende B. Chiswick, não é suficiente para garantir a total integração do emigrante no país de acolhimento. Fundamentalmente, a mudança terá de se verificar a nível do comportamento e atitudes da população autóctone. Os sentimentos de superioridade e os preconceitos deverão ser colocados de lado. “Conhecimento e riqueza material” não são necessariamente sinónimos de boa conduta, nem podem ser encarados como juízos de valor. Devemos acima de tudo tratar os imigrantes, independentemente do seu estatuto sócio-económico, por aquilo que eles são enquanto seres humanos e não por aquilo que eles representam económica ou profissionalmente.

## **PARTE II**

### ***Portugal: entre a emigração e a imigração***

#### **Capítulo 3. Evolução do fenómeno migratório em Portugal**

- 3.1. Emigração: Breve retrospectiva histórica
- 3.2. Imigração contemporânea: condicionantes internas
- 3.3. Distribuição geográfica da população activa por sectores de actividade

#### **Capítulo 4. Enquadramento geo-histórico dos fluxos migratórios**

- 4.1. Movimento migratório dos Países de Leste
- 4.2. Movimento migratório dos países da Europa de Leste
- 4.3. Movimentos migratórios de outras proveniências

#### **Capítulo 5. Consequências da imigração**

- 5.1. Consequências para o país de origem
- 5.2. Consequências para o país de acolhimento

*“As migrações podem não ter dado novos mundos ao mundo, mas deram certamente novos rostos, culturas e diferenças a várias zonas do mundo”.*

João Labescat (1998:83)

Temos presente que, de uma maneira geral, as migrações provêm de uma insatisfação profunda perante uma condição de vida que, no entender da pessoa, se afasta nitidamente do nível considerado satisfatório ao qual o indivíduo aspira. No entanto, se é verdade que a procura e obtenção de um melhor nível de vida consta entre as principais causas das migrações, não é menos certo que os factores que podem proporcionar essa melhoria variam de importância consoante a proveniência e o contexto sócio-político no qual o indivíduo estava inserido no país de origem.

No caso particular de Portugal, a emigração tem sido um dos retratos do país espalhado pelo resto do mundo, há já alguns séculos. Associada à epopeia dos descobrimentos, foi particularmente com a descoberta do Brasil que a emigração se tornou na principal condicionante das saídas maciças de população portuguesa registadas até aos nossos dias.

O contacto durante séculos com a realidade emigratória, enquanto interveniente directa, talvez nos traga algum contributo para uma melhor definição e avaliação das correntes migratórias que têm escolhido Portugal como destino para a concretização dos seus ideais de vida.

A história da imigração em Portugal é ainda relativamente recente. Talvez por essa razão ainda não tenhamos uma colectânea de estudos alargada e aprofundada, que nos permita, actualmente, esboçar um cenário susceptível de nos elucidar sobre diversos aspectos – culturais, históricos, religiosos, sociais – que caracterizam os 223 602 estrangeiros que residiam em 2001 em situação regularizada no país, além de um número indeterminado de imigrantes em situação irregular.

A escassez de conhecimentos desta nova faceta da história social do nosso país tem merecido, contudo, a atenção de alguns estudiosos mais sensíveis a este fenómeno, a comprovar pela crescente publicação de alguns estudos sobre diversas comunidades de imigrantes. Por sua vez, a sociedade em geral não se tem mostrado indiferente a este fenómeno, prestando maior atenção a tudo aquilo que a rodeia, embora nem sempre consiga interpretar adequadamente as situações que gradualmente vão surgindo.

Se qualitativamente temos de ultrapassar diversos obstáculos para desvendar as condições de vida dos mais de 200 mil estrangeiros que se encontram actualmente no nosso país, o mesmo grau de dificuldades não se faz sentir se pretendermos esboçar apenas um retrato quantitativo da população imigrante. Mas, mesmo ao nível de análise quantitativa as dúvidas são ainda uma constante, sobretudo se tivermos a pretensão de analisar uma pequena zona geográfica do país.

Os dados estatísticos utilizados são fornecidos quer pelo INE, quer pelo SEF, se bem que, na opinião de Esteves, os dados dos censos não são tão fiáveis quanto os do SEF, na medida em que, enquanto estes últimos “*referem-se apenas aos estrangeiros em situação juridicamente regularizada*”, os primeiros confrontam-se com a dificuldade de comprovar a nacionalidade, uma vez que “*é possível que muitos estrangeiros em situação irregular tenham respondido que eram portugueses por recearem consequências de uma revelação da sua verdadeira nacionalidade*” (1991: 28).

Contudo, não obstante o risco iminente da sua utilização, os dados fornecidos pelo INE não são, de modo algum, de menosprezar atendendo à grande diversidade de situações que abrangem.

## CAPÍTULO 3

### *Evolução do fenómeno migratório em Portugal*

#### **3.1. Emigração: Breve Retrospectiva Histórica**

*“A civilização Europeia beneficiou dos contributos de outras civilizações do globo, e a totalidade do globo beneficia dos conhecimentos científicos e técnicos produzidos por ela no seu próprio território, no Novo Mundo fundado por milhões de emigrantes vindos do Velho Mundo, ou então em outras regiões da terra influenciadas pela Europa”.*

M. Duverger<sup>11</sup>

O estudo do fenómeno emigratório português não é, certamente, o objectivo prioritário deste trabalho. Todavia, tendo em atenção que este fenómeno tem acompanhado a História portuguesa há vários séculos, consideramos ser de grande interesse a análise das suas componentes mais relevantes para termos uma melhor percepção das transformações sofridas recentemente em Portugal enquanto país de imigração.

De facto, a emigração tem sido uma constante na História humana portuguesa desde o início do processo de colonização, no séc. XV. Apesar da escassez de documentos e de dados susceptíveis de aprofundar as condições de vida dos portugueses que se aventuraram nessa época pelos “quatro cantos” do mundo, é inegável o movimento emigratório que se deslocou para territórios recém-descobertos, nomeadamente para a Madeira (séc. XV); para a Índia (séc. XVI) e, mais tarde, para o Brasil (séc. XVII), tendo este último representado, até aos finais do séc. XIX, o principal destino da emigração

---

<sup>11</sup> Duverger, 1994:167.

portuguesa transoceânica<sup>12</sup>, embora, já desde o século XIX outros destinos tais como os EUA, a Venezuela, e no século XX, o Canadá, se tornassem pólos atractivos de acentuado relevo.

Num contexto puramente do foro migratório, o séc. XVII representa um marco por testemunhar um novo tipo de emigração até então inexistente, permitindo clarificar a distinção entre o colono, “*emigrante que emigra para as colónias por iniciativa do Estado, no quadro de um plano nacional*”, e o indivíduo que, “*por motivos pessoais, independentemente dos planos estatais e, frequentemente, mesmo contra eles, deixa a sua terra natal*” (Ferreira, 1976: 32-33).

Embora o processo de colonização remonte aos inícios do século XV e o fenómeno emigratório propriamente dito date do século XVII, C. Almeida e A. Barreto estabelecem entre estes dois fenómenos um elo de ligação ao encararem a emigração como “*a continuação lógica, heróica e vibrante de uma outra epopeia, a dos Descobrimentos*” (1976: 169). De facto, ambas relatam histórias de dificuldades, sacrifícios e sofrimento, de um povo movido pela determinação de busca de novos territórios e melhores condições de vida. As semelhanças de trajecto entre estes dois movimentos cíclicos tornam impossível destringir colonizador e emigrantes. Ambos partiram do seu país de origem rumo a terras estranhas, aventurando-se por caminhos desconhecidos com poucas certezas daquilo que o futuro lhes reservava.

A expectativa de “enriquecimento fácil” constituiu um dos principais factores de mobilização co-responsáveis pela saída em massa de portugueses do seu país. Estas movimentações retratam verdadeiros actos de coragem dos nossos antepassados, tantas vezes exaltada por poetas e narradores, que os lançava, sozinhos ou acompanhados das suas famílias, em viagens (muitas vezes sem regresso) rumo a terras ainda muito pouco conhecidas.

No caso particular da emigração para o Brasil, numa primeira fase, esta emigração era composta essencialmente por portugueses com alguma estabilidade económica, que lhes permitia fazer face aos custos da viagem, nomeadamente por “*nobres e intelectuais que ingressaram nos serviços públicos e nas profissões liberais*”, bem como por “*pequenos proprietários rurais que compravam no Brasil*

---

<sup>12</sup> O Brasil atraiu durante mais de três séculos inúmeros portugueses, tendo sido “*aqueles que forneceram o maior contingente, estimando-se em cerca de um milhão o número dos nossos compatriotas idos para o Brasil desde a sua independência até ao fim do séc. XIX*” (Garcia, 2000: 17).



*Imigrantes: uma nova face da sociedade portuguesa. Um estudo de caso no concelho de Barcelos*

*pequenas porções de terreno, ou se dedicavam ao pequeno comércio”*<sup>13</sup>. Numa segunda fase, marcada pela abolição da escravatura, o Brasil, enfrentando uma escassez de mão-de-obra, aceita a vinda de um contingente crescente de estrangeiros, nomeadamente portugueses para trabalhar em lugares até então ocupados basicamente por escravos. Essas novas camadas de emigrantes correspondiam às mais pobres da população portuguesa ligadas, essencialmente, a actividades agrícolas, ou então, simplesmente sem profissão, alterando-se, assim, a estrutura sócio-profissional da emigração das épocas anteriores.

Só a partir da primeira metade do século XX se assistiu a uma quebra acentuada da emigração, resultado não só da instabilidade económica vivida a nível mundial como, dos efeitos das duas Guerras Mundiais.

**Quadro I:** Número de emigrantes (médias anuais)

(Valores líquidos da emigração para o estrangeiro e para as colónias)

ANOS	NÚMERO DE EMIGRANTES
1866-71	8 584
1872-71	15 129
1876-80	11 565
1881-85	16 882
1886-90	20 990
1891-95	31 676
1896-1900	22 327
1901-05	25 668
1906-10	39 585
1911-15	54 255
1916-20	30 899
1921-25	31 431
1926-30	33 519
1931-35	7 492
1936-40	8 849
1941-45	3 840
1946-50	14 214

Fonte: V. M. Godinho in E.S. Ferreira, 1976:39.

Se observarmos o quadro I, constatamos que desde 1915, em plena I Guerra Mundial, até 1945, no início do período pós II Guerra Mundial, o número de emigrantes sofre um decréscimo contínuo e

<sup>13</sup> Cf. O. Martins, in Ferreira, 1976: 34.

acentuado, apenas interrompido no período entre as duas guerras mundiais (1926-1930) verificando-se, nessa altura, um ligeiro aumento dos fluxos migratórios. Contudo, logo na primeira metade da década de trinta assiste-se a uma súbita queda de emigração de uma média anual de 33 519 indivíduos, nos anos entre 1926-30, para 7 492 indivíduos, no período de 1931-35. Esta quebra é atribuída fundamentalmente à instabilidade económica mundial dos anos trinta e ao clima generalizado de insegurança gerado pelo ambiente de guerra.

Portugal não fica imune à conjuntura mundial. De facto, os anos quarenta foram, para o país, sinónimo de estagnação económica, evidenciando um ritmo de crescimento inferior ao dos restantes países europeus, cavando-se assim, o fosso que o separa desses países.

Com o fim da guerra, a situação tendeu a alterar-se, embora muito lentamente. A conjuntura económica pouco favorável, associada à abundância de mão-de-obra característica deste período, teve efeitos inegáveis no valor dos salários. “*Segundo os dados de 1950, o salário médio diário masculino, na indústria, aproximava-se de 30\$00 e o do conjunto de homens e mulheres era inferior a 25\$00*” (Almeida e Barreto, 1976: 44). Os salários só voltariam a aumentar com o novo crescimento da emigração e com a consequente rarefacção da mão-de-obra. À parte a saída de muitos portugueses, sobretudo para a Europa<sup>14</sup>, a falta de força de trabalho foi agravada pela diminuição da população feminina activa, registando-se em termos percentuais um decréscimo de 25, 9% (em 1950) para 18, 9% (em 1960). E. Ferreira define essa quebra como um efeito imediato da transferência de trabalhadores dos seus sectores de actividade para outros supostamente mais rentáveis, na medida em que, “*deixando normalmente as mulheres, na cidade, de viver junto da restante família, tinham de ocupar-se dos filhos o que, noutras circunstâncias, poderia ser assegurado por qualquer membro da família*” (1976: 145).

Por altura dos anos sessenta encetam-se grandes transformações no meio sócio-económico português. Logo no ano de 1960, Portugal torna-se membro da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), beneficiando nos primeiros anos de algumas facilidades e benefícios, nomeadamente da permanência de protecção alfandegária, multiplicando, assim, o volume das suas exportações. No

---

<sup>14</sup> A partir da década de sessenta as migrações transoceânicas deixaram de ocorrer com tanta regularidade, encetando-se a grande viragem de emigração rumo a países europeus, geograficamente muito mais próximos de Portugal, tornando-se as viagens mais rápidas e menos dispendiosas.

entanto, convém frisar que o tímido crescimento económico que daí advém não ocorre em todos os distritos do país de forma equitativa. Antes pelo contrário, determinadas zonas geográficas, nomeadamente os grandes centros urbanos de Lisboa e Porto, são beneficiados pela concentração de grande parte dos sectores económicos dominantes, em detrimento de algumas zonas rurais a caminho da desertificação. Se bem que não possamos responsabilizar apenas a emigração por esses desequilíbrios populacionais é certo que a fuga de populações para o estrangeiro não afecta com a mesma intensidade todas as regiões do país, embora os seus efeitos quer em termos demográficos, quer em termos sócio-económicos, se façam sentir à escala nacional.

Basicamente a partir da década de setenta desenvolve-se um fenómeno novo e de importância capital: a grande viragem da emigração portuguesa que troca as rotas transoceânicas pelos caminhos da Europa. No início, a França aparecia como o grande destino dessa emigração, evidenciando-se mais tarde outros países, tais como o Luxemburgo, a Suíça e a Alemanha. Todos eles têm a grande particularidade de serem geograficamente próximos de Portugal, permitindo ao emigrante se deslocar ao seu país de origem com maior regularidade e com menores custos. Nessa altura, os emigrantes eram recebidos de “braços abertos” pelos países europeus debilitados pelos efeitos da II Guerra Mundial. Confrontados com a falta de mão-de-obra indispensável para levar a cabo as enormes tarefas de reconstrução dos diversos sectores económicos, Portugal aparece com “*um novo papel na divisão internacional do trabalho: o de reservatório de mão-de-obra para os países industrializados*” (Ferreira, 1976: 41).

Assim sendo, emigrar para os países europeus tornou-se uma solução viável para o grosso da emigração portuguesa com baixo nível de qualificação profissional, pertencente basicamente à camada mais pobre e iletrada da população<sup>15</sup> e, portanto, com menores condições de vencer na cidade

---

<sup>15</sup> Para termos uma noção do grau de analfabetismo da população emigrante no período de 1962-1971, “*dos 697 878 portugueses que saíram pelas nossas fronteiras, 97 575 eram analfabetos*”. Estes números referem-se à emigração legal. Todavia, a realidade é mais assustadora atendendo que, segundo os dados do *Boletim Anual do Secretariado de Emigração*, mais de 418 821 indivíduos terão emigrado clandestinamente” (Dias, 1986: 18). Apesar de não termos dados oficiais que nos permitam informar com exactidão a taxa de analfabetismo da emigração clandestina, é muito provável que seja bastante elevada, atendendo que a maioria destes emigrantes eram provenientes de zonas rurais onde se registavam um maior número de indivíduos iletrados.

estrangeira. Contudo, nem todos os emigrantes apresentavam este perfil sócio-profissional. Como salientam C. Almeida e A. Barreto, “*a emigração concerne todos os sectores da actividade e não só, (...) os agricultores marginais, assalariados rurais e pequenos proprietários. Segundo certas fontes mais ou menos oficiais (...) o sector secundário – operários de indústria, construção, etc. – tende a ser maioritário*” (1976: 217).

De qualquer modo, independentemente das suas proveniências geográficas ou perfis profissionais importa reter que no decorrer da década de sessenta, sobretudo a partir de 1963 assistiu-se a uma ascensão notável da emigração nas suas mais diversas vertentes. Contudo, tendo em atenção a pouca fiabilidade do número de emigrantes clandestinos<sup>16</sup>, vamos apenas referenciar a emigração legalizada.

---

<sup>16</sup> A análise quantitativa da corrente clandestina foi desde sempre bastante dificultada, quer pela ausência de registo dessas saídas, quer pela discrepância dos elementos fornecidos pelas estatísticas oficiais portuguesas, quando confrontados com as estatísticas estrangeiras. No cômputo geral, não podemos deixar de responsabilizar o Governo português pelo incremento desta corrente: a exigência de documentos de difícil acesso, tais como exames médicos obrigatórios (realizáveis muitas vezes a centenas de quilómetros da residência do interessado); vacinas e cartas de chamada; bem como as dificuldades e a morosidade impostas à concessão de passaportes, leva-nos a concluir que a legislação não estava adaptada à realidade, obrigando o indivíduo a tentar o “salto” sem documentos ou então com documentos falsificados. Os resultados desse “*per saltum*” desesperado foram nessa altura frequentemente relatados. Como sublinha C. Almeida e A. Barreto “*basta ler atentamente os jornais quotidianos para tomar conhecimento dos dramas por vezes relatados em tom de “aventura”: mortos ao atravessar as fronteiras; presos em Espanha e recambiados para Portugal; condenados à pena de prisão*”. Este foi pelo menos, o destino de muitos daqueles que se arriscaram a alcançar a terra dos sonhos “*a pé, de táxi ou de comboio; em camionetas de carga e até mesmo em camiões-frigoríficos*” (1976: 188). Já lá vão quase quarenta anos desde este período dramático da emigração portuguesa que C. Almeida e A. Barreto chamam de epopeia de desespero, e, apesar da consciencialização por parte dos Estados dos erros de governação cometidos no encaminhamento das questões da clandestinidade conseguimos hoje, na qualidade de países de imigração cometer os mesmos erros do passado ao permitir que novos emigrantes de outras proveniências incorram nos mesmos perigos e permaneçam indefesos perante a actuação ilegal de redes de angariadores e falsificadores de documentos preocupados exclusivamente na rentabilização do seu negócio.

**Quadro II:** Emigração legal, por destinos, para o estrangeiro e para as colónias de 1938-1988

Ano	Brasil	EUA	Canadá	total América	França	Alemanha	resto Europa	total Europa	outros destinos	total
1938	9 314	761		11 290					2 319	13 609
1939	16 322	730		17 466					341	17 807
1940	12 260	328		13 013					213	13 226
1941	5 891	125		6 191					69	6 260
1942	1 926	96		2 108					106	2 214
1943	502	158		660					233	893
1944	341	570		2 168					256	2 424
1945	1 206	639		5 728					210	5 938
1946	6 955	168		8 123					152	8 275
1947	10 875	354		12 128					710	12 838
1948	8 770	637		11 474					869	12 343
1949	11 974	1 505		15 647					1 649	17 296
1950	14 143	938		21 491	319	1	81	401		21 892
1951	28 104	676		33 341	418	2	254	674		34 015
1952	41 518	582		46 544	650	4	209	863		47 407
1953	32 159	1 455		39 026	690		246	936		39 962
1954	29 943	1 918		40 234	747	4	205	956		41 190
1955	18 486	1 328		28 690	1 336		121	1 457		30 147
1956	16 814	1 503	1 612	26 072	1 851	6	167	2 024		28 096
1957	19 931	1 628	4 158	32 150	1 640	5	99	1 744		33 894
1958	19 829	1 596	1 619	29 207	6 264	2	127	6 393		35 600
1959	16 400	4 569	3 961	29 780	4 838	6	130	4 974		34 754
1960	12 451	5 679	4 895	28 513	6 434	54	158	6 646		35 159
1961	16 073	3 370	2 635	27 499	10 492	277	304	11 073		38 572
1962	13 555	2 425	2 739	24 376	16 798	1 393	435	18 626		43 002
1963	11 281	2 922	3 424	22 420	29 843	2 118	837	32 798		55 218
1964	4 929	1 601	4 770	17 232	51 668	4 771	1 905	58 344		75 576
1965	3 051	1 852	5 197	17 557	60 267	12 197	1 467	73 931		91 488
1966	2 607	13 357	6 795	33 266	63 611	11 250	3 868	78 729		111 995
1967	3 271	11 516	6 615	28 584	59 597	4 070	2 461	66 128		94 712
1968	3 512	10 841	6 833	27 014	58 741	8 435	2 037	69 213		96 227
1969	2 537	13 111	6 502	27 383	110 614	15 406	2 269	128 289		155 672
1970	1 669	9 726	6 529	22 659	135 667	22 915	1 964	160 546		183 205
1971	1 200	8 839	6 983	21 962	110 820	24 273	1 418	136 511		158 473
1972	1 158	7 574	6 845	20 122	68 692	24 946	1 785	95 423		115 545
1973	890	8 160	7 043	22 091	63 942	38 444	5 255	107 641		129 732
1974	729	9 540	11 650	25 822	37 727	13 352	3 958	55 037		80 859
1975	1 553	8 975	5 857	19 304	23 436	8 177	1 569	33 182		52 486
1976	837	7 499	3 285	14 762	17 919	5 913	598	24 430		39 192
1977	557	6 748	2 280	14 826	13 265	4 835	750	18 850		33 676
1978	323	8 171	1 871	16 307	7 406	4 509	636	12 551		28 858
1979	215	8 181	2 805	17 532	5 987	4 400	807	11 194		28 716
1980	230	4 999	2 334	15 281	5 200	4 000	692	9 892		25 173
1981	228	4 295	2 196	14 798	8 600	3 100	4 109	15 809		30 307

*Imigrantes: uma nova face da sociedade portuguesa. Um estudo de caso no concelho de Barcelos*

1982	187	1 889	1 484	9 420	17 900	1 900	285	20 085	29 505
1983	197	2 437	823	6 242	6 300	1 500	166	7 966	14 208
1984	121	2 651	764	5 747	4 600	1 400	116	6 116	11 863
1985	136	2 783	791	5 842	4 000	1 600	109	5 709	11 551
1986	91	2 704	983	5 024	1 800	3 100	280	5 180	10 204
1987	28	2 643	3 398	7 757	400	3 100	258	3 758	11 515
1988	21	2 112	5 646	8 934	600	3 600	198	4 398	13 332

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

No quadro II observamos que apesar do número de emigrantes portugueses ter aumentado desde o fim da II Guerra Mundial, é no período de 1963-1973 que o movimento ascendente se manifesta claramente. Em 1970 registamos os valores mais elevados (183 205 indivíduos), sendo o destino de maior predilecção, a França (135 667 emigrantes).

No entanto, a conjuntura internacional do início da década de setenta, caracterizada, especialmente, pela crise petrolífera de 1973-74 e o consequente agravamento dos preços do petróleo, gerou um clima de recessão económica nos países europeus, nomeadamente nos países receptores de mão-de-obra estrangeira. Os resultados dessa instabilidade generalizada fizeram-se sentir de imediato no movimento dos fluxos emigratórios, incentivando “a adopção de medidas de fecho de fronteiras à entrada de novos contingentes de imigrantes”, sendo simultaneamente criados “mecanismos legais encorajadores do regresso voluntário dos que já lá estavam e que haviam sustentado o crescimento desses países” (Garcia, 2000: 40).

É interessante lembrar que estas restrições impostas pelos países receptores de mão-de-obra ocorrem num período de grandes mutações sócio-políticas em Portugal, resultado, sobretudo, do fim do regime ditatorial e do processo de descolonização. O regresso à pátria, durante a década de setenta, de 400 mil portugueses provenientes das ex-colónias e de 100 mil soldados (Garcia, 2000: 41), coloca Portugal perante um fenómeno complexo, atendendo à conjuntura político-económica que se vivia então no país. Um dos efeitos mais imediatos desse acréscimo populacional foi o aumento do número de desempregados, que subiu de 86 mil em 1974 para 222 mil em 1975, atingindo em 1983 os 446 mil portugueses<sup>17</sup> (Garcia, 2000: 41).

<sup>17</sup> A situação poderia ter sido ainda mais desastrosa se em vez dos 400 mil portugueses regressassem os mais de meio milhão que se encontravam nos antigos territórios coloniais. Para todos aqueles que não regressaram à pátria outros destinos surgiram como alternativa, tais como o Brasil, a África do Sul e a Venezuela.

É interessante constatar que neste ambiente de certa instabilidade, a inserção dos “retornados” ocorre melhor do que aquilo que se poderia esperar. Vários factores estão na origem desta boa adaptação. Sobressai, em primeiro lugar, o facto de estarmos a falar de pessoas que, na sua maioria nasceram e viveram em Portugal, tendo mais tarde emigrado para as ex-colónias. Existia, portanto, um elo de ligação muito forte entre elas e a sua pátria, facilitando extremamente a sua readaptação a um meio muito familiar. Em segundo lugar, é importante que se note que, embora tenha havido uma quebra das taxas de emigração, o movimento emigratório português não deixou de existir, havendo, assim, com o regresso dos “retornados”, a possibilidade de restabelecer o decréscimo populacional, fenómeno característico dos países de emigração. Finalmente, *“l’arrivée d’une population jeune et qualifiée a compensé en partie la main d’œuvre manquante dans les régions de départ et permis un certain redressement des taux de masculinité”* (Enders, 1994 : 148)<sup>18</sup>.

A partir dos anos oitenta, verifica-se uma retracção pronunciada do fluxo emigratório para a Europa, como consequência das políticas de restrição à imigração levadas a cabo pelos países europeus, ganhando maior importância outros destinos, tais como os EUA, o Médio Oriente, a Austrália, o Canadá, a Venezuela e a África do Sul (Garcia, 2000: 41). Esta transformação das orientações geográficas é válida sobretudo para os portugueses residentes no Continente, uma vez que, relativamente aos emigrantes das Regiões Autónomas, os EUA e o Canadá sempre foram destinos de grande atracção, e continuam a sê-lo, tendo estes países recebido no período de 1980 e 1988, 93.9% do total dos emigrantes açorianos e madeirenses (Garcia, 2000: 41).

Contudo, convém salientar que esta leve “viragem” transoceânica não anulou as correntes europeias, que se mantiveram, e ainda se mantém, com alguma intensidade. A verdade é que os percursos emigratórios dos anos oitenta e seguintes não podem ser dissociados da conjuntura política

---

<sup>18</sup> Neste enfiamento de considerações sobre a viragem sócio-política ocorrida na década de setenta, não podemos deixar de referir que esses acontecimentos, associados às exigências de um recente processo de industrialização em crescimento vieram introduzir mudanças importantes na lógica das migrações em Portugal, como podemos constatar pela vinda, numa primeira fase, de imigrantes directamente dos países africanos, especialmente dos Palop, assim como de países de outros continentes. Ao longo das últimas décadas as comunidades de imigrantes foram crescendo no país, destacando-se pela sua importância numérica, as comunidades formadas por indivíduos provenientes de países outrora potenciais destinos da mão-de-obra portuguesa, tais como o Brasil e alguns países africanos, bem como da Europa.

internacional dessa altura. Antes de mais convém que tenhamos consciência que a crescente emigração temporária,<sup>19</sup> verificada nesse período, no entendimento de M. I. Baganha, foi a forma encontrada de camuflar a emigração permanente restringida pelas políticas dos países receptores de mão-de-obra. Com efeito, *“um número cada vez mais significativo de emigrantes temporários permanece ilegalmente nos países de acolhimento ou renova sistematicamente os seus contratos de trabalho, o que parece indiciar que uma parte substancial da emigração temporária é potencialmente emigração permanente que só toma a forma temporária devido às leis em vigor nos países receptores”* (in Garcia, 2000: 42).

Ainda no tocante aos movimentos para o espaço europeu, a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, em 1986, trouxe dificuldades acrescidas ao estudo das estatísticas sobre a emigração para os países membros da União, devido à abolição dos registos de entrada e saída de emigrantes.

Apesar do nítido abrandamento dos actuais fluxos emigratórios, quando comparados com os movimentos registados durante a década de sessenta e a primeira metade da década de setenta, Portugal encontra-se actualmente representado nos “quatro cantos” do mundo pelas comunidades portuguesas que gradualmente foram integrando, nas sociedades de acolhimento, características da cultura portuguesa.

No cômputo geral, esta fusão de culturas mais não é do que um fenómeno próprio de qualquer país de imigração. Portugal, na qualidade de recente país receptor de imigrantes, tem tido a oportunidade de ver a sua sociedade enriquecida pelas culturas dos imigrantes que acolhe, incluindo num mesmo espaço diferentes modos de ser e de estar.

No entanto, não obstante este cenário aparentemente satisfatório, não podemos ficar indiferentes às irregularidades e lacunas detectadas quando falamos em “imigrantes”. De facto, tal como ocorreu no passado com os nossos emigrantes, o elevado número de indivíduos que se encontram em Portugal em situação irregular, entregues à sua boa ou má sorte, constitui uma prova de que, afinal, pouco aprendemos com os erros do passado. Quem deveremos responsabilizar pela ineficácia da nossa política de imigração? É do conhecimento geral a existência de todo um conjunto de leis aplicáveis ao direito de entrada, permanência e residência de estrangeiros em território nacional. No entanto, ou por

---

<sup>19</sup> “De 1986 a 1988 saíram de Portugal 174 mil emigrantes, dos quais 35 mil permanentes e 139 mil temporários” (Garcia, 2000: 42).



---

*Imigrantes: uma nova face da sociedade portuguesa. Um estudo de caso no concelho de Barcelos*

escassez dos meios disponibilizados para o controlo das entradas de estrangeiros, ou pela demasiada permeabilidade das leis de imigração, ou ainda por qualquer outro motivo, são inúmeros os problemas à espera de soluções eficazes que permitam a Portugal oferecer aos seus novos residentes as condições de vida que tantas vezes foram negadas pelos países de acolhimento a muitos dos nossos emigrantes.

### 3.2. Imigração Contemporânea: Condicionantes Internas

*“De meus sonhos fiz um barco  
pu-lo na vida a boiar  
não tinha leme nem velas  
mas sabia navegar”.*

V. Tavares<sup>20</sup>

O arranque dos sectores industriais verificado em diversos países europeus logo a seguir à II Guerra Mundial exigiu uma maior disponibilidade de mão-de-obra à qual os países em questão não conseguiram encontrar resposta no interior das suas fronteiras. Para satisfazer essa necessidade o recurso à mão-de-obra estrangeira proveniente, essencialmente, de países menos desenvolvidos, surgiu como solução mais viável. Este fenómeno desencadeou todo um movimento migratório no qual Portugal participou como emissor de mão-de-obra, tendo sido aos milhares os portugueses que nessa altura saíram do seu país e se aventuraram por países até então desconhecidos para eles.

A política económica e social levada a cabo pelos governos salazaristas reflectia, perfeitamente, os receios com que os governantes encaravam todo o processo de industrialização, travando, assim, qualquer possibilidade de desenvolvimento virado para o exterior.

Só em meados dos anos sessenta com a entrada de Portugal para a EFTA, o país começa a aceitar investimentos estrangeiros, inicialmente com maior projecção no sul do país, onde começa a ser visível uma crescente presença de alemães e ingleses. E, portanto, quando Portugal entra numa maior fase de desenvolvimento sente necessidade de recorrer à mão-de-obra estrangeira para ocupar lugares vagos em determinados sectores de actividade mais afectados, quer pelo elevado número de militares enviados para combater nas ex-colónias, quer pela dimensão quantitativa da emigração.

O ténue fluxo migratório que se iniciou nos anos sessenta, assume uma crescente importância numérica logo a seguir ao processo de descolonização, período que coincidiu com o fim do regime

---

<sup>20</sup> Tavares, 1998: 10.

ditatorial e, portanto, com o início de uma nova fase socio-económica e política para o país. Como bem sublinha R. Petrella, no período de revolução os portugueses tinham como grandes prioridades de futuro os “3 D”: descolonizar, democratizar e desenvolver. Seguindo o raciocínio do mesmo autor “*a fase revolucionária não durou muito tempo. Por um lado, porque alguns objectivos foram atingidos de maneira exemplar, como foi o caso da descolonização (o 1º D). Por outro lado, porque as bases elementares necessárias e indispensáveis para os conseguir atingir foram estabelecidas, como é o caso da democratização das instituições do país (o 2º D). Enfim, porque os ardores dos primeiros anos tiveram que se esbater face aos constrangimentos e às dificuldades encontradas, de modo particular, no prosseguimento do objectivo de desenvolvimento (3º D)*” (1990: 16).

Todavia, a fase que se seguiu ao período revolucionário não foi destituída de dificuldades, bem pelo contrário. O país encontrava-se economicamente depauperado e apresentava graves desigualdades sociais, agravadas por uma taxa de desemprego galopante. A este quadro negativo devemos ainda acrescentar a perda dos mercados das ex-colónias<sup>21</sup> e o retorno de milhares de portugueses na sequência do processo de descolonização que culminou a 5 de Agosto de 1974 com a publicação do Acordo entre as Nações Unidas e Portugal, no qual foi reconhecido o direito à independência dos povos das colónias.

A partir das observações anteriores somos levados a concluir que os factores políticos induzem às migrações, dependendo da natureza das alterações operadas. No caso particular de Portugal, as alterações radicais de regime político resultaram no regresso de portugueses que até então residiam em territórios coloniais e que se sentiram mais seguros com a nova situação política pelos reflexos positivos que geraram no sistema económico. Note-se contudo, que o retorno de milhares de portugueses não veio suprir as necessidades de mão-de-obra sentidas por Portugal nessa altura, na medida em que não se enquadravam no tipo de emprego oferecido com maior abundância. De facto, a carência de mão-de-obra manifestava-se apenas em alguns sectores de actividade mais ingratos, como a construção civil. Aliás, a este respeito E.S. Ferreira e H. Rato defendem que “*a imigração e o emprego*

---

<sup>21</sup> É certo que o processo de descolonização significa o fim do ciclo de um Império. Mas, em contrapartida representa também o fim do isolamento internacional de Portugal. De facto, novas relações de intercâmbio e cooperação são estabelecidas com diversos países modificando por completo a posição de Portugal no mundo.

*dos trabalhadores estrangeiros na Europa foram (...) criando um estrutura dualista no mercado de trabalho: a mão-de-obra nacional a ocupar os melhores empregos e a mão-de-obra estrangeira com actividade laboral não necessariamente concorrencial com a mão-de-obra nacional” (2000: 7).*

Sendo assim, para os estrangeiros profissionalmente menos qualificados, Portugal aparece como um país potencialmente atractivo, da mesma forma como, de forma inversa ocorreu na década de sessenta para os nossos emigrantes que se deslocaram para França. As diferenças salariais e a oferta de emprego, acrescidas às melhorias dos meios de comunicação justificam o progressivo incremento dos movimentos migratórios provenientes, já durante a década de setenta, dos territórios das ex-colónias e mais recentemente do Leste da Europa, entre outros movimentos de menor dimensão numérica.

Face a estas pressões migratórias, que tendem a se manter, somos levados a nos indagar sobre as condicionantes favoráveis na indução dos movimentos migratórios.

Num sentido generalizado, a imigração esta ligada a uma necessidade localizável no tempo e no espaço, de obter mão-de-obra necessária para levar a cabo um projecto de desenvolvimento proporcionado pela expansão económica. Todavia, para além de satisfazerem uma carência de mão-de-obra temporária, a imigração pode funcionar como um factor de regulação em diversos domínios, nomeadamente no demográfico.

A análise da estrutura da população por idades revela que a intensificação dos fluxos emigratórios registada a partir dos anos cinquenta provocou a saída de um contingente de pessoas em idade activa, basicamente constituída por mão-de-obra masculina, gerando um desequilíbrio de sexos mais acentuado nos distritos de maior imigração. O quadro III ilustra bem aquilo que acabamos de referir. De facto, nos anos de 1974 e 1981 todos os distritos do país, sem excepção, apresentavam uma população feminina superior à masculina sobretudo nos distritos de grande tradição emigratória, tais como Viana do castelo onde, em 1974, residiam 77 homens para 100 mulheres; e a Guarda, que no mesmo ano, registava 87 homens contra 100 mulheres. Em 1981, verifica-se uma maior aproximação das populações feminina e masculina, embora continue a predominar em todos os distritos do país o sexo feminino.

**Quadro III** – Sex-Ratio da população portuguesa (nº de homens/100 mulheres), nos anos de 1974 e 1981

Distrito	1974	1981
Aveiro	89	93
Braga	97	99
Bragança	94	98
Castelo Branco	91	92
Coimbra	87	89
Évora	94	95
Faro	94	97
Guarda	87	92
Leiria	94	95
Lisboa	87	91
Portalegre	92	94
Porto	89	92
Santarém	91	93
Setúbal	96	97
Viana do Castelo	77	82
Vila Real	94	96
Viseu	89	92
Continente	90	93
Ilhas	90	90

Fonte: Arroteia, 1984: 9.

O estudo das tendências demográficas revela-nos, ainda, uma outra realidade bem conhecida dos países de emigração: a redução do crescimento populacional. J.C. Arroteia regista “*um incremento elevado de saídas durante a década de sessenta e na primeira metade de setenta, quase 1,5 milhões de indivíduos (dos quais 933 213 emigrantes legais e 558 882 clandestinos para França)*”. Como resultado deste elevado número de saídas observamos “*uma redução do crescimento efectivo da população, tendo decaído dos 8,3 milhões em 1960 para menos de 8,1 milhões em 1970 (...), voltando novamente a aumentar, atingindo em 1981 os 9,8 milhões de habitantes*” (Arroteia, 1985: 28-29). Esta situação é fruto basicamente da quebra das taxas de emigração registada a partir de meados dos anos setenta e da crise petrolífera que abalou a economia mundial, coincidindo esse período com a vinda de milhões de portugueses das ex-colónias.

Outra questão importante prende-se com o envelhecimento da população portuguesa. Esta situação é preocupante atendendo o declínio acentuado que a taxa de natalidade tem sofrido. O recurso

mais frequente a métodos contraceptivos associado às dificuldades socio-económicas têm sido as principais causas deste declínio<sup>22</sup>.

Diversos estudiosos acreditam que a imigração pode ter um efeito dinamizador numa população envelhecida, podendo funcionar como instrumento estabilizador das taxas demográficas. Coale (1972) foi concerteza um dos estudiosos a encarar a imigração como um meio de restabelecer o equilíbrio demográfico numa população que sofre de taxa de fecundidade baixa. Os estudos deste autor foram seguidos por Espenshade (1982) que concluiu que “*dans la mesure où le groupe migrant enregistrerait les mêmes taux de fécondité et de mortalité que les autochtones et où la répartition par âge et par sexe y resterait la même qu’au moment de la migration, l’ensemble de la population attendrait dans le long terme un état stationnaire*” (OCDE, 1993: 52). Desse modo, a população estacionária que daí advém é constituída, essencialmente, pelos emigrantes e seus descendentes.

No entanto, as probabilidades deste modelo, assente no estado estacionário da população, funcionar bem são, no nosso entendimento, mínimas. Em primeiro lugar, o estudo da evolução de uma população assente neste modelo extremamente rígido exige um estudo separado da população estrangeira e da população originária do país em questão, sem poder ser estabelecido qualquer tipo de interacção entre eles. Em segundo lugar, temos de ter consciência que a obtenção deste estado estacionário pressupõe que os parâmetros de evolução se mantenham estáveis durante um longo período de tempo, sendo, contudo, as probabilidades que tal aconteça escassas.

Outros autores encaram o fenómeno migratório como um precioso instrumento cujo correcto manuseamento pode aumentar substancialmente o número da população activa<sup>23</sup>. “*Cet objectif a été*

---

<sup>22</sup> É interessante constatar que nos países emissores de mão-de-obra, os desequilíbrios demográficos podem funcionar como “variáveis repulsivas”, desde que esses desequilíbrios sejam provocados por um crescimento elevado da população jovem. Citando J.M. Malheiros, “*alguns autores destacam o forte crescimento populacional dos países do Terceiro mundo, associado às carências sociais e ao desemprego, como um dos factores determinantes na manutenção e provável impulso da emigração que neles tem origem*” (1996: 40).

<sup>23</sup> São inegáveis as desvantagens de um desequilíbrio demográfico gerado pelo crescente distanciamento daqueles que trabalham dos reformados por eles sustentados. De facto, para além de perder grande parte da sua capacidade competitiva, a médio prazo o país vai enfrentar sérias dificuldades no seu sistema de financiamento de reformas, uma vez que o número de trabalhadores que para isso descontam é cada vez menor, contrariamente ao número de reformados, cada vez maior.

*fixé en tenant compte des préoccupations politiques touchant l'évolution future de la population et l'utilisation éventuelle de la migration comme instrument économique*" (OCDE, 1993: 55).

Apesar de sucinta, esta análise revelou que o recurso à emigração pode ser uma solução viável para os países que, tal como Portugal, enfrentam um desequilíbrio demográfico<sup>24</sup>, na medida em que pode ser um eficaz instrumento de regulação demográfica e económica. De facto, a maioria dos imigrantes que se encontram em Portugal são relativamente jovens. Segundo dados dos INE, em 2001, dos 17 346 estrangeiros que solicitaram o estatuto de residente, 39% encontravam-se na faixa etária dos jovens (com menos de 20 anos); cerca de 44% apresentavam idades compreendidas entre os 20 e os 39 anos; 13% pertenciam ao grupo etário dos 40 aos 59 anos e apenas 4% representavam o grupo etário com 60 ou mais anos (INE, 2002: 40). Ao contribuírem para o crescimento da população activa, os imigrantes estão a dar um grande contributo para o fortalecimento do sistema de financiamento das pensões, ajudando a garantir as reformas de todos aqueles que já não fazem parte do mercado de trabalho.

Em jeito de conclusão, observamos que, numa altura em que a generalidade dos países desenvolvidos, nomeadamente Portugal, apresentam taxas de fecundidade assustadoramente baixas, e uma população envelhecida, a imigração pode surgir como uma opção viável, desde que usada com moderação, tanto mais que como Le Bras afirma *"à long terme la migration ne se révèle pas suffisamment selective pour modifier de manière spectaculaire la repartition par âge et par sexe d'une population donnée"* (OCDE, 1993: 54).

---

<sup>24</sup> Nem todos os estudiosos reconhecem os efeitos compensatórios da imigração. No entendimento de J. Pestana, não podemos procurar na imigração a solução para todos os problemas demográficos. Segundo o mesmo pensamento, por um lado, *"uma geração não constitui, por si só, remédio bastante para o esgotamento demográfico da Europa e, por outro lado, muito menos corrige – senão uma pequena parte – o excesso populacional do Terceiro Mundo, de tal forma ele se revela desmedido e persistente"* (CES, 1995: 56).

### 3.3. Distribuição Geográfica da População Activa por Sectores de Actividade

*“La plupart m’ont regardé et ont hoché la tête avec gêne (...), sans que je puisse savoir s’ils me saluaient ou s’il s’agissait d’un tic. Je crois plutôt qu’ils me saluaient”.*

Albert Camus<sup>25</sup>

Já se tornou do conhecimento geral que a imigração deixou de ser em Portugal um fenómeno apenas residual. De acordo com os dados disponibilizados pelo INE em 1997 residiam em Portugal com estatuto legal de residente 175 263 cidadãos. No final de 2001 este número subia para os 223 976 cidadãos. Perante tal crescimento ninguém pode ficar indiferente. O próprio cidadão comum muitas vezes, até mesmo por falta de informação, alheio às mutações do seu próprio país, apercebe-se que alguma coisa está a mudar. Num passado mais recente quem não se apercebeu do número crescente de lojas vulgarmente conhecidas por “loja dos 300” (agora € 1.50), pertença de cidadãos de origem chinesa (sobretudo nos centros urbanos), ou então quem não percebeu que cada vez mais nos cruzamos nas ruas com pessoas que falam uma língua diferente da nossa? Naturalmente, a distribuição por países de origem não é equitativa. Essa realidade encontra-se retratada no quadro IV.

**Quadro IV** – População estrangeira residente com estatuto legal por continente e sexo em 31/12/2001.

Nacionalidade	31.12.2001 (dados definitivos)		
	Homens/Mulheres	Homens	Mulheres
Total	223 576	125 941	98 035
Europa	67 121	35 722	31 399
África	107 273	63 216	44 057
América	39 043	21 017	18 026
Ásia	9 721	5 536	4 185
Oceânia	537	296	241

Fonte: Estatísticas Demográficas do INE, 2001.

<sup>25</sup> Camus, 1957: 19.



Contudo, antes de procedermos à análise dos resultados propriamente ditos torna-se pertinente recordar que a imigração é um processo em constante mutação muito sensível às alterações sócio económicas e políticas que marcaram a nossa História. Já tivemos oportunidade na segunda parte do nosso trabalho, mais precisamente no capítulo 3.2., de abordarmos genericamente a trajectória de Portugal no processo migratório e constatamos que muitas das mutações sofridas ao longo de todo o século XX, no campo político tiveram inevitavelmente repercussões no rumo das movimentações humanas. Podemos apontar quatro fases importantes responsáveis por essa mutação:

- Processo de descolonização que origina a vinda crescente de imigrantes provenientes do território das ex-colónias (até 1974 o fluxo proveniente destes territórios eram considerados fluxos inter-regionais);
- Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (1986), actual União Europeia, o que na prática significa que os imigrantes que se encontram cá oriundos de países da União perdem o estatuto de imigrantes para ganharem o de cidadão comunitário;
- O desmembramento do bloco de soviético (1989) que provocou mutações na história das migrações não só no leste europeu, mas em toda a Europa e, particularmente, em Portugal, ficando evidenciado aos olhos do mundo a sua faceta imigratória;
- Finalmente, a integração de Hong Kong e de Macau na República Popular da China provocou um fluxo migratório para Portugal mercê do regime especial de que gozam os considerados residenciais em Macau, reconhecidos, mediante determinadas condições como residentes em Portugal.

Visto isto, e no sentido de não incorrerem no erro de sermos repetitivos, neste sub-capítulo vamos só referenciar, em primeiro lugar, dados referentes à população estrangeira e comunitária que reside actualmente em território nacional com base nos países de origem e, em segundo lugar, vamos caracterizá-los e analisar a sua distribuição geográfica por sectores de actividade.

De acordo com os dados do INE relativos à população estrangeira residente em Portugal com estatuto legal de residência em 31/12/2001, o fluxo de maior dimensão é formado por cidadãos oriundos das ex-colónias com 101 379 indivíduos seguido, no sentido decrescente, pelos cidadãos

pertencentes à União Europeia com 61 732 e, em terceiro lugar, encontram-se os imigrantes do Continente Americano com 39 043 cidadãos. Finalmente, de uma menor dimensão, mas nem por isso desprezível constam os cidadãos asiáticos representando 9 721 do total da população imigrante.

Como já tivemos oportunidade de referir várias vezes, a comunidade africana conheceu um aumento significativo logo após Abril de 1974, contando em finais de 2001 com 107 273 cidadãos. Relativamente à Europa, em 2001, já estavam a residir em Portugal 67 121 europeus dos quais se destacam pela sua maior representação numérica o Reino Unido, a Espanha, a Alemanha e a França com, respectivamente 14 945, 13 653, 11 960 e 7 818 indivíduos. Em termos de distribuição geográfica, os imigrantes dos Palop denotam uma clara preferência pelos distritos de Lisboa e do Porto, enquanto os cidadãos europeus se distribuem pelos diversos distritos de forma mais equitativa.

A manifestação de preferência por parte dos africanos pelos grandes centros deve-se, não tanto a uma mera escolha, mas principalmente a uma questão de oferta de emprego. Sabemos que este núcleo de imigrantes, composto maioritariamente por uma mão-de-obra pouco qualificada, empregue essencialmente na construção civil, procura concentrar-se nas cidades onde a construção civil tem tido um real crescimento.

Ainda relativamente à população estrangeira residente em Portugal, o fluxo imigratório do Continente americano ocupa o terceiro lugar com um total de 39 043 cidadãos, dos quais 23 439 são brasileiros e 8 027 provenientes dos EUA. A comunidade venezuelana encontra-se representada apenas por 3 515 cidadãos. Finalmente, embora com uma presença bastante discreta, mas de modo algum negligenciável, temos os cidadãos asiáticos, dos quais assumem maior relevância os chineses e os indianos, com respectivamente 3 953 e 1358 indivíduos.

Em termos de actividade ocupacional verificamos que os cidadãos oriundos dos Palop são maioritariamente trabalhadores por conta de outrem, havendo apenas uma pequena percentagem que trabalha por conta própria, nomeadamente alguns moçambicanos que se dedicam ao pequeno comércio. Relativamente aos brasileiros, destacam-se sobretudo por serem trabalhadores por conta própria, com particular incidência em profissões liberais. Estamos a falar de uma imigração diferente daquela que estávamos habituados baseada na contracorrente da emigração portuguesa. No entanto, o crescimento económico verificado em Portugal nos anos 80 e 90 aliado a um clima de instabilidade económica sentida no Brasil, provocaram a vinda de um maior número de estrangeiros brasileiros com um padrão sócio profissional elevado. Segundo os dados do SEF referenciados no quadro V, dos 647 cidadãos de

*Imigrantes: uma nova face da sociedade portuguesa. Um estudo de caso no concelho de Barcelos*

nacionalidade brasileira que solicitaram estatuto de residente em 2002, 160 são especialistas das profissões intelectuais e científicas (grupo 2); 147 pertencem ao grupo dos técnicos e profissionais de nível intermédio (grupo 3). Apenas 60 brasileiros são considerados trabalhadores não qualificados (grupo 9).

**Quadro V** – População estrangeira que solicitou estatuto de residente, em 2002, por nacionalidade, segundo a profissão.

<i>Nacionalidade</i>	<i>Grupos de Profissões</i>									
	Total	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>Europa</b>	2052	281	779	296	99	214	29	134	138	92
União Europeia	1748	264	735	271	90	189	26	90	27	56
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>África</b>	7496	8	57	57	47	192	41	507	51	535
Angola	446	-	19	14	23	71	3	180	26	131
Cabo verde	513	3	4	9	8	62	30	184	9	206
Guiné Bissau	211	3	15	13	4	15	1	55	13	60
Moçambique	38	-	-	4	4	8	-	7	1	14
S. Tomé e Príncipe	125	-	10	3	4	7	2	30	2	57
Outros	151	2	8	14	4	18	5	41	1	68
<b>América</b>	753	38	202	166	43	136	2	75	19	72
EUA	20	3	11	3	-	1	-	-	-	-
Brasil	647	31	160	147	40	121	2	83	13	60
Venezuela	21	1	5	2	-	4	-	1	1	7
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Ásia</b>	379	30	19	10	2	114	6	51	9	118
China	106	24	5	3	2	66	-	-	-	6
Índia	58	4	1	1	-	14	2	17	3	26
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Oceânia</b>	5	-	1	-	-	2	1	1	-	-

Fonte: Instituto Nacional de Estatística<sup>26</sup>

<sup>26</sup> O SEF agrupa em nove grandes grupos as profissões de algum modo ligadas pela formação exigida e pelo tipo de trabalho realizado. Passamos a citar:

Relativamente aos estrangeiros oriundos dos EUA verifica-se uma certa heterogeneidade em termos de profissões com nível de qualificação elevado, denotando-se uma maior incidência em profissões intelectuais e científicas. A explicação para este elevado nível de qualificação profissional reside substancialmente no facto de uma parte desses estrangeiros terem vindo para Portugal trabalhar por conta própria estabelecendo o seu próprio negócio.

Em situação semelhante, não em termos numéricos mas de ocupação profissional, destacam-se os cidadãos europeus, nomeadamente os cidadãos comunitários (dos 1 748 cidadãos, 735 ocupam uma profissão do grupo 2; 271 do grupo 3 e apenas 56 do grupo 9). Desta análise depreendemos que estamos perante dois grupos populacionais com elevadas qualificações científicas e técnicas, contribuindo significativamente pela positiva para o desenvolvimento sócio-económico em Portugal.

Mas, por muita importância que estes grupos populacionais tenham na nossa economia, não devemos esquecer o contributo imprescindível dado pelas populações menos letradas. Nesta categoria o maior predomínio em termos numéricos pertence aos cidadãos originários de países africanos, designadamente dos Palop. Segundo a mesma fonte de dados, dos 1 496 africanos que pediram estatuto de residente, 536 são considerados trabalhadores não qualificados (grupo 9); 507 são operários, artífices e trabalhadores similares (grupo 7) e 192 definem-se como pessoal de serviços e vendedores (grupo 5). Por ordem decrescente, segundo a nacionalidade, os cabo-verdianos destacam-se por terem apresentado um maior número de pedidos (513), seguidos dos angolanos (446), dos guineenses (211), dos S. Tomenses (125) e com menor representatividade dos moçambicanos (38). Importante será referenciar que diferentemente dos restantes africanos, os moçambicanos são os únicos, de entre os

---

Grupo 1 – Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas;

Grupo 2 – Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas;

Grupo 3 – Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio;

Grupo 4 – Pessoal Administrativo e Similares;

Grupo 5 – Pessoal dos Serviços e Vendedores;

Grupo 6 – Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas;

Grupo 7 – Operários, Artífices e Trabalhadores e Similares;

Grupo 8 – Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores de Montagem;

Grupo 9 – Trabalhadores Não Qualificados.

cidadãos africanos, que apresentam uma maior representatividade como vendedores, o que é compreensível se atendermos à sua aptidão para actividades comerciais. Relativamente aos angolanos, cabo-verdianos e guineenses é notória a prevalência de trabalhadores não qualificados e operários, artífices e trabalhadores similares.

Apesar de um maior número de africanos do sexo masculino do que do sexo feminino (933 contra 563), é clara a prevalência das mulheres sobretudo nas áreas de pessoal de serviços (homens – 52; mulheres – 14) e de trabalhadores não qualificados (homens – 226; mulheres – 310). A explicação para esta realidade reside essencialmente na prestação preponderante da classe feminina nos serviços de limpeza doméstica e industrial, essencialmente nas zonas urbanas. A elevada taxa de actividade profissional da população nacional feminina aliada à ausência de familiares, nomeadamente dos pais a quem poderiam eventualmente pedir apoio obriga as famílias de classe média a recorrerem aos serviços deste tipo de mão-de-obra. Por sua vez, a mão-de-obra masculina de origem africana define-se mais como operários, artífices e trabalhadores similares (485 homens *versus* 22 mulheres).

A distribuição da população imigrante está de certa forma interligada ao perfil ocupacional do imigrante propriamente dito. Com efeito, não é coincidência que uma grande parte dos estrangeiros que trabalham na construção civil e obras públicas, se concentram nos distritos de Lisboa, Setúbal e Faro, onde o sector da construção se encontra mais dinamizado. É igualmente nos grandes centros que se localizam uma parte de estrangeiros afectos a sectores mais qualificados, nomeadamente pertencentes a quadros superiores de empresas, técnicos especializados e predominantemente representados por cidadãos originários da União Europeia, dos EUA e do Brasil. Os quadros VI e VII evidenciam bem a importância dos grandes centros urbanos em termos de retenção de mão-de-obra estrangeira. Ao estabelecermos uma análise comparativa relativamente à distribuição da população estrangeira por distritos e regiões autónomas entre os anos de 1992 e 2002, constatamos que no período de dez anos, muito embora tenha havido algumas variações, Lisboa, Setúbal, Porto e Aveiro, continuam a ser os destinos preferenciais dos nossos imigrantes. No entanto, isto não significa que os restantes distritos do país não ofereçam melhores condições de vida do que os grandes centros. Com a realização do nosso estudo no concelho de Barcelos tivemos oportunidade de registar alguns relatos de imigrantes que nos provaram como a solidariedade humana comum às cidades provincianas, pode ser muito mais compensadora que os benefícios das grandes cidades. Sem o grande stress e agitação característicos dos

*Imigrantes: uma nova face da sociedade portuguesa. Um estudo de caso no concelho de Barcelos*

grandes centros urbanos, as pessoas ficam mais disponíveis e atentas às necessidades de terceiros, neste caso dos imigrantes, transmitindo-lhes de certa forma um sentimento de segurança para quem o medo e a desconfiança são uma constante.

**Quadro VI** – População estrangeira residente em Portugal com estatuto legal de residência, nos anos de 1992 e 2002, segundo a distribuição geográfica de residência.

Anos	Portugal	Aveiro	Beja	Braga	Bragança	Castelo Branco	Coimbra	Évora	Faro	Guarda	Leiria
1992	123612	5922	508	1830	181	119	2801	855	13558	584	1654
2002	238746	5866	1273	3827	457	757	6578	1166	31240	969	3217

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

**Quadro VII** – População estrangeira residente em Portugal com estatuto legal de residência, nos anos de 1992 e 2002, segundo a distribuição geográfica de residência.

Anos	Lisboa	Portalegre	Porto	Santarém	Setúbal	Viana do Castelo	Vila Real	Visau	Regiões Autónomas	
									Açores	Madeira
1992	65413	378	6798	921	11134	1012	568	1087	3062	2917
2002	125858	831	13931	1962	26193	1717	760	1530	2585	3139

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

## CAPÍTULO 4

### *Enquadramento geo-histórico dos fluxos migratórios*

#### 4.1. Movimento Imigratório dos Palop

*“Não há nada de bárbaro e selvagem naquela nação, porque, segundo me foi dito, cada homem chama bárbaro ao que quer que seja alheio às suas práticas; porque, de facto, parece que nós não temos qualquer outro teste de verdade ou razão para além do exemplo ou padrão de opiniões e costumes do país em que vivemos”.*

Montaigne (Séc. XVI)<sup>27</sup>

Antes de analisarmos os movimentos migratórios provenientes dos Palop importa fazer uma breve referência ao fenómeno do colonialismo para, assim, compreender melhor a conjuntura migratória que se vive actualmente no nosso país.

De entre todas as civilizações com que Portugal manteve relações coloniais, a civilização de origem africana é certamente aquela que assume uma maior importância no contexto imigratório. Iniciado há mais de cinco séculos, com a tomada de Ceuta, em 1415, o colonialismo foi o principal protagonista de uma nova era marcada essencialmente por transformações sócio-económicas. A abundância de preciosos produtos, nomeadamente ouro, especiarias, marfim, transformaram os territórios colonizados em pólos de grande interesse a nível internacional. Contudo, nenhuma riqueza era tão compensadora como o tráfico de escravos, tendo este comércio assumido uma dimensão assustadora com as transferências sucessivas de mão-de-obra negra para a metrópole e o Brasil. “*Só na segunda metade do séc. XV devem ter sido exportados da Guiné, por mar, 140 a 150 mil cabeças humanas*”, ocorrendo a mesma razia noutros territórios, nomeadamente em Angola onde, no séc. XVI, terão saído “*cerca de um milhão de negros*” (Sá, 1977: 64).

---

<sup>27</sup> Citada por Rovisca in Garcia (2000: 71).

Vale a pena citar um curto excerto escrito por Sá, na sua obra “Repensar Portugal”, que funciona como uma breve amostragem de um dos períodos mais obscuros da história, nomeadamente de portugueses. “*Para a aquisição de escravos no litoral africano, praticava-se uma autêntica guerra de caça ao homem. Os pretos davam muitas vezes seis a dez escravos por um cavalo. Na Ilha de Palma, na Costa da Malagueta, os escravos eram trocados por bacias, a princípio duas bacias, depois quatro e cinco bacias por escravo. Além de cavalos e bacias, outros artigos mais usados para a compra de escravos eram os tecidos baratos (lençóis e panos vermelhos), objectos de cobre e contas de cristal*” (Sá, 1977: 64).

Este cenário de escravatura viria a perdurar até aos finais do séc. XIX, altura em que as potências europeias decidiram abolir a escravatura por ser, antes de tudo, um intolerável atentado aos direitos de todos os seres humanos. Portugal não foi excepção, embora inicialmente tenha sido alvo de críticas de outros países, nomeadamente da Inglaterra, por não reprimir de forma eficaz o tráfico negreiro. Como resposta o Governo português proibiu, em 1836, a importação e a exportação de escravos das colónias portuguesas, culminando, em 1854, com o decreto da libertação de todos os escravos pertencentes a Portugal.

Não obstante os africanos recuperarem o seu estatuto de “homens livres”, essa liberdade muito pouco tinha a ver com a verdadeira acepção da palavra. Seguindo a linha de pensamento de Davidson, os europeus encaravam as suas colónias como fontes de lucro obtido de duas maneiras. “*Uma dela era forçar ou persuadir os Africanos a trabalharem nas minas de propriedade europeia ou no cultivo de produtos (...) quase sempre por salários ou preços baixos*”; a segunda maneira “*consistia em vender mercadorias de fabrico europeu aos africanos*” (Davidson, 1981: 213).

Globalmente, todo o sistema colonial desenvolve-se segundo estes parâmetros, deixando pouca margem de manobra a um povo já tão alvejado por infortúnios. Com um rendimento miserável e sem o mínimo de conhecimento e condições materiais para desenvolver actividades empresariais rentáveis, os africanos viram-se impedidos de concretizar os seus projectos.



A condição de miséria e de trabalho forçado<sup>28</sup> a que estes povos estiveram sujeitos nas colónias, nomeadamente nas portuguesas até 1974, tem levado muitos autores a se interrogarem sobre o verdadeiro sentido de “liberdade” para um indivíduo que se vê obrigado de migrar bem longe, por um tempo indefinido, em troca de um magro salário que apenas lhe permite lutar pela sobrevivência da sua família. *“Ao fim de um longo contrato talvez eles pudessem comprar dois cobertores ou um artigo tão caro como uma bicicleta. Mas tinham de ser muito poupados para conseguirem isso. Os patrões elaboravam os salários na base das simples necessidades semanais de um homem solteiro, quer ele tivesse família, quer não”* (Davidson, 1981: 215). Apesar destes indivíduos receberem um pagamento pelos seus serviços prestados (ainda que extremamente reduzido), afastando-os, assim, da condição de escravidão propriamente dita, somos levados a concluir a nos questionar até que ponto se poderá considerar “livre” um ser humano que dedica toda a sua vida a trabalhar para garantir apenas a sua sobrevivência, sem poder retirar do seu trabalho o mínimo que seja que lhe permita beneficiar de alguma qualidade de vida?

O recurso ao trabalho forçado, prática generalizada nas colónias portuguesas, manteve-se até à conquista da liberdade política por parte das colónias africanas em relação ao regime colonial, e na sequência da restauração da democracia em Portugal, fruto da Revolução dos Cravos, em Abril de 1974. Foi precisamente nessa altura que o fenómeno da imigração adquiriu, em Portugal, uma maior visibilidade, alargando os horizontes a todos aqueles que ainda guardavam no seu íntimo alguma esperança de conseguir concretizar os seus desejos básicos, que se resumiam a uma vida digna.

Sinónimo de liberdade do povo português do regime de ditadura ao qual esteve submetido durante meio século, a Revolução do 25 de Abril reveste-se de uma maior importância ao pôr termo a uma guerra além fronteiras que durou 13 anos, tendo sido responsável pelo sofrimento e pela morte de milhares de portugueses<sup>29</sup> e de colonos. Como sublinha Davidson, o fim da guerra colonial *“ficou a*

---

<sup>28</sup> A propósito do trabalho forçado, Jouhaux declarou com razão em 1930, que *“le travail forcé peut avoir des conséquences pires que l’esclavage, parce que les propriétaires d’esclavage avaient intérêt à conserver leur cheptel humain, alors que les exploitants du travail forcé n’ont cure d’une main-d’œuvre dont ils peuvent combler les vides”* (in Guillaume, 1974: 233).

<sup>29</sup> *“Huit cent mille métropolitains ont accompli leurs service militaire entre 1961 et 1974 et environ sept mille d’entre eux ont trouvé la mort en Afrique au cours de la même période”* (Enderes, 1994: 147).

*dever-se não só ao poderio militar e capacidade política dos movimentos africanos de libertação nacional (MPLA em Angola, PAIG na Guiné Bissau e Cabo Verde e FRELIMO em Moçambique), como ainda à acção regeneradora e judiciosa dos oficiais do Movimento das Forças Armadas e à reacção patriótica de todos os portugueses que responderam positivamente às ideias de libertação nacional e mudança esclarecida” (1981, 223).*

Uma das consequências deste movimento revolucionário foi a proclamação de cinco novas nacionalidades: a Guiné-bissau a 26 de Agosto de 1974; Moçambique a 25 de Junho de 1975; Cabo Verde a 5 de Julho de 1975; S. Tomé e Príncipe a 12 de Julho de 1975 e, finalmente, Angola a 11 de Novembro de 1975 (Anexo 2). No entanto, a retirada de Portugal dos territórios das novas nações não representou apenas o afastamento dos dirigentes portugueses dos centros decisórios dos Palop. Significou, igualmente, o êxodo de mão-de-obra portuguesa, jovem e qualificada, dos mais diversos sectores da economia dos novos países africanos rumo principalmente à antiga metrópole, deixando as sociedades africanas à mercê dos desentendimentos gerados pelas lutas internas pelo poder<sup>30</sup>, agravados pelo aumento do nível de pobreza.

É no contexto desta difícil conjuntura socio-económica que Portugal aparece como principal destino dos movimentos populacionais oriundos dos Palop.

Embora não haja dados estatísticos sobre a entrada de estrangeiros provenientes das ex-colónias, no período anterior à proclamação da sua independência, em virtude de constatarem como migrações de carácter inter-regionais, podemos avançar que os primeiros imigrantes africanos chegaram a Portugal durante a década de sessenta, não tendo contudo grande representatividade no total de estrangeiros residentes em Portugal (1,5% em 1960), contrapondo-se à presença de estrangeiros provenientes da Europa no mesmo período (67%) e do continente americano, embora em proporções menores (31% do total) (Esteves, 1991: 21).

---

<sup>30</sup> Na óptica de alguns autores, a delimitação dos territórios africanos pelas potências europeias, sem ter em linha de conta as suas diversidades étnicas, linguísticas, religiosas e culturais, aparece como uma das principais causas responsáveis pelos infortúnios da África. Como sublinha Davidson, os europeus “*retalharam a África em cinquenta colónias, ao sabor dos puxões e empurrões dos interesses e rivalidades europeias, e de maneira nenhuma de acordo com os interesses dos povos cujos países invadiram*” (1981: 225).

Foi sobretudo ao longo dos anos oitenta que se verificou um crescimento mais acelerado do número de estrangeiros com residência em Portugal, estando este fenómeno directamente associado à adesão de Portugal à Comunidade Europeia em 1986, altura em que Portugal começa a ser beneficiário de fundos comunitários. Este acréscimo de capitais alargou os horizontes de investidores que aproveitaram de imediato as novas oportunidades financeiras oferecidas para desenvolver o tecido empresarial. Perante a abertura da economia portuguesa, o recrutamento de mão-de-obra para os sectores industrial e da construção civil tornou-se uma necessidade a satisfazer.

**Quadro VIII:** Estrangeiros de origem africana com residência legalizada (1986-1991)

(No Continente, Arquipélagos dos Açores e Madeira)

Anos Nacionalidade	1986	1987	1988	1989	1990	1991
África (geral)						
Angola	3966	4187	4434	4842	5306	5738
Cabo Verde	26301	26565	26953	27972	28796	29743
Guiné	2494	2688	3021	3447	3986	4770
Moçambique	2475	2600	2762	2980	3175	3361
S. Tomé	1563	1625	1730	1873	2034	2183
Outros	1030	1173	1353	1675	1958	2203

Fonte: INE – Dados referentes ao período de 1986-1991.

A análise do quadro VIII evidencia o crescimento ininterrupto do número de estrangeiros oriundos dos Palop com residência legalizada em Portugal durante o período de 1986-1991. Extremamente interessante é a importância numérica da Comunidade cabo verdiana, ultrapassando largamente o total dos restantes imigrantes provenientes, em igual período, do continente africano.

Este movimento migratório assume contornos particulares ao definir o imigrante de origem africana como um indivíduo, predominantemente, com baixas qualificações, recrutado com o principal objectivo de colmatar a falta de mão-de-obra sentida no sector da construção civil, decorrente por um lado do êxodo emigratório dos portugueses para a Europa e, por outro lado, do crescimento do investimento verificado em Portugal com a vinda de fundos comunitários.

Esta categoria de imigrantes, confinados, na maioria das vezes aos trabalhos mais ingratos e mal pagos, são, em regra, originários “*dês regions rurales du pays de départ, régions peu développées, sous-scolarisées où il existe des forts excédents de main d’oeuvre par rapport aux faibles potentialités de l’économie locale*” (Simon, 1995: 37).

De menores dimensões, mas igualmente importantes, destacam-se outros dois movimentos imigratórios de origem africana: o primeiro formado por estudantes interessados em concluir em Portugal os seus estudos<sup>31</sup>; e o segundo constituído por pessoas de diversos estratos sociais, que, dado o clima de guerra instalado nos seus países, procuram em Portugal a salvaguarda da sua integridade física e a obtenção de protecção jurídica<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Segundo os dados do SEF, a comunidade estudantil de origem africana, residente em Portugal não é de modo algum insignificante. Tendo como ponto de referência os anos de 1992 e 1996, verificamos que os estudantes angolanos, em Portugal, deixam de ser 2 684 (em 1992), para serem, quatro anos mais tarde, 4 693. Relativamente aos estudantes dos restantes Palop, estes manifestam a mesma tendência de crescimento, embora apresentando valores diferenciáveis em função da importância numérica que cada uma das comunidades detém em Portugal. Neste contexto, a população Cabo Verdiana assume um lugar de relevo, com 6 753 estudantes, em 1996, contra os seus 5 048, em 1992; enquanto S. Tomé apresenta, no mesmo período, uma população estudantil que não ultrapassa os 1 330 alunos (em 1996), muito próxima do número de estudantes de origem moçambicana residente em Portugal no mesmo ano, que não ultrapassa os 1 367 estudantes (dados do SEF).

<sup>32</sup> Mais do que um dever imposto pelo Direito Internacional, o acolhimento e a protecção de pessoas oriundas das ex-colónias deve ser assumido por Portugal como um dever moral. Num dos seus artigos de opinião, Almeida Ribeiro, ex-provedor de justiça, alerta para os deveres especiais que Portugal tem para com os países de expressão portuguesa. “*Se, outrora, retirou riquezas e poderio das antigas colónias da África e do Brasil, terá de ter uma concepção humana em relação a esses povos, dos quais retirou tanto rendimento e sacou riquezas durante séculos. Foram territórios que também souberam acolher os portugueses em várias ocasiões da nossa História. E é justo agora, como que uma reparação em relação ao que deles extraímos, mesmo que tenhamos dado algum contributo importante para o seu desenvolvimento. Mas*

A década de noventa regista em Portugal a mesma tendência para o acréscimo de mão-de-obra africana com menor nível de qualificação profissional, alimentada por uma conjuntura económica que favorece o sector da construção civil. Para além disso, devemos ainda referenciar o processo de regularização ocorrido em 1992/93, cujo resultado prático se traduziu no acréscimo evidente do número de trabalhadores. A observação dos dados do quadro IX, referente à população dos Palop, residente em Portugal, em situação laboral, no período de 1992 a 1996, mostra precisamente os efeitos deste processo de regularização.

**Quadro IX:** População dos Palop residente em Portugal de 1992 a 1996  
(Estrangeiros na condição de trabalhadores)

Nacionalidade	ANOS				
	1992	1993	1994	1995	1996
Angola	1897	2281	6590	7990	8213
Cabo Verde	17721	18053	20574	21849	22153
Guiné	3108	3545	6036	7023	7206
Moçambique	1660	1692	1831	1899	1901
S. Tomé	992	1171	1739	1906	1945

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (1992 a 1996).

O ano de 1994 regista um maior crescimento da população oriunda dos Palop, comparando com os dados referentes aos restantes anos e, em termos de nacionalidade, a comunidade angolana aparece como aquela que quantitativamente mais cresceu.

---

*a ideia de que milhões de portugueses, no decorrer das épocas, encontraram fortuna e prosperidade nessas terras, não pode nem deve ser desprezada”* (Ribeiro, 1994: 9).

Em jeito de conclusão, depreendemos desta breve análise geo-histórica do movimento imigratório africano, que o processo de descolonização e o advento da democracia representam o marco da viragem do fenómeno da imigração em Portugal. Contudo, não obstante estes fluxos de mão-de-obra terem vindo colmatar necessidades sentidas essencialmente nos sectores industrial e da construção civil, há quem considere que provocaram mudanças menos positivas no perfil da imigração em Portugal, em virtude de se tratar de uma imigração composta predominantemente por indivíduos com um nível de qualificação relativamente baixo, que enfrentam sérias dificuldades na obtenção de um posto de trabalho estável e permanente. Portes partilha dessa opinião ao observar que, a partir dos meados dos anos oitenta “*os grandes fluxos de africanos, atraídos a Portugal pelos programas intensivos de obras públicas, começam a formar bolsas de pobreza e exclusão social*”. E, a seguir, o autor concluir: “*a democratização dos fluxos migratórios se traduz numa quebra acentuada nas qualificações, relativamente às do grupo dos pioneiros, e se acompanha da criação e enraizamento de estereótipos negativos na opinião pública*” (1999: 10).

Frequentemente, os indicadores étnicos e sócio-culturais são apontados como os principais responsáveis pela difícil integração destas comunidades de imigrantes (apesar da proximidade linguística que nos une), posicionando-os num lugar desvantajoso comparativamente a outras comunidades migratórias, nomeadamente a brasileira, com quem Portugal partilha maiores afinidades. É preciso que se note que as dificuldades de inserção dessas comunidades poder-se-ão se agravar se se tiver em linha de conta que existe uma clara pretensão de transformar toda a Europa num espaço unificado, que exige, necessariamente, o reforço da vigilância das fronteiras exteriores da União, e, num sentido inverso, impõe o aumento da permeabilidade das fronteiras internas, facilitando, dessa forma, a mobilidade dos seus cidadãos. A actual abertura dos países ocidentais, nomeadamente de Portugal, aos fluxos migratórios do Leste Europeu, embora ainda não parte integrante da União Europeia, conjugado com a franca hospitalidade dos países de acolhimento a estes novos imigrantes, é um facto que não pode ser ignorado, na medida em que representa um indício desse sentimento europeísta.

Contudo, não podemos ficar imunes aos laços históricos que unem Portugal às ex-colónias, e que se manifestam sob diversas formas, nomeadamente linguística, cultural e institucional, sob pena de, se tal fizermos, abdicarmos de uma parte crucial da nossa história. A este respeito convém referir que, de acordo com os dados disponibilizados pelo INE referentes aos censos 2001, Portugal evidencia bem

a importância desses laços coloniais, no contexto das migrações, atendendo que, em 2001, 47,8% da população estrangeira residente em Portugal era de origem africana, contra 30% europeia e 17,5% originária do continente americano. No caso particular dos estrangeiros provenientes do continente africano nota-se um claro predomínio numérico da comunidade cabo-verdiana com 22,3% do total dos 47,8% de africanos residentes em Portugal, seguidos dos angolanos (10,1%) e dos guineenses representando 7,9% da população africana.

Para finalizar é inegável a diversidade humana que compõe actualmente a sociedade portuguesa. Enquanto forma de identificação, os valores étnicos de cada comunidade têm sido salvaguardados pelos seus membros, atentos ao perigo de possíveis tentativas de assimilação por parte das comunidades circundantes dominantes.

No entanto, não obstante a presença de outras culturas, a ameaça à identidade cultural de cada grupo só será real, se, no mesmo espaço onde se inter-cruzam as múltiplas comunidades, o respeito mútuo deixar de ser “embaixador” de todas elas.

#### 4.2. Movimento Imigratório dos Países da Europa de Leste

*“Pela liberdade começou um dia a batalha,  
Legado pelo sangue de pai para filho,  
Embora frequentemente confusa é sempre ganha”.*

Byron<sup>33</sup>

No presente capítulo pretende-se fornecer elementos necessários para uma melhor compreensão do contexto em que os países da Europa de Leste se inserem no circuito migratório. Essa elucidação passa necessariamente por uma caracterização a três dimensões: histórica, política e geográfica.

Antes de mais, convém salientar que a vastíssima região da Europa Central e de Leste, entre os seus vales, planícies e montanhas, distingue-se do resto da Europa pela diversidade dos elementos geográficos e históricos que a compõe. Com razão afirma Pires que *“a Europa, do ponto de vista orogénico, não é mais do que um corredor alargado entre maciços e cadeia divergentes (...) que fragiliza as fronteiras do Centro e Leste da Europa”* (1992: 26).

Na realidade, os factores de localização e acessibilidade destes países são, em grande parte, responsáveis, pelo seu traçado histórico. Entre os recortes naturais irregulares, os povos da Europa Central e de Leste foram enfrentando as sucessivas invasões de povos que impunham, quase sempre de forma arbitrária, as delimitações dos territórios ocupados. Pouco sensíveis aos problemas provocados pelo desmembramento das Comunidades Étnicas lá instaladas, de um momento para o outro, esses povos viam-se parte de uma nação multi-étnica com muito poucas características próprias de uma pátria. Detentoras de costumes, idiomas e religiões distintas, estas minorias étnicas alimentavam antagonismos entre elas, responsáveis pela maioria dos conflitos sangrentos que se exacerbaram, ao longo dos séculos, por toda a Europa.

Não obstante as diferenças sócio-culturais que os separa, os povos do Leste partilham uma história em comum que remonta ao final da II Guerra Mundial altura em que o centro decisório do mundo ficou dividido entre duas grandes potências: A URSS e os EUA. Apesar de serem aliados durante a grande guerra, em breve se envolveram num confronto latente, por serem possuidoras de visões do mundo antagónicas. Enquanto a primeira responsabilizava a democracia e o culto do

---

<sup>33</sup> Extraído in ASH, 2001: 393.



individualismo pela decadência da Europa<sup>34</sup>, a segunda pretendia uma Europa unida assente nos princípios democráticos e num capitalismo controlado.

Perante a aceitação, por parte dos países da Europa Ocidental, da ajuda concedida pelos EUA através do Plano Marshall, a União Soviética sentiu-se ameaçada pelo previsível avanço do liberalismo. Como solução para ultrapassar as suas fraquezas e fortalecer as suas estruturas industrial e militar, a ex-URSS, sob o comando de Estaline, dedicou-se à conquista de novos territórios e, consequentemente, ao controlo das potencialidades económicas dos mesmos formando a URSS<sup>35</sup>. Krutchev, sucessor de Estaline, usava frequentemente a expressão de “revolução não violenta” para definir essa conjuntura: apontam-se as armas para intimidar os menos convincentes, mas não se atira. Esta “paz dos cemitérios”, expressão da autoria de Delors para caracterizar este período da “guerra-fria”, foi a forma encontrada pelos defensores da ideologia soviética de transmitir os seus ensinamentos aos Estados localizados na sua zona de influência, sem serem apontados, pelo resto do mundo não comunista, como potência hostil. Resta-nos saber como poderemos aceitar com naturalidade este retrato fictício de relacionamento pacífico, quando na realidade, a história é testemunha das hostilidades praticadas contra aqueles que defendiam uma ideologia contrária ao comunismo? No fundo, como Aron afirma, a guerra-fria não é mais do que uma conjuntura “*com traços originais, uns ligados à paz do terror, outros à dupla heterogeneidade, histórica e ideológica*” (in Nouschi, 1997: 154).

No contexto migratório, o advento do sistema socialista no Leste da Europa originou uma paralisia quase total dos movimentos de mão-de-obra para o exterior do bloco soviético. Todos os actos

---

<sup>34</sup> Transformada durante seis anos (1939-1945) num campo de batalha, a Europa encontrava-se brutalmente destruída. De facto, às dezenas de milhões de perdas humanas, devemos acrescentar os problemas inerentes à destruição do sector industrial, ao declínio da produção agrícola e ao consequente declínio económico dos países europeus face ao resto do mundo.

<sup>35</sup> Abrangendo quase um sexto da superfície terrestre, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas era constituída por quinze repúblicas:

- Repúblicas bálticas (Estónia, Letónia, Lituânia);
- Repúblicas eslavas (Bielo-Rússia, Moldávia e Ucrânia);
- Repúblicas transcasicas (Geórgia, Arménia e Azerbaijão);
- O Cazaquistão;
- Repúblicas da Ásia Central (Turquomenistão, Usbequistão, Tajiquistão e Quirguizistão).

que implicassem a saída do território rumo aos países da Europa Ocidental eram encarados com muita desconfiança por parte das entidades estatais, para quem a saída do território, ainda que por motivos estritamente económicos, era equivalente a um “atestado” de renúncia à sua pátria (Sinon, 1995: 83).

Enquanto países tradicionalmente de emigração, o impedimento directo que toda a pessoa tem de “*abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu*” e do direito de “*regressar ao seu país*”, consagrado no nº 2 do artigo 13º da Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>36</sup>, representa uma das proibições mais repressivas do regime soviético, na medida em que não só suprimiu brutalmente a liberdade de emigrar rumo aos países ocidentais, como também condicionou as saídas para determinados países a decisões meramente políticas<sup>37</sup>. Tal foi o caso, após 1966, da Alemanha de Leste, onde “*le nombre de personnes autorisées à émigrer à l’Ouest était négocié, marchandé, chaque année, avec la RFA, qui achatait en marks la liberté d’un certain nombre de citoyens allemands*” (Sinon, 1995: 84).

Apesar de os entraves à saída do território nacional serem garantidos por uma série de medidas restritivas, na realidade, o controlo total das fronteiras não podia ser garantido, na medida em que, como sublinha Wenden “*aucun pays d’accueil ne peut se targuer de maintenir ses frontières hermétiquement fermées*”, assim como “*aucun pays d’origine ne peut prétendre bloquer la pression au départ (...). Tout favorise l’émergence de réseaux migratoire visant à contourner ces barrières, quelles qu’elles soient*” (1995: 14-15).

---

<sup>36</sup> Aprovada em 10 de Dezembro de 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclama a dignidade da pessoa humana, num mundo que se pretende liberto das hostilidades e opressões que têm vitimado, ao longo dos séculos, milhares de pessoas dispersas pelos “quatro cantos” do mundo.

Ao proclamar a liberdade de circulação e residência dos indivíduos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos confere às migrações um valor inquestionável e merecido, uma vez que, como salienta João Labescat “*as migrações podem não ter dado novos mundos ao mundo, mas deram certamente novos rostos, culturas e diferenças a várias zonas do mundo*” (1998: 83).

<sup>37</sup> Apenas alguns grupos étnicos restritos, tais como os judeus, os arménios, os gregos, beneficiavam de privilégio de emigrar desde que tivessem “*dès attaches hors de leurs pays et qui étaient soutenus par des gouvernements étrangers*” (Wenden, 1995: 19).

O quadro seguinte reflecte bem que, não obstante os esforços empreendidos em sentido contrário, a saída de indivíduos originários das repúblicas da ex-URSS, do seu país de origem, não é de modo algum insignificante.

**Quadro X:** Taxas de Emigração – 1946/1982

País	Fluxo Total (em milhares)	Índice de Emigração em %
		Fluxo total de 1946 a 1982 dividido pela população em 1965
Alemanha de Leste	3. 365	19.8
Bulgária	431	5.3
Hungria	332	3.3
Polónia	1. 877	6.0
Roménia	424	2.2
Tchecoslováquia	1. 973	14.0

Fonte: Conselho da Europa (Serviço de Edição e de Documentação, 1992, pág. 15).

Perante os resultados disponíveis, podemos concluir que os fluxos migratórios provenientes dos países da Europa de Leste não são uma realidade posterior ao desmembramento do bloco soviético, mas antes um prolongamento de movimentos de mão-de-obra já existentes anteriormente, embora com uma projecção bem mais modesta.

A intensidade dos fluxos migratórios do Leste manteve-se sem sofrer grandes alterações durante todo o período de submissão ao regime comunista. Só em Março de 1985, com a chegada ao poder de Mikhail Gorbachev, como secretário-geral do Partido Comunista, começaram a sentir-se os ventos da mudança. É nessa altura que se dá o início de um processo de transição política, embora inicialmente não houvesse pretensões de mudanças partidárias, mas apenas o objectivo de defrontar as dificuldades internas que abalavam as repúblicas socialistas soviéticas e a Rússia em particular, sem, contudo, eliminar ou subvalorizar o Partido Comunista. Contudo, o apelo cada vez mais persistente dos nacionalismos guardados no seio das populações, sob a mira dos governantes autoritários do Partido

Comunista, aliado a alguma liberdade de pensamento permitida durante o regime da Perestroika<sup>38</sup>, viria a dar luz ao caminho de renovação aspirado por uns e indesejado por outros<sup>39</sup>.

Ficando à margem das divergências de opiniões, é inegável o crescente clima de instabilidade, o aumento da taxa de desemprego e a decadência dos sectores primordiais da economia, nomeadamente industrial e agrícola.

Foi precisamente a consciencialização destas dificuldades que fez surgir, em todas as repúblicas da ex-URSS, movimentos de contestação contra o regime socialista e os seus defensores. Democracia, independência e modernidade, foram apenas algumas palavras de ordem difundidas por aqueles que acreditavam que o melhor caminho para a Europa de Leste seria o encontro do Ocidente, virando, assim, a página a várias dezenas de anos de regime autoritário.

O início desta nova era foi marcado pela queda do Muro de Berlim, a 9 de Novembro de 1989, e pelo reconhecimento da independência dos novos países emergentes no palco europeu (Anexo 3).

Começava, então, uma nova fase da história para a Europa Centro Leste. As economias, até então totalmente dependentes do regime socialista soviético, encontram-se doravante, desamparadas, sem condições para resolverem os seus problemas. As fábricas obsoletas com os seus trabalhadores no desemprego, a escalada dos preços dos bens de consumo básicos, o abaixamento do nível de vida e a decadência das infra-estruturas, são apenas alguns indicadores das dificuldades sentidas por esses países.

---

<sup>38</sup> Perestroika – designação atribuída ao programa de reconstrução de Mikhail Gorbachev aplicável a todo o conjunto da URSS, cujas linhas mestras defendiam essencialmente a introdução de reformas económicas nos diversos sectores da sociedade e criar um ambiente de maior transparência na tomada de decisões.

<sup>39</sup> O historiador Medvedev enquadra os indivíduos desejosos de uma mudança no grupo dos progressistas e define-os como “*peçoas insatisfeitas com uma situação existente e, em particular com a sua própria situação pessoal*”. Quanto aqueles que não estavam interessados na renovação por estarem “*perfeitamente satisfeitos com a realidade que os rodeia*”, Medvedev inclui-os no grupo dos conservadores (detentores de cargos políticos) e no grupo da inteligência (constituída por conservadores mas também operários) (1988: 206-207).

Na expectativa de melhorar as condições de vida, são cada vez em maior número os cidadãos de Leste que, incentivados pela abertura das fronteiras, se deslocam para fora do seu país de origem, à procura de um emprego. Os números não deixam margem para dúvidas: “a URSS perde um milhão de pessoas entre 1987 e 1991; a Bulgária cerca de 300 000 entre 1989-90; a Roménia provavelmente entre 800 000 e um milhão em 1990” (Wenden, 1995: 19).

Do ponto de vista de Vishnevski existem três razões responsáveis pelas mutações verificadas no contexto das migrações no seio da Europa. A primeira deve-se, sem sombra de dúvidas, ao desmoronamento do bloco soviético e à aceitação dos princípios democráticos como único modelo viável para os países recém-libertos da influência soviética. Esta nova configuração política é um acontecimento memorável na medida em que se torna em realidade a livre circulação em todo o Continente Europeu. Como sublinha Vishnevski, esta liberdade é “*la condition sine qua non de la nouvelle integration économique et publique de l’Europe*” (in Morokvasic, 1996: 34).

No seio deste novo espaço unificado existem países que, pela sua proximidade geográfica e pela pertença de uma história em comum com países vizinhos, se tornem inevitavelmente em destinos dos fluxos migratórios vindos do Leste. Tal é o caso de países como “*la Pologne et la Hongrie, étant eux-mêmes des pays d’émigration, se heurtent d’ores et déjà à une pression croissante d’immigrants, souvent illégaux, en provenance de l’ex-URSS, de la Bulgarie ou de la Roumanie*” (in Morokvasic, 1996: 35).

A constatação desta segunda mudança na situação migratória europeia não aniquila, contudo, uma terceira mutação relevante, iminente às mutações geográficas ocorridas no final do século XX. Trata-se de “*l’émergence, dans la région est-européenne d’une situation post impériale*”<sup>40</sup>, que pode gerar, a longo prazo, “*un tournant des courants migratoires (...) et la recherche d’un nouvel équilibre géopolitique*” (Morokvasic, 1996 : 35-36).

Embora, como já tivemos oportunidade de referir anteriormente, as Repúblicas da ex-URSS nunca terem estado completamente ausentes das redes migratórias, a abertura das fronteiras, consequências das mutações políticas, intensificaram visivelmente a frequência das saídas de pessoas na maioria das repúblicas da ex-URSS. Não obstante de cariz maioritariamente económico, estes fluxos

---

<sup>40</sup> Na pretensão de uma abordagem sintética sobre os impérios que dominaram, ao longo dos séculos, o conjunto dos territórios da Europa Central e Oriental, recomendamos o texto de Vishnevski (in Morokvasic, 1996: 36-38).

migratórios assumem outras formas, entre as quais merece devida atenção, as movimentações dos refugiados. Inexistentes durante a era soviética, assumem uma dimensão significativa após a queda do regime soviético. Enquanto, em alguns países como a Polónia, a República Checa e a Eslováquia, estes movimentos não assumem grande relevância, noutras repúblicas, pelo contrário, desenvolvem-se consideravelmente como caso da Hungria e da Rússia<sup>41</sup>.

Outra corrente de imigração ocorre sob a forma de regresso, legal ou ilegal, de milhares de pessoas aos seus países de origem. Neste contexto migratório, a Rússia merece uma atenção especial pela dimensão da sua diáspora espalhada pelas antigas repúblicas. De acordo com os dados disponíveis, em 1990 regressaram à Rússia 205 000 russos, em 1991, 144 000 e em 1992, 377 000<sup>42</sup> (Morokvasic, 1996: 40).

Não pretendemos menosprezar a importância das formas de migração supra-referidas, contudo, tendo em atenção o objecto de estudo do presente trabalho, interessa-nos fundamentalmente dedicar uma atenção redobrada aos movimentos populacionais rumo à Europa Ocidental.

Numa primeira análise podemos, desde já, afirmar que este fluxo migratório proveniente de Leste define um novo modelo de migração ao eleger como principais destinos a Grécia, a Itália, a Espanha e Portugal, outrora considerados essencialmente países de emigração. Tratando-se, do ponto de vista geográfico, de países relativamente distantes dos países de Leste, e sendo também países de emigração, tem interesse procurarmos esboçar um quadro comparativo das características que distinguem as migrações do Sul e do Leste. A este respeito, Wenden afirma que uma das diferenciações prende-se com a dimensão demográfica das zonas de partida. De facto, “*a l’Est, à la difference du Sud*,

---

<sup>41</sup> A Hungria acolheu, em 1989, a primeira vaga de refugiados, essencialmente romenos de origem húngara; a segunda vaga constituída por alemães de Leste e a terceira oriundos da ex-Jugoslávia (Wenden, 1995: 23). No que diz respeito à Rússia, no início de Dezembro de 1992 recenseava 470 000 refugiados (Morokasic, 1996: 39).

<sup>42</sup> O regresso de uma parte da diáspora russa ao seu país de origem pode ser encarado como um factor positivo, atendendo à actual fraca densidade populacional da Rússia. De facto, enquanto no período anterior à Primeira Guerra Mundial, este país sobressaía de entre os restantes Estados europeus pelo dinamismo demográfico, ultrapassando, nessa altura, os 100 milhões de habitantes, desde a última década do séc. XX o decréscimo populacional tem sido contínuo e crescente, perspectivando-se que, em 2015 “*la Russie comptera moins d’habitants (...) que le Pakistan, le Bangladesh, le Mexique ou la Nigéria*” (Chesnais, 2000: 73).

*ce ne sont pas les régions où la pression démographique est la plus forte, notamment en zone rurale, qui envoient des migrants, mais au contraire les villes, tournées vers l'Europe Occidentale, à faible croissance démographique et dotées d'une population qualifiée*". Para além disso, enquanto para os emigrantes do Sul da Europa, a emigração é encarada, dada a falta de alternativa melhor, como definitiva, para os emigrantes de Leste, ela assume um carácter temporário (Wenden, 1995: 18).

Finalmente, o perfil educativo é, sem dúvida, outro factor de diferenciação relevante, na medida em que contrariando o geral baixo nível de instrução dos emigrantes do Sul, surge do Leste europeu uma mão-de-obra altamente qualificada e diversificada, embora inadaptada aos tipos de emprego disponibilizados pelos países de acolhimento<sup>43</sup>.

Em jeito de balanço conclusivo de tudo aquilo que foi exposto neste sub-capítulo, depreendemos que a transição a Leste constitui certamente um dos períodos mais enriquecedores da História europeia, na medida em que, num curto espaço de dez anos (1989-1999), o mapa geo-político da Europa foi novamente desenhado, mas desta vez tentando seguir os moldes democráticos, segundo os quais, o pluralismo de ideias, o respeito pela diversidade cultural e a participação de todos os sujeitos na construção da sociedade são princípios a respeitar. Como sublinha Edgar Morin, “*a democracia institui princípios e regras que respeitam a individualidade e protegem a diversidade, inclusive sob formas minoritárias*”. Sendo assim, “*ela comporta necessariamente o direito de existência e de expressão das minorias de toda a ordem*” (1987: 164).

---

<sup>43</sup> Adiante, em capítulo próprio, analisaremos, com algum pormenor a ocupação dos emigrantes de Leste residentes em Portugal. Contudo, não podemos deixar, desde já, de realçar a importância conferida à área de educação por parte dos responsáveis pelo desenvolvimento da sovietação nas repúblicas da ex-URSS durante o período soviético, embora este empenho na área educacional tivesse sido a forma encontrada para garantir o ensinamento dos princípios socialistas.

### 4.3. Movimentos Imigratórios de Outras Proveniências

#### *Na cidade estrangeira*

*“Sentado na hora do poema  
Olhando do café quem passa*

*Todos apressados na cidade  
Nos meus olhos  
Os outros passam*

*Cada um leva a vida  
Desta tarde  
E que fogo morre ou arde?*

*E olhar é viver  
Esta passagem  
Na cidade estrangeira  
Sentado na hora do poema”.*

Amândio Sousa Dantas (1983)

Em 31 de Dezembro de 2001 residiam em Portugal, com situação regularizada, 223602 cidadãos originários de países dos cinco continentes, embora se denote uma maior representatividade dos povos com quem Portugal estabeleceu relações de proximidade durante séculos. Estamos, concerteza, a referir-nos aos estrangeiros provenientes dos Palop, cuja presença é visível em todo o território nacional. Todavia, a trajectória de emigração em Portugal não se confina a esta comunidade, surgindo igualmente novas correntes de menor expressão provenientes da América, da Ásia e da Europa, justificando-se, assim, o carácter heterogéneo e diversificado da população estrangeira residente no país.



Esta actual configuração da imigração ganhou corpo basicamente a partir da segunda metade do século XX. No entanto, um olhar atento sobre os séculos anteriores permite-nos registar algumas movimentações populacionais provenientes de terras longínquas. De entre elas figura a Comunidade Judaica, cuja presença no território português remonta ao século XI, encontrando-se actualmente representada em diversas cidades do país, nomeadamente Lisboa, Porto, Lamego, Santarém, Benavente e Évora (Trindade, 1995: 197).

Outro exemplo de movimentações com destino a Portugal data do séc. XV, com o desenvolvimento do tráfico de escravos. Nessa altura, a vinda de contingentes de africanos decorre de forma quase incontrolável. Citando Tinhorão, *“o total de escravos berbenes, árabes e negros africanos introduzidos em Portugal no primeiro meio século de funcionamento da política das navegações e conquistas, não apenas ultrapassou o milhar, mas quase certamente terá atingido a casa dos dois mil”* (1988: 85). Com isto não se pretende contudo afirmar que esses africanos se encontrassem todos instalados em Portugal, na medida em que desde que estivesse garantido o abastecimento do mercado interno, os restantes escravos eram canalizados para o mercado de exportação (Tinhorão, 1988: 100). Só em meados do séc. XVIII este movimento de mão-de-obra entrou em declínio, altura em que Marquês do Pombal decretou a abolição da escravatura<sup>44</sup>.

Numa retrospectiva histórica mais aprofundada, é verificável a presença de outras comunidades de imigrantes providas de terras distantes, no entanto, a sua presença manifestamente pouco visível foi

---

<sup>44</sup> Apesar de encarmos a escravatura como um fenómeno extinto, pertencente à parte mais obscura da História da Humanidade, não nos devemos iludir com o seu “fim”. Antes de mais, convém frisar a falta de precisão do significado atribuído à “escravatura”. A Convenção de Genebra relativa à escravatura, adoptada em 25 de Setembro de 1926, define este fenómeno, no seu artigo 1º, como *“o estado ou condição de uma pessoa sobre a qual todos os poderes ligados ao direito de propriedade são exercidos”* (Canotilho, 2000: 161).

Passados quase oitenta anos após a adopção desta Convenção e, não obstante a escravatura ser proibida universalmente, deparamo-nos, actualmente, com o perigo iminente da sua presença camuflada. Como tão bem sublinha Riquito *“as tentações de empregadores, no que diz respeito às formas contemporâneas de escravatura, são mais agudas relativamente à mão-de-obra clandestina, oriunda de além fronteiras e que escapa à vigilância dos poderes públicos* (in Canotilho, 2000: 163). Esta autora vai mais longe ao afirmar que *“o conceito de escravatura tem hoje um significado tão amplo que pode mesmo englobar situações de miséria extrema e a chocante exploração da fraqueza e debilidade de certos grupos sociais, como os imigrantes”* (in Canotilho, 2000: 163).

factor suficientemente forte para tornar o fenómeno imigratório numa temática ignorada por longos anos pelos historiadores e políticos. Só sensivelmente a partir da década de sessenta, com a crescente afluência de cidadãos estrangeiros, a emigração em Portugal mereceu a atenção de especialistas de diversos campos científicos. Nessa altura, (1960) residiam em Portugal 29 428 estrangeiros. Passado pouco mais de um quarto de século (1991) este número subia para os 113 978 indivíduos, não parando desde então de crescer.

**Quadro XI:** População estrangeira residente em Portugal nos anos de 1991 e 2001, por nacionalidade

<b>Distribuição Geográfica</b>	<b>1991</b>	<b>2001</b>
Total Geral	113 978	223 602
Europa	33 011	66 973
- Reino Unido	8 912	14 952
- Espanha	7 571	13 584
- França	3 399	7 771
- Outros	7 996	19 523
África	47 998	106 978
- Palop	45 795	101 119
- Outros	2 203	5 859
América do Norte	9 236	10 229
Canadá	2 026	1 956
Estados Unidos da América	7 210	8 058
Outros	-	215
América do Centro e do Sul	18 666	28 985
- Brasil	12 678	23 541
- Venezuela	5 065	3 547
- Outros	923	1 897
Ásia	4 458	9 623
Oceânia	384	537
Apátridas	225	273

Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas* 1991-2001.

De facto, se observarmos os dados apresentados no quadro XI, constatamos que num curto espaço de dez anos (1991-2001) o total da população estrangeira quase duplicou, evidenciando-se, pelo seu espectacular aumento, os cidadãos oriundos dos Países do Leste Europeu (de 45 795 para 101 119 indivíduos); da Europa (de 33 011 para 66 973 cidadãos) e do continente asiático (de 4 458 para 9 623).

Numa análise por países de origem, os mais representativos no ano de 2001 são, para além dos Países do Leste Europeu, o conjunto dos países da União Europeia<sup>45</sup> (61 575) e o Brasil (23 541), seguidos do Reino Unido (14 952), da Espanha, (13 584), dos EUA (8 058), da França (7 771) e da Venezuela (3 547).

Apesar de estes valores se reportarem ao ano de 2001, podendo os dados actuais se diferenciar minimamente dos valores referenciados, não restam dúvidas quanto à esmagadora presença da comunidade africana, muito embora, actualmente, o número de estrangeiros oriundos do Leste Europeu cresça de forma abrupta. Respeitante a esta última comunidade de imigrantes, os números seguintes falam por si: de 22 de Janeiro de 2001 a 17 de Maio de 2002 o SEF concedeu 175 864 autorizações de permanência a estrangeiros. O maior número de autorizações foi atribuído aos indivíduos de origem ucraniana (63 553), moldava (12 297), romena (10 729), sendo estes dois últimos ultrapassados pelos pedidos dos cidadãos brasileiros (32 196)<sup>46</sup>.

Esta actual realidade, que confere a Portugal um lugar entre os demais países de imigração, é, no fundo, o resultado mais visível do dinamismo do processo migratório após a II Guerra Mundial. Analisando pormenorizadamente a trajectória da imigração contemporânea registamos três períodos distintos. **O primeiro ciclo**, correspondente ao período entre os anos cinquenta e setenta, manifesta-se como um ciclo pouco conturbado, em termos migratórios. O isolamento do país em relação ao exterior, por um lado, e o atraso no processo de industrialização comparado à Europa transpirenaica, por outro lado, reflectem bem os princípios do regime ditatorial ao qual o país estava submetido. É neste contexto que os cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, até aos inícios dos anos setenta, são pouco significativos, mantendo-se praticamente inalteráveis no decorrer de toda a década de sessenta.

---

<sup>45</sup> Ao referirmo-nos ao conjunto dos países da União Europeia, estamos evidentemente a referenciar apenas os catorze Estados-membros da União (exceptuando Portugal) no ano de 2001. São eles: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Reino Unido e Suécia.

<sup>46</sup> Dados do SEF extraídos da Revista *Notícias Magazine*, de 9 de Junho de 2002, p. 44-45.

Com base em dados fornecidos pelo INE, verifica-se que, em termos de países de origem, o continente mais representado em Portugal, em 1960, era o Europeu, representando 67% do total de estrangeiros contra 1,5% de africanos. Mais pormenorizadamente, os espanhóis sobressaem-se quantitativamente dos restantes, representando 40% da população europeia, seguida da Grã-Bretanha, França, e República Federal da Alemanha, com 7% (Esteves, 1991: 21).

No que diz respeito à situação ocupacional dos imigrantes deste primeiro ciclo, *“os poucos estrangeiros residentes eram basicamente ou reformados, ou indivíduos integrados em sectores bem localizados da actividade económica, como o comércio de vinho do Porto e as minas, em que a sua presença remontava a períodos recuados da História portuguesa”* (Esteves, 1991: 20).

Decorrido este período de calma, ocorreram em Portugal uma série de transformações do foro político que tiveram automaticamente repercussões no âmbito da vida económica portuguesa. Com efeito, o fim da ditadura e o restabelecimento da democracia abriram novos horizontes aos portugueses, bem como a todos aqueles que visualizavam Portugal como um possível destino para trabalhar.

Este crescente interesse por Portugal manifestou-se num período em que os países industrializados levaram a cabo políticas restritivas à imigração, cujo efeito imediato se traduziu na transferência dos pólos de destino para os países do Sul da Europa, incluindo Portugal.

Finalmente, o retomar dos processos de industrialização no país conjugado com a participação de Portugal na EFTA e a sua maior proximidade à Comunidade Europeia, da qual veio a ser parte integrante em 1986, contribuíram profundamente para transformar Portugal num país de atracção, principalmente para os indivíduos oriundos de países de língua oficial portuguesa. Esta é, aliás, a grande alteração que marca o **segundo ciclo** do fenómeno imigratório contemporâneo português. Dos residuais 1,5% de africanos que se encontravam em Portugal em 1960, observa-se um acréscimo em 1981, para os 44%. Num sentido inverso, a população estrangeira de origem europeia decaiu dos seus 67% (1960) para os 33% (1981) (Ferreira, 2000: 80).

Este acentuado crescimento da comunidade africana no país evidencia bem a importância que as relações coloniais assumem no contexto da movimentação dos fluxos imigratórios, fenómeno que se reflecte, igualmente, na crescente presença de brasileiros. Tendo por referência os dados disponíveis do INE, em 1986, ano em que Portugal aderiu à Comunidade Europeia, 7 470 brasileiros tinham residência

legalizada no país<sup>47</sup>, vindo, desde então, esse número a crescer ininterruptamente atingindo, em 31 de Dezembro de 2001, os 23 541 brasileiros.

No mesmo período, muito embora em proporções mais modestas, destaca-se a comunidade venezuelana. Estabelecendo uma análise comparativa entre os dois países da América Latina com maior representatividade e reportando-nos a 1986, por ser o marco do início das transformações sócio-económicas em Portugal, os estrangeiros providos da Venezuela são em menor número (4 756), representando pouco mais de metade da comunidade brasileira (7 470). Em 2001, o fosso que separa as duas comunidades em termos numéricos é incontestavelmente maior, registando-se 3 547 venezuelanos contra 23 541 brasileiros<sup>48</sup>.

As fontes de motivação para a escolha de Portugal como destino mais apreciado pelos fluxos populacionais da África e da América Latina assumem uma natureza diferente quando os protagonistas são cidadãos de origem europeia. Aqui já não são os laços coloniais que marcam os movimentos populacionais, mas essencialmente “*a existência histórica de laços político-económicos de longa duração como é o caso dos existentes com a Grã-Bretanha*” por um lado e, por outro lado “*o processo de inserção de Portugal no contexto económico europeu, inicialmente na EFTA e, mais recentemente, na Comunidade Económica Europeia*” (Esteves, 1991: 35). De facto, observando a origem dos cidadãos europeus residentes no país, concluímos que, dos 66 973 europeus, 61 575 provêm de Estados-membros da União Europeia.

Contudo convém sublinhar que, na qualidade de cidadãos da União, estes indivíduos gozam de um estatuto diferente daquele atribuído aos originários de países situados fora do âmbito comunitário. De facto, sendo a Europa dos quinze um espaço integrado e unificado no qual os seus cidadãos circulam livremente, não faz nenhum sentido defini-los como “imigrantes” quando, na realidade, a designação mais apropriada é aquela que os define como “trabalhadores comunitários”.

---

<sup>47</sup> Do total de 7 470 brasileiros legalizados, 169 residiam nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira.

<sup>48</sup> A este respeito convirá, contudo, salientar que, no caso particular do Arquipélago da Madeira ocorre precisamente o inverso, verificando-se uma maior concentração de venezuelanos (509) do que propriamente de brasileiros (268).

Regressando novamente aos dados estatísticos, constatamos que, em 2001, os Estados-membros de maior representatividade são, por ordem decrescente, o Reino Unido (14 952), a Espanha (13 584), a Alemanha (11 143) e a França (7 771). Os restantes países, embora com alguma representação populacional, registam uma dimensão de menor relevância, se bem que, no que respeita aos países do Leste Europeu a tendência seja manifestamente para um substancial crescimento.

É neste contexto que enquadramos o **terceiro ciclo** da imigração contemporânea. Num plano geral, podemos estipular que a vinda dos imigrantes de leste data dos finais da década de oitenta e princípios dos anos noventa. A dimensão populacional desta comunidade, por um lado, as circunstâncias sócio-políticas em que estas migrações se desenvolveram, por outro lado, diferenciam estes movimentos de todos aqueles que se instalaram no nosso país.

Muito mais se poderia avançar a respeito desta comunidade. Contudo, a atenção dispensada a este tema ao longo de todo o Capítulo 5.2, leva-nos a não aprofundá-lo, com receio de correremos o risco de sermos repetitivos.

Finalmente, para concluir a análise quantitativa dos estrangeiros residentes no país, por países de origem, importará referenciar, ainda mais, duas comunidades de imigrantes. Uma delas é composta por indivíduos provenientes da América do Norte, representando, em Dezembro de 2001, 10 229 do total dos estrangeiros residentes em Portugal. A segunda comunidade, surgida no séc. XX, é constituída basicamente por imigrantes de origem indiana que, até ao momento que iniciou o processo de descolonização, se encontravam instalados, sobretudo em Moçambique, tendo o clima de insegurança e de instabilidade que lá se vivia incentivado a sua fixação em Portugal.

Este breve percurso pelas raízes geográficas da população estrangeira residente no país permite-nos concluir que Portugal constitui, há já algumas décadas, um pólo de atracção para cidadãos de diversas nacionalidades. De facto, verificamos que muito mais do que um país habituado a ver os seus “filhos” abandonarem a sua pátria na ânsia de melhores dias, Portugal foi gradualmente conquistando o seu lugar junto de outros países de imigração, não perdendo contudo a sua qualidade de país de emigração. Esta dupla condição, aparentemente contraditória, faz todo o sentido se tivermos a percepção das mutações que ocorreram nos domínios sócio-económico e político português. É no âmbito desta nova conjuntura que o imigrante assume um papel cada vez mais preponderante na construção de uma nova sociedade portuguesa.

## CAPÍTULO 5

### *Consequências da imigração*

#### **5.1. Consequências para o País de Origem**

*“Tal como a Europa, precisamos do exterior e do mar, mas por sermos a fronteira, levamos mais longe essa identidade e essa vocação”.*

F. L. Pires<sup>49</sup>

O tema das consequências da emigração/imigração foi merecedor da atenção de diversos estudiosos no âmbito das teorias das migrações internacionais. Neste contexto referem-se as teorias do mercado de trabalho para quem, no cômputo geral, as migrações constituem *“um factor de desenvolvimento ao operar correcções nos desequilíbrios dos factores de produção ao nível rural-urbano, interurbano e regional. De igual modo, as migrações temporárias de trabalhadores migrantes constituem um processo capaz de gerar o desenvolvimento, entre os países menos e mais desenvolvidos, entre os quais se processa a transferência de recursos humanos. As remessas dos trabalhadores são consideradas instrumentais ao restaurarem a balança de pagamentos e ao estimular as poupanças e o investimento no país de origem e, por outro lado, os emigrantes regressados constituem-se como agentes de mudança ao aplicarem as ideias e a experiência profissional adquirida no país de emigração.”* (Trindade, 1995: 78).

No que diz respeito às vantagens para o país de emigração não podemos deixar de referenciar a repercussão que as remessas dos imigrantes vão provocar sobre a economia nacional. É do conhecimento geral que a pessoa que emigra por motivos económicos procura no país de acolhimento ganhar o mais que puder e gastar o menos possível. Este princípio sai reforçado quando o emigrante deixou, no seu país de origem, familiares, nomeadamente o cônjuge e os filhos que dependem

---

<sup>49</sup> Pires, 1992, 140.

directamente dele. Nesse sentido, logo que lhe seja possível economizar, geralmente a muito custo (o emigrante tem as suas despesas fixas, como a alimentação, a habitação e o vestuário que não podem ser ignoradas), procura enviar as suas poupanças para o país de onde é natural. Essas remessas, chegando ao seu destino, vão permitir melhorar as condições de vida daqueles que não saíram do país, mediante a compra de bens essenciais e, geralmente, em função da importância e regularidade com que são feitas, essas transferências poderão permitir a concretização de alguns projectos de vida do emigrante, nomeadamente a compra de um terreno para construir uma casa.

A médio e longo prazo, o envio das remessas (realizado geralmente com alguma periodicidade), vai ter repercussões para o país exportador de mão-de-obra, no sentido que lhe vai permitir, se for caso disso, fazer face a dificuldades económicas que possa ter, nomeadamente contribuir para a redução dos desequilíbrios que a balança comercial possa sofrer.

Não obstante isso, as “remessas” não podem ser vistas como uma solução viável para a resolução de problemas de carácter económico, uma vez que se trata de uma fonte demasiado incerta. Esta é pelo menos a conclusão a que chegamos quando analisamos a situação vivida noutros países de emigração e mesmo no nosso, embora de forma menos evidenciada. Estabelecendo uma ligação directa com o estudo realizado neste trabalho, os imigrantes que deixaram os seus familiares mais próximos no país de origem (responsáveis por uma grande parte de remessas enviadas), a curto ou médio prazo vão procurar reunir as condições no país de acolhimento (sobretudo as condições habitacionais) para trazê-los para junto de si, sendo natural que depois disso o envio de remessas seja menos habitual e mais irregular.

Naqueles casos em que o envio de remessas não é interrompido (o que é muito natural para aquele emigrante que alimenta o desejo de regressar) é geralmente destinado à compra de casa ou de terreno e não propriamente à aquisição de equipamentos industriais e tecnológicos que poderiam gerar mais emprego e, assim, dinamizar a economia do país. Esta é uma das conclusões a que chegamos ao inquirir os imigrantes dos Palop e de leste residentes no concelho de Barcelos. De facto, enquanto os imigrantes africanos confessam que o envio das suas remessas tem como principal finalidade melhorar as condições de vida degradantes dos familiares residentes no país de origem (essencialmente pais, avós e irmãos), as expectativas dos imigrantes de leste são mais ambiciosas, na medida em que visualizam a compra de um terreno ou a construção de uma casa, mas não mais que isso. Apenas aqueles que postulam a hipótese de regressar definitivamente para sua terra natal em plena idade activa



é que confessam pretender aplicar as suas poupanças na compra de equipamentos tecnológicos e espaços comerciais para o exercício de uma actividade. Na realidade, o contributo das remessas para o desenvolvimento económico do país vai depender muito do tipo de investimento realizado com essas poupanças. Dito de outra forma, se os imigrantes aplicarem, o seu dinheiro na compra de alfaías agrícolas, de espaços comerciais, etc., estas remessas vão contribuir, a médio prazo, para o aumento do capital. Se, em contrapartida, o imigrante se limitar a comprar produtos de luxo, as repercussões em termos económicos serão nulas.

Outro aspecto geralmente evidenciado com a vantagem para o país de origem, decorrente da emigração consiste na redução dos encargos decorrentes da preparação profissional do indivíduo que emigra, ficando geralmente esta a cargo do país de acolhimento. A formação profissional e técnica e mesmo educativa do imigrante é um factor que não deve ser ignorado pelo país que recebe mão-de-obra estrangeira, na medida em que uma boa formação tem reflexos inegáveis na obtenção de um melhor rendimento sócio-económico, assim como numa melhor integração do emigrante. Enquanto país de imigração, Portugal também tem desenvolvido algumas acções dessa natureza. Até à entrada maciça de imigrantes vindos do leste as nossas preocupações prendiam-se sobretudo com o problema da formação profissional dos imigrantes, uma vez que a maioria dos que cá residiam eram originários de países de língua oficial portuguesa, não se manifestando assim problemas com a aprendizagem da língua. Actualmente, contudo, essa barreira não pode ser ignorada, sob pena de dificultar o processo de integração destas populações de imigrantes. Foi neste contexto que o então Primeiro-ministro, Engenheiro António Guterres, e o Ministro do Trabalho e Solidariedade, Doutor Paulo Pedroso, lançaram o programa “Portugal Acolhe”, cuja principal finalidade consiste em consolidar a integração sócio-profissional dos imigrantes residentes em Portugal, mediante o ensino da língua portuguesa para munir o imigrante de uma maior capacidade de expressão e compreensão. Por outro lado, este programa desenvolve cursos no sentido de informar e sensibilizar os estrangeiros para os seus direitos e deveres, sendo habitual encontrarmos disciplinas com o desígnio de “igualdade de oportunidade e tratamento no acesso ao emprego e formação profissional” ou ainda “formas de acesso à informação”. Estes cursos não trazem qualquer encargo para os imigrantes, beneficiando estes ainda, em caso de ser necessário, do subsídio de alimentação e de transporte. Sendo assim, os custos inerentes a estes cursos de formação estão a cargo do Estado (neste caso Portugal). É neste sentido que a emigração é vista pelo

país de origem de mão-de-obra positivamente, uma vez que se encontra ilibado dos custos inerentes à formação dos seus nacionais que se ausentaram do país.

No caso de Portugal, enquanto país receptor de mão-de-obra, há quem considere que esta desvantagem (decorrente dos custos com a formação de estrangeiros) pode ser minimizada se apostarmos na imigração de leste, sendo, e citando as palavras da socióloga M. I. Baganha “*uma janela de oportunidade para um salto qualitativo no nosso desenvolvimento*”. Seguindo o fio de pensamento desta socióloga “*sendo característica da imigração de leste uma elevada qualificação profissional, em média superior à da população activa portuguesa, a oferta desta mão-de-obra permite, ao mesmo tempo, aumentar a população activa e a produtividade sem incorrermos nos custos inerentes à sua formação*”<sup>50</sup>. Mas, mesmo aceitando este argumento, os custos de aprendizagem linguística são inevitáveis.

Analisando agora alguns pormenores respeitantes à estrutura etária, constatamos que sendo a saída do país motivada por factores económicos, a estrutura e composição deste movimento, apresenta um elevado grau de pessoas do sexo masculino e o predomínio de uma população em idade activa. Como consequência da saída da população em idade adulta e jovem, o envelhecimento da população residente no país de origem vai ser gradualmente progressivo, gerando uma falta de mão-de-obra em alguns sectores de actividade. É nesse sentido que se acentuam as subidas de salários, embora geralmente não suficientes ao ponto de provocar o declínio da emigração.

---

<sup>50</sup> Extraído do Jornal Público de 26 de Junho de 2002, do artigo intitulado “*Imigração de leste pode ser decisiva para aumento da produtividade*”, p. 27.

## 5.2. Consequências para o País de Acolhimento

*“Não somente a sociedade continua a existir pela transmissão, pela comunicação, mas pode com razão dizer-se que ela existe na transmissão, na comunicação”.*

Dewey<sup>51</sup>

Uma das vantagens frequentemente apontadas a favor do país que recebe mão-de-obra estrangeira tem a ver com a ausência de custos inerentes à primeira fase de instrução. Tivemos oportunidade de evidenciar no capítulo anterior que o país de acolhimento suporta os custos relativos à formação da mão-de-obra imigrante, dado que a maioria deles não desempenha funções equiparadas às suas habilitações, profissionais ou académicas. No entanto, estes custos ficam muito aquém dos custos que o país de origem suporta até ao momento em que o respectivo imigrante atinge a idade activa. Assim, podemos dizer que desde a nascença do indivíduo o Estado de origem vai cobrir determinados serviços, nomeadamente de saúde e de escolarização, fazendo com que o país que recebe o imigrante não tenha que se preocupar com as despesas escolares e medico-medicamentosas, características da faixa etária compreendida entre os 0-25 anos.

Outro factor interessante tem a ver com a questão do agregado familiar do imigrante. Temos conhecimento que, geralmente, o imigrante quando imigra para determinado país fá-lo isoladamente, sem levar a família. Tal acontece, como teremos oportunidade de verificar na III Parte do nosso trabalho, com os imigrantes provenientes da Europa de Leste e, numa forma não tão evidenciável com os imigrantes dos Palop. Este comportamento traz enormes benefícios para o país de acolhimento, na medida em que se vê isento de despesas com a educação, saúde e segurança dos familiares do trabalhador. Esse factor é externamente importante se tivermos em linha de conta que os restantes membros da família mais próxima (filhos e pais do imigrante) se enquadram na faixa etária que mais exige em termos de apoio, essencialmente à saúde. Assim, com base naquilo que foi até agora exposto, podemos chegar a uma primeira conclusão: o país importador de mão-de-obra estrangeira obtém o máximo de rentabilidade com o mínimo de despesas.

---

<sup>51</sup> in Tavares, 1998: 24.

Outra consequência de grande relevo, sobretudo na actualidade, se atendermos à tendência dos países para um envelhecimento da sua população, consiste no papel dinamizador da imigração para o país de acolhimento, por ser predominantemente composta por pessoas jovens e dinâmicas. A população imigrante vai assim contribuir não só para o aumento da população, mas também para o rejuvenescimento da população nacional. Por outro lado, numa segunda fase da estadia do imigrante, a vinda da família pode gerar um aumento da taxa de natalidade.

Outro aspecto relevante tem a ver com o nível salarial dos empregos desempenhados pela generalidade da população imigrante. A grande oferta de mão-de-obra permite aos empresários levarem a cabo uma política de pagamento de salários baixos. Muitas vezes são criados postos de ajudante ou aprendiz que permite à parte empregadora pagar abaixo do salário real. Temos, a título meramente exemplificativo, o caso do sector têxtil, onde uma parte da imigração de leste (pelo menos no concelho de Barcelos) se encontra concentrada. De acordo com a tabela salarial para o sector têxtil, inserida no Boletim de Trabalho e Emprego, constatamos que existe uma série de categorias profissionais classificadas como “ajudante” ou “aprendiz”. Essas categorias profissionais mantêm-se, geralmente, durante o tempo de actividade do trabalhador estrangeiro, não existindo nada que preveja uma subida de categoria profissional pelos anos de serviço. Sendo assim, somos levados a concluir que os imigrantes, salvo raras excepções, estão reduzidos a uma condição permanente de trabalhador não-qualificado.

A respeito das questões dos baixos salários, tem sido muitas vezes divulgado a ideia de que a existência de mão-de-obra estrangeira barata funciona como um travão à subida dos salários dos nacionais, uma vez que, perante um pedido de aumento, os trabalhadores nacionais podem correr o risco de serem substituídos por imigrantes não tão exigentes. Este cenário é perfeitamente possível, sobretudo atendendo ao tipo de mão-de-obra qualificada que se tem concentrado no nosso país. Apesar das qualificações que possuem, não se enquadraram no sector de actividade em que estão inseridos (como é o caso dos imigrantes de leste que trabalham em Barcelos no sector têxtil), esses imigrantes demonstram uma grande facilidade de aprendizagem que advém essencialmente do seu nível profissional e educativo.

No entanto, apesar dos muitos imigrantes terem capacidades mais do que suficientes para concorrer em igualdade com os trabalhadores portugueses, na realidade é pouco habitual ver um imigrante fora do seu campo profissional, a ocupar um cargo de chefia. Assiste-se, portanto a uma

tendência generalizada para os estrangeiros ocuparem cargos menos prestigiados do que os nacionais, em troca de um salário também mais baixo, decorrendo daí menos custos para a classe empregadora.

A complementar estas vantagens temos o facto relevante de esta mão-de-obra ser encarada como fonte de recrutamento suplementar com grandes benefícios para o país que a ela recorre. De facto, ela tem “*a função de amortecedor a que se recorre conforme as necessidades impostas pela conjuntura: em fase de expansão é aumentar o número de imigrantes, em fase de recessão é diminuí-los*”. O funcionamento deste sistema é garantido por “*todo um conjunto de leis que regulam a ocupação de trabalhadores estrangeiros*” (Ferreira, 2000: 8).

Outro aspecto muito importante, mas menos positivo para o país de acolhimento, tem a ver com a tendência dos trabalhadores imigrantes para a propensão à poupança, remetida habitualmente para o país de origem do trabalhador estrangeiro. De acordo com os quadros XII e XIII o valor das remessas enviadas pelos imigrantes é significativo atendendo ao facto dos seus rendimentos serem relativamente baixos. Os valores mencionados reportam-se ao período entre 1999 e Novembro de 2003 e comprovam, por um lado a natureza económica dos motivos que os levaram a emigrar e, por outro lado, a sua eventual intencionalidade de regressar um dia ao seu país de origem.

**Quadro XII:** Remessas de imigrantes de leste por países de destino

	Total	Ucrânia	República da Moldava	Federação Russa	Roménia	Bulgária	Polónia
1999	133 275	29	115	122	156	37	119
2000	188 961	2 132	7 935	3 672	3 867	1 643	526
2001	408 966	148 211	29 782	7 381	5 308	2 048	1 748
2002	572 179	169 886	31 745	9 250	15 455	4 627	650
Jan-Nov 2003	396 432	82 472	18 734	6 227	8 430	4 264	754

Fonte: Departamento de Estatísticas do Banco de Portugal

**Quadro XIII:** Remessas de imigrantes dos Palop por países de destino

	Total	Angola	Cabo Verde	Moçambique	Guiné Bissau
1999	133 275	1 341	866	1 195	101
2000	188 961	14 755	4 800	7 217	835
2001	408 966	16 211	9 254	6 234	2 984
2002	572 179	8 786	12 565	4 088	6 902
Jan-No 2003	396 432	6 961	9 323	3 671	5 351

Fonte: Departamento de Estatísticas do Banco de Portugal

Tal situação, contudo, não se verifica se o imigrante tiver a residir com ele a sua família. Neste caso, é natural que grande parte das poupanças seja encaminhada para a compra de equipamentos que proporcionem o seu bem-estar e o da família.

Apesar de termos analisado as consequências da emigração para os países de origem e de acolhimento em pontos separados, temos de reconhecer que essas consequências se encontram todas interligadas e se inter cruzam. Vejamos, só a título exemplificativo, que no capítulo anterior dissemos que uma das vantagens do país importador de mão-de-obra é não suportar os custos com a família do trabalhador envolvido (pelo menos numa primeira fase), por esta se encontrar no país de origem. No entanto, logo de seguida reconhecemos que a permanência da família do trabalhador no país de acolhimento funciona como travão ao envio das poupanças ao país de origem, constituindo, assim, uma vantagem para o país de acolhimento.

### **PARTE III**

#### ***Os imigrantes dos Palop e da Europa de Leste no concelho de Barcelos***

##### **Capítulo 6. Identidade socio-cultural e profissional dos imigrantes**

- 6.1 Proveniências, motivações e distribuição
- 6.2 Aptidões profissionais e perfis educativos
- 6.3 Estrutura familiar e faixas etárias

##### **Capítulo 7. Condições de vida do imigrante**

- 7.1. As condicionalidades de chegada
- 7.2. As condições de trabalho
- 7.3. As condições de habitabilidade

##### **Capítulo 8. Sociabilidades e perspectivas**

- 8.1. Apoios locais extensíveis aos imigrantes residentes no concelho
- 8.2. Processo de inserção
- 8.3. Regresso ou permanência definitiva?

*“Liberdade!  
O não inconformado que se diz  
A Deus, à tirania, à eternidade.*

*Temos nas nossas mãos  
O terrível poder de recusar!  
E é essa flor que nunca desperta  
No jardim da perpétua Primavera!”.*

M. Torga<sup>52</sup>

Não sabemos qual a dimensão numérica que as duas comunidades em estudo assumem no concelho de Barcelos. A recolha de dados efectuada por nós junto dos presidentes das oitenta e nove juntas de freguesia que compõem o concelho, relativamente ao número de emigrantes que eventualmente possam residir em cada uma delas está longe de garantir com exactidão o número de imigrantes radicados no concelho. Com efeito, para além dos casos que passam despercebidos pela sua presença quase insignificante em determinadas freguesias, a forma como se processa esta imigração associada a uma excessiva mobilidade pelas diversas freguesias, dificultaram extremamente a pesquisa e impediram a definição de valores que traduzem a realidade de forma correcta.

A fase referente ao preenchimento dos inquéritos desenrolou-se dentro das nossas perspectivas iniciais, salvo algumas dificuldades de percurso. De facto, conseguir que um imigrante da Europa de Leste, com dificuldades de comunicação, causada pela falta de conhecimentos da língua portuguesa, percebesse o conteúdo das perguntas que lhe eram dirigidas, não foi uma tarefa fácil. Tendo em atenção que os objectivos do trabalho não poderiam ser postos em causa, com uma possível deturpação da realidade, tornou-se indispensável a existência de alguém que pudesse servir de intermediário nas situações em que o contacto verbal era praticamente impossível. No caso em concreto contamos com a colaboração imprescindível de imigrantes com uma espantosa fluidez da língua portuguesa.

---

<sup>52</sup> Torga, 1958: 52.



O estudo baseou-se no inquérito de trinta e cinco pessoas de cada comunidade de imigrante em estudo, num total de setenta imigrantes, todos residentes no concelho de Barcelos.

As oitenta quatro perguntas, de tipo aberto e fechadas incidem sobre quatro temas importantes: a identificação pessoal, a situação profissional, as condições de habitação e a integração social.

Junto dos membros das referidas comunidades de imigrantes, o verdadeiro significado e objectivos dos inquéritos não seriam compreendidos se não tivéssemos tido o cuidado de explicar muito pormenorizadamente a nossa verdadeira intenção com o seu preenchimento. Esse tipo de comportamento, no nosso entender, deve-se, não tanto a um sentimento de ameaça, mas sobretudo a uma resistência interna perante uma eventual divulgação de pormenores mais íntimos de suas vidas. Este receio, todavia não se veio a concretizar. Das perguntas que constam do inquérito realizado, pouco foram aquelas que enfrentaram a resistência dos inquiridos, exceptuando a pergunta sobre o vencimento auferido, à qual alguns deles (correspondentes aos mais mal remunerados), tiveram alguma dificuldade em responder, ou ainda a pergunta sobre eventuais visita a “bruxas ou curandeiros”. Referente a esta última, uma parte muito reduzida dos inquiridos responderam afirmativamente, o que não deixa de ser curioso, sobretudo na comunidade africana.

O estudo de qualquer corrente imigratória exige que se esgote um determinado período de tempo para a obtenção de determinado tipo de respostas. A presença ainda relativamente recente da imigração de leste no concelho impossibilite-nos de abordar em toda a sua essência questões substanciais, tais como o regresso temporário ou definitivo ao país de origem, uma vez que não decorreu tempo suficiente para observarmos os resultados. Assim sendo, relativamente aos imigrantes de leste e só respeitante às questões de regresso ao país de origem limitar-nos-emos a perspectivar o futuro baseados nas manifestações de vontades dos imigrantes, às quais poderemos acrescentar alguns comentários críticos.

De qualquer modo, no cômputo geral sentimo-nos satisfeitos com a nossa pesquisa no terreno. A timidez manifestada inicialmente pela maioria dos imigrantes cedeu lugar, num curto espaço tempo, a uma maior abertura nas conversas, que se manteve em todos os contactos subsequentes, permitindo-

nos, dessa forma, recolher mais informações do que aquelas que inicialmente eram previstas. Os testemunhos de experiências de vida servem como exemplos desse contacto amigável.

Finalmente, como forma de complementar o nosso estudo, procuramos, junto de organismos locais, recolher informações quanto a adopção de eventuais programas de apoio à inserção dos imigrantes no concelho.

Nos sub-capítulos que se seguem tentaremos apresentar os resultados apurados nas diferentes fases da nossa investigação, mediante os métodos e técnicas aplicadas, de forma clara, estabelecendo, sempre que nos for permitido, comparações entre as duas comunidades em estudo, de modo a caracterizar o mais fielmente possível o fenómeno imigratório em Barcelos, no contexto das comunidades de imigrantes dos Palop e de Leste.

## CAPÍTULO 6

### *Identidade sócio-cultural e profissional dos imigrantes*

#### 6.1. Proveniências, Motivações e Distribuição

*“Hoje stou triste, stou triste  
Starei alegre amanhã...  
O que se sente consiste  
Sempre em qualquer coisa vã.*

*Ou chuva ou sol, ou preguiça...  
Tudo influi, tudo transforma...  
A alma não tem justiça,  
A sensação não tem forma.*

*Uma verdade por dia...  
Um mundo por sensação...  
Stou triste. A tarde está fria.  
Amanhã, sol e razão”.*

F. Pessoa<sup>53</sup>

Não existem estatísticas individualizadas que nos elucidem quanto ao número de imigrantes que residem actualmente no concelho de Barcelos. As fontes disponíveis, para além de dispersas, referem-se ao distrito de Braga, no seu conjunto, não sendo possível chegar a uma conclusão exacta. Relativamente às estatísticas publicadas pelo INE, embora sejam, do ponto científico, fiáveis têm como base de dados os valores fornecidos pelo SEF, pelo que só fazem referência aos imigrantes com

---

<sup>53</sup> In Viana, ,77.

residência legalizada. Somos, portanto, levados a concluir que os dados recolhidos nestas intervenções pecam por deficiência e insuficiência, estando longe de nos permitir calcular o número de imigrantes residentes no concelho.

Numa tentativa de nos aproximar-mos mais dos valores reais, entramos em contacto com os Presidentes de Junta das oitenta e nove freguesias que fazem parte da estrutura administrativa do concelho de Barcelos. Desde logo, todos os autarcas, sem excepção, manifestaram a sua total disponibilidade em colaborar no sentido de colmatar a falta de dados disponíveis e, dessa forma, nos aproximar-mos o mais possível da realidade. No entanto, os dados recolhidos nestas intervenções pecam por defeito, estando longe de nos permitir calcular rigorosamente o número de imigrantes no concelho (Anexo 3).

No que diz respeito à expressão quantitativa, é óbvio que os imigrantes residentes em Barcelos não atingem as proporções que têm noutras cidades portuguesas, o que no fundo é compreensível se atendermos ao facto de estarmos a falar de uma cidade tipo provinciano, onde ainda é possível cruzar-se frequentemente nas ruas com pessoas conhecidas. Não obstante isso, é inegável a presença, cada vez mais acentuada, de imigrantes no concelho. De acordo com o quadro XIV, dos trinta e cinco imigrantes inquiridos, com proveniência da Europa de Leste, 45,7% são russos, 28,6% ucranianos e 20,0% são de origem moldava.

**Quadro XIV:** Presença de imigrantes da Europa de Leste no concelho de Barcelos, segundo o país de origem

	Ucrânia	Rússia	Moldávia	Roménia	Total
Número de imigrantes	10	16	7	2	35
Percentagem (%)	28,6	45,7	20,0	5,7	100

Fonte: Inquérito realizado no âmbito deste trabalho

Relativamente aos imigrantes inquiridos, em igual número, com proveniência dos Palop, 45,7 % são de origem guinense, 34,3 % de origem angolana, 14,3 % de origem cabo-verdiana, e finalmente, 5,7% são moçambicanos (*vide* Quadro XV).

**Quadro XV:** Presença de imigrantes dos Palop no concelho de Barcelos, segundo o país de origem

	Angola	Guiné Bissau	Moçambique	Cabo Verde	Total
Número de imigrantes	12	16	2	5	35
Percentagem (%)	34,3	45,7	5,7	14,3	100

Fonte: Inquérito realizado no âmbito deste trabalho

Em termos de nacionalidade, é interessante constatar que, apesar da maioria dos inquiridos terem chegado a Portugal depois de ter decorrido, nos seus países o processo de independência, apenas 2,9% optaram pela nacionalidade portuguesa<sup>54</sup> dificultando, de certa forma, o seu processo de integração. Interrogados sobre a ausência de nacionalidade portuguesa, a maioria deles responsabilizou as entidades competentes no período pós-independência das ex-colónias pela falta de informação quanto à oportunidade de manter a cidadania portuguesa. Outros, pelo contrário, não fazem questão de adquirir a nacionalidade portuguesa, como é o caso de um angolano residente há mais de 15 anos no concelho de Barcelos, para quem “*conservar a nacionalidade angolana é uma questão de honra e orgulho*” ( João, 36 anos).

Para a Sandra, angolana de 22 anos, mais do que uma questão de honra, é um respeito pelas suas origens - “*renunciar à nossa nacionalidade é como renegar as nossas raízes e a nós mesmos*”.

A observação do quadro XVI demonstra a existência de três períodos de maior intensidade nas chegadas da população dos Palop. De facto, o inquérito efectuado revela que 37,1% dos imigrantes inquiridos declararam ter imigrado para Portugal (Barcelos) entre 1981-1985, enquanto 22,9 % afirmaram fazê-lo no período entre 1986-1990 e 20% entre 1991-1995.

---

<sup>54</sup> A aquisição da nacionalidade portuguesa é um facto importante no sentido de uma melhor integração. A título de exemplificativo podemos imputar a responsabilidade pela fraca representatividade de cidadãos dos Palop em cargos político-partidários portugueses à ausência da nacionalidade portuguesa, requisito indispensável a qualquer pretendente a cargos políticos.

**Quadro XVI:** Períodos de chegada a Barcelos da população da comunidade dos Palop

	Entre 1971-1975	Entre 1976-1980	Entre 1981-1985	Entre 1986-1990	Entre 1991-1995	Entre 1999-2003
Número de imigrantes	1	4	13	8	7	2
Percentagem (%)	2,9	11,4	37,1	22,9	20	5,7

Fonte: Inquérito realizado no âmbito deste trabalho

Os principais motivos invocados foram, por ordem decrescente, as más condições de vida (74,3%), razões de sobrevivência (45,7%), a falta de trabalho no país de origem (34,3%), e razões motivadas pelo estudo (34,3%). Outras razões, motivadas pelo clima de instabilidade gerado pela guerra e pelo desenrolar do processo de descolonização foram referenciadas por 20% dos inquiridos.

Em termos de distribuição desta comunidade de imigrantes pelas diversas freguesias do concelho, concluímos, com base nas informações fornecidas pelos autarcas das respectivas juntas de freguesia (Anexo 4), que a maioria deles se concentram essencialmente nas freguesias de Barcelos, Barcelinhos e Arcozelo (principais freguesias circundantes do núcleo do concelho), sendo a sua presença numérica, entre outras freguesias, menos significativas, chegando mesmo a ser em algumas praticamente nula ou mesmo inexistente.

Ao contrário dos imigrantes africanos, a imigração de Leste é relativamente recente, como podemos verificar no quadro XVII.

**Quadro XVII:** Períodos de chegada a Barcelos da população da comunidade da Europa de Leste

	Entre 1991-1995	Entre 1996-1998	Entre 1999-2003
Número de imigrantes	12	12	10
Percentagem (%)	34,3	34,3	28,6

Fonte: Inquérito realizado no âmbito deste trabalho

O inquérito revela que 34,3% dessa imigração é posterior a 1990 (situando-se entre 1991-1998), embora continua a ter grande relevo entre 2000-2003 (28,6%). Interrogados sobre os motivos da sua vinda, a maioria deles apontaram, à semelhança dos africanos, as más condições de vida (85,7%) e as razões de sobrevivência (54,3), como factores de maior relevância. Um dado importante consiste na percentagem considerável de imigrantes de Leste que saíram de seu país para conseguir pagar dívidas e hipotecas (40,0%). Contrariamente à comunidade homóloga, os motivos de guerra não são referenciados por nenhum dos inquiridos.

Mais uma vez, a informação disponível diferencia as duas comunidades em estudo. De facto, diferentemente da primeira comunidade referenciada, os imigrantes do leste europeu encontram-se repartidos pela maioria das freguesias concentrando-se, todavia, mais numas do que noutras. As freguesias onde esta comunidade se encontra mais representada são as freguesias de Vila Frescaíña de S. Pedro, Vila Frescaíña de S. Martinho, Rio Covo Sta. Eugénia e Arcozelo. Em nossa opinião a justificação para essa maior representatividade prende-se directamente com a maior concentração nessas freguesias de indústrias do sector têxtil e de confecção de tipo familiar. Como teremos oportunidade de analisar pormenorizadamente no sub-capítulo 7.2., é no sector têxtil onde a incidência da mão-de-obra de leste é mais relevante. A Vila Frescaíña de S. Pedro é o caso típico de freguesia que reúne as condições próprias para a concentração de trabalhadores estrangeiros. Zona predominantemente industrial, mas também habitacional, consegue dar simultaneamente resposta às necessidades de trabalho e de habitação. De facto, perante a vinda dos imigrantes, vários originários e residentes da freguesia providenciaram obras em casinhas, com só um andar, e “barracas” de pequenas dimensões, para acolher os imigrantes. Outrora esses espaços encontravam-se desabitados e tinham como principal finalidade servir de arrecadação para alfaías agrícolas, agasalhos e outros utensílios de apoio à agricultura dos seus proprietários. Num curto espaço de dez anos (desde a vinda para Barcelos dos imigrantes de leste) estas arrecadações tornaram-se em casinhas<sup>55</sup>, que tem a particular vantagem de se encontrarem muito próximas (muitas delas a menos de 1500 metros) dos locais de trabalho. Naturalmente que foram os próprios originais das freguesias que, por interesse próprio, criaram essas condições de alojamento.

---

<sup>55</sup> As condições de habitabilidade serão abordadas no capítulo 7.3.

Ainda relativamente à dispersão territorial dos imigrantes de leste pelo concelho de Barcelos, constata-se que em algumas freguesias, como é o caso de Vila Frescaínha de S. Pedro e Rio Côvo de Sta. Eugénia, a proximidade da zona habitacional às indústrias favorece a criação de zonas residenciais de carácter étnico, apreciadas pela maioria dos imigrantes, uma vez que lhes permite criar o seu próprio meio sócio-cultural no qual se sentem integrados. Assim, se falarmos em imigrantes provenientes da Ucrânia, sabemos que uma parte significativa deles se encontra na freguesia mencionada em segundo lugar, enquanto os russos concentram-se mais na primeira das freguesias indicadas. A partir do momento em que sejam constituídas, estas zonas residenciais tendem a expandir-se, com a vinda de outros compatriotas<sup>56</sup>.

Estes pequenos agrupamentos de imigrantes são característicos apenas das freguesias com um elevado potencial de absorção de mão-de-obra. Na maioria das restantes freguesias do concelho, a população imigrante está dispersa pelos diversos lugares de cada freguesia, mantendo alguns deles um contacto muito próximo com os nativos do lugar onde residem, sendo possível encontrar alguns a residir no rés-do-chão das habitações principais, ou mesmo (dois casos identificados na freguesia de Pereira) na mesma habitação onde residiam os proprietários.

A análise da proveniência geográfica dos imigrantes é um elemento relevante para a compreensão dos motivos que os levaram a sair do seu país com destino a terras para eles muitas vezes desconhecidas. No caso dos imigrantes da comunidade africana, não podemos associar a sua vinda apenas a factores económicos, embora estes sejam os motivos de maior relevância (como consta no quadro IV reproduzido na página seguinte, considerando os respectivos motivos individualmente). Se prestarmos alguma atenção à data de chegada e à proveniência geográfica da corrente migratória que se desloca para o concelho de Barcelos no período entre 1981-1985, e, subsequentemente (1986-1990), embora em menor densidade, concluímos que o processo de descolonização foi um dos principais

---

<sup>56</sup> Convém frisar que contrariamente aquilo que essas zonas residenciais étnicas geralmente significam (a repulsa da sociedade de acolhimento e de tudo aquilo que a caracteriza) esses imigrantes não adoptam uma postura anti-sociável com a população originária da freguesia na qual residem. Pelo contrário, são considerados “*peessoas pacatas com quem não falamos muito, não por falta de vontade, mas sim porque correm da casa para o emprego e do emprego para casa, tendo pouco tempo livre. A língua diferente também não ajuda muito*” (Rosa, residente na freguesia de Vila Frescaínha de S. Pedro).



responsáveis por esse movimento. As grandes dificuldades político-económicas (que já tivemos oportunidade de abordar no capítulo 4.1.), registadas após Abril de 1974, e o clima de insegurança instalado nesses países após o processo de descolonização, empurram esses imigrantes para fora do seu país. Aquilo que alguns pretendem, mais não é do que fugir ao clima de violência e ao regime político que os massacra, enquanto outros procuram melhorar o seu nível de vida. O quadro XVIII ilustra bem o que se acabou de dizer, na medida em que, com base nos inquéritos realizados, os principais motivos de deslocação para Portugal (Barcelos) apresentados por essa comunidade são, para além dos motivos económicos e das razões de sobrevivência, a descolonização e a guerra.

**Quadro XVIII:** Principais motivos da vinda para Portugal dos imigrantes dos Palop

	Estudo	razões de sobrevivência	más condições de vida	pagar dívidas e hipotecas	guerra	falta de trabalho	saúde
Nº de imigrantes	12	16	26	6	7	12	7
Percentagem (%)	34,3	45,7	74,3	17,1	20,0	34,3	20,0

Fonte: Inquérito realizado no âmbito deste trabalho

Estes argumentos, contudo, não são válidos para comunidade de imigrantes provenientes do leste europeu. Para já, convém lembrar que as trajectórias geográficas e sócio-profissionais desta comunidade são diferentes da trajectória da comunidade dos Palop (*vide* Quadro XIX).

**Quadro XIX:** Principais motivos da vinda para Portugal dos imigrantes da Europa de Leste

	razões de sobrevivência	más condições de vida	pagar dívidas e hipotecas	poupar para fazer casa	falta de trabalho	poupar para se estabelecer no país de origem
Nº de imigrantes	19	30	14	8	15	8
Percentagem (%)	54,3	85,7	40,0	22,9	42,9	22,9

Fonte: Inquérito realizado no âmbito deste trabalho

Como podemos verificar no quadro XIX diferentemente daquilo que sucede com a primeira comunidade em estudo, os imigrantes da Europa de Leste deslocam-se para Portugal essencialmente para evitar a deterioração das condições de vida (85,7%); por razões de sobrevivência (54,3%); pela falta de trabalho no país de origem (42,9%) e para pagar dívidas (40%). Na eventualidade da estadia ser um sucesso, 22,9% dos inquiridos confessaram alimentarem a esperança de conseguir poupar para fazer uma casa e poupar para se estabelecer no país de origem (22.9%).

É, afinal, a necessidade de se ganhar melhor do que no país de origem, que movimenta estas comunidades mesmo que isso signifique ter um emprego que, muitas vezes (sobretudo no caso dos imigrantes de leste) não acompanha as habilitações ou aspirações profissionais do empregado. Temos de salientar que, em qualquer um dos casos, a saída do país de origem para um país desconhecido não é de modo algum um processo fácil. O abandono de um habitat que lhes é muito familiar (muitas vezes o único que conhecem), a conjugar com o desfazer de um conjunto de laços fortes, pressupõe uma força de atracção muito grande. Esta questão tende a ter maior relevância, a nosso ver, nas migrações de longa distância, como é o caso dos imigrantes provenientes de África. De facto, enquanto um imigrante proveniente do leste europeu tem naturalmente mais facilidade em termos de tempo e de custo, de se deslocar ao seu país de origem, para o imigrante africano essa deslocação pode ocorrer uma vez em vários anos<sup>57</sup>, ou, em casos mais extremos, pode nem sequer se concretizar. Dos inquiridos, 71,4% confessaram não terem voltado ainda ao país de origem, enquanto, aqueles que manifestaram terem voltado admitiram fazê-lo raramente.

Apesar de todas as necessidades sentidas, a decisão de emigrar nem sempre é bem aceite por todos os membros da família. No entanto, os fervores nacionalistas ou os traumas gerados pela separação das famílias não são argumentos significativamente fortes para muitos daqueles que vêem na emigração a única solução para os seus problemas. No caso dos africanos, a escolha de Portugal como destino é compreensível se atendermos à importância dos contactos políticos mantidos entre Portugal e os Palop durante longos anos, aos quais devemos acrescentar a forte proximidade linguística e cultural. Diferentemente, a maioria dos imigrantes provenientes do leste, perante a escolha do país de destino

---

<sup>57</sup> Dos 35 imigrantes dos Palop inquiridos, 10 afirmaram deslocarem-se raramente ao país de origem. Os imigrantes de Leste, pelo contrário, são muito mais constantes, apesar de nem sempre regulares. De facto, do conjunto dos 35 inquiridos, 15 admitiram deslocar-se ao país de origem, enquanto 11 imigrantes confessaram deslocarem-se raramente.

são confrontados com várias possibilidades – essencialmente na Europa Ocidental. Segundo o relato de um imigrante de origem ucraniana, residente em Portugal desde 2000, de todos os destinos, Portugal surgiu como o mais promissor, uma vez que, corria notícia no seu país de origem que “*era um país onde para além do aumento da construção civil devido ao Euro 2004, não havia uma grande fiscalização por parte do Estado português. Muito mais difícil era entrar na Alemanha*” (Yuri, 31 anos). Outros imigrantes confessaram ter escolhido Barcelos como destino porque tiveram conhecimento através de compatriotas, com quem mantinham contacto, (quer por correspondência quer por telefone), que não era difícil arranjar emprego e que a habitação era mais barata do que em Lisboa.

Desta explanação depreendemos que, apesar da dimensão modesta do nosso concelho e da distância que nos separa desses países, nota-se um número considerável de pessoas que saiu do seu país antevendo Barcelos como melhor destino. Teremos nós condições de responder às expectativas desses imigrantes? Esta figura entre muitas das questões às quais pretendemos dar uma resposta nos capítulos subsequentes.

## 6.2. Aptidões Profissionais e Perfis Educativos.

*“Cultura é aquilo pelo qual o homem, enquanto homem, se torna mais homem, e mais, tem acesso ao ser”.*

João Paulo II<sup>58</sup>

Temos a noção que o nível educacional de uma população é naturalmente influenciado pela situação política e económica do país a que pertence. Já tivemos oportunidade de referir, no capítulo sobre o movimento imigratório dos Países da Europa de Leste (capítulo 4.2.), que a elevada taxa de escolarização da população proveniente desses países se deve essencialmente à política levada a cabo, na altura, pelos dirigentes do ex-Bloco Soviético, então no poder. Não vamos, portanto, voltar a abordar o tema. De qualquer modo, não restam dúvidas que estamos perante uma população de perfil educativo acima do exigido, tendo em linha de conta o tipo de actividade profissional que exercem no concelho e de um modo geral no País.

A análise dos perfis educativos (*vide* quadro XX e XXI) permite-nos distinguir com clareza as duas comunidades de imigrantes em estudo no presente trabalho. Dentro da comunidade africana, o grau de instrução escolar é diverso, mas no cômputo geral é normalmente baixo, enquanto os imigrantes de leste apresentam um nível escolar mais elevado.

**Quadro XX:** Grau de instrução escolar dos imigrantes dos Palop

	4ª Classe	6º Ano	9º Ano	12º Ano	Curso Médio	Total
Número de imigrantes	9	9	7	7	3	35
Percentagem (%)	25,7	25,7	20,0	20,0	8,6	100

Fonte: Inquérito realizado no âmbito deste trabalho

<sup>58</sup> *In* Tavares, 1998: 28.

**Quadro XXI:** Grau de instrução escolar dos imigrantes da Europa de Leste

	4ª Classe	6º Ano	9º Ano	12º Ano	Curso Médio	Curso Superior	Total
Número de imigrantes	1	6	11	12	3	2	35
Percentagem (%)	2,97	17,1	31,4	34,3	8,6	5,7	100

Fonte: Inquérito realizado no âmbito deste trabalho

Analisando mais pormenorizadamente os quadros XX e XXI constamos que 25,7% dos imigrantes africanos inquiridos residentes em Barcelos tem no máximo a quarta classe; 25,7% tem o sexto ano de escolaridade e apenas 8,6% tem um curso médio. Este baixo índice de escolaridade contrasta com o grau de instrução da generalidade dos imigrantes de leste, sendo indiscutivelmente os mais escolarizados nos vários níveis escolares: 31,4% dos imigrantes deste grupo inquiridos tem o nono ano de escolaridade; 34,3% tem o décimo segundo ano e 5,7% tem um curso superior (apenas 2,9% tem a quarta classe).

O grau de instrução escolar é um elemento relevante para uma melhor compreensão das aptidões profissionais de cada um dos indivíduos. De facto, analisando as duas comunidades de imigrantes, individualmente, constatamos que 54,3% dos imigrantes oriundos dos Palop trabalham esmagadoramente como operário e 20% são empregados. Naturalmente, a percentagem masculina trabalha predominantemente na construção civil, enquanto as mulheres se dedicam essencialmente a serviços de limpeza ou, então, trabalham como operárias em fábricas. Muitos deles, provenientes de meios rurais, não possuem de um modo geral experiência profissional adequada e exigida pelas sociedades industriais, daí trabalharem em sectores que exigem um nível de qualificação profissional reduzido. Apesar de nada garantir que a situação seria diferente se possuíssemos mais habilitações escolares ou profissionais, este respeito gostaríamos, contudo, de aflorar uma questão que, no nosso ponto de vista, nos parece de grande interesse. Temos tendencialmente o hábito de definir indiscriminadamente os imigrantes africanos como indivíduos de nível escolar mínimo e como trabalhadores dos serviços mais ingratos e menos remunerados. Apesar de esta definição retratar a

maioria deles, convêm não generalizarmos demais. Há bastantes imigrantes que, da mesma forma que a maioria dos imigrantes provenientes do leste, possuem habilitações escolares de nível elevado e com experiência profissional na sua área. Temos um caso no concelho (ao par de outros) de um imigrante que, antes de vir para cá, era professor em Cabo Verde. Num tom de lamentação, a companheira dele confessou-nos que *“o meu homem era professor, mas o que ganhava não lhe chegava para quase nada. Por isso decidiu emigrar”* (Soraia, 40 anos). Portanto, ao falarmos em imigrantes dos Palop não devemos associá-los exclusivamente aos indivíduos de baixo nível escolar. Esta é, sem dúvida, a qualificação da maioria deles, mas não de todos.

No caso concreto da comunidade de leste os contornos da situação são diferentes. De facto, estamos confrontados com uma população com um nível educacional maioritariamente elevado. Muitos deles têm experiência profissional em áreas científicas e intelectuais, mas nem por isso exercem profissões equiparadas à sua formação académica ou profissional. Não obstante isso, estes imigrantes acabam por beneficiar dos seus conhecimentos, uma vez que a formação que os mesmos obtiveram ou adquiriram no seu país de origem, permite-lhes uma maior capacidade de compreensão, aprendizagem, e até absorção, dos conhecimentos relativos às tarefas de que são incumbidos, quer no seu espaço laboral, quer em termos de valorização pessoal. Aliás, do contacto que mantivemos com eles no decurso da elaboração deste estudo, foi-nos possível perceber que é muito habitual ver o imigrante de leste acompanhado de um “caderninho” com as páginas divididas a meio para anotar as palavras que vão apreendendo e o seu significado. Isto, sem sombras de dúvidas, salienta a importância das habilitações escolares no processo de adaptação, na medida em que, não servindo para mais, vão-lhes pelo menos facilitar a assimilação de novos conhecimentos e ajudar a superar alguns obstáculos que possam surgir no seu processo de integração.

### 6.3. Estrutura Familiar e Faixas Etárias

*“A família é uma instituição universal e que melhor do que qualquer outra cumpre as funções básicas de qualquer sistema social”.*

A. G. D. Pereira<sup>59</sup>

A análise dos grupos etários representados em cada uma das comunidades de imigrantes em estudo, leva-nos a constatar que existem diferenças e traços próprios em cada uma delas, merecedoras de referência. Podemos desde já adiantar que com base nos dados recolhidos e expostos no quadro XXII, dos 35 imigrantes dos Palop inquiridos 13 pertencem ao grupo etário dos 31-40 anos, 10 têm idades compreendidas entre os 41 e os 50 anos, estando os restantes 12 indivíduos repartidos pelos restantes grupos etários. Há portanto, o predomínio de uma população adulta em que o número de indivíduos do sexo masculino é inferior ao do sexo feminino.

**Quadro XXII:** Faixas etárias dos Palop

	entre 11-20 anos	entre 21-30 anos	ente 31-40 anos	entre 41-50 anos	Total
Sexo Masculino	3	2	5	5	15
Sexo Feminino	2	5	8	5	20
Total	5	7	13	10	35

Fonte: Inquérito realizado no âmbito deste trabalho

De igual modo, os inquiridos da comunidade de leste apresentam uma estrutura etária predominantemente compreendida entre os 31 e 40 anos (18 indivíduos), apresentando, no entanto um maior grau masculinidade (quadro XXIII).

Quanto ao grupo etário dos 11 a 20 não aparece representado. De facto, a maioria dos imigrantes inquiridos confessarem terem deixados os filhos no país de origem à guarda de familiares.

---

<sup>59</sup> in Canotilho, 2000: 83.

**Quadro XXIII:** Faixas etárias da Europa de Leste

	entre 21-30 anos	entre 31-40 anos	ente 41-50 anos	Total
Sexo Masculino	9	10	3	22
Sexo Feminino	5	8	-	13
Total	14	18	3	35

Fonte: Inquérito realizado no âmbito deste trabalho

Ao serem questionados sobre os motivos que os levaram a tomar tal decisão, os pais responderam maioritariamente que a causa principal foram os problemas económicos. O desconhecimento daquilo que o país de acolhimento lhes reserva, a incerteza de arranjar trabalho ou uma habitação com as mínimas condições de bem-estar, não deixam margem para dúvidas quanto à decisão de entregar os filhos à guarda maioritariamente dos avós. Para muitos homens vindos de leste o cenário de vida é o mesmo que o de Alexandra, ucraniana de 32 anos, que nos disse “*o que mais me custou foi deixar os meus filho com os meus pais. Eu sei que eles não estão mal, sobretudo agora que lhes posso enviar algum dinheiro, mas mesmo assim a vontade de estar com eles é muito grande. Por enquanto não os posso trazer para cá, porque eu e o meu marido vivemos com outro casal, mas a casa foi arranjada por eles e também é pequenina. Mas, se a vida nos correr bem, para o ano que vem vamos traze-los para cá*”.

Assim como este, outros imigrantes optaram por se separar temporariamente dos seus cônjuges, sendo geralmente o homem o primeiro membro da família a emigrar, enquanto a mulher acompanhada dos filhos, ficam no país de origem . Só depois de garantida alguma estabilidade, quer em termos de emprego, quer em termos de habitação é que a família volta a juntar-se, desta vez no país de acolhimento.

Este retrato de vida é comum a vários imigrantes por nós inquiridos. Com efeito, a maior parte dos imigrantes de leste do sexo feminino que vieram para Barcelos acompanhados dos seus filhos,



vieram encontrar-se com o marido<sup>60</sup>. A presença da família representa umas das grandes conquistas do imigrante de leste, em território estrangeiro, na medida em que lhe confere um sentimento de segurança que se manifesta em todas as suas atitudes ajudando-o a enfrentar e ultrapassar todas as frustrações e desilusões. Mais do que uma simples presença física, o grupo familiar representa a pedra basilar de qualquer projecto de vida para o imigrante, o seu refúgio fortaleza onde mais do que em qualquer lugar é ouvido, compreendido, apoiado, contribuindo assim para o seu bem-estar que, naturalmente, vai contribuir para um maior rendimento laboral.

O reagrupamento familiar é igualmente um elemento característico dos cidadãos oriundos do continente africano. Analisando a composição e estrutura dos inquiridos constatamos uma elevada percentagem de imigrantes masculinos que residem no concelho acompanhados dos filhos e mulher (49,3%). Assim, ambas as comunidades denotam tendência para o agrupamento familiar, embora este ocorra de forma diferente. Enquanto na imigração de leste, numa primeira fase assiste-se sobretudo à vinda isolada (sem família) de imigrantes do sexo masculino (37.1%), na imigração africana, apenas um imigrante afirmou ter vindo para Portugal, acompanhados de familiares (2,9%) e só mais tarde, já com a sua situação regularizada, mandaram vir os filhos e mulher.

Em jeito de conclusão, de tudo o que foi exposto e de acordo com os dados que temos disponíveis, apontamos alguns dos traços mais relevantes:

- a população do sexo feminino apresenta uma maior representatividade na comunidade africana;
- constata-se um predomínio de imigrantes de leste com idade compreendida entre os 31 e 50 anos;
- acentua-se quantitativamente o grau de masculinidade da população imigrante de leste, significativamente superior à do sexo oposto, enquanto os imigrantes dos Palop caracterizam-se, a este nível, num sentido inverso;
- tendência progressiva para uma imigração de carácter familiar em ambas as comunidades.

---

<sup>60</sup> É interessante constatar a predominância de imigrantes de leste casados representando 51,4% da população inquirida, comparado com os 37,1% de indivíduos solteiros.

Antes de concluirmos este sub-capítulo, não podemos deixar de fazer um comentário sobre o problema respeitante à separação da família. Esta questão tem merecido alguma atenção por parte das entidades governamentais, a comprovar pela legislação que tem sido adoptada no sentido de facilitar o reagrupamento familiar. No entanto, quando comparado com outros problemas, parece-nos que de certa forma, se encontra subvalorizado.

Em nossa opinião, deveria ser dada mais atenção a estas pessoas que, para além de todos os seus problemas físicos, derivados das suas condições de trabalho, da excessiva carga horária, comum a muitos deles, vêm-se confrontados com problemas de natureza psíquica. Por sua vez, estes problemas são muitas vezes agravados pela separação da família, que gera um sentimento de falta e de saudade que os acompanha permanente. Esta situação de isolamento e o receio que a ocorrência de uma fatalidade os impossibilite de rever a sua família, provocam nos imigrantes um sentimento de angústia que lhes poderá provocar sequelas que levarão muito tempo a passar, mesmo após o reencontro da família.

Esta angustia é bem visível no relato de um russo residente na freguesia de Vila Frescaíinha de S. Pedro, *“estou aqui há dois anos mas estou muito dividido entre Portugal e a Rússia, onde ficou a minha mulher e os meus dois filhos. Desde que vim para cá pela primeira vez ainda não regressei à minha terra por falta de dinheiro e porque o patrão precisa de mim (trabalho nas obras). O ano passado quando vi colegas meus ir à Rússia de férias chorei muito. Longe da minha família, num país onde não conhecemos muita gente e só viemos para trabalhar, sentimos muito a falta dos filhos e da mulher, em todos os aspectos”* (Vladyslav, 29 anos).

Para o cônjuge (geralmente a mulher), que ficou no país de origem a espera de autorização para ir ao encontro do seu parceiro, a situação não é mais fácil. Sentimentos como a angústia, a ansiedade, a insegurança, por estar sozinha, e a desconfiança, por estar longe, acompanham o dia-a-dia de quem espera no país natal. Se houver filhos é acrescido o sentimento de uma dupla responsabilidade: ser pai e mãe ao mesmo tempo.

E os filhos? A ausência, geralmente do pai, tem inevitavelmente repercussões no seu desenvolvimento. Por muito presente que o pai procure estar (nomeadamente por via telefónica), não será suficiente, uma vez que fisicamente, só conseguirão estar juntos, naturalmente, uma vez por ano,

---

*Imigrantes: uma nova face da sociedade portuguesa. Um estudo de caso no concelho de Barcelos*

correndo assim o risco de se estabelecer, implicitamente, um corte entre pai e filhos, que marcará para sempre a vivência de todos os membros da família.

## CAPÍTULO 7

### *Condições de vida do imigrante*

#### 7.1. As Condicionalidades de Chegada

*“Estás só. Ninguém o sabe. Cale e finge.  
Mas finge sem fingimento.  
Nada speres que em ti já não exista,  
Cada um consigo é triste.  
Tens o sol se há sol, ramos se ramos buscas,  
Sorte se a sorte é dada”.*

F. Pessoa<sup>61</sup>

Nesta primeira fase do processo migratório são extremamente importantes as manifestações de solidariedade de grupo, uma vez que o primeiro problema com o qual o imigrante é confrontado diz respeito à questão do “acolhimento”. Não é por mero acaso que a maioria dos imigrantes inquiridos de ambas as comunidades foram recebidos por familiares, ou por amigos que já residiam no concelho, embora neste último caso se enquadrem mais os imigrantes de leste do que os imigrantes africanos.

No cômputo geral todos eles beneficiaram de algum apoio à chegada, considerando como principais: a alimentação (Palop-80%; Leste-74,3%), a ajuda financeira (Palop-17,1%; Leste-17,1%), o apoio psicológico/moral (Palop-0%; Leste-22,9%) e mesmo a nível da saúde (Palop-25,7%; Leste-20%). Por sua vez, diferentemente do que sucede na comunidade de leste, que recebem apoio essencialmente de compatriotas, o apoio aos imigrantes dos Palop, é sobretudo concedido por irmãos (22,9%), tios (11,4%) ou outros membros da família (20%), que, encontrando-se a residir em Barcelos, já passaram pelos mesmos problemas, inerentes à primeira fase da estadia, estando por isso aptos a

---

<sup>61</sup> In Viana, 1985: 174.

prestar um apoio adequado e a ajudá-los a ultrapassar as primeiras dificuldades com as quais já estão familiarizados.

Este contacto em “terra estranha” com pessoas com quem compartilham as mesmas crenças, hábitos alimentares e costumes é, no nosso entender, um dos aspectos mais importantes do processo migratório, na medida em que permite ao imigrante recém-chegado começar a criar o seu próprio espaço, o seu “refúgio”, que tanto poderá ser na habitação de um familiar ou amigo, ou, se for caso disso, em zonas residenciais de imigrantes, cuja existência já tivemos oportunidade de referenciar.

Fora deste seu novo habitat, muitas são as dificuldades que o imigrante enfrenta. Naturalmente, os problemas podem ser de maior ou menor dimensão conforme a pessoa a quem eles dizem respeito. O quadro XXIV permite-nos chegar a conclusões elucidativas.

**Quadro XXIV:** Principais dificuldades de adaptação à chegada da comunidade da Europa de Leste

	língua	trabalho	hábitos/costumes
Número de imigrantes	35	26	17
Percentagem (%)	100,0	74,3	48,6

Fonte: Inquérito realizado no âmbito deste trabalho

Em primeiro lugar, como já era de prever, a língua é apontada como o principal problema dos nossos imigrantes de leste tendo sido referenciado pela totalidade deles. De facto, esta é uma das primeiras dificuldades que deve ser superada, sob pena do processo de inserção na nova sociedade correr o risco de ficar atrofiado, uma vez que a falta de conhecimento linguístico agrava-lhes o problema de comunicação, impedindo-lhes não só de exprimirem o que pensam, mas também de se informarem, zelarem e defenderem os seus direitos<sup>62</sup>.

---

<sup>62</sup> É neste contexto que o regresso à casa, no final do dia, e o encontro com os compatriotas são momentos muito apreciados pelos imigrantes, na medida em que é na língua materna que todos os inquiridos de leste, sem excepção, se exprimem e comunicam quando estão em casa. Mesmo aqueles que residem cá há mais de dez anos e para quem a língua

**Quadro XXV:** Principais dificuldades de adaptação à chegada da comunidade dos Palop

	língua	trabalho	hábitos/costumes	serviços públicos	habitação
Número de imigrantes	1	20	16	1	4
Percentagem (%)	2,9	57,1	45,7	2,9	11,4

Fonte: Inquérito realizado no âmbito deste trabalho

Para os imigrantes oriundos das ex-colónias, a questão da língua não chega a ser considerado um problema, tendo sido mencionado como tal apenas por um inquirido (quadro XXV), embora façam uso nos seus contactos familiares de outros idiomas como é o caso dos cabo-verdianos com o crioulo (8%). Esta facilidade de comunicação é, no fundo, o reflexo de cinco séculos de História em comum. No entanto, destes quinhentos anos de diálogo e contacto sócio-cultural entre os povos africanos e portugueses, supunha-se que o grau de integração e assimilação fosse maior. Este é pelo menos um dos ressentimentos manifestado por alguns deles com quem mantivemos algumas conversas mais prolongadas e desde já muito proveitosas. Um deles, angolano de vinte e nove anos, desabafou não entender porque é que, e passamos a citar, *“apesar de todo o passado em comum somos vistos como imigrantes comuns, quando, em situações mais extremas, não somos alvo de tratamento e comentários que nos afastam ainda mais da condição de imigrante”* (Nelson, 30 anos).

Se é verdade que a língua não representa um problema de grande dimensão para os imigrantes africanos, já o mesmo não se pode dizer quando falamos em trabalho, o mesmo se aplicando aos provenientes do leste. De facto, quer os primeiros (57,1%), quer os segundos (74,3%), confessam que

---

deixou de ser uma barreira, confessam utilizar a língua materna na vida familiar e afectiva, recorrendo apenas à língua de Camões para outros momentos em que o seu recurso seja mesmo necessário, nomeadamente no espaço laboral. Aí, mesmo tendo colegas de trabalho que sejam compatriotas, e desde logo, com quem possam comunicar facilmente na sua língua materna, não é aconselhável que o façam. Pelo menos é essa a conclusão que retiramos de uma conversa que mantivemos com o director administrativo e financeiro de uma fábrica do sector têxtil (anexo 5). Segundo o seu relato, que passamos a citar na primeira pessoa, *“o que mais me irrita é quando lhes dizemos alguma coisa que lhes desagrada e eles começam a falar entre eles na sua língua e nós não entendemos nada. Sabemos lá o que eles devem estar a dizer de nós”*.

encontrar trabalho e conseguir ser contratado foi, e continua a ser, para alguns deles, a maior dificuldade, sendo em casos mais extremos encarada como insuperável.

Perante esta dificuldade de arranjar emprego e, consequentemente, a falta de recursos financeiros, o regresso ao país de origem é pouco provável, pelo menos a curto e médio prazo, sobretudo se pensarmos que a maioria deles, antes da partida, contraiu avultadas dívidas sem ter forma de as pagar. De facto, a vinda para Portugal à procura de melhores condições de vida não é para qualquer indivíduo, se tivermos em conta que para tal é necessário uma média de €1 500.00. Este valor assume proporções gigantescas se consideramos que o salário médio na Ucrânia ronda os €20.00, não sendo assim de admirar que grande parte do contingente de leste que se encontra cá seja formado por pessoas com qualificações profissionais e académicas elevadas, as únicas que, de certa forma, têm mais possibilidade de suportar os custos inerentes à deslocação.

Esta quantia, entregue aos “businessman” (nome pelo qual são geralmente conhecidos os homens que actuam em negócios mais obscuros) inclui a aquisição de visto, a viagem e o contacto em Portugal com grupos pertencentes à mesma rede, a quem compete distribuir os imigrantes pelas diversas partes do país. Em alguns casos é facultado o número de telefone de algum angariador de mão-de-obra barata.

Para os que vivem no leste é fácil verificar que os negócios da emigração têm sido um dos mais rentáveis para aqueles que organizam essas redes. Os sinais exteriores de riqueza são evidentes: carros luxuosos, barcos de recreio, vida de excessos, que choca frontalmente com uma sociedade que não tem recursos, a comprovar pela maioria das lojas das cidades destituídas de mercadorias e de clientes, ocorrendo grande parte do pouco negócio no lado exterior das lojas, geralmente no decorrer dos passeios, em barracas improvisadas ou mesmo sem elas, com bens alimentícios (leite, ovos, legumes, galinhas) armazenados em sacos de nylon. Não é de admirar que a visualização deste cenário, sem grandes perspectivas de melhorias, pelo menos a curto prazo, faz nascer um desejo ardente de conhecer a Europa do bem-estar, apesar de todos os riscos que terão de enfrentar até chegar a ela. Citando um imigrante ucraniano que reside no concelho, engenheiro electrónico *“a prioridade do ser humano é tentar viver o melhor possível, só assim a vida tem sentido. Não interessa os caminhos que são seguidos para lá chegar, desde que não prejudiquemos ninguém. É verdade que não estudamos para trabalhar assim, mas se o único caminho para chegarmos ao nosso objectivo for esse, o remédio é não*

---

*Imigrantes: uma nova face da sociedade portuguesa. Um estudo de caso no concelho de Barcelos*

*olhar para traz e nunca desistirmos. Um dia havemos de chegar lá”*. (Ivan, engenheiro electrónico, 36 anos, trabalha actualmente numa fábrica do sector têxtil).



## 7.2. As Condições de Trabalho

*“Cada um cumpre o destino que lhe cumpre,  
E deseja o destino que deseja;  
Nem cumpre o que deseja,  
Nem deseja o que cumpre.*

*Como as pedras na orla dos canteiros  
O Fado nos dispõe. E ali ficamos;  
Que a sorte nos fez postos  
Onde houvemos de sê-lo.*

*Não tenhamos melhor conhecimento  
Do que nos coube que de que nos coube.  
Cumpramos o que somos.  
Nada mais nos é dado”.*

F. Pessoa<sup>63</sup>

Uma vez no país de acolhimento a principal preocupação do imigrante que não veio com contrato de trabalho é conseguir um emprego para levar a cabo a missão que ele se impôs – auferir um salário para garantir o seu sustento e melhorar a sua qualidade de vida e da sua família. É um dado adquirido que na maioria dos casos o imigrante é aceite para ocupar empregos vagos não preenchidos pelo cidadão nacional. A falta de interesse por trabalhos mal remunerados e efectuados a maioria das vezes em más condições e sem as medidas de segurança mínimas, é a explicação mais apontada para a recusa desses empregos pelos nacionais, mesmo numa altura em que a taxa de desemprego não se encontra nos seus níveis mais baixos. Mas esta não é a única explicação. O facto destas comunidades de imigrantes constituir uma mão-de-obra humilde, pouco reivindicativa, e com uma grande

---

<sup>63</sup> In Viana, 1985: 184.

predisposição para o trabalho, contribuiu para tornar essa mão-de-obra, aos olhos dos empregadores, muito atractiva.

Como forma de termos alguma orientação sob o modo como são encarados os imigrantes pela classe empregadora e tentarmos definir o perfil do imigrante na seu local de trabalho, decidimos entrevistar um dos responsáveis pela administração de um empresa do sector têxtil, sediada no concelho de Barcelos, mais precisamente, na freguesia de Vila Frescaíña de S. Pedro (Anexo 5), que emprega actualmente quatro imigrantes oriundos do leste, nomeadamente de origens ucraniana e russa. O Doutor Rui Filipe Afonso Machado, director administrativo e financeiro, enquanto representante da firma supra referida confessou que *“Fazem o que nós lhe pedimos, e sabemos que podemos contar com eles sempre que precisarmos.”*

O facto de os imigrantes aceitarem os empregos oferecidos sem imporem condições, e adoptarem uma postura incansável e ao mesmo tempo dócil, não pode ser encarado como sinónimo de satisfação profissional. De facto, de acordo com os dados do nosso inquérito e analisando comparativamente o grau de satisfação das duas comunidades de imigrantes em estudo (quadros XXVI e XXVII), constatamos que, 26% de africanos gostam mais ou menos do seu emprego, contra 34% de imigrantes de leste. Houve aqueles que manifestarem gostarem pouco (29% e 34%, respectivamente), havendo ainda aqueles que confessam não gostar nada (3% e 17%).

**Quadro XXVI:** Grau de satisfação perante a situação profissional da comunidade dos Palop

	bastante	mais ou menos	pouco	nada
Número de imigrantes	6	9	10	1
Percentagem (%)	17,0	26,0	29,0	3,0

Fonte: Inquérito realizado em 2003 no âmbito deste trabalho

**Quadro XXVII:** Grau de satisfação perante a situação profissional da comunidade da Europa de Leste

	bastante	mais ou menos	pouco	nada
Número de imigrantes	3	12	12	6
Percentagem (%)	9,0	34,0	34,0	17,0

Fonte: Inquérito realizado em 2003 no âmbito deste trabalho

Verificamos igualmente que, apesar do grau de qualificação destas duas comunidades não ser o mesmo, o grau de insatisfação perante as tarefas desempenhadas é muito idêntico. Tudo isto é compreensível tendo em linha de conta que os empregos ocupados por ambas são semelhantes. É natural que, para a maioria dos imigrantes de leste que possuem um nível de qualificação académico ou profissional mais elevado, o grau de frustração seja ainda maior, atendendo que sofrem com a descida do seu estatuto social. No entanto, o receio de não encontrar emprego e de ter de regressar, em caso extremo, ao seu país de origem em situação de derrotado, faz com que o imigrante aceite a primeira oportunidade de trabalho, mesmo que esta fique muito aquém das suas expectativas.

Julgamos que seja, em parte, essa insatisfação perante o trabalho que exercem, que está na origem de uma série de comportamentos que, ao longo deste presente estudo, tivemos a oportunidade de verificar. De facto, durante o ano 2002, altura em que iniciamos a nossa recolha de dados, estabelecemos contacto com cinco empresas, todas tendo a particularidade de pertencerem ao ramo do sector têxtil, embora especializadas em fases de acabamento diferentes (tecelagem, tingimento, estamparia, acabamentos e confecção), e terem ao seu serviço, trabalhadores estrangeiros oriundos da Europa de Leste. Na altura nada fazia supor que, sensivelmente um ano mais tarde, só dois dos imigrantes com quem tínhamos tido a possibilidade de conversar, mantinham-se nos seus postos de trabalho. O que teria levado os restantes a abandonar um emprego que tudo indicava ser estável?

No sentido de encontrar algumas justificações válidas para a nossa pergunta, procuramos recolher junto de alguns empresários diferentes pontos de vista. Tendo em atenção que as entrevistas realizadas junto deles, apesar de frutuosas foram de certa forma repetitivas, optamos por anexar apenas uma cujo conteúdo nos parece relevante.

Segundo nos parece, uma parte significativa dos imigrantes de leste enfrentam um problema, com o qual nem sempre é fácil de lidar – o sentimento de instabilidade. Confrontados com diversos factores, como a ausência da família, as dificuldades económicas, e o contacto com um meio ambiente diferente daquele ao qual estavam habituados, este sentimento acaba por ter repercussões no ambiente de trabalho, manifestando-se sob diversas formas. A falta de comparência ao posto de trabalho, no final do período de férias, é um exemplo desse tipo de instabilidade. As saudades da família assumem, em termos emocionais, um significado tão grande que depois de se reencontrar com ela, o imigrante tem uma extrema dificuldade em se separar dela, mesmo sabendo que a permanência mais prolongada poderá lhe custar o emprego<sup>64</sup>.

Outra forma de manifestação de instabilidade tem a ver com a frequente mudança de emprego. Evidentemente que esta atitude pode ser interpretada como uma tentativa de conseguir um emprego mais bem remunerado. Mas, mesmo tratando-se apenas de uma questão monetária, as diferenças salariais em jogo não devem, na maioria das vezes, compensar o risco de enfrentar uma nova adaptação a um ambiente de trabalho orientado por novas pessoas e novas regras.

Naturalmente, estas justificações, supra referidas, têm como suporte de base argumentos de diversos empresários cujo comportamento enquanto empregador, de acordo com as referências que nos foram concedidas por alguns imigrantes, é francamente positivo, na medida em que respeitam o imigrante, acima de tudo, enquanto pessoa. No entanto, temos perfeitamente conhecimento que nem todos os empresários se guiam pelos princípios de respeito mútuo, daí ouvirmos, mais vezes do que gostaríamos, comentários queixosos por parte de imigrantes, que nem chegam a ser acusações uma vez que dificilmente uma pessoa necessitada segue a via da contestação verbal, preferindo sofrer em silêncio ou, em última hipótese, optar pelo abandono do seu posto de trabalho.

Relativamente às actividades profissionais exercidas no concelho, o caso geral é o da inserção em empregos não qualificados no âmbito da construção civil e obras públicas, bem como em indústrias (essencialmente do sector têxtil). Esta última descrição é válida essencialmente para os imigrantes do

---

<sup>64</sup> Este episódio não é um caso isolado, uma vez que tivemos conhecimento da ocorrência de quatro episódios semelhantes, diferenciados apenas pelas pessoas envolvidas e pelo tempo de permanência. Em todos os casos, os trabalhadores não foram readmitidos.

sexo masculino. Relativamente às mulheres, embora também haja algumas que trabalham em fábricas, a grande maioria da mão-de-obra imigrante feminina insere-se mais facilmente em empresas de serviços (limpezas urbanas e domésticas) e em confecções do tipo familiar.

Todos estes sectores de actividade onde os trabalhadores imigrantes marcam a sua presença tem uma particularidade em comum – trabalho duro em troca de salários baixos. Esta é pelo menos a ideia que todos eles nos transmitiram, a confirmar pelos resultados do nosso inquérito. Com efeito, em conformidade com os dados dos quadros XXVIII e XXIX, dezanove imigrantes de leste e catorze dos Palop, auferem um vencimento líquido não superior a €400.00.

**Quadro XXVIII:** Variação salarial dos imigrantes dos Palop

	não responde	menos de €250.00	entre €251.00 e €400.00	entre €401.00 e €600.00	mais de €700.00	não aplicável	total
Sexo Masculino	1	-	2	7	1	4	15
Sexo feminino	-	1	12	3	-	4	20
Total	1	1	14	10	1	8	35

Fonte: Inquérito realizado em 2003 no âmbito deste trabalho

**Quadro XXIX:** Variação salarial dos imigrantes da Europa de Leste

	entre €251.00 e €401.00	entre €401.00 e €600.00	não aplicável	total
Sexo Masculino	8	13	1	22
Sexo feminino	11	1	1	13
Total	19	14	2	35

Fonte: Inquérito realizado em 2003 no âmbito deste trabalho

Analisando mais pormenorizadamente os dados e estabelecendo uma comparação salarial entre imigrantes do sexo masculino e feminino, concluímos que as mulheres recebem uma remuneração inferior a dos homens, tendo como base o mesmo horário de trabalho. No sentido de superar esta diferença claramente discriminatória, as mulheres procuram efectuar horas suplementares, a maioria de

noite, e, quando o trabalho o proporciona, trabalham também aos Sábados e Domingos. Essas horas são geralmente pagas, como elas dizem, “por fora”, a taxas normais, sem qualquer compensação. Esta forma de exploração humana (prática comum aplicada igualmente aos trabalhadores do sexo masculino) não provoca qualquer reacção reivindicativa por parte dos “explorados” essencialmente por duas razões. Por um lado porque a falta de conhecimento fluído da língua portuguesa (no caso dos de leste) coloca-os na impossibilidade de redigir verbalmente qualquer sentimento de insatisfação. Por outro lado, a ausência de um contrato efectivo<sup>65</sup> alimenta, em muitos imigrantes de ambas as comunidades, um sentimento de insegurança no emprego agravado pelo receio de, a qualquer momento, ficar desempregado e consequentemente, (na falta de renovação de visto) ser reenviado para o seu país de origem. A consciencialização de toda esta vulnerabilidade, por parte de alguns empregadores com menos escrúpulos, é a principal responsável pelo nível baixo da média dos salários.

Contudo, mesmo recebendo menos do que merecem, confessam a alegria que sentiram ao receber o primeiro ordenado. Como relata um russo, “*só quando recebemos no final do mês é que nos apercebemos que vale a pena o esforço. O ordenado é baixo, é verdade, mas é muito mais que aquilo que poderíamos ganhar se estivéssemos na Rússia. Posso ter os dedos calejados e grosseiros, mas aquilo que ganho dá-me para ajudar o meu filho a estudar*” (Vadim, 40 anos). É claro que do salário que recebem têm despesas obrigatórias, como a renda de casa, a alimentação e o vestuário, mas para poderem enviar para o seu país algum do dinheiro ganho, têm de procurar subsistir com a menor despesa possível. Daqui depreendemos que só com muito sacrifício e ao longo de alguns anos conseguem arrecadar algum benefício próprio.

---

<sup>65</sup> De acordo com os dados disponíveis apenas 62,9% de imigrantes de leste e 45,7% de africanos detêm contrato de trabalho efectivo. Dos restantes 20% e 2,9%, respectivamente estão contratados a prazo, enquanto que 11,4% e 17,1% estão sem contrato de trabalho.

### 7.3. As Condições de Habitabilidade

*“A realidade  
Sempre é mais ou menos  
Do que nós queremos.  
Só nós somos sempre  
Iguais a nós-próprios”.*

F. Pessoa<sup>66</sup>

Um dos problemas colocado pela emigração é o do alojamento. Para alguns imigrantes que se dirigem para a casa de familiares ou de amigos ou, ainda, como temos alguns exemplos de entre os imigrantes inquiridos, para aqueles que residem na habitação principal do empregador, essa dificuldade está superada. Mas, infelizmente, a maioria chegam ao concelho sem habitação garantida. Apesar disso, segundo depoimentos recolhidos, a habitação não tem sido um dos maiores problemas dos nossos imigrantes. Como já tivemos oportunidade de referir, a população nacional residente essencialmente nas freguesias, atentas ao crescimento da imigração aproveitaram todas as arrecadações ou casinhas, muitas vezes herdadas, e transformam-nas em espaços minimamente habitáveis. Como exemplo daquilo que acabamos de referir, na freguesia de Vila Frescaíña de S. Pedro, localizada acerca de 3 Km do centro de Barcelos, constatamos a existência de um espaço confinado a cerca de cinco habitações todas arrendadas a imigrantes de origem russa, formando um bairro de reduzidas dimensões. Apesar do seu limitado número de casas, em termos de residentes esta comunidade assume uma maior dimensão, tendo em conta que cada habitação acolhe uma média de cinco a seis imigrantes.

Este tipo de “bairro”, pouco evidenciável no concelho e característico exclusivamente da comunidade de emigrantes proveniente do leste europeu, é muito apreciado pelos seus residentes, na medida em que, ao acolher pessoas com um perfil sócio-cultural semelhante, é-lhes permitido recriar o seu país de origem, uma vez que é nesse espaço que continuam a falar a língua materna, que mantém os

---

<sup>66</sup> In Viana, 1985: 139.

mesmos hábitos alimentares<sup>67</sup> e praticam a mesma religião. Do lado de fora fica a sociedade, ainda pouco conhecida, para a qual se sai para trabalhar e, gradualmente, conhecer melhor as suas realidades.

No entanto, considerando o conjunto dos imigrantes inquiridos, constata-se que 60% dos imigrantes de leste residem na área rural, enquanto 51,4 % dos imigrantes africanos residem na área urbana central. Esta conclusão reflecte-se no tipo de alojamento, uma vez que a maioria dos imigrantes que afirmaram residir em freguesias vivem em casas individuais, enquanto os imigrantes localizados na área urbana residem maioritariamente em apartamentos.

Relativamente àqueles que possuem uma habitação cedida, destacam-se do nosso estudo, duas situações, ambas originárias dos países de leste. Trata-se de dois casos isolados, embora semelhantes, que se distingue das outras situações porque vivem na habitação do empregador, partilhando a mesma mesa, os mesmos hábitos e costumes da terra, e tendo ainda direito à roupa lavada. Portanto, neste caso particular, a questão das más condições de habitabilidade não é relevante, na medida em que se pressupõe que o empregador e família vivem no mínimo razoavelmente bem e que permitem que o imigrante acolhido tenha acesso a todas as comodidades, em igualdade de circunstâncias.

No que diz respeito aos imigrantes de leste que residem nas zonas rurais, a informação recolhida através de relatos é francamente positiva. Embora as habitações, na sua maioria, tenham dimensões muito reduzidas e de certa forma insuficientes quando confrontadas com o elevado número de moradores (situação característica entre os imigrantes de leste), no cômputo geral as condições mínimas de habitabilidade estão garantidas. Surpreendentemente, poucos foram aqueles que se queixaram de falta de espaço.

Aquando do preenchimento dos inquéritos, logo na fase inicial do nosso estudo, tivemos a oportunidade de ter acesso ao interior das habitações, visto que um terço deles foram realizados na zona habitacional dos inquiridos, enquanto os restantes foram preenchidos nos locais de trabalho, dada

---

<sup>67</sup> Dos trinta e cinco imigrantes da comunidade de leste inquiridos, 57,1% confessam fazer em casa comida do país de origem e apenas 5,7% fazem também comida portuguesa. Relativamente aos imigrantes dos Palop nota-se uma maior diversidade alimentar, sendo que 91,4% dos trinta e cinco inquiridos admitem fazer comida do país de origem e de Portugal contra 2,9% que recorrem exclusivamente à comida do país de origem.



a relativa dificuldade de conseguir encontrá-los nas suas residências<sup>68</sup>. De certo modo as condições oferecidas são semelhantes, embora se verifiquem algumas variações quando analisamos o número de quartos e de janelas ou os objectos que compõem o mobiliário das casas. Na sua maioria, são casas de um só piso, com apenas uma ou duas janelas e com três divisões, a saber: quarto, cozinha e casa de banho. O mobiliário, extremamente simples e correspondendo ao indispensável, denota uma aparência usada, o que nos leva a concluir que já tenha sido usado noutras habitações. A sala, geralmente agregada à cozinha, costuma também ter a funcionalidade de quarto. Já tivemos oportunidade de referir que esta comunidade vive habitualmente em grupo, partilhando as mesmas divisões, mas também as mesmas despesas, reduzindo-lhes assim, substancialmente, as despesas com a habitação.

Relativamente aos imigrantes dos Palop, daquilo que podemos apurar, somos levados a pensar que esta comunidade assume uma postura diferente quanto à questão da habitação. De acordo com a informação disponível, não tivemos conhecimento de famílias africanas que partilhassem a mesma habitação com colegas de trabalho ou compatriotas, de modo geral, nem encontramos agrupamentos de casas habitadas pela mesma comunidade. Uma angolana, residente na área urbana do concelho de Barcelos confessa-nos *“conheço no concelho de Barcelos imigrantes que, como eu, vieram de Angola. Mas só tenho um relacionamento aberto com alguns porque muitos deles não são solidários”* (Xinó, 38 anos). Este relato comprova um pouco o que referimos quanto à falta de contacto entre os membros da comunidade africana. Sejam quais forem as causas responsáveis por este isolamento (sobretudo as quais nos debruçaremos no sub-capítulo 8.2), não restam dúvidas que as famílias de origem africana residem preferencialmente em apartamentos de dimensões razoáveis, idênticos às habitações dos residentes nacionais e com um nível de vida equiparado, não se verificando, pelo menos visivelmente, faltas significativas.

De facto, para além de possuírem o equipamento básico indispensável (água canalizada, electricidade e saneamento), as habitações estão de um modo geral munidas de equipamentos que

---

<sup>68</sup> Esta frequente ausência dos imigrantes das suas residências é consequência, no nosso entender, do tipo de vida agitado que eles levam e das suas perspectivas para o futuro. Como teremos oportunidade de constatar mais adiante em capítulo próprio, a maioria dos imigrantes de leste vêem a emigração como uma realidade ou processo a curto prazo. Por isso vivem numa agitação constante, trabalhando dez a quinze horas por dia, sempre que o trabalho o proporcione, de modo a ganhar o máximo de dinheiro em pouco tempo.

melhoram substancialmente a sua qualidade de vida. Estamos a falar por exemplo de electrodomésticos, tais como a máquina de lavar roupa, a televisão, o aspirador e o ferro de engomar. Estes são pelo menos os mais visíveis. Dos africanos inquiridos todos manifestaram possuir pelo menos um ou dois destes equipamentos.

Em termos comparativos, apesar do nível de satisfação manifestado pelos imigrantes de leste, relativamente às condições de habitação, ser maioritariamente satisfatório<sup>69</sup>, a grande maioria deles não usufruem de equipamentos nas mesmas proporções que os africanos, encontrando-se numa situação mais desfavorecida (o que não deixa de ser surpreendente se tivermos em linha de conta que é precisamente a comunidade de leste que manifesta uma maior capacidade de poupança)<sup>70</sup>. Dos imigrantes inquiridos todos afirmaram possuir o equipamento básico, conduzindo a resultados idênticos aos dos africanos. A maior diferença consiste na detenção de outros equipamentos. De facto, exceptuando o ferro de engomar, que nos parece ser um equipamento que os imigrantes de leste não dispensam, e uma ou outra televisão, ou ainda um rádio (sendo este um dos equipamentos mais comuns, derivado ao seu preço mais acessível), a maioria dos imigrantes de leste não possuem outro tipo de equipamento, como o aspirador, máquina de lavar ou secar roupa, exceptuando dois ou três casos isolados, que efectivamente adquiriram alguns deles.

Uma particularidade desta comunidade (de leste) prende-se com a forma de aquisição destes equipamentos. Com efeito, tendo em linha de conta que residem habitualmente na mesma habitação várias famílias, a aquisição dos equipamentos necessários é quase sempre realizada em comum,

---

<sup>69</sup> Dos imigrantes de leste inquiridos 32% afirmaram que as suas condições de habitação são satisfatórias, enquanto 8,6% confessaram que as suas condições de habitação são insuficientes.

<sup>70</sup> No nosso entender a explicação para esta aparente discrepância reside no facto dos imigrantes de leste terem como finalidade prioritária, angariar o máximo de dinheiro para enviar para o país de origem onde ficaram os parentes mais próximos; ou, então, reunir condições materiais para regressar a curto ou médio prazo (85,7% manifestarem pretender regressar). Sob esta óptica, as condições de habitabilidade cá em Portugal são relegadas para segundo plano, na medida em que se trata de uma morada provisória.

Contrariamente, a maioria dos imigrantes africanos manifestaram a intenção de prolongar a sua estadia em Barcelos a título definitivo. Por isso, sentem-se mais entusiasmados em adquirir equipamentos que possam melhorar a sua qualidade de vida.

dividindo os custos em partes iguais, o que na realidade tem o seu sentido na medida em que todos vão usufruir desse equipamento.

No que diz respeito ao regime de propriedade constata-se que cabe à comunidade africana o maior número de habitações próprias. Segundo o quadro XXX, das pessoas inquiridas 22,9% de imigrantes dos Palop afirmaram possuir uma habitação própria, não aparecendo nenhum caso na comunidade de leste, sendo, para esta última, muito mais comum o regime de arrendamento (68,6%) ou a cedência de habitação (28,6%) pelo empregador.

**Quadro XXX:** Regime de habitação dos imigrantes dos Palop e do Leste Europeu no concelho de Barcelos.

	Própria	Alugada	Subalugada	Cedida
PALOP	22,9%	74,3%	-	-
LESTE	-	68,6%	-	28,6%

Fonte: Dados recolhidos no inquérito realizado em 2003 no concelho de Barcelos.

O regime de propriedade do alojamento traduz de forma directa o tipo de migração em termos de permanência. De facto, neste caso é a comunidade dos Palop que apresenta um maior número de habitações próprias simbolizando, assim, o seu carácter de permanência prolongada ou definitiva. Contrariamente, nos imigrantes de leste vigora um regime de aluguer traduzindo essencialmente uma imigração de tipo temporário. É claro que o tipo de regime de propriedade pode ser também um indicador directo das condições económicas dos imigrantes. No entanto, pensamos que neste estudo em concreto, este indicador é pouco fiável uma vez que, como já teremos oportunidade de analisar em capítulo próprio (8.3.), as perspectivas destas comunidades perante um possível regresso ao país de origem ou permanência definitiva no concelho, não são as mesmas, traduzindo assim posturas diferentes quanto à aquisição de bens.

De tudo aquilo que foi exposto constatamos que apesar das duas comunidades em estudo não usufruírem de rendimentos elevados, conseguem manter um nível habitacional, de certa forma, não degradante. Reparamos também que o grau de satisfação assume proporções semelhantes quando analisamos comparativamente os imigrantes dos Palop e de leste. É interessante constatar que, embora

não usufruem das mesmas condições de habitabilidade (uma mais favorável que a outra), ambas as comunidades as consideram maioritariamente satisfatórias. Para além disso, daquilo que nos vamos apercebendo a nível nacional, comunidades da mesma origem, mas concentradas em grandes centros urbanos, nomeadamente Lisboa, apresentam condições de vida, na sua maioria extremamente degradadas, que contrastam com o nível de vida dos seus compatriotas residentes no concelho de Barcelos.

Desta explanação somos levados a concluir que as condições de vida e de adaptação dos imigrantes numa determinada parte do país não são necessariamente idênticas às de imigrantes localizados noutra parte do mesmo país. Muitas vezes, as características próprias do concelho em que esses imigrantes estão inseridos, aliadas ao papel interveniente da sociedade que os acolhe, pode motivar uma nova postura de todos os intervenientes dessa sociedade.

## CAPÍTULO 8

### *Socialidades e perspectivas*

#### **8.1. Apoios Locais Extensíveis aos Imigrantes Residentes no Concelho**

*“Temo, Lúdia, o destino. Nada é certo.  
Em qualquer hora pode suceder-nos  
O que nos tudo mude.  
Fora do conhecido é estranho o passo  
Que próprios damos. Graves numes guardam  
As lindas do que é uso.  
Não somos deuses: cegos, receemos,  
E a parca dada vida antepoñhamos~  
À novidade, abismo”.*

F. Pessoa<sup>71</sup>

#### **1 - Serviço Nacional de Saúde – Sub-delegação de Barcelos**

Qualquer imigrante tem o direito, constitucionalmente consagrado, à protecção da Saúde, não podendo esse direito ser recusado com base em argumentos ligados à nacionalidade, à falta de legalização ou à falta de recursos económicos. Segundo o artigo 64º da Constituição da República Portuguesa “*todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover*”, não esquecendo, ainda, que “*Os preceitos constitucionais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem*” (art. 16º, nº 2 CRP).

---

<sup>71</sup> In Viana, 1985: 177.

Acrescentamos que o risco que algumas doenças representam para a saúde pública obriga a uma atenção redobrada da prestação de cuidados médicos a todas as pessoas, indiscriminadamente, devendo por essa razão ser disponibilizados todos os meios necessários a todos os que deles precisam.

Este direito vem regulado no Despacho do Ministério da Saúde nº 25360/2001 (2ª série), nos termos do qual “*é facultado aos cidadãos estrangeiros que residam legalmente em Portugal, o acesso, em igualdade de tratamento ao dos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde, adiante SNS, aos cuidados de saúde e de assistência medicamentosa prestados pelas instituições e serviços que constituem Serviço Nacional de Saúde*” (art. 1º).

O imigrante que necessite ser assistido deve dirigir-se ao Serviço Nacional de Saúde, onde lhe podem ser prestados serviços de:

- 1) Cuidados de promoção e vigilância da saúde e de prevenção da doença;
- 2) cuidados médicos de clínica geral e de especialidades;
- 3) cuidados de enfermagem;
- 4) internamento hospitalar;
- 5) exames auxiliares de diagnóstico;
- 6) medicamentos e produtos medicamentosos;
- 7) próteses e outros aparelhos complementares terapêuticos.

Para a sua identificação perante as instituições e serviços integrados no SNS, o imigrante deve ser possuidor de um cartão de utente, que pode ser adquirido no Centro de Saúde ou na Loja do Cidadão. Este cartão é obtido mediante a apresentação perante os serviços de saúde da sua área de residência, do “*documento comprovativo de autorização de permanência ou de residência, ou visto de trabalho em território nacional, conforme as situações aplicáveis*” (art. 2º). Sempre que o imigrante necessite que lhe seja prestado algum cuidado de saúde, ou simplesmente precise de auxílio médico, ou ainda, pretenda adquirir medicamentos, deverá estar sempre munido do respectivo cartão de identificação.

Se, porventura, o imigrante se encontra numa situação de clandestinidade, não deixa, por esse motivo de ter acesso à prestação de serviços de saúde. Deve, contudo, apresentar junto dos serviços de

saúde da sua área de residência, “o documento comprovativo, emitido pelas juntas de freguesia,(...) de que se encontram a residir em Portugal há mais de 90 dias.” (art. 3º)<sup>72</sup>.

De acordo com a legislação em vigor, para o cidadão estrangeiro que efectue descontos para a Segurança Social, e os respectivos familiares, os cuidados de saúde são tendencialmente gratuitos<sup>73</sup>, conforme as condições económicas e sociais do utente. No entanto, se o imigrante em causa não efectue qualquer desconto para a instituição supra referida, ser-lhe-ão cobradas as despesas efectuadas, exceptuando os casos de prestação de saúde em situações que ponham em risco a saúde pública<sup>74</sup>. De acordo com o quadro XXXI, as diferenças entre as tabelas em vigor para cada caso em concreto são bem visíveis.

**QUADRO XXXI:** Tabela de taxas moderadoras

	Imigrantes que descontam para a Segurança Social	Imigrantes que não descontam para a Segurança Social
Consulta normal	€2.00	€14.00
Consulta domiciliária	€4.00	€18.00
Consulta urgente	€3.00	€30.00

Fonte: Centro de Saúde do Concelho de Barcelos

<sup>72</sup> Para a obtenção do atestado de residência são necessárias duas testemunhas, sejam elas particulares (pessoas conhecidas) ou donos de estabelecimentos comerciais onde seja cliente.

<sup>73</sup> Existem pessoas que estão isentas da taxa moderadora, de entre os quais, passamos a citar:

- Crianças até aos 12 anos de idade;
- jovens em consulta no centro de atendimento a adolescentes;
- mulheres grávidas; mulheres no puerpério (período de seis a oito semanas após o parto);
- desempregados inscritos no centro de emprego e seus dependentes;
- pessoas que, devido a uma situação de carência, são beneficiárias de subsídios atribuídos por uma instituição oficial;
- pessoas com algumas doenças crónicas legalmente definidas.

<sup>74</sup> Entende-se por “situações que ponham em perigo a saúde pública” àquelas relacionadas com doenças transmissíveis, nomeadamente a tuberculose, a VIH/SIDA e as doenças sexualmente transmissíveis.

Assim, enquanto um estrangeiro que efectue descontos para a Segurança Social paga por, uma consulta normal, dois euros, um estrangeiro que não efectue os referidos descontos, terá de pagar pela mesma consulta catorze euros. Portanto, estamos a falar de um acréscimo, do primeiro caso em relação ao segundo de doze euros. Para um estrangeiro em situação sócio-económica precária, este acréscimo coloca os cuidados de saúde num patamar inatingível, apesar da nossa Constituição estabelecer que todos os cidadãos, incluindo os estrangeiros, têm direito aos cuidados de saúde.

## **2 – Apoio do Grupo de Acção Social Cristã**

O Grupo de Acção Social Cristã, conhecido mais vulgarmente por GASC é neste momento a única instituição desta natureza que presta apoio às populações imigrantes residentes no Concelho. Vocacionada durante mais de duas décadas a dar apoio a toxicodependentes e pessoas com grandes dificuldades económicas, num passado bem mais recente, que coincide essencialmente com a chegada ao concelho de imigrantes de leste, o GASC iniciou um novo projecto de solidariedade, desta vez tendo como principal destinatários os imigrantes.

O conteúdo da entrevista realizada ao presidente da instituição, Professor Doutor Constantino Lopes (Anexo 6) define que, não existindo um projecto pré definido do campo de aplicação especificamente vocacionado para os imigrantes, a actuação do Grupo tem-se desenvolvido gradualmente, consoante o surgimento de novas situações. Inicialmente a sua actuação restringia-se ao apoio alimentar, mediante a distribuição, em certos pontos da cidade, de refeições (uma vez por dia). No entanto, o contacto com a dura realidade de vida de alguns imigrantes alertou os coordenadores do Grupo quanto à necessidade de alargar o campo de actuação a outras áreas de interesse. O empenho foi de tal ordem que hoje podemos dizer que o GASC é, acima de tudo, a “casa mãe” de muitos: é lá que comem, tomem banho, lavam as suas roupas, encontram compatriotas, desabafam as suas mágoas, pedem conselhos, procuram emprego... enfim, de uma forma generalizada, esta instituição procura dar resposta a todas as solicitações que lhe são feitas.

No entanto, a realização de tais objectivos não depende só da boa vontade das partes intervenientes no processo. Como se pode calcular, um projecto de tal envergadura exige recursos financeiros, para além de uma grande disponibilidade humana. É neste contexto que o factor de solidariedade se enquadra. Algumas das acções levadas a cabo pela instituição assentam sobre donativos. Quase tudo é bem aceite na instituição, desde roupa, calçado, brinquedos e até produtos



alimentares. A adesão a este projecto por parte dos cidadãos comuns é comprovada pela abundância de alguns bens, especialmente peças de vestuário e calçado, armazenados nas instalações do GASC e à disposição de quem deles necessite.

A maior dificuldade centra-se na arrecadação de fundos monetários. De facto, as necessidades a suprir ultrapassam de longe os recursos financeiros existentes. Talvez a solução para esta carência passasse por uma maior divulgação da instituição, bem como dos seus propósitos, de forma a sensibilizar todos os grupos da sociedade barcelense, designadamente, os empresários, os comerciantes, os políticos e o cidadão em geral, para a natureza deste problema, tornando-o numa preocupação comum, perante o qual todos teriam responsabilidade de contribuir com vista à sua solução.

### **3 – Câmara Municipal de Barcelos**

Contactamos com o Departamento dos Assuntos Sociais da Câmara Municipal de Barcelos, representada pela assistente, Doutora Isabel Figueiredo, que, de imediato, se prontificou para nos prestar todos os esclarecimentos que necessitássemos. A nossa primeira preocupação consistiu em saber se no âmbito do concelho de Barcelos estava em funcionamento algum programa de apoio aos imigrantes residentes cá. Apesar de reconhecerem a crescente importância numérica de imigrantes residentes no concelho, particularmente proveniente da Europa de Leste, não existe ainda nenhum programa específico para facilitar a sua integração. O único programa que, de momento, se aplica aos imigrantes está previsto no Regulamento para o Programa de Apoio ao Pagamento de Renda (Anexo 7), que entrou em vigor em Janeiro de 2002, e é aplicado em igualdade de circunstâncias aos cidadãos nacionais recenseados no concelho de Barcelos. O objectivo prioritário deste programa consiste em compartilhar as famílias carenciadas do concelho. Segundo o nº 2, para se candidatarem a este Programa os interessados necessitam apenas de “*serem recenseados na área do Município*” (nº 2.1.), e as famílias pagarem uma “*renda de casa superior a ¼ do seu rendimento bruto mensal*” (nº 2.2.)<sup>75</sup>.

O Regulamento estabelece os limites máximos do valor dos apartamentos a considerar neste programa de apoio (ver nº 2.6.), distinguindo a zona urbana do restante concelho. No entanto, para que o interessado possa candidatar-se deverá, para além dos requisitos supra referidos, ter um rendimento

---

<sup>75</sup> Para a determinação do rendimento mensal bruto divide-se por doze meses a soma total do rendimento líquido, do subsídio de férias e décimo terceiro mês (nº 2.2.). A este valor serão deduzidas as despesas com a saúde, devidamente comprovadas (nº 2.3.).

“per capita” inferior a € 249.40 (nº 2.7.). O valor da comparticipação atribuída pela Câmara varia consoante o grau de necessidade do candidato, não podendo, contudo, ultrapassar os 75% da renda (nº 3)<sup>76</sup>.

Segundo as informações prestadas, actualmente, já foram aprovados 320 processos, embora só dez imigrantes tenham beneficiado deste apoio, de entre os quais, três provenientes da Europa de Leste, quatro de origem cabo-verdiana e três brasileiros.

Este número pouco significativo de beneficiários estrangeiros, não é resultado da falta de conhecimento, por parte dos interessados, uma vez que é considerável o número de imigrantes que pedem informações sobre o conteúdo do programa e sobre os requisitos exigidos. A não aprovação das candidaturas é devido, essencialmente, ao não preenchimento do requisito previsto no nº 2.7. do Regulamento, que estipula que os agregados familiares devem ter um rendimento “per capita” inferior a € 249.40. A explicação para este fenómeno tem exclusivamente a ver com a sua tendência para o agrupamento familiar manifestada essencialmente pela comunidade dos imigrantes dos Palop e o agrupamento entre compatriotas verificado entre os imigrantes de leste. De facto, na prática, basta que residam duas pessoas na mesma habitação a usufruírem cada uma de um rendimento para ultrapassar o limite imposto pelo Regulamento supra referido. Esta situação, relativamente aos imigrantes de leste é extremamente comum, uma vez que a grande maioria deles reside com mais três ou quatro pessoas. Das pessoas inquiridas tivemos conhecimento apenas de dois casais que viviam em casas separadas, por coincidência na mesma freguesia de Perelhal<sup>77</sup>.

---

<sup>76</sup> Os documentos necessários para formalizar a candidatura vêm referenciados no nº 5 do referido Regulamento.

<sup>77</sup> É interessante constatar que esta freguesia se localiza na zona periférica do concelho de Barcelos e apresenta uma actividade industrial pouco activa, assente, essencialmente, num número muito restrito de pequenas confecções de tipo familiar. Esta será, aliás, a explicação pelo isolamento destes dois casais de nacionalidades diferentes (ucranianos/russos) comparados com restantes compatriotas concentrados com maior afluência noutras freguesias do concelho. Interrogados sobre o motivo que os levou a viverem nessa freguesia, ambos responderam que já tinham residido em Barcelos (no centro), mas que após alguns contactos tinham conseguido esse emprego na dita freguesia. É de notar, também, que ficamos muito surpreendidos pela positiva, com a facilidade em que se expressam na nossa língua. Concluímos que este facto seja devido, por um lado, ao contacto permanente e exclusivo mantido com os nacionais residentes na freguesia e, por outro lado, à

Os imigrantes dos Palop também acabam por não beneficiar deste apoio à renda, dado que, geralmente, residem na mesma habitação mais do que uma pessoa com rendimentos declarados (é frequente residirem juntos parentes próximos, como por exemplo, sobrinhos e tios), ultrapassando quase sempre o *plafond* permitido.

Respeitante ao seu conteúdo este Regulamento introduziu algumas alterações ao documento anterior, tendo uma delas a ver com o limite máximo do valor das rendas conforme as habitações. De facto, o valor máximo permitido por apartamento era francamente inferior ao preço real dos apartamentos disponíveis em Barcelos. A vinda de fundos comunitários e o bom funcionamento do sector industrial em Barcelos durante a década de noventa, reflectiu-se de certa forma na baixa taxa de desemprego, no aumento do poder de compra dos residentes e também no valor elevado das rendas. A título meramente comparativo, enquanto em Braga um apartamento tipo T1 para arrendar rondava os € 200.00/mês, em Barcelos, no mesmo período, não se conseguia arrendar um apartamento com idênticas características por menos de €225.00-250.00/mês, o que significa um acréscimo que podia ir até aos 25%.

Poucas pessoas, contudo, se preocupavam com esta situação, porque até 2002 as pessoas optavam mais por contrair um empréstimo bancário para aquisição de habitação própria, o que era perfeitamente compreensível tendo em atenção que a maioria dos compradores pertencia a uma faixa etária jovem, beneficiando, assim, do crédito bonificado. O recurso ao arrendamento era pouco usual. Talvez devido a essa fraca procura, o número de habitações disponíveis para arrendar fosse relativamente baixo.

Contudo, com o agravamento da economia, aliado ao fim do crédito bonificado, reduziu drasticamente o sector de vendas imobiliárias e acelerou o mercado dos arrendamentos. Ao aumento da procura de habitação com fins de arrendamento, os investidores responderam com maior oferta e, devido à crescente concorrência, com um descida do valor das rendas. Esta é pelo menos a situação que neste momento atravessamos. Já é possível ver em diversos prédios da cidade anúncios de imobiliárias a oferecer apartamentos para arrendamento. Este aumento de oferta tem tido receptividade, não só por

---

ausência na zona de residência de cidadãos da sua nacionalidade, obrigando-os, assim, a recorrer com mais intensidade à língua portuguesa.

---

*Imigrantes: uma nova face da sociedade portuguesa. Um estudo de caso no concelho de Barcelos*

parte dos nacionais, como também de imigrantes de origem africana, da Europa de Leste e também da comunidade brasileira que, actualmente, goza no concelho de uma representatividade considerável.

## 8.2. Processo de Inserção

*“Multicultural – é entendido como uma constatação da presença de diferentes culturas num determinado meio e da procura de compreensão das suas especificidades, enquanto – intercultural – é visto como um percurso agido em que a criação da igualdade de oportunidade supõe o conhecimento/reconhecimento de cada cultura, garantido, através de uma interacção crescente, o seu enriquecimento mútuo”.*

Cortesão e Pacheco<sup>78</sup>

A integração do imigrante na nova sociedade costuma ser um processo que exige uma participação activa de duas comunidades (a de acolhimento e a comunidade do imigrante) de modo a superar todas as barreiras culturais evidenciadas pelo contacto de duas culturas diferentes. Para o imigrante, o processo de inserção nem sempre ocorre sem dificuldades. A saída do seu ambiente sócio-económico, agravada pela separação familiar e o contacto abrupto com uma nova sociedade desconhecida para ele, obriga-o a passar por um longo período de adaptação que, dependendo das dificuldades de integração de cada imigrante, poderá ser só alcançado com êxito na segunda geração.

Convém notar que quando falamos em processo de adaptação temos a infeliz tendência de atribuir toda a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso deste processo aos imigrantes. No entanto, enquanto membros originários da sociedade de acolhimento temos o dever de facilitar-lhes a sua integração sob diversas formas, entre as quais, adoptando alguns dos seus hábitos e costumes. Dito por outras palavras, o processo de adaptação exige a cedência exige a aceitação de novos costumes e hábitos por parte de ambas as comunidades (de origem e de acolhimento). Este intercâmbio de costumes e hábitos servirá para enriquecer o nosso património cultural.

---

<sup>78</sup> In Tavares, 1998: 114-115.

No caso específico do nosso estudo, constatamos que para os imigrantes, habituados a viver geralmente numa sociedade tradicional subdesenvolvida, a passagem para uma sociedade de tipo urbano desenvolvida, pode não ocorrer de forma imediata. O contacto com hábitos alimentares diferentes do país donde são originários, as dificuldades de aprendizagem de uma língua completamente incompreensível, agravada pelo sentimento de nostalgia que os invade pela falta dos seus familiares mais próximos, contribui para uma maior aproximação dos seus compatriotas ou familiares, que melhor do que ninguém os entendem por partilharem o mesmo tipo de problemas.

Ao longo do nosso trabalho apercebemo-nos que a faixa etária do imigrante interfere no seu processo de integração na nova sociedade. Isso ficou claro sobretudo com o estudo da comunidade de imigrantes dos Palop. De facto, constatamos que a totalidade dos inquiridos com idade compreendida entre os 11-30 anos afirmaram não sentir dificuldades de adaptação à sociedade de acolhimento, nem em termos de aprendizagem dos hábitos culturais, nem sequer no convívio com outras pessoas. Em contrapartida, os imigrantes de faixa etária superior, sobretudo compreendida entre os 41-50 anos confessaram sentir mais dificuldades, muitas delas ocorrentes no local de trabalho, onde o contacto entre os membros da comunidade de acolhimento e os imigrantes nem sempre se processa da melhor maneira, derivado essencialmente de situações que podem ser definidas como discriminatórias e que anulam qualquer possibilidade de bom relacionamento.

A questão do racismo é sempre complexa podendo ser vista sob vários ângulos, embora no fundo se traduza numa discriminação do direito, neste caso do imigrante, devido a uma característica racial.

**Quadro XXXII** : Locais onde é exercida a discriminação.

LOCAIS	Imigrantes dos Palop	Imigrantes de Leste
Na rua	31,4%	31,4%
No local de residência	2,9%	0%
No local de trabalho	42,9%	20%
Nos locais de entretenimento	8,6%	0%
Por todo o lado	45,7%	48,6%

Fonte: Dados recolhidos no estudo realizado, em 2003, no concelho de Barcelos.

Analisando o quadro XXXII concluímos que, quer os imigrantes dos Palop (45,7%) quer os de leste (48,6%), consideram que a discriminação é exercida por todo o lado. No caso particular dos imigrantes africanos 42,9% dos inquiridos apontaram o local de trabalho como um espaço susceptível de ocorrerem comportamentos discriminatórios. A este propósito citamos o relato de Iola, uma angolana de 38 anos, que nos confessa que *“trabalho há mais de seis anos numa confecção. O meu trabalho é passar roupa a ferro, mas aquilo que eu gostaria mesmo de estar a fazer era confeccionar roupa. Falei com o patrão, porque sei de outros casos de colegas minhas que foram para a confecção preencher vagas. A resposta foi simples: não tem experiência para ocupar esse cargo. Não concordei com a opinião do meu patrão (porque as minhas outras colegas também não tinham experiência), mas não disse nada – podia ficar com raiva de mim. Então, resolvi tirar um “cursinho” de corte e cose. Só Deus sabe o quanto me custou, mas lá consegui. E agora eu pergunto: para que me serviu? Vai aparecendo uma vaga por outra na confecção, preenchida por qualquer uma... menos por mim. Como é que você se sentia? Tudo isto só por causa da cor ou haverá algo mais? Será que não somos todos filhos de Deus?”*.

Relativamente aos imigrantes de leste, apenas 20%, consideram o local de trabalho um espaço onde é exercida discriminação. Esta é pelo menos a opinião manifestada por um imigrante ucraniano *“há algum tempo, estávamos a conversar com os nossos colegas de trabalho portugueses e soubemos que o nosso patrão pagava-lhes €5.00/hora, enquanto nós recebíamos apenas €3.00”*. Apesar da maioria das vezes terem consciência de estarem a ser prejudicados, são raras as vezes que os imigrantes manifestam o seu descontentamento. Como podemos confirmar pela continuação do testemunho, o o inquirido confessa-nos que *“ficamos revoltados, mas não dissemos nada. Esse dinheiro que ganhamos por fora faz-nos muito jeito para, junto com mais algum, mandar para Ucrânia, onde ficaram os nossos filhos com os avós”* (Vatin, 40 anos).

É interessante verificar em consonância com os dados do quadro supra referido, que ambas as comunidades de imigrantes em estudo afirmam raramente ocorrer discriminação no local de residência (2,9% dos Palop). Em contrapartida, para os imigrantes de leste nem o local de residência, nem os locais de entretenimento foram considerados espaços de discriminação.

Segundo os relatos dos nossos inquiridos, essa discriminação assume, contudo (Anexos 8 e 9), facetas diferentes conforme os sujeitos envolvidos. Com efeito, os imigrantes dos Palop são maioritariamente alvo de atitudes discriminatórias por parte dos colegas de trabalho portugueses, com

quem os conflitos são frequentes, “*não aceitam que nós ocupemos o mesmo posto de trabalho do que o deles*” (Sandra, 35 anos). Este sentimento de repressão manifesta-se sobretudo por comportamentos de indiferença, e de afastamento, nomeadamente dos convívios de grupo entre colegas. Em casos mais extremos pode manifestar-se um corte definitivo nas relações, deixando pura e simplesmente de existir qualquer contacto verbal.

Este tipo de discriminação, contudo, tem mais como alvo imigrantes do sexo feminino pertencentes a um grupo profissional de baixa qualificação. De facto, temos vários casos de imigrantes dos Palop cuja inserção profissional é francamente positiva, quer em termos de actividade profissional, como no relacionamento entre colegas de trabalho portugueses e de outras nacionalidades. Geralmente, este grupo específico enquadra-se mais numa faixa etária mais jovem ou, então, corresponde a indivíduos com um perfil educativo médio/elevado.

Seja como for, mesmo nas situações menos positivas, não se verificam no concelho casos de confrontos violentos ou desentendimentos envolvendo imigrantes, como é habitual acontecer nos grandes centros urbanos. Os sentimentos de descontentamento e “*não aceitação*” são quase sempre expressos sob a forma de comportamentos camuflados ou, nas classes mais jovens, através de temas musicais improvisados e pinturas murais.

Esta atitude de acomodação mútua é característica de ambas as comunidades de imigrantes em estudo. Convém, no entanto especificar que, relativamente aos imigrantes de leste, apesar de uma parte considerável de episódios de discriminação terem uma ligação directa com o meio laboral, assumem uma faceta diferente. Neste contexto, é importante referenciar dois factores de distinção entre as duas comunidades. Em primeiro lugar, os imigrantes de leste são alvo genericamente de discriminação, não por parte dos colegas de trabalho portugueses, mas sobretudo pelos empregadores. Em segundo lugar, estes comportamentos não assentam em características físicas, mas em comportamentos abusivos da classe empregadora. Uma parte deles demonstram ser destituídos de quaisquer escrúpulos, aproveitando-se de toda a vulnerabilidade destes indivíduos para explorá-los impondo-lhes uma carga excessiva de trabalho em troca de um salário irrisório, correndo estes últimos o risco, em situações mais extremas, de não receberem qualquer remuneração.

Embora o racismo seja um dos problemas que mais dificulta o processo de integração dos imigrantes na sociedade (devido ao seu carácter marginalizador) existem outros problemas menos



evidentes, mas não de menor importância. Um deles é o desconhecimento da língua, implicando até à aprendizagem de algum vocabulário um distanciamento em relação à sociedade de acolhimento, até porque as suas saídas vão limitar-se inicialmente ao local de trabalho e à mercearia. Apesar de mais visível no seio da comunidade de leste, pelo desconhecimento total da língua portuguesa, tivemos conhecimento no seio da comunidade africana, de alguns casos de difícil adaptação, vindos sobretudo de imigrantes cabo-verdianos. Por exemplo, baseando-nos no testemunho de uma cabo-verdiana, o recurso ao crioulo como forma de comunicação familiar<sup>79</sup> causa, no entender de um docente do ensino primário algumas dificuldades, sobretudo aos imigrantes de faixa etária mais jovem e em idade escolar, tendo sido apontada como causa principal do insucesso escolar de algumas crianças de origem cabo-verdiana. Segundo o relato desta nossa inquirida que passamos a citar “*o ano passado fiquei surpreendida quando a directora de turma do meu filho me disse que ele tinha algumas dificuldades na aprendizagem do português, porque misturava o português com o crioulo.. eu não lhe disse nada mas não concordo*” (Iola, 40 anos).

A este respeito não podemos deixar de fazer um comentário. É conveniente que entendamos que a dificuldade de aprendizagem não pode ser atribuída exclusivamente à criança, mas sobretudo ao nosso sistema de ensino que, na nossa perspectiva, não tem demonstrado grande sensibilidade pela promoção da igualdade de oportunidades em termos de aprendizagem. A criança imigrante, confrontada com o programa de ensino do país de acolhimento tem, por si só, dificuldades acrescidas por ter de apreender uma matéria que não tem, no seu entender, grande interesse para ela por ser totalmente diferente daquela que teria de apreender se estivesse no seu país de origem.

Outro problema tem a ver com a dificuldade de comunicação entre o professor e o aluno, levando muitas vezes este último a fazer de conta que entendeu o que lhe foi ministrado quando tal não corresponde à realidade. Esta dificuldade, contudo, não pode ser imputada apenas à falta de conhecimento da língua portuguesa. Não querendo subestimar o trabalho desenvolvido pelos professores, enquanto transmissores de conhecimentos, entendemos que deveria haver um maior empenho do educador no sentido de tentar descobrir possíveis causas externas à escola como principais responsáveis pelo insucesso escolar. As más condições de habitabilidade, a condição de pobreza, o mau ambiente familiar ou simplesmente a rejeição da sociedade à sua pessoa, enquanto imigrante, poderão

---

<sup>79</sup> Dos trinta e cinco imigrantes dos Palop inquiridos sobre a língua utilizada em casa oito afirmaram recorrer ao crioulo.

ser apontadas, no nosso entender, como alguma dessas causas. Esta descoberta poderá ocorrer mediante um diálogo mais aberto entre o professor e o aluno, tentando o primeiro, dessa forma, conquistar a confiança do segundo e, conseqüentemente, quebrar as barreiras que ergueu à sua volta.

O educador poderá ainda tentar quebrar o desencanto escolar procurando evidenciar no decorrer das aulas aspectos positivos da cultura à qual o imigrante pertence<sup>80</sup>. Esta forma de enaltecer a cultura ou a história do aluno do país estrangeiro fortalecerá a sua auto-estima e transmitir-lhe-á um sentimento de importância perante os seus colegas de escola.

Sem mais delongas, queríamos contudo apenas dizer que no nosso entender, o sucesso escolar dos imigrantes exige uma maior sensibilidade por parte de alguns educadores perante o drama de vida da criança que se encontra longe do seu habitat e que diariamente é confrontado com ensinamentos que não lhe trazem muita motivação.

Ultrapassando, ou pelo menos minimizando, o problema da língua (principal mediador no contacto entre as duas sociedades), os imigrantes vão-se gradualmente inserindo na nova comunidade, assimilando alguns dos seus hábitos culturais, alimentares e os seus modos de vida<sup>81</sup>, constituindo estes um dos passos mais importantes para uma boa integração. A assimilação da nova cultura é feita, contudo (em ambas as comunidades de imigrantes), preservando sempre a cultura e os hábitos e tradições do país em que nasceram. É muito frequente os imigrantes de leste estabelecerem contactos periódicos (semanalmente), sobretudo por via telefónica (embora também por carta), com os seus familiares e amigos que ficaram no seu país de origem, para saberem notícias deles, mas também para

---

<sup>80</sup> Ousando fazer uma breve abordagem muito pessoal, enquanto filha de pais que já foram emigrantes em França, recorde um episódio ocorrido durante uma aula, quando eu frequentava o CE2 (equivalente ao 3º ano de escolaridade). Nessa altura a minha professora exaltou os feitos dos portugueses ao falar da epopeia dos descobrimentos. Não me esqueço jamais a alegria, e se permitem, o orgulho que eu senti naquele momento por ser portuguesa.

<sup>81</sup> Ambas as comunidades de imigrantes em estudo afirmaram maioritariamente conservar a própria cultura e ao mesmo tempo adaptar-se à portuguesa (imigrantes de leste 100%; imigrantes dos Palop 82,9%). Isto vai ao encontro do comportamento pacifista destes imigrantes que já tivemos oportunidade de evidenciar. Ao não entrar em confronto com a cultura do país de acolhimento, mostrando mesmo interesse na assimilação dos seus valores, demonstram a sua intencionalidade em se integrar por completo na nova sociedade.

estarem ao corrente dos acontecimentos locais. Na comunidade africana estes contactos também existem embora segundo os relatos nos tenha parecido serem mais esporádicos (por exemplo mensais).

Finalmente, é importante referir que o processo de inserção está de certa forma ligado à ocupação dos tempos livres.

**Quadro XXXIII:** Ocupação dos tempos livres da comunidade da Europa de Leste

	em casa	no café	a passear	visitar museus
Homens	19	18	20	4
Mulheres	13	2	11	7

Fonte: Inquérito realizado, em 2003, no âmbito deste trabalho.

**Quadro XXXIV:** Ocupação dos tempos livres da comunidade dos Palop

	em casa	no café	a passear	visitar familiares e amigos
Homens	10	12	8	9
Mulheres	19	5	16	13

Fonte: Inquérito realizado, em 2003, no âmbito deste trabalho

De acordo com os dados disponibilizados nos Quadros XXXIII e XXXIV os imigrantes africanos gostam maioritariamente de passear (24); visitar familiares (22) e ir ao café (17). Os imigrantes de leste não se afastam muito dos africanos em termos de ocupação dos tempos livres, sendo hábito da maioria deles passear (31); visitar familiares e amigos (11); ficar em casa (32), e frequentar o café (20). Esta última tendência está directamente ligada ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas por parte de alguns (felizmente não muitos) imigrantes predominantemente do sexo masculino. Para esses imigrantes o caminho para a “dependência” está a um passo. A falta de emprego, os problemas de

saúde, a ausência de familiares próximos são alguns dos problemas que empurram alguns imigrantes num túnel donde poucos conseguem sair. Outros imigrantes vêm-se ainda confrontados com problemas no país de origem. Recordamos um imigrante moldavo, que se encontrava desempregado, quando recebeu a notícia de que a sua mulher, residente na Moldávia, sofrera um acidente e se encontrava hospitalizada. Sem dinheiro nem perspectivas de o ganhar só lhe restava esperar pela complacência dos compatriotas. No entanto, com o tempo, estes últimos acabam por se afastar pela má vivência que alguns deles dão, devido ao efeito do álcool. Perante esta situação que eles caracterizam de “fracasso”, a maioria ainda consegue reunir forças para regressar, mas precisam ainda da solidariedade de todos para poder comprar o bilhete de volta. Outros, em menor número, não conseguem sair do seu estado de inacção e também não conseguem regressar, impedidos por um misto de vergonha (em assumir o fracasso) e de esperança (de encontrar algum dia um emprego), tal como outros já demonstraram noutros estudos (Silva, 1998).

De tudo aquilo que foi exposto podemos concluir que, apesar das dificuldades que enfrentam inerentes à sua condição de imigrante, ambas as comunidades em estudo residentes no concelho, têm demonstrado possuir capacidade de se integrar harmoniosamente na nossa sociedade. É claro que o facto de a comunidade africana ser de expressão portuguesa e ter um passado em comum com os portugueses, traz-lhes benefício no sentido de uma mais rápida integração. Mas, mesmo relativamente aos imigrantes de leste o processo de integração tem sido maioritariamente positivo, exceptuando casos pontuais e isolados de fracasso que terminam geralmente com o regresso do imigrante ao país de origem. Não podemos também deixar de evidenciar a importância para os portugueses, deste contacto inter-cultural. A presença de comunidades com hábitos, conhecimentos e tradições diferentes dos nossos, vão, na realidade, servir para fortalecer a nossa cultura e enriquecê-la a todos os níveis, tornando o nosso país, embora de pequenas dimensões, grande na diversidade cultural.

### 8.3. Regresso ou Permanência Definitiva?

*“Uma pequenina luz bruxuleante e muda  
como a exactidão, como a firmeza  
como a justiça.  
Apenas como elas.  
Mas brilha.  
Não na distância.  
Aqui no meio de nós.  
Brilha”.*

J. Sena<sup>82</sup>

Em cada uma das comunidades de imigrantes em estudo, as perspectivas de futuro são difíceis. Para os imigrantes africanos, que tiveram de atravessar o oceano, a emigração assume tendencialmente um carácter de duração a longo termo, em que muitas vezes o desejo inicial de regresso nunca se chega a concretizar. Frequentemente, sobretudo no caso destes imigrantes, a passagem de um meio rural para um meio urbano, com as alterações de vida que esta passagem impõe, nomeadamente o contacto com um novo estilo de vida mais atractivo associado geralmente a obtenção de maiores recursos económicos, faz com que no decorrer dos anos o projecto inicial de regresso definitivo seja adiado até atingir a idade de reforma (regressando quase sempre para lá morrer), ou seja mesmo anulado. A simples deslocação ao país de origem ocorre com dificuldade. O custo elevado das viagens faz com que, mesmo para aqueles que manifestam um grande interesse em regressar, ainda que temporariamente em período de férias, adiam a viagem chegando, por vezes, a nunca se proporcionar a deslocação.

A situação dos imigrantes provenientes do Leste Europeu tem contornos bem diferentes. Trata-se de uma imigração com um carácter mais transitório. É natural que, na maioria dos casos, o contacto com a nova sociedade do bem-estar os leve a ponderar a hipótese de continuarem no país de acolhimento, mais do que não seja, o tempo suficiente para juntar dinheiro para construir uma casa,

---

<sup>82</sup> Cf. J. Leitão, *in* Ribeiro, 1998: 30.

comprar um carro ou, no caso de pretenderem regressar ainda em idade activa, preocupar-se em amealhar o suficiente para se estabelecer no seu país, de forma a garantir a continuidade da sua subsistência e qualidade de vida.

O quadro XXXV evidencia-nos os projectos de vida daqueles que tencionam a curto ou médio prazo regressar definitivamente ao seu país de origem.

**Quadro XXXV:** Projectos de vida dos imigrantes de leste que tencionam regressar ao país de origem

	Número de imigrantes	percentagem (%)
Comprar máquinas/equipamentos/fazer bem feitorias	3	8,6
Investir em pequena empresa/oficina	11	31,4
Investir em pequeno comércio	16	45,7
Não aplicável	5	14,7
Total	35	100,00

Fonte: Inquérito realizado, em 2003, no âmbito deste trabalho

Neste contexto, o regresso é, assim, encarado como o resultado de um percurso de vida, ditado essencialmente pelo desejo de concretização de um projecto que, apesar de inicialmente visar apenas a melhoria económica, se vai transformando num projecto de ascensão social. O imigrante que manifesta interesse em regressar ainda em idade activa, quer fazê-lo quando ainda “vale a pena”. Apesar desta expressão poder ser muito subjectiva, no entender do imigrante enquanto tal, resume-se em poucas palavras: quando reunir as condições económicas para realizar o seu sonho profissional. A maioria dos inquiridos manifestaram interesse em investir em pequeno comércio, preferencialmente na vila que os viu sair do país apenas com a roupa que levavam vestida e com algum dinheiro que, na maioria das vezes, já tinha destino certo. É no fundo esse desejo enorme de vencer e de poder evidenciar um dia mais tarde o seu êxito em terras estrangeiras que os fortalece e os leva a poupar o mais que puderem.

Todavia, não nos é possível analisar os casos de sucesso uma vez que se trata de uma corrente imigratória relativamente recente, cujos resultados só poderão ser recolhidos e analisados a médio e longo prazo. Porém, devemos estar atentos a determinados elementos que podem anular o projecto de regresso alimentado durante uma vida de trabalho. Estamos evidentemente a referir-nos aos filhos

dos imigrantes. Embora muitos deles actualmente ainda não se encontrem a residir cá, a maioria dos pais imigrantes inquiridos já manifestaram a intenção de trazê-los para perto deles logo que tenham garantido alguma estabilidade económica. Nessa altura, supõe-se que seja a curto prazo, os filhos, maioritariamente com idades até aos quinze anos, irão continuar o seu percurso escolar e adaptar-se-ão à nossa cultura, com mais facilidade que os pais, pertencentes a uma geração anterior. Face a isto, é muito provável que em idade mais avançada, correspondente ao final do percurso escolar, os filhos da maioria desses imigrantes não manifestem grande interesse em regressar ao país de origem. É aqui que os imigrantes (pais) poderão se ver confrontados perante a decisão de regressarem (sozinhos) e levar a cabo os seus projectos, ou abrir simplesmente “mão deles”, optando por ficar cá com os filhos. Obviamente que se trata apenas de uma previsão. Não pretendemos com isto ser futurologistas, mas esta é com certeza uma realidade que até lá não poderá ser posta de lado.

Quanto à imigração dos Palop, apesar desta previsão também lhes ser aplicável, a maior parte deles não pondera um regresso em idade activa, mas antes numa fase final da sua vida. Exceptuam-se aqui o caso dos moçambicanos cujas razões que motivaram a saída do seu território foram, essencialmente, o desejo de se estabelecerem como comerciantes no seu país de origem, decisão esse que naturalmente será tomada em idade activa.

Por vezes, no entanto, essa força interior do imigrante não é suficiente para levar a cabo a sua missão. Ao longo desta parte referimos várias vezes o estado de vulnerabilidade em que a maioria deles se encontram, motivados, como também já dissemos, pelo sentimento de “saúde”, palavra cujo significado também conhecem. O problema é que quando eles não conseguem lidar com a força do sentimento e o deixam interferir na sua vida a ponto de anular os projectos iniciais. Podem-se enquadrar neste cenário, por exemplo, aqueles imigrantes que vão passar um mês de férias ao seu país de origem e acabam por lá ficar mais dois ou três meses, pondo em grande risco o seu posto de trabalho. A partir desse momento vêm-se envoltos num clima de instabilidade: sem emprego, com pouco dinheiro e sem perspectivas de ganhá-lo, ficam dependentes da solidariedade dos compatriotas. Perante o problema as soluções escasseiam: ou conseguem um emprego sujeitando-se ao que aparece (para muitos a única alternativa é trabalhar ilegalmente na construção civil para pequenos empresários, porque os grandes já confessam mais medo de serem penalizados) ou, então, enfrentam a dura realidade do regresso forçado.

A tomada dessa decisão ocorre na maioria das vezes no limiar da subsistência. Exceptuando um caso por outro que encara o regresso antecipado com naturalidade, a grande maioria dos imigrantes aceita com muita dificuldade a decisão de regressar ao país de origem como veio – sem nada<sup>83</sup>. A não concretização de pelo menos alguns dos seus desejos materiais gera no imigrante um profundo sentimento de angustia, pelo seu insucesso; de fracasso, perante a família que depositou nele toda a sua esperança; e um complexo de inferioridade, em relação a todos aqueles que conseguiram levar a cabo os objectivos que se propuseram.

---

<sup>83</sup> Neste contexto, e segundo informação prestada pelo Presidente do GASC, Professor Doutor Constantino José da Silva Lopes, existe um número significativo de imigrantes nesta situação. Depois de aceite a decisão de regressar, o imigrante vê-se confrontado com o problema dos custos da viagem, uma vez que, como já tivemos oportunidade de referir, essa decisão é tomada quando a situação começa a ficar, para ele, insustentável, quer emocionalmente, quer financeiramente. A este respeito é de louvar o trabalho desenvolvido pelo GASC que, apesar de não ter recursos significativos, tudo tem feito para conseguir angariar dinheiro para, pelo menos, minimizar os efeitos de uma imigração mal sucedida.



## **PARTE IV**

### ***Portugal, os movimentos migratórios e a União Europeia***

#### **Capítulo 9. Imigrantes e enquadramento jurídico**

- 9.1. Disposições da ordem jurídica portuguesa
- 9.2. Os trabalhadores imigrantes e o Direito Comunitário: que estatuto?
- 9.3. O Direito Derivado de Acordos e Convenções Internacionais

#### **Capítulo 10. Movimentos populacionais no espaço da União Europeia**

- 10.1. O Acordo de Shengen e a liberdade de circulação de pessoas
- 10.2. O direito e a política de asilo na União Europeia

---

*Imigrantes: uma nova face da sociedade portuguesa. Um estudo de caso no concelho de Barcelos*

*“Os nossos países são sociedades abertas que não podem se dar ao luxo de fechar-se em si próprias; nem a Europa poderá policiar as suas fronteiras ou controlar os locais de trabalho como um polícia de Estado: qualquer tentativa nesse sentido afectaria, mais cedo ou mais tarde as liberdades e os direitos dos seus cidadãos”.*

*(In CES, 1995: 108-109)*

No contexto das migrações internacionais, os cidadãos que pretendam deslocar-se para outros países terão direito a um tratamento jurídico de acordo com a sua nacionalidade, com as causas impulsionadores do seu acto de emigrar, e com o tempo de duração da migração. De facto, todo o indivíduo que seja cidadão de um dos Estados-membros da União Europeia goza de direitos reguladores da entrada, permanência e saída do território do país de destino diferentes daqueles que são aplicados a um cidadão provenientes de um Estado terceiro. A Constituição da República Portuguesa dispõe no seu artigo 44º que *“a todos os cidadãos é garantido o direito de se deslocarem e fixarem livremente em qualquer parte do território nacional”* (nº 1). O nº 2 do mesmo preceito estabelece que *“a todos é garantido o direito de emigrar ou de sair do território nacional e o direito de regressar”*.

A crescente pressão migratória dos últimos anos, fruto, por um lado, dos compromissos anteriormente assumidos por alguns países europeus com os seus antigos territórios coloniais e da intensificação de correntes de imigrantes que se deslocam para a União Europeia e, por outro lado, a abertura das fronteiras decorrente da aplicação do Acordo de Schengen têm suscitado a preocupação dos Estados-membros e das instituições da União Europeia. O reforço da segurança das fronteiras externas do espaço Schengen é concerteza uma das prioridades dos Estados Partes. É nesse sentido que as questões relacionadas com a imigração e o direito de asilo têm sido merecedoras de atenção por parte dos Estados, a comprovar pela adopção de medidas comuns nestes domínios.

A este respeito J. Pestana afirma, e bem, que *“o esbatimento das fronteiras internas encontra natural compensação numa acrescida consistência da fronteira externa, do mesmo modo que o derrube das divisórias interiores de um edifício recomendaria, para prevenir o seu desabamento, a construção de pilares ou contrafortes de apoio às paredes exteriores”* (CES, 1995: 67).

## CAPÍTULO 9

### *Imigrantes e enquadramento jurídico*

#### **9.1. Disposições da Ordem Jurídica Portuguesa**

*“Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social”.*

Artigo 13º, nº 2 da CRP

No último quarto do séc. XX, Portugal sofreu um aumento crescente de estrangeiros, que transformou a imigração no país num fenómeno complexo ao qual ninguém pode ficar indiferente.

Para esse aumento muito contribuiu a entrada de Portugal no espaço Shengen em 1995 e o afluxo maciço de imigrantes oriundos da Europa de Leste. Esta nova realidade, muito semelhante àquilo que ocorre nos restantes Estados signatários dos acordos de Shengen, levou a que os países da União Europeia optassem por harmonizar os seus esforços na luta por um maior controlo fronteiriço, de modo a regular a entrada e a permanência de imigrantes no território. Na verdade, a adopção de uma política de imigração regulamentada e atenta às reais possibilidades do país, parece ser a solução mais viável para garantir o sucesso das acções promovidas e das medidas implementadas com o intuito de facilitar a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa<sup>84</sup>. A entrada descontrolada e ilimitada de

---

<sup>84</sup> No nosso entender, embora reconheçamos a necessidade de estabelecer aos estrangeiros limites de entrada, em Portugal não deve, contudo, ser edificada uma fortaleza demasiado rígida, sob pena de entrarmos em contradição com a nossa História. É bom que não esqueçamos que actualmente Portugal faz parte do grupo de novos países de imigração, ao par da Grécia e da Espanha, tendo todos a particularidade de, num passado ainda recente, e ainda hoje serem países de emigração. Daí concluirmos que todos eles têm a obrigação de enfrentar esta nova realidade com a sensibilidade que a

estrangeiros, para além de trazer em termos económicos e sociais consequências nefastas para o país de acolhimento, levaria à exclusão social da comunidade estrangeira<sup>85</sup>.

Importa mencionar que, no intuito de evitar este cenário indesejável, vários mecanismos foram ao longo dos últimos anos introduzidos no combate à imigração ilegal, reforçados pela adopção de uma série de diplomas legais destinados a garantir o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos imigrantes.

Desde logo, a Constituição da República Portuguesa consagra no seu art. 13º o *Princípio da Igualdade* que confere a todos os cidadãos a mesma dignidade social e igualdade perante a lei. O nº 2 do referido artigo é bem explícito ao estabelecer que “*ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social*”.

Ao encontro do exposto no art. 13º, o art. 15º reforça o princípio da igualdade entre os estrangeiros e os nacionais ao reconhecer-lhes os mesmos direitos e deveres, embora exceptuando, logo no nº 2 do mencionado artigo “*os direitos políticos, o exercício de funções públicas que não tenham carácter predominantemente técnico e os direitos e deveres reservados pela Constituição e pela lei exclusivamente aos cidadãos portugueses*”. Estamos aqui perante uma clara diferenciação de tratamento, considerada por alguns como uma discriminação legítima. No caso específico dos direitos de participação política, durante muito tempo (e ainda hoje no entendimento de alguns especialistas)

---

situação exige. Portanto, é neste sentido que consideramos extremamente importante que as medidas restritivas de imigração sejam acompanhadas de medidas implementadoras de acções de apoio à inserção da comunidade migrante no país de acolhimento.

---

<sup>85</sup> A este respeito, o preâmbulo do Decreto-lei nº 34/2003, de 25 de Fevereiro, estabelece que “*com o intuito de promover a imigração legal adopta-se a fixação de um limite máximo anual imperativo de entradas em território nacional de cidadãos de países terceiros. Elaborado plurianualmente pelo Governo, mediante parecer do Instituto de Emprego e Formação Profissional, e após audição das Regiões Autónomas, da Inspeção-Geral do Trabalho, da Associação Nacional de Municípios, das confederações patronais e sindicais e do Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, no qual serão definidos critérios económicos e sociais na determinação das necessidades de mão-de-obra e da capacidade de acolhimento de cada região, assegurando a participação das autarquias locais em todo o processo*”.

esses direitos foram definidos como “*direitos de cidadãos, fundados, legítimos e determinados pela sua função de garantia, de protecção ou de construção directa do processo democrático*” (in Canotilho, 2000: 121). Era neste domínio que residia uma das maiores diferenciações entre o “cidadão” e o “estrangeiro ou apátrida”. Actualmente, apesar de já ser perceptível uma participação cada vez mais activa dos estrangeiros na tomada de decisões do foro político, como já sucede no âmbito da União Europeia<sup>86</sup>, e no caso de Portugal em situações específicas<sup>87</sup>, existem estrangeiros para quem os direitos de participação política ainda figuram entre as derrogações ao “*critério do tratamento nacional*”. No entanto, aquilo que, numa primeira visão pode parecer uma situação discriminatória, depois de bem analisada pode ser interpretada como sendo uma discriminação legítima. É, pelo menos, esse o entendimento de diversos autores, designadamente A. L. Riquito que justifica a exclusão da atribuição de direitos políticos a estrangeiros quer no critério do tratamento nacional, quer no critério mínimo internacional. Com efeito, transcrevendo as palavras do autor “*seguindo-se a regra do tratamento nacional, os Estados dirão estamos aqui perante uma situação que se compagina com o conceito de «fonte admissível de desigualdade». Escolhendo o critério do standard mínimo internacional, seria demasiado ambicioso incluir no seu conteúdo os direitos de participação política, pois se trata ainda aqui essencialmente de um «padrão moral para os Estados civilizados», destinados apenas a condenar o desrespeito pelos direitos humanos fundamentais, reconhecidos e definidos nos instrumentos internacionais contemporâneos*” (in Canotilho, 2000: 122).

Dito isto sobre o princípio da igualdade entre os estrangeiros e cidadãos nacionais, consagrado na Lei Fundamental, parece-nos fulcral dedicarmo-nos a um dos propósitos mais importantes do nosso

---

<sup>86</sup> O n.º 4 do art. 15.º da CRP estabelece que “*a lei pode atribuir a estrangeiros residentes no território nacional, em condições de reciprocidade, capacidade eleitoral activa e passiva para a eleição dos titulares de órgãos de autarquias locais*”.

<sup>87</sup> Enquanto membro da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), Portugal deve conferir aos cidadãos nacionais dos Estados-membros da referida Comunidade alguns direitos excepcionais. Assim, o reconhece o n.º 3 do art. 15.º da CRP, ao estabelecer que “*aos cidadãos dos países de língua portuguesa podem ser atribuídas, mediante convenção internacional e em condições de reciprocidade, direitos não conferidos a estrangeiros, salvo o acesso à titularidade dos órgãos de soberania e dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas, o serviço nas forças armadas e a carreira diplomática*”.

trabalho que consiste na análise dos direitos, deveres e garantias que os estrangeiros tem em Portugal. São milhares os indivíduos oriundos de outros países que têm chegado nas últimas décadas a Portugal em busca de trabalho, abandonados à sua sorte, sem terem conhecimento daquilo que precisam para deixarem de ser apontados como estrangeiros clandestinos. Conjuntamente, juristas e políticos, têm procurado no decurso dos últimos vinte e cinco anos adoptar medidas reguladoras da imigração, de modo que este fenómeno se possa processar em bases legais. Contudo, a grande diversidade de legislação adoptada nas últimas décadas alerta-nos para a complexidade da gestão dos fluxos migratórios e para a dificuldade de harmonizar a ordem jurídica interna com os padrões impostos a nível internacional.

Actualmente, o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, encontra-se consagrado no Decreto-lei nº 34/2003, de 25 de Fevereiro. Esta lei veio revogar o Decreto-lei nº 4/2001, de 10 de Janeiro, justificando a sua entrada em vigor com a necessidade de levar a cabo *“uma política de imigração assente em três eixos fundamentais: promoção da imigração legal em conformidade com as possibilidades reais do país, integração efectiva dos imigrantes e combate à imigração ilegal”* (Preâmbulo do Decreto-lei nº 34/2003).

De acordo com este novo regime jurídico, os estrangeiros<sup>88</sup> que pretendam entrar em Portugal, deverão ser portadores de:

- i) *“um documento de viagem válido reconhecido”* (art. 12º, nº 1), com *“validade superior à duração da estada”* (art. 12º, nº 2).

A exigência do período de validade do documento deixa de ser um requisito se se tratar de reentrada de um estrangeiro que já seja residente no país.

O âmbito de aplicação do disposto nos nºs. 1 e 2 do art. 12º não abrange, contudo, os cidadãos nacionais de países membros da União Europeia<sup>89</sup> ou de países com os quais Portugal tenha celebrado acordos bilaterais nesse sentido. Nestes casos, a apresentação do bilhete de identidade ou documento equivalente é considerado suficiente para permitir a entrada no país (art. 12º, nº 3 al.a).

---

<sup>88</sup> Segundo o disposto no art. 2º do referido decreto-lei *“considera-se estrangeiro todo aquele que não prove possuir a nacionalidade portuguesa”*.

<sup>89</sup> Adiante, em capítulo próprio, havemos de analisar, com algum pormenor, o estatuto especial conferido aos nacionais de um Estado-membro da União Europeia enquanto cidadão da União.

ii) um “*visto válido e adequado à finalidade da deslocação*” (art. 13º, nº 1).

No momento da solicitação de entrada no país, o cidadão estrangeiro já deve estar munido de um visto<sup>90</sup> obtido junto dos organismos portugueses competentes para esse fim, designadamente as embaixadas ou os postos consulares de carreira portugueses.

iii) *Possuir meios de subsistência*

Ao abrigo do art. 14º, nº 1 do mencionado diploma “*não é permitida a entrada no país de estrangeiros que não disponham de meios de subsistência suficientes quer para o período da estada, quer para a viagem para o país no qual a sua admissão esteja garantida, ou que não estejam em condições de adquirir legalmente esses meios*”.

O cidadão estrangeiro pode ainda, em conformidade com o art. 15º-A, apresentar “termo de responsabilidade”, subscrito por algum cidadão nacional ou estrangeiro que disponha de condições para assegurar a sua estadia em território nacional, assim como as despesas de afastamento, caso se venha a tornar necessário.

Após esta breve reflexão sobre os principais requisitos impostos aos cidadãos estrangeiros não-comunitários que pretendam entrar em território português, interessa fornecer elementos mais pormenorizados sobre os tipos de vistos existentes, previstos pela nossa lei e a sua real aplicabilidade em função da sua validade e dos interesses de cada interessado.

A análise conjunta dos vários tipos de vistos referidos no quadro XXXVI permite-nos concluir que o estrangeiro que pretende um visto adequado ao exercício de uma actividade profissional não poderá recorrer aos vistos de escala, de trânsito e de curta duração, por serem demasiados limitativos em termos de tempo e de espaço. Quanto ao visto de estada temporária não permite que o titular exerça uma actividade laboral.

---

<sup>90</sup> Os vistos podem ser concedidos sob a forma individual ou colectiva. Enquanto o primeiro é apostado em passaporte individual ou familiar (art. 29º, nº 1), o visto colectivo é apostado em passaporte colectivo emitido a favor de um conjunto de pessoas, constituído por um mínimo de cinco e um máximo de cinquenta indivíduos (art. 29º, nº 2), por um período máximo de trinta dias (art. 29º, nº 4), devendo a entrada, permanência e saída do território português ser realizada conjuntamente por todos os membros do grupo (art. 29º, nº 3).

**Quadro XXXVI:** Vistos concedidos aos cidadãos estrangeiros

<i><b>Tipos de Vistos</b></i>	<i><b>Artigo</b></i>	<i><b>Finalidade</b></i>	<i><b>Validade</b></i>
Visto de escala	Art. 31º	Permite a passagem por um aeroporto quando utilize uma ligação internacional	
Visto de trânsito	Art. 32º	Permite a entrada em Portugal de um estrangeiro que está em trânsito para um terceiro país	Válido por cinco dias, podendo ser concedido para uma, duas ou mais entradas
Visto de curta duração	Art. 33º	Permite a entrada em território português para fins que não justifiquem a concessão de outro tipo de visto	Válido por um ano e para uma ou mais entradas, não podendo a duração da estada ininterrupta ou estadas sucessivas exceder 3 meses por semestre
Visto de residência	Art. 34º	Permite a entrada em território português ao seu titular para solicitar autorização de residência	Válido por seis meses e para duas entradas
Visto de estudo	Art. 35º	Permite ao seu titular estudar num estabelecimento de ensino português; realizar trabalhos de investigação científica; frequentar estágios complementares de estudos e em empresas	Validade de um ano para múltiplas entradas
Visto de trabalho	Art. 36º	Permite ao seu titular a entrada em território português a fim de exercer temporariamente uma actividade profissional para a qual o visto foi concedido	Validade de um ano para múltiplas entradas
Visto de entrada temporária	Art. 38º	Permite a entrada em território português ao seu titular a fim de receber tratamento médico em estabelecimentos de saúde oficiais; para acompanhamento de familiares que venham receber tratamento médico ou estudar e em casos excepcionais devidamente fundamentados	Validade de um ano para múltiplas entradas

Fonte: Decreto-lei nº 34/2003, de 25 de Fevereiro (artºs. 31º ao 38º).

Assim sendo, aqueles que se revelam mais adequados são os de residência, de trabalho e, em determinados casos, o visto de estudo, na medida em que relativamente a este último o nº 2 do art. 35º



prevê que “o titular do visto de estudo pode exercer uma actividade profissional a título complementar enquanto prosseguir com o aproveitamento a actividade a que o visto se destina”.

Em casos específicos pode ocorrer que o cidadão estrangeiro não tenha solicitado por algum motivo o visto necessário para a sua estada em Portugal. Perante uma situação destas a nossa lei, ao abrigo do art. 48º do Decreto-lei nº 34/2003, permite obter no posto fronteiriço um dos três tipos de vistos seguintes:

- *Visto de trânsito* – válido por cinco dias, é concedido ao cidadão estrangeiro que possuir um documento de viagem válido que permita a sua entrada no país de destino; auferir de meios de subsistência; não constar na lista de pessoas não admissíveis e não constituir uma ameaça para a ordem pública e segurança nacional. Finalmente, o cidadão deve ter ainda garantida a sua viagem para o país de destino, bem como a sua admissão. Pode ser válido para um ou mais Estados do Espaço Schengen.
- *Visto de curta duração* – é concedido por um período máximo de quinze dias ao cidadão estrangeiro, que comprove não ter podido solicitar um visto antecipadamente, e preencha as mesmas formalidades exigidas para a concessão do visto de trânsito. De igual modo é válido para um ou mais Estados do Espaço Schengen.
- *Visto especial* – pode ser concedido ao cidadão estrangeiro, por razões humanitárias ou de interesse nacional, um visto para entrada e permanência temporária no país, mesmo que não reúna os requisitos legais para o efeito. Este visto é válido apenas para o território português.

Após esta reflexão sobre os diversos tipos de vistos, torna-se imperioso, tendo em atenção o tema do nosso trabalho, debruçarmo-nos mais atentamente sobre os vistos de trabalho existentes. O art. 37º do Decreto-lei nº 34/2003, faz referência a quatro tipos de vistos:

- a) “visto de trabalho I, para o exercício de uma actividade profissional no âmbito do desporto ou no âmbito dos espectáculos;
- b) visto de trabalho II, para o exercício de uma actividade que pressuponha um conhecimento técnico altamente qualificado, em ambos os casos devidamente comprovadas por entidade pública competente;

- c) Visto de trabalho III, para o exercício de uma actividade profissional independente no âmbito de uma nova prestação de serviços;
- d) Visto de trabalho IV, para o exercício de uma actividade profissional subordinada”.

Descrevendo brevemente as formalidades exigidas para a concessão de um visto para o exercício de uma actividade profissional por conta de outrem, podemos desde já esclarecer que existem formalidades a cumprir não só por parte do candidato ao visto, mas também por parte da entidade empregadora.

Antes de mais, esta última deverá comunicar ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) a sua oferta de emprego e manifestar o seu interesse no recrutamento de trabalhadores estrangeiros oriundos de países terceiros<sup>91</sup>. Para além do preenchimento desta formalidade, a entidade empregadora deve solicitar parecer à Inspeção-Geral do Trabalho (IGT)<sup>92</sup>, mediante requerimento devidamente fundamentado, dependendo a concessão do visto do parecer favorável deste requerimento<sup>93</sup>.

No que respeita aos deveres do futuro trabalhador, deve dirigir-se ao Consulado português existente no país de onde é nacional e formular o pedido de visto, do qual constem, para além da sua

---

<sup>91</sup> Note-se que o art. 41º, nº 1 do citado diploma legal confere aos cidadãos comunitários ou aos cidadãos não comunitários, mas que se encontrem já legalizados, preferência no acesso ao emprego.

<sup>92</sup> Nos casos da actividade ser exercida nas Regiões Autónomas o parecer favorável deverá ser solicitado à respectiva Secretaria Regional (art. 43º, nº 1).

<sup>93</sup> A interpretação do nº 3 do art. 43º, sobre as situações que podem originar um parecer desfavorável, leva-nos a concluir que a entidade competente para o efeito dará parecer negativo:

- se a entidade empregadora não estiver licenciada para o exercício da sua actividade;
- se a entidade empregadora possuir indícios de incumprimento reiterado do pagamento pontual das retribuições;
- se existirem casos de práticas de infracções graves, nomeadamente não pagamento de salários, não declaração de rendimentos sujeitos a descontos para a segurança social, ou ainda em matéria de regularização das condições de segurança, higiene e saúde no trabalho;
- se a empresa não apresentar um documento em como prescinde do período experimental;
- casos em que se detecta o incumprimento dos requisitos impostos pela lei geral do trabalho e pelos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho.

identificação completa e de uma fotografia tipo passe actualizada e a cores, o tipo de documento de viagem, com menção do respectivo número, validade, data e local de emissão, assim como a identificação da entidade que o emitiu e, finalmente, deve constar o real objectivo da estada, bem como o tempo de permanência em território português.

Ao pedido de visto deverão ser anexados os seguintes documentos:

- certificado do registo criminal emitido pelo país da sua nacionalidade ou onde reside há mais de um ano;
- atestado médico ou seguro de saúde;
- documento comprovativo do local e condições de alojamento em Portugal;
- proposta de contrato de trabalho como prova de meios de subsistência (Anexo 10).

Após a entrega por parte do futuro trabalhador do requerimento ao Consulado português, cabe a esta entidade o envio do respectivo processo ao SEF, a quem compete, após consulta, emitir o seu parecer, que na eventualidade de ser favorável, permitirá ao Consulado português conceder o visto de trabalho, que possibilitará ao futuro trabalhador entrar em Portugal onde, após celebrar contrato de trabalho, com a respectiva empresa, poderá exercer legalmente a sua actividade profissional.

À semelhança do que sucede ao indivíduo que requer um visto de trabalho IV, o cidadão estrangeiro que pretende exercer uma actividade profissional independente deverá requerer um visto de trabalho III no Consulado português, do qual deverão constar os mesmos elementos exigidos para o visto de trabalho IV.

Relativamente aos documentos a anexar ao requerimento, para além dos exigidos para a concessão de visto de trabalho III (exceptuando a proposta de contrato de trabalho), são exigidos:

- um contrato de prestação de serviços (Anexo 11), ou declaração da entidade beneficiária dos mesmos;
- certificado de habilitações ou diploma comprovativo das habilitações exigidas para o exercício da actividade profissional a que se destina o visto requerido;
- comprovativo da inscrição na respectiva ordem profissional, quando exigível.

Uma vez instalados em Portugal, a maioria dos cidadãos estrangeiros procuram adquirir uma autorização de residência. O pedido deve ser apresentado pelo próprio interessado junto do SEF. Para o efeito, o interessado necessita de “*estar na posse de um visto de residência válido*”; estar presente em território português, e não registar qualquer facto que “*se fosse conhecido pelas autoridades competentes, teria obstado à concessão do visto*” (art. 81º).

A autorização de residência pode ter um carácter *temporário*, sendo válida pelo período de dois anos e renovável por períodos sucessivos de três anos (art. 83º, nº 1), ou apresentar um carácter *permanente*, não estando sujeita a nenhum prazo de validade, devendo apenas ser renovada de cinco em cinco anos (art. 84º, nº 1)<sup>94</sup>.

No caso concreto da autorização de residência temporária, “*deve ser solicitada pelos interessados até trinta dias antes de expirar a sua validade*” (art. 91º, nº 1), sendo o pedido apreciado com base nos meios de subsistência e condições de alojamento auferidas pelo interessado, bem como pela verificação do cumprimento por parte do mesmo, das leis portuguesas (art. 91º, nº 2).

De tudo aquilo que foi exposto neste sub-capítulo podemos retirar como conclusão que ao longo dos últimos anos Portugal tem mudado a sua postura face às fortes pressões migratórias e à relevância social que elas assumem. De facto, de uma postura não intervencionista mantida durante muitos anos, Portugal foi criando uma base de legislação sobre a qual assenta todo um conjunto de novas regras que procuram anular as múltiplas carências sentidas pelas comunidades de imigrantes instaladas em território português, ao mesmo tempo que tentam esgotar as situações de clandestinidade. É, no fundo, a necessidade de controlar estes fluxos que tem levado à realização de sucessivas revisões do regime de entrada, permanência e saída de estrangeiros do território português, ao mesmo tempo que, não ignorando a grande vertente social que envolve directamente o fenómeno migratório, várias instituições de solidariedade social em colaboração com associações representativas de imigrantes, tem vindo a desenvolver acções no sentido de uma melhor integração das comunidades de imigrantes na sociedade de acolhimento, respeitando as diversidades cultural e religiosa que as caracteriza e diferencia uma das outras. Desde 2002, esta tarefa tem contado com o apoio do Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas cuja principal missão consiste em “*promover a integração dos imigrantes e minoria*

---

<sup>94</sup> Em ambos os tipos de autorização de residência referidos, é exigida a renovação das mesmas sempre que se verifique a alteração dos elementos de identificação delas constantes (artºs. 83º, al a) e 84º, nº 2).

*étnicas na sociedade portuguesa, assegurar a participação e a colaboração das associações representativas dos imigrantes, parceiros sociais e instituições de solidariedade social na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão, assim como acompanhar a aplicação dos instrumentos legais de prevenção e proibição das discriminações no exercício dos direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica” (Decreto-lei nº 251/2002, de 22 de Novembro, art. 1º, nº 2).*

Recentemente, a 9 de Julho de 2003, foi criado o Gabinete de Apoio Jurídico aos Imigrantes através de um protocolo celebrado entre o Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas e a Ordem dos Advogados, com o principal intuito de proporcionar aos imigrantes um serviço de atendimento e de ajuda em áreas, até então, carenciadas de apoios.

Constatamos, portanto, da parte de diversas autoridades e instituições ligadas às questões do foro migratório, um esforço no sentido de levar a cabo acções concertadas para facilitar a integração dos estrangeiros que buscam em Portugal oportunidades de vida digna negadas nos seus países de origem. Contudo, muito mais tem de ser feito para resolver os problemas da imigração. Admitindo nós que a resolução desses problemas passa inevitavelmente pela restrição e adequação do número de imigrantes às reais capacidades do nosso país, seria desejável que tal objectivo fosse realizado tendo como principal base o reconhecimento e respeito pelos direitos de todos os estrangeiros que se encontram em Portugal, independentemente da regularidade ou irregularidade da sua situação perante a lei portuguesa.

## 9.2. Os Trabalhadores Imigrantes e o Direito Comunitário: Que Estatuto?

*“O mundo é todo meu,  
se o desejo com intensidade,  
sem termos nem fronteiras”.*

R. Migueis<sup>95</sup>

Desde 12 de Junho de 1985, altura em que Portugal assinou o Tratado de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), os cidadãos portugueses que trabalhavam nos países das Comunidade Europeia (e vice-versa) passaram a beneficiar dos mesmos direitos que os nacionais desse país, no que diz respeito ao emprego, à remuneração e a outras condições de trabalho – tal é a regra que resulta do princípio da livre circulação de pessoas na Comunidade Europeia. Este princípio consta entre as quatro liberdades fundamentais defendidas pela Comunidade Europeia. Esta liberdade, que concede aos cidadãos comunitários o direito de entrar e permanecer no Estado-membro onde pretende exercer uma actividade profissional (seja ela assalariada ou independente), está consagrada no Regulamento (CEE) nº 1612/68, do Conselho, de 15 de Outubro de 1968. De acordo com o preâmbulo deste regulamento “*a mobilidade de mão-de-obra na Comunidade deve ser para os trabalhadores um dos meios de garantir a possibilidade de melhorar as suas condições de vida e de trabalho e de facilitar a sua promoção social, contribuindo para a satisfação das necessidades decorrentes da economia dos Estados-membros*”.

O Tratado de Roma não oferece um conceito de “trabalhador comunitário”. Por isso, na falta de uma definição, a Jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias procurou ultrapassar esta lacuna, assumindo particular importância o acórdão de 3 de Julho de 1986, proc. nº 66/85, Lawrie-Blun. Neste acórdão, o Tribunal avança com três critérios que nos permitem identificar o trabalhador comunitário. São eles: a realização de uma *prestação laboral*, sob a *vigilância ou sob as ordens de outra pessoa* e mediante a *contrapartida de uma remuneração*. Ainda segundo o Tribunal de Justiça, a actividade assalariada, mesmo que exercida a *tempo parcial*, deve facultar ao trabalhador a

---

<sup>95</sup> In Pestana, 1995: 107.

fruição da liberdade de circulação. No entanto, é necessário que tal actividade seja *real e efectiva*. Assim sendo, de acordo com o exposto, podemos dizer que “trabalhador”, para efeitos de regime comunitário da livre circulação de trabalhadores **é todo o nacional de um Estado-membro que executa ou pretenda executar noutro Estado-membro um trabalho assalariado real ou efectivo, ainda que a tempo parcial, qualquer que seja o valor da remuneração, ou ainda que o desígnio ou motivação principal seja diverso do exercício da actividade em causa**<sup>96</sup>. Obviamente, a definição, interpretação e modificação deste conceito cabem exclusivamente às instâncias comunitárias, não podendo os Estados-membros fazê-lo unilateralmente, nem aplicar conceitos similares a que tenham chegado na sua ordem jurídica interna.

De acordo com este princípio da livre circulação de trabalhadores<sup>97</sup>, e em conformidade com o artigo 48 n° 3 do TCEE, todo cidadão comunitário tem actualmente o direito, dentro do espaço comunitário de:

- a) “responder a ofertas de emprego efectivamente feitas;

---

<sup>96</sup> Relativamente a esta definição de trabalhador comunitário convém esclarecer dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, ao dizer-se “*qualquer que seja o valor da remuneração*” aquilo que se pretende é não excluir do âmbito da livre circulação de trabalhadores as situações em que a remuneração é inferior àquilo que o Estado-membro de acolhimento considera necessário para garantir a subsistência do trabalhador. Na prática, o que se pretende garantir é que, a mera constatação de que o rendimento a auferir pelo trabalhador é insusceptível de prover a sua subsistência não justifica que o Estado de acolhimento possa impedir a sua entrada ou permanência. Se, através de rendimentos dos seus familiares ou de qualquer outra circunstância, o trabalhador não se colocar numa situação de dependência da assistência social, nada poderá impedir a sua permanência.

Em segundo lugar, é importante frisar que, “*o desígnio ou motivação principal*” pode ser *diverso da exercício da actividade em causa*. Trata-se aqui de uma especificação decorrente de uma decisão do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias. No caso *Levin* (Acórdão de 28 de Março de 1982, proc. 53/81, Levin) ... uma senhora britânica solicitava autorização de residência na Holanda a fim de aí exercer a profissão doméstica. Para além de outras circunstâncias, era possível perceber que o pedido tinha em vista permitir ao cônjuge – cidadão sul-africano – o exercício de uma actividade profissional naquele país. O TJCE decidiu, porém que a interpretação do artigo 48° do TCEE, bem como o direito derivado, deveria ser feita de forma estrita, não permitindo distinguir, como pretendia o Estado holandês, os casos em que a motivação principal era ou não o exercício de uma actividade assalariada.

<sup>97</sup> No âmbito deste princípio, o Tratado de Roma dedica os seus artigos 48°, 49°, 50°, 51° 52 e 58.

- b) deslocar-se livremente, para o efeito, no território dos Estados-membros;*
- c) residir num dos Estados-membros a fim de melhor exercer uma actividade laboral (...);*
- d) permanecer no território depois de nele ter exercido uma actividade laboral”.*

Em qualquer um destes casos, a actividade profissional deverá ser exercida, em cada Estado-membro, nas mesmas condições em que é exercida pelos nacionais desse Estado.

Para efectivar o seu **direito de deslocação** previsto na alinha b do artigo 48 n° 3, o cidadão estrangeiro comunitário necessita, apenas, de apresentar um bilhete de identidade ou um passaporte válidos. Nenhum visto ou obrigação equivalente lhe poderá ser exigido.

A entrada de um cidadão comunitário em território de qualquer um dos Estados-membros poderá, todavia, por força do artigo 48 n° 3 e 56 n° 1, ser recusada, se os argumentos apresentados pelo Estado-membro de acolhimento disserem respeito à salvaguarda da ordem pública, da segurança pública e da saúde pública. De acordo com o Decreto-lei n° 250/98, de 11 de Agosto<sup>98</sup>, pode ser recusada a entrada no território nacional de todos os indivíduos portadores de doenças que podem fazer perigar a saúde pública. Estamos a falar de doenças de obrigueim à quarentena; a tuberculose do aparelho respiratório; a sífilis e outras doenças infecciosas ou parasitárias (artigo 12 n° 2, al. a).

Relativamente às doenças que podem validar uma recusa de entrada assente em razões de saúde pública, o diploma faz referência à toxicodependência, a alterações psíquicas, estados manifestos de psicose de agitação, de psicose delirante ou alucinatória e de psicose confusional (artigo 12, n° 2, al. b). Sublinha-se, porém, que a invocação das doenças referenciadas no citado diploma não podem servir de fundamento à expulsão de indivíduos a quem haja sido concedida uma primeira autorização de residência, e nem sequer à recusa da renovação dessa mesma autorização (artigo 12 n° 3); assim como a mera existência de condenações penais não pode determinar a aplicação de tais medidas (artigo 13 n° 2). Portanto, de tudo isto, depreende-se que o afastamento de um cidadão comunitário de um presumível país de acolhimento só terá fundamento se se comprovar tratar-se de uma real ameaça para a sociedade acolhedora.

---

<sup>98</sup> Ver no anexo 12 o DL n° 250/98, de 11 de Agosto que veio introduzir alterações ao DL n° 60/93, de 3 de Março, que regula a entrada, permanência e saída do território português de nacionais de Estados-membros da Comunidade Europeia.



Uma vez em território do país de acolhimento, o cidadão comunitário só necessita ser titular do título de residência se pretender ficar no país por um período superior a três meses<sup>99</sup>. Se tal for o caso, deverá obter um dos três títulos de residência previstos no artigo 15º nº 1:

- a) cartão de residência temporária;
- b) cartão de residência nacional de um Estado-membro da União Europeia;
- c) cartão de residência.

A fim de contribuir para uma melhor compreensão do significado e finalidade destes três tipos de cartões de residência, torna-se pertinente uma análise individual.

### **Cartão de residência temporária**

O cartão de residência temporária pode ser obtido pelo cidadão comunitário que seja admitido no território de acolhimento, a fim de exercer uma profissão assalariada por um período superior a três meses e inferior a um ano (artigo 19º nº 1, al. a); ou que efectua/beneficia de uma prestação de serviços por um período superior a três meses (artigo 19º nº 1, al. b). Este direito estende-se aos familiares das pessoas referidas nas duas situações anteriores (artigo 19º nº 1, al. c).

### **Cartão de residência de nacional de um Estado-membro da União Europeia**

Este tipo de cartão é emitido a favor dos seguintes indivíduos:

a) *trabalhador assalariado*. O trabalhador assalariado<sup>100</sup> tem direito a um cartão de residência mediante a apresentação do bilhete de identidade ou passaporte válidos e de uma declaração de contratação, por parte da entidade patronal, ou de um atestado de trabalho e duas fotografias. Para o efeito, o trabalhador assalariado deve ter um emprego com duração igual ou superior a um ano, ou de

---

<sup>99</sup> Todo o cidadão comunitário que se encontre no território de um Estado-membro da União e não pretende permanecer mais de três meses, só necessitará de apresentar o bilhete de identidade ou passaportes válidos e recursos para a sua subsistência

<sup>100</sup> A liberdade de circulação de trabalhadores por conta de outrem vem prevista nos artigos 48º a 51º do TCEE. Para além destes artigos existe legislação do Direito Comunitário Derivado: Regulamento (CEE) nº 1612/98, de 12 de Outubro; Directiva 68/360/CEE, de 15 de Outubro; Directiva 64/221/CEE, de 25 de Fevereiro; Regulamento (CEE) nº 1251/70, de 29 de Junho.

duração indeterminada (artigo 16º al. a). No caso de ter um emprego de duração inferior a um ano, o trabalhador poderá obter cartão de residência se o contrato for renovado, desde que a duração total do emprego seja igual ou superior a um ano (artigo 16º al. b).

Em qualquer uma destas situações, o trabalhador receberá um cartão de residência<sup>101</sup>, por um período de cinco anos, renovável automaticamente, a pedido do interessado, por períodos de dez anos (artigo 17º, nº 1, al. a). Porém, aquando da primeira renovação, a duração do cartão poderá ser limitada ao período de um ano se o trabalhador se encontrar desempregado involuntariamente há mais de doze meses consecutivos.

b) *Trabalhador por conta própria*. Todo o cidadão que deseje estabelecer-se ou prestar serviços noutro Estado-membro, por um período superior a três meses, terá direito a um cartão de residência de nacional de um Estado-membro da Comunidade Europeia válido por um período de cinco anos, renovável automaticamente, a pedido do interessado, por períodos de dez anos (artigo 17º nº 1, al. a). A atribuição do cartão fica sujeita à apresentação do bilhete de identidade ou passaportes válidos e de uma carta profissional (prova da qualidade de independente).

c) *Beneficiário de uma prestação de pré-reforma ou de uma pensão de invalidez*. O cidadão comunitário que tenha exercido uma actividade como trabalhador assalariado ou não assalariado, bem como os seus familiares, desde que o primeiro beneficie de uma pensão de invalidez, de pré-reforma ou de velhice ou de uma renda de acidente de trabalho ou doença profissional (artigo 9º, al. a), tem direito a um título de residência válido por cinco anos e renovável por períodos iguais (artigo 11º, nº 1, al. b). Para esse efeito, para além do bilhete de identidade ou passaporte válidos, o interessado deve provar possuir meios suficientes para a sua subsistência<sup>102</sup>, e deve apresentar um documento que comprove ser titular de um seguro de doença que cubra a totalidade dos riscos (acompanhados de duas fotografias).

---

<sup>101</sup> O mesmo acontece com os estrangeiros provenientes de países terceiros, para quem a “autorização de permanência” está dependente das autoridades nacionais com poder de apreciação.

<sup>102</sup> Os meios de subsistência são considerados suficientes desde que os recursos do candidato ao título de residência sejam superiores ao nível dos recursos exigidos em Portugal para conceder amparo social aos cidadãos nacionais (artigo 10º).

d) *Cidadão estudante*. Todo e qualquer estudante tem direito a um cartão de residência por um período equivalente à duração da formação ou, na eventualidade desta ultrapassar a duração de um ano, tem direito a um período de um ano renovável anualmente (artigo 17º, nº 1, al. c). Para esse efeito, é exigido aos interessados, para além do bilhete de identidade ou passaporte e duas fotografias, a prova em como dispõe de meios para a sua subsistência, a inscrição no estabelecimento de ensino que frequenta e a prova em como é titular de um seguro de doença que cubra a totalidade dos riscos.

e) *Indivíduo que, por disposições comunitárias, não pode ser titular do direito de residência*. Este indivíduo tem direito a um título de residência válido por dois anos, renovável por períodos de cinco anos. Para o efeito, ser-lhe-á exigida a apresentação do bilhete de identidade ou passaporte válidos; uma prova dos meios de subsistência; um seguro de doença que cubra a totalidade dos riscos e duas fotografias.

### **Cartão de residência**

O cartão de residência é atribuído ao indivíduo e aos seus familiares que já tenham adquirido o direito de permanecer definitivamente em território do país de acolhimento (artigo 21º). Tal é o caso de todos aqueles que se enquadram nas seguintes situações:

- no momento em que cessarem a sua actividade, tenham atingido a idade prevista na lei portuguesa para beneficiar de uma pensão de velhice e que, tendo residido ininterruptamente<sup>103</sup> em Portugal há mais de três anos, aí tenham exercício a sua actividade durante os últimos doze meses (artigo 5º, nº 1, al. a);
- cessarem o exercício da sua actividade por motivo de incapacidade permanente para o trabalho, desde que tenham residido em território nacional sem interrupção há mais de dois anos (artigo 5º, nº 1, al. b). O requisito de tempo de residência não é exigido se a incapacidade resultar de acidente de trabalho ou de doença profissional, que dê direito a uma pensão total ou parcialmente, a cargo de uma instituição nacional (artigo 5º, nº 2);

---

<sup>103</sup> Para efeitos da concessão do direito de permanência a título definitivo, considera-se que a residência é ininterrupta se não for interrompida por períodos de ausência superiores a três meses por ano, ou se a ausência (independentemente do seu tempo) for motivada pelo cumprimento do serviço militar.

- embora exerçam a sua actividade noutro Estado-membro tenham durante três anos exercido uma actividade e mantido uma residência ininterruptas, em Portugal, aonde regressam, pelo menos, uma vez por semana (artigo 5º, nº 1, al. c).

No que diz respeito à emissão e renovação dos títulos de residência deve ser requerida pelo interessado e dirigida ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (artigo 24º, nº1), a quem compete proceder às averiguações necessárias para determinar a situação dos requerentes (artigo 24º, nº 2).

A decisão relativa à concessão ou recusa da primeira autorização de residência deve ser proferida antes de decorrerem seis meses sobre o pedido (artigo 25º, nº 2), podendo o interessado permanecer provisoriamente em território nacional até ser tomada a decisão (artigo 25º, nº3).

No que diz respeito à emissão e renovação dos títulos de residência, deve ser requerido pelo interessado e dirigido ao SEF (artigo 24º, nº1). Em anexo ao requerimento de cartão de residência temporária ou do cartão de residência de nacional de um Estado-membro da União Europeia, devem constar os documentos já devidamente mencionados supra.

O requerimento de qualquer um destes dois títulos de residência deverá ser apresentado no respectivo serviço no prazo de três meses a contar da data de entrada do interessado em Portugal.

O pedido de emissão ou prorrogação do prazo de validade dos títulos de residência , quando resultado da renovação de um contrato de trabalho, deverá ser solicitada no prazo de quinze dias a contar da data de renovação do contrato.

Desta análise ao regime jurídico de entrada, permanência e saída do território português de cidadãos de países pertencentes à União Europeia depreendemos que o diploma garante a prossecução e o respeito por uma das principais liberdades da União Europeia – a livre circulação de pessoas no espaço comunitário. O artigo 3º do DL nº 250/98<sup>104</sup>, já referido, não deixa margem para dúvidas quanto

---

<sup>104</sup> Nos termos do artigo 3º do Decreto-lei nº 250/98, de 11 de Agosto, podem entrar e permanecer em território nacional, observadas as condições previstas no referido diploma:

- Os trabalhadores assalariados nacionais de um Estado-membro (alínea a) ou nacionais de um Estado-membro que sejam titulares do direito de estabelecimento ou da livre prestação de serviços (alínea b), bem como o respectivo cônjuge e descendentes menores de vinte e anos ou a cargo (alínea f) e ainda os

ao carácter liberal deste diploma ao facilitar a mobilidade familiar no espaço comunitário, com os respectivos direitos assegurados pelo diploma. Mais do que nunca é dada a devida importância ao reagrupamento familiar para tornar menos penosa a estadia daqueles que procuram noutro país, que não o da sua nacionalidade, obter melhores condições de vida.

---

ascendentes seus ou do seu cônjuge que estejam a cargo (alínea i), assim como qualquer outro familiar seu ou do seu cônjuge que esteja a seu cargo ou que com eles viva em comunhão de habitação no seu país de origem (alínea j);

- Os nacionais de um Estado-membro que, tendo exercido na Comunidade uma actividade como trabalhadores assalariados ou não assalariados, sejam titulares do direito de residência (alínea c) e e), acompanhados do respectivo cônjuge e descendentes seus e do seu cônjuge que estejam a cargo (alínea i);
- Os estudantes nacionais de um Estado-membro que sejam titulares do direito de residência (alínea d), acompanhados do cônjuge e filhos a cargo (alínea h).

### 9.3. O Direito Derivado de Acordos e Convenções Internacionais

*“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Eles são dotados de razão e de consciência e devem agir uns em relação aos outros num espírito de fraternidade”.*

Declaração Universal dos Direitos Humanos - art. 1º

No âmbito das migrações, Portugal tem ratificado várias convenções com o principal propósito de promover condições equitativas e humanas aos trabalhadores migrantes e suas famílias e garantir igualdade de tratamento com os nacionais no que diz respeito a áreas tão diversas como o trabalho, a saúde, a educação e o acesso a áreas culturais.

No que se refere à celebração de convenções multilaterais, Portugal ratificou as Convenções nº 97 e 143 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919, portanto, logo após a I Guerra Mundial. Esta organização desempenhou, até 1939, um trabalho de enorme importância na protecção dos direitos dos trabalhadores ao conduzir à celebração de um grande número de acordos internacionais no domínio do trabalho e segurança social. A Convenção nº 97<sup>105</sup>, relativa aos trabalhadores migrantes<sup>106</sup> foi adoptada em 1939 e, posteriormente, revista pelos Estados Partes a aplicação “*sem discriminação de nacionalidade, de raça, de religião ou de sexo, aos imigrantes que se encontrem legalmente nos limites do seu território um tratamento que não seja menos favorável que aquele que é aplicado aos seus próprios nacionais...*” em matérias em que “*as questões sejam reguladas pela legislação ou dependam das autoridades administrativas*” (artigo 6º, nº1).

A importância das disposições contidas nesta Convenção, mas também as suas limitações em diversos campos tornou desejável a adopção de novas normas que tornasse mais efectiva a equiparação

---

<sup>105</sup> Lei nº 50/78, de 25 de Julho, in Diário da República I Série, nº 169.

<sup>106</sup> No seu artigo 11º, a Convenção nº 97 da OIT define o trabalhador migrante como “*uma pessoa que emigra de um país para outro com vista a ocupar um emprego que não seja por sua conta própria; inclui todas as pessoas admitidas regularmente na qualidade de trabalhador migrante*”.

dos direitos entre trabalhadores migrantes e nacionais. É neste contexto que surge a Convenção nº 143<sup>107</sup>, de 1975, relativa às Migrações em Condições Abusivas e à Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes.

Apesar de o seu texto não ser muito extenso, os seus vinte e quatro artigos, divididos por três partes, expressam bem o âmbito mais alargado das medidas sociais adoptadas. Na primeira parte, dedicada às “migrações em condições abusivas”, os Estados signatários comprometem-se a tomarem as medidas que forem consideradas necessárias, individualmente ou com a colaboração de outros Estados partes da mesma Convenção, mediante a troca sistemática de informações “*se existem migrantes ilegalmente empregados no seu território, e se existem, do ou para o seu território, ou ainda em trânsito migrações com fim de emprego, nas quais os migrantes sejam submetidos (...), a condições contrárias aos instrumentos ou acordos internacionais aplicáveis, multilaterais ou bilaterais, ou ainda às legislações nacionais*” (artigo 2º, nº 1).

A parte II diz respeito à “igualdade de oportunidades e de tratamento”, comprometendo-se os Estados signatários a adoptar “*todas as medidas ao seu alcance no sentido de ajudar e encorajar os esforços dos trabalhadores migrantes e suas famílias tendentes a preservar as suas identidades nacionais e étnicas, assim como os laços culturais com os países de origem (...)*” (artigo 12º, f).

A parte III referente às “disposições finais” da Convenção estabelece que “*todo o Estado-membro que ratifique a presente Convenção poderá excluir da sua aplicação a Parte I ou a Parte II da Convenção por meio de uma declaração anexa à sua ratificação*” (artigo 16º, nº 1).

A partir do momento em que uma Convenção aprovada no seio da OIT seja ratificada é introduzida no direito interno, podendo originar eventuais alterações de legislação. A violação de algumas das disposições da Convenção da OIT, pode originar a apresentação de queixas contra os Estados-membros infractores, podendo essa queixa, superada a fase de inquérito, findar com a conciliação das partes envolvidas<sup>108</sup>, ou então, poderá ser exigida a intervenção das instâncias judiciais.

---

<sup>107</sup> Lei nº 50/78, de 25 de Julho, in Diário da República I Série, nº 169.

<sup>108</sup> A título informativo refere-se que, em 1961 foi apresentada uma queixa contra Portugal pelo Gana. Suspeitava-se, então, uma aplicação incorrecta, nos territórios ultramarinos, da Convenção da OIT sobre “trabalho forçado”. Após uma análise detalhada da situação real, foram apresentadas sugestões que, tendo sido bem aceites pelo Governo português, evitaram a abertura da fase contenciosa.

Um outro aspecto importante para o estabelecimento dos direitos dos trabalhadores-migrantes diz respeito ao acesso à segurança social de forma pelo menos idêntica ao que é reconhecido aos trabalhadores nacionais. Este direito, reconhecido na Carta Social Europeia, assinada em Turim e em vigor desde 26 de Fevereiro de 1966, faz parte de um lote de sete princípios considerados o núcleo essencial da Carta Social Europeia.

De facto, apesar da Carta propor a realização, nos Estados signatários, de dezanove direitos fundamentais, na realidade para que um Estado ratifique a Carta basta que aceite pelo menos dez, dos quais deverão constar cinco direitos de um lote de sete considerados o seu núcleo obrigatório<sup>109</sup>.

Este carácter não obrigatório de todos os seus princípios contribui para que alguns Estados a julgassem pouco ambiciosa. Contudo, convém realçar um aspecto importante: a Carta Social Europeia procura agrupar num único documento disposições do âmbito social até então dispersas por diversas convenções da OIT, conseguindo em alguns aspectos ir mais longe, nomeadamente ao consagrar expressamente o direito à greve, até então não referido em nenhuma Convenção Internacional.

No entanto, se por um lado a Carta constitui um ponto de referência no domínio da Segurança Social Europeia, por outro lado, ela fica muito aquém das Convenções da OIT, na medida em que os seus princípios não se aplicam aos estrangeiros, a não ser que se trate de trabalhadores provenientes de Estados que tenham ratificado a Carta. Nesta matéria as Convenções da OIT conseguem ir mais longe ao estabelecerem normas de protecção aplicáveis ao conjunto dos trabalhadores que se encontrem no país, seja qual for a sua nacionalidade.

Ainda dentro desta área das migrações, outro documento de suprema importância é a Convenção Europeia sobre o Estatuto Jurídico do Trabalhador Migrante adoptada, em 1977, pelo Conselho da Europa. Ao manifestarem, logo no seu preâmbulo, como principal objectivo a realização de *“uma união mais estreita entre os seus membros, a fim de salvaguardar e de promover, no respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais, os ideais e os princípios que constituem o seu património comum”*, os Estados signatários da Convenção assumem como necessidade prioritária

---

<sup>109</sup> Deste conjunto de sete princípios obrigatórios figuram: o direito ao trabalho (art. 1º); o direito sindical; o direito à negociação colectiva, incluindo o direito à greve (art. 6º); o direito à segurança social (art. 12º); o direito à assistência social e médica (art. 13º); o direito à protecção económica e social da família (art. 16º) e, finalmente, o direito dos trabalhadores migrantes e suas famílias à protecção e à assistência (art. 19º).



*“regulamentar a situação jurídica dos trabalhadores migrantes originários dos Estados-membros do Conselho da Europa, com vista a assegurar-lhes em toda a medida do possível um tratamento não menos favorável do que aquele que beneficiam os trabalhadores nacionais do país de acolhimento em tudo o que respeitar às condições de vida e de trabalho”.*

Para o efeito de proteger os trabalhadores estrangeiros de possíveis comportamentos abusivos por parte de terceiros, nomeadamente de entidades empregadoras, o artigo 2º estabelece que sempre que o recrutamento se faça por pedido anónimo, deverá realizar-se por intermédio do órgão policial do país de origem, caso exista, e, se necessário, por intermédio do órgão oficial do país de acolhimento. Se tal for necessário, o nº 2 do artigo 2º dispõe que as despesas administrativas resultantes do recrutamento não deverão ficar a cargo do futuro trabalhador migrante.

Outra disposição importante, contida no artigo 5º, estabelece que antes da sua partida para o país de acolhimento, o trabalhador migrante que tenha obtido um emprego deverá ser portador de um contrato sob a forma escrita, devendo apresentar-se em pelo menos uma das línguas do país de origem e de uma das línguas do país de acolhimento, sempre que o recrutamento tenha sido realizado através de um órgão policial ou de uma agência de colocação oficialmente reconhecida.

Outro aspecto importante prende-se com o dever de fornecer aos candidatos à imigração informação sobre a estadia, condições e possibilidades de reagrupamento do agregado familiar, tipo de emprego, entre outras informações fundamentais para evitar possíveis propagandas enganosas (art. 6º).

Num âmbito de carácter mais social, esta Convenção detém um peso importante por preocupar-se com questões fundamentais, tais como o acolhimento dos trabalhadores migrantes e seus familiares (art. 10º); o direito ao ensino, incluindo a formação escolar, profissional e linguística (art. 14º), bem como o ensino da língua materna em benefício dos filhos dos imigrantes (art. 15º).

Muito mais poder-se-ia retirar desta Convenção, pela abundância e riqueza do seu conteúdo no que toca à defesa dos direitos dos trabalhadores migrantes e seus familiares, mas limitar-nos-emos a concluir que estamos perante um documento que se tem revelado imprescindível na protecção do trabalhador migrante.

Finalmente, não podemos concluir este sub-capítulo sem dedicarmos alguma da nossa atenção à Declaração Universal dos Direitos do Homem. G. D. Pereira considera-a o normativo base para o estudo do direito de estrangeiros por duas ordens de razões: por um lado, porque ela é um *“direito vigente que se impõe a todos os Estados”*, e por outro lado *“porque a nossa Constituição reconhece*

*explicitamente que os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem” (nº 2 do art. 16º) e que “as normas e os preceitos do Direito Internacional geral ou comum fazem parte integrante do direito português” (art. 8º nº 1), sendo que tal estatuto – direito internacional geral ou comum – nenhum autor actualmente lho nega” (in Canotilho, 2000: 201-202).*

Adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 10 de Dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem é constituída por um preâmbulo de trinta artigos que tem servido de fonte de inspiração e modelo no respeito e promoção dos direitos humanos e liberdades fundamentais. Logo no seu art. 1º a Declaração afirma que *“todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Dotados de razão e consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de paternidade”*. Sendo assim, é proibida qualquer *“distinção, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”* (art. 2º), devendo prevalecer acima de tudo o princípio da igualdade entre todos os seres humanos. O respeito por este princípio passa necessariamente pelo reconhecimento e aplicação universal de todos os direitos contemplados na Declaração e se podem dividir em dois sub-grupos: o primeiro referente a todos os direitos civis e políticos referenciados nos art<sup>os</sup>. 4º a 21º, o segundo aos direitos económicos, sociais e culturais reconhecidos nos art<sup>os</sup>. 22º a 27º.

Perante a impossibilidade de contemplar com exaustão todos estes princípios fundamentais, vamos dedicar maior atenção àqueles que julgamos serem de maior interesse para o estudo dos direitos dos estrangeiros. Assim sendo, o art. 23º determina que todo o ser humano tem direito *“ao trabalho, à livre escolha de trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego”* (nº 1); *“a salário igual por trabalho igual”* (nº 2) *“a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme a dignidade humana...”* (nº 3). O repouso e o lazer são também reconhecidos como um direito, acompanhado de *“uma limitação razoável da duração de trabalho e a férias periódicas pagas”* (art. 24º).

No que diz respeito ao direito do trabalho e à forma como ele tem sido desenvolvido em Portugal, são evidentes os avanços ocorridos, sobretudo após o 25 de Abril de 1974, resultado essencialmente, por um lado, da adopção de medidas de prevenção e da resolução de problemas de emprego e, por outro lado, ao maior poder competitivo de Portugal face ao exterior, consequência do próprio progresso económico e tecnológico que se tem assistido nas últimas décadas. Todavia, não

obstante esses progressos consideráveis, e à semelhança daquilo que sucede na maioria dos países industrializados, as taxas de desemprego aumentam, agravando os fenómenos de pobreza já existentes que, por sua vez, arrastam atrás de si problemas de marginalidade e de exclusão social. Era natural que com o aumento da produtividade, e com as sucessivas lutas dos trabalhadores pela defesa dos seus direitos, não fôssemos confrontados no início deste novo milénio com milhares de pessoas sem nenhuma protecção laboral, com trabalhos precários, sem horários laborais pré-definidos, arrastando o trabalhador a conceder à entidade patronal uma disponibilidade quase total da sua força de trabalho.

Não pretendemos com isto subestimar as conquistas alcançadas no decurso da História com a ratificação de diversas Convenções, por um número cada vez maior de Estados empenhados numa Nova Ordem Internacional, mais respeitadora da dignidade humana. Contudo, somos forçados a reconhecer que os estrangeiros que procuram se inserir no mercado de trabalho, continuam a debater-se com problemas que tendem a agravar-se quando vigoram, nos países envolvidos, sistemas legais muito diferentes. A adaptação a um país completamente desconhecido, com uma língua, costumes e hábitos diferentes daqueles que lhes eram habituais, por si só, representa um entrave difícil de ultrapassar, ao mesmo tempo que torna o imigrante num ser fragilizado e, consequentemente, um alvo sensível a todo o tipo de discriminação por parte de entidades patronais destituídas de escrúpulos.

Mas, não podemos imputar apenas a estes últimos o infortúnio ao qual muitos imigrantes estão sujeitos ao saírem do seu país. Na maior parte dos casos são os próprios países de acolhimento que estão dotados de leis de imigração ineficazes para dar soluções eficientes ao elevado número de estrangeiros que recebem anualmente. Perante esta realidade, um dos grandes desafios que se coloca no séc. XXI aos decisores políticos é o de adoptar medidas que permitam uma maior valorização dos recursos humanos, pondo em relevo questões como a remuneração, a empregabilidade e a segurança social, de modo a facilitar a integração das pessoas (nacionais e emigrantes) no mercado de trabalho de forma mais equitativa e justa.

## CAPÍTULO 10

### *Movimentos populacionais no espaço da União Europeia*

#### 10.1. O Acordo de Shengen e a Liberdade de Circulação de Pessoas

*“Europa, sonho futuro!  
Europa, manhã por vir  
Fronteiras sem cães de guarda  
Nações com seu riso franco  
Abertas de par em par”.*

A. C. Monteiro<sup>110</sup>

A concretização e viabilização da livre circulação de pessoas passa pela harmonização das políticas de imigração de cada um dos Estados Europeus. É nesse sentido que neste presente subcapítulo pretendemos analisar e reflectir a forma como esse processo de harmonização se tem desenrolado, tendo como pano de fundo, num primeiro momento, a Convenção da aplicação dos Acordos de Shengen e, num segundo momento, o respectivo enquadramento na ordem jurídica comunitária. Esta será a linha de orientação do texto que se segue.

O art. 8º-A aditado ao TCEE pelo Acto Único Europeu (AUE) estabelece como objectivo primordial a eliminação dos controlos das pessoas nas fronteiras internas da Comunidade Europeia, aceitando por unanimidade essa regra no espaço Schengen.

No início da década de oitenta, o processo de Integração Europeia passava uma fase de certo desencanto. Relativamente à livre circulação de pessoas, consagrada pelo Tratado de Roma que instituiu as Comunidades Europeias como uma das quatro liberdades fundamentais da Comunidade Europeia, permaneciam diversos obstáculos difíceis de superar. É neste ambiente de certa monotonia

---

<sup>110</sup> Cf. J. Pestana, *in* CES, 1995, 66.

que surge a ideia da criação de um grande mercado interno, onde pessoas, mercadorias, serviços e capitais pudessem circular livremente tornou-se a força motora do processo de integração europeia<sup>111</sup>.

Um dos passos mais importantes nesse sentido foi dado em 13 de Julho de 1984, com a assinatura do Acordo de Sarrebruck, celebrado entre a França e a Alemanha, cujo principal objectivo consistia em abolir os controlos nas fronteiras comuns a estes dois países. Quase um ano mais tarde, a 14 de Junho de 1985, a estes dois países vieram juntar-se a Bélgica, o Luxemburgo e a Holanda, ficando a vigorar, a partir de então, o “Acordo de Schengen”, por ter sido assinado na pequena cidade de Schengen, no Luxemburgo<sup>112</sup>.

Apesar de ter como principal objectivo a supressão dos controlos nas fronteiras comuns entre as partes, o Acordo de Schengen contribui simultaneamente para uma maior e melhor cooperação entre os Estados-membros em áreas tão diversas quanto a segurança, as trocas de informações e ainda questões relacionadas com drogas e armas.

De acordo com os princípios do Acordo, na sua primeira parte, as partes comprometem-se, a curto prazo, limitar os seus controlos à simples fiscalização visual dos veículos de passageiros que atravessarem as fronteiras comuns, a velocidade reduzida, evitando a sua paragem mediante a aposição de um disco verde (art. 2º e 3º) e a efectuar os controlos apenas por sondagem, sempre que se trate de circulação de pessoas (art. 2º). Comprometem-se, ainda, a adoptar todas as medidas que considerarem necessárias, para facilitar a circulação dos nacionais dos Estados-membros da Comunidade Europeia

---

<sup>111</sup> A abolição dos obstáculos à livre circulação de pessoas não é um fenómeno recente nem exclusivo da Comunidade Europeia. Já outros Estados se tinham apercebido de benefícios inerentes a um maior integração com os países vizinhos. Foi o que aconteceu, pelo menos, com a Dinamarca, a Noruega, a Suécia, a Finlândia e a Islândia, que formaram a chamada União Nórdica – espaço comum isento de controlos internos. O mesmo aconteceu com os países que compõem o Benelux (Bélgica, Luxemburgo e Holanda), Unidos, formando desde 3 de Fevereiro de 1958, com a assinatura do Tratado da União Económica dos Benelux, uma zona liberta de controlos alfandegários, onde pessoas e mercadorias circulam livremente. Finalmente, uma breve referência ao Reino Unido e à Irlanda que restringir os controlos nas suas fronteiras comuns relativamente à livre circulação de pessoas.

<sup>112</sup> Aos cinco Estados Iniciais juntaram-se, em Novembro de 1990, a Itália; em Junho de 1991, Portugal e Espanha; em 1992, a Grécia; em 1995, a Áustria e em 1996, a Finlândia, a Dinamarca e a Suécia.

residentes juntos às fronteiras comuns, permitindo-lhes passar em pontos de passagem autorizados e das horas de abertura dos postos de controlo (art. 6º). Os Estado deverão se esforçar no sentido de harmonizar as disposições à aplicação de procedimento relativos à emissão de procedimentos relativos à emissão de vistos e à admissão de pessoas no território, através a implementação de medidas contra a imigração ilegal e actividades susceptíveis de prejudicar a segurança nacional (art. 7º).

A segunda parte diz respeito às medidas mais importantes aplicáveis a longo prazo. Segundo o art. 17º, as partes comprometem-se a eliminar os controlos nas fronteiras internas e transferi-los para as fronteiras externas. Deverão, ainda, adoptar medidas complementares, com vista à salvaguarda da segurança dos cidadãos dos Estados Partes.

Comprometem-se, ainda, a celebrar acordos, nos domínios da cooperação policial (art. 18º), e em matéria de estupefacientes, armas, explosivos e em matéria de vistos (art. 19º e 20º).

No entanto, a falta de um instrumento jurídico internacional que vinculasse as partes levou, a que nos cinco seguintes à assinatura do Acordo, fossem realizadas sucessivas negociações, que culminaram com a assinatura, em 19 de Junho de 1990, da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen. Da aplicação desta Convenção pretende-se, por um lado, uma troca de informações através do recurso ao Sistema de Informações Schengen<sup>113</sup>, e, por outro lado, só no caso de se justificar, a perseguição transfronteiriça de criminosos.

Consta, entre os objectivos prioritários desta Convenção de Aplicação, a supressão progressiva dos controlos nas fronteiras internas e o consequente reforço dos controlos nas fronteiras externas. A

---

<sup>113</sup> O Sistema de Informações Schengen consiste num ficheiro informatizado, no qual estão inscritos os dados pessoais, veículos e objectos, e ao qual todas as partes contratantes tem livre acesso, no sentido de permitir uma maior coordenação do conjunto das acções policiais. Contudo a consulta directa desses dados só é permitida às entidades competentes para o exercício dos controlos fronteiriços, bem como para outras verificações de polícia e aduaneiras, realizadas no interior do país.

Está ainda previsto o acesso e a consulta directa desses dados às entidades competentes para a emissão de vistos e de títulos de residência, assim como, às entidades centrais competentes para a análise desses mesmos pedidos e encargos da administração de estrangeiros (art. 101º). Com o uso deste sistema pretende-se por um lado, preservar a ordem e segurança públicas, bem como a segurança do estado, e, por outro lado, garantir a aplicação das disposições da Convenção sobre circulação das pessoas nos territórios das Partes Contratantes (art. 93º).

concretização deste objectivo, contudo, exige uma cooperação e participação activa das forças policiais<sup>114</sup>, com vista a evitar situações de irregularidade, nomeadamente relacionadas com o tráfico de drogas, a imigração ilegal.

Essa actuação deverá ser realizada seguindo duas principais orientações :

- i) O controlo deverá ocorrer nos postos de passagem autorizados, tendo como base de apoio, para além dos meios adequados, um manual comum e o Serviço de Informações Schengen;
- ii) Deverá haver uma vigilância da zona localizada entre os postos fronteiriços, através dos meios móveis adequados.

Com o intuito de minimizar o risco iminente de um afluxo de imigrantes ilegais no espaço Schengen, a Convenção obriga os Estados Partes a introduzir, no seu ordenamento jurídico, normas que responsabilizem as companhias transportadoras de passageiros cuja entrada lhes seja recusada, e a aplicação de sanções contra quem fomenta ou tente fomentar a imigração ilegal com fins lucrativos (art. 26º e 27º).

A Convenção de Aplicação faz referência a vistos de curta duração e longa duração. Enquanto o primeiro, tem uma validade de três meses e tem como finalidade a criação de um visto uniforme válido para o território de todos os Estados Partes da Convenção (art. 10º), o segundo é emitido por um país, em conformidade com a sua legislação nacional (art. 18º).

Relativamente aos nacionais provenientes de Estados terceiros que pretendem entrar e permanecer no território Schengen por um período de tempo não superior a três meses, deverão preencher determinados requisitos, a saber:

---

<sup>114</sup> O controlo das fronteiras externas deve ser efectuado pelas autoridades nacionais a cuja as respectivas fronteiras pertencem, devendo, contudo, esse controlo ser feito tendo como base os princípios que são exigidos, em igualdade de circunstâncias, aos restantes Estados Partes, respeitando sempre os interesses de todos.

No âmbito dessa cooperação policial, os serviços de polícia deverão prestar-se assistência reciprocamente, quer a nível da prevenção, como a nível da investigação de factos puníveis, podendo as informações escritas ser utilizadas pela parte requerente para efeitos de obtenção de prova dos factos incriminados, desde que as autoridades judiciais da parte requerida assim o autorizem (art. 39º).

---

*Imigrantes: uma nova face da sociedade portuguesa. Um estudo de caso no concelho de Barcelos*

- i) apresentarem um (ou mais) documentos válidos que lhe permitam a passagem na fronteira;
- ii) no caso de lhes ser exigido, serem titulares de um visto válido;
- iii) Apresentarem um documento que justifique o motivo da sua estada;
- iv) Dispirem de meios de subsistência suficientes;
- v) Não estarem indicados para efeitos de não admissão;
- vi) Não serem considerados um perigo para a ordem pública, a segurança nacional das relações internacionais de alguma das partes contratantes.

Todos os estrangeiros que possuem um visto uniforme ou, até a sua instituição, possuem um visto emitido por uma das partes contratantes e que tenham entrado regularmente, poderão circular em todo o território do espaço Schengen, enquanto esse visto estiver válido (art. 9º). Este regime aplica-se, de igual forma, aos estrangeiros a quem não foi exigido a apresentação de visto, embora neste caso concreto, deverão informar as autoridades competentes, da sua entrada no prazo máximo de três dias a contar do momento da entrada no território. Todavia, a partir do momento em que o estrangeiro já não preenche as condições da estada, deverá automaticamente abandonar o território, correndo o risco de, se não o fizer, ser expulsos (art. 23º).

Antes de terminarmos esta análise torna-se pertinente referir que o direito comunitário em vigor, bem como as disposições que forem aprovadas futuramente prevalecem sobre a Convenção de Aplicação não podendo ser violadas por esta. Para além disso, de acordo com o art. 136º, sempre que um Estado Parte pretende encetar negociações respeitante aos controlos fronteiriços com um Estado terceiro, tem o dever de informar as restantes partes desse facto. Finalmente, sempre que sejam concluídos entre os Estados-membros da Comunidade Europeia acordos com vista à realização de um espaço sem fronteiras internas, deverá se proceder a alteração ou substituição das disposições da Convenção Schengen, sempre em harmonia com a legislação comunitária (art. 142º).

A eliminação do controlo nas fronteiras internas implica, sem sombra de dúvidas, um reforço eficaz do controlo nas fronteiras externas da União Europeia, que passa, inevitavelmente, pela cooperação entre os Estados-membros em domínios tão complexos como a criminalidade, o tráfico de estupefacientes e de pessoas e as redes de imigração ilegal. Tratam-se, na realidade de problemas com



projecto internacional, perante os quais a acção isolada de um Estado, ainda que extremamente eficiente, seria insignificante e não surtiria qualquer efeito. Estamos a falar de redes extremamente bem organizadas que encaram o espaço Schengen como um paraíso na Terra para o prosseguimento das suas acções ilícitas, promotoras de atentados à segurança e ordem públicas. Enquanto estas redes puderem funcionar livremente, ninguém terá a sua segurança garantida. Sabemos perfeitamente que o êxito do Espaço Schengen passa obrigatoriamente por uma vigilância extremamente rigorosa de todas as suas fronteiras externas, terrestres e marítimas. No entanto, o aumento crescente do clima de insegurança em geral leva-nos a questionar quanto à eficácia das medidas e dos meios postos em prática para a concretização das mesmas.

Portugal, com cerca de 800 Kms de costa, é um exemplo de como o empenho técnico e financeiro exigido com vista a segurança de todo o espaço Schengen varia consoante as suas condicionalidades geográficas. Longe de duvidar das competências humanas dos responsáveis pelos organismos competentes nesta área, somos levados a nos questionar se Portugal está efectivamente preparado para suportar tão grande responsabilidade.

No decorrer de quase cinquenta anos de integração europeia, o direito comunitário foi evoluindo com o intuito de conceder aos cidadãos europeus novas oportunidades e novos direitos em igualdade de circunstâncias, numa Europa que se pretendia ser a “Europa dos Cidadãos”. Para a realização deste projecto ambicioso a eliminação total dos controlos à circulação de pessoas sempre foi um facto adquirido. No entanto, as exigências impostas aos Estados-membros da Comunidade Europeia relativamente à aproximação das legislações internas, nomeadamente sobre o estatuto dos nacionais de países terceiros, sobre o direito de asilo e o estatuto de refugiado, e a harmonização da políticas nacionais em matérias de vistos e extradição, nem sempre foram aceites sem reticências, devido ao carácter delicado destas questões e ao receio da perda das suas prerrogativas soberanas. Já tivemos oportunidade de referenciar que a livre circulação de nacionais de Estados-membros no espaço comunitário já se encontrava regulamentada há muito, no entanto a necessidade de convergir os esforços nacionais num mesmo sentido conduziu a novas reformulações na redacção do artigo 8º-A aditado ao TCEE, pelo AUE. Este artigo tinha como objectivo primordial a eliminação dos controlos das pessoas nas fronteiras internas da Comunidade Europeia. Com efeito, segundo este artigo “a Comunidade adoptará as medidas destinadas a estabelecer progressivamente o mercado interno

*durante um período que termina em 31 de Dezembro de 1992... o mercado interno compreende um espaço sem fronteiras internas no qual a livre circulação de mercadorias, das pessoas, dos serviços e dos capitais é assegurada de acordo com as disposições do presente Tratado*". Contudo, as alterações verificadas no âmbito da livre circulação dos cidadãos nacionais dos Estados-membros das Comunidades Europeias, essencialmente definidas no Título III do Tratado dizem sobretudo respeito aos trabalhadores. De qualquer modo devemos reconhecer que todos os progressos em termos de segurança social, de liberdade de estabelecimento, dos direitos dos trabalhadores, facilitaram a desvinculação da livre circulação relativa à obrigatoriedade do desempenho laboral. De facto, foi preciso que o Tratado da União Europeia afirmasse a cidadania europeia para que o exercício de uma actividade económica deixasse de ser considerada uma condição imprescindível para a atribuição de autorização de residência, passando qualquer cidadão nacional de um Estado-membro da União Europeia a beneficiar desse direito. No entanto, relativamente aos aspectos da política de imigração as únicas matérias dependentes do "primeiro pilar" do TUE dizem essencialmente respeito à elaboração de uma lista cujos cidadãos necessitam de um visto para concretizar a passagem das fronteiras exteriores da União Europeia, à exigência de um formato uniforme para os referidos documentos e a possibilidade de tornar estes obrigatórios provisoriamente em relação a países em situação de emergência (artigo 100º-C do TCEE, tal como inserido no artigo G ponto 23 do TUE). Fora estas excepções, apesar de alguns progressos, os Estados-membros mostram-se reticentes às propostas do Parlamento Europeu no sentido de transferir a regulação das questões de asilo e emigração enquadradas então no "terceiro pilar" (relativo à cooperação nos domínios da justiça e dos assuntos internos), para o "primeiro pilar", da esfera comunitária evidenciando claramente a postura intergovernamental dos Estados-membros.

No entanto, nas vésperas da redacção do Tratado de Amesterdão, que viria a substituir o TUE, ante os Estados-membros (exceptuando o Reino Unido), as instituições europeias manifestaram perante a fraca operacionalidade de Shengen e Dublin (sobre o qual nos debruçaremos no capítulo subsequente), uma clara intencionalidade de transferir as matérias da política de asilo e emigração para o "primeiro pilar". Este espírito de mudança esteve bem presente do decurso da Conferência Intergovernamental e reflectiu-se na redacção do Tratado de Amesterdão. No cômputo geral as alterações mais significativas dizem respeito ao desmembramento do "terceiro pilar" em três partes:

- “um novo título relativo à livre circulação de pessoas, ao asilo e imigração, o qual reúne todas as disposições referentes à livre circulação de pessoas no âmbito comunitário;
- a integração de Shengen, constituindo uma segunda fatia e governado por um «regime específico» constante de um protocolo que, em casos de bloqueio, prevê o «funcionamento a treze»;
- por último, uma série de medidas visando reforçar o que resta do terceiro pilar, isto é, no domínio da cooperação policial e judiciária em matéria penal” (Pires, 1998: 129).

De acordo com o conteúdo deste novo texto, são visíveis alguns avanços no sentido de um maior envolvimento das instituições comunitárias, designadamente do Parlamento Europeu, da Comissão e do Tribunal de Justiça. Relativamente à Instituição referida em último, as mudanças passam essencialmente por um maior poder de controlo e responsabilização em questões de imigração e de asilo. No entanto, esperava-se muito mais de umas negociações que fossem definidas mudanças radicais. A contrariar esta expectativa, está a prevalência da exigência do voto por unanimidade em matérias de política de asilo e de imigração. Isto só prova que, mais uma vez os ideais soberanos dos Estados-membros prevalecem sobre os valores de cidadania e segurança europeias. Foi necessário esperar pela redacção do novo texto – Tratado de Nice – para que esta questão fosse merecedora da atenção das partes intervenientes. De facto, o Tratado de Nice alarga o âmbito do processo de decisão por maioria qualificada das disposições do Título IV do TCEE, relativo **à política de asilo e imigração**. Em consonância com o exposto, passamos a citar:

- nº 2, alínea a), do artigo 62º do Tratado CE: (controlo nas fronteiras externas): após acordo sobre o âmbito de aplicação destas medidas (declaração da Conferência) (*co-decisão*);
- nº 3 do artigo 62º do Tratado CE: (circulação dos nacionais dos Estados terceiros sujeitos à apresentação de visto): em 2004 (declaração da Conferência) (*co-decisão*);
- nº 1 do artigo 63º do Tratado CE: (política de asilo): após adopção de um quadro comunitário (*co-decisão*);
- nº 2 do artigo 63º do Tratado CE: (pessoas sob protecção temporária): após adopção de um quadro comunitário (*co-decisão*);

- nº 3, alínea b), do artigo 63º do Tratado CE: (imigração clandestina): em 2004 (declaração da Conferência) (*co-decisão*) .

Do acima exposto concluímos que, apesar das alterações introduzidas pelo Tratado de Nice serem evidentes, não são significativas na medida em que a conferência intergovernamental acordou um período de transição para a passagem para a maioria qualificada (previsto para 1 de Maio de 2004). Por outro lado, este processo de decisão não incide sobre elementos essenciais destas políticas, como a “*repartição equilibrada do esforço*” (nº 2, alínea b), do artigo 63º) ou às condições de entrada e de residência dos nacionais de países terceiros (nº 3, alínea a), do artigo 63º).

O Tratado de Nice é, assim, sinónimo de algum progresso, embora não tão significativo quanto o desejado e esperado pelos defensores de uma Europa, acima de tudo, segura. É de lamentar, desde logo, a permanência das exigências do processo de unanimidade em questões tão importantes como as condições de entrada e de residência dos estrangeiros no espaço “protegido”, se assim pode ser chamado. Já percebemos que, a passagem para a maioria qualificada será feita progressivamente. Só nos resta esperar este período de transição não seja demasiado longo a ponto de atrasar o processo de criação de uma União cada vez mais estreita entre os povos europeus.

## 10.2. O Direito e a Política de Asilo na União Europeia

*“É preciso sobretudo impor a consciência de que o direito de asilo é a melhor pedra de toque ou a prova dos nove da pretendida exemplaridade europeia na defesa dos direitos fundamentais perante o mundo”.*

F. L. Pires<sup>115</sup>

Portugal não é tradicionalmente um país de refúgio daqueles estrangeiros que carecem de ajuda e protecção. No entanto, enquanto membro da União Europeia tem obrigações especiais, não só para com os cidadãos comunitários, mas também para os estrangeiros provenientes de países de língua oficial portuguesa, com quem Portugal mantém, desde séculos, uma profunda ligação em diversos níveis, mas sobretudo humanístico. É nesse sentido que qualquer sentimento de rejeição de natureza racista em relação a pessoas que não pertencem às nossas origens deve ser totalmente banida, sob pena de pormos em causa o princípio da dignidade da pessoa humana a que todos temos direito.

O regime jurídico de Asilo e Refugiados vem previsto na Lei nº 15/98, de 26 de Março (Anexo 13). Nos termos do seu artigo 1º, nº 1, *“é garantido o direito de asilo aos estrangeiros e aos apátridas perseguidos ou gravemente ameaçados de perseguição em consequência de actividade exercida no Estado da sua nacionalidade ou da sua residência habitual em favor da democracia, da libertação social e nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana”.*

O direito de asilo é ainda concedido a todos aqueles que *“receando com fundamento ser perseguidos em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, opiniões políticas ou integração em certo grupo social, não possam ou, em virtude desse receio, não queiram voltar ao Estado da sua nacionalidade ou da sua residência habitual”* (artigo 1º, nº2).

Esta Convenção é o resultado de longas negociações realizadas no âmbito intergovernamental, e demonstra bem o desejo das partes contratantes em garantir a existência de um espaço onde seja assegurada uma livre circulação das pessoas de acordo como disposto no Tratado Comunitário.

---

<sup>115</sup> Pires, 1998: 131.

Pode-se afirmar que as deslocações de pessoas pelos motivos supra referidos não constituem um problema recente. Todos os conflitos armados ocorridos ao longo da história universal testemunharam perseguições e maus tratos a milhares de pessoas por razões infundadas. Num passado mais recente, e mais próximo da Europa Comunitária, temos desde logo o exemplo trágico da II Guerra Mundial. Foi neste contexto que começaram a surgir organizações destinadas, essencialmente, a proporcionar uma protecção legal aos refugiados. Tal foi o caso da Organização Internacional para os refugiados, criada a seguir à II Guerra Mundial, e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, instituído em 1 de Janeiro de 1951, sendo também conhecido por ACNUR. Na sequência desta preocupação crescente pelos problemas inerentes à condição de refugiado os Estados-membros reuniram os seus esforços no sentido da criação de um projecto ambicioso que tomasse em linha de conta as questões da segurança num espaço em que a liberdade de circulação seria a palavra chave. Deste esforço resultou o mercado interno.

Este mercado representa um dos fundamentos essenciais da União Europeia e a grande esperança do relançamento da dinâmica europeia, após um período de grande pessimismo em toda a Europa. O AUE, em vigor desde 1 de Julho de 1987, previa no seu artigo 100º-A as medidas com vista ao estabelecimento desse mercado, cuja data de entrada em vigor estava prevista até 31 de Dezembro de 1992. Com a implementação do mercado interno pretendia-se basicamente um espaço sem fronteiras internas, no qual mercadorias, pessoas, serviços e capitais pudessem circular livremente.

Partindo deste pressuposto, foi assinado em 15 de Junho de 1990, a Convenção sobre a Determinação do Estado Responsável pela Análise de um Pedido de Asilo Apresentado num Estado-membro das Comunidades Europeias, conhecida também por Convenção de Dublin<sup>116</sup>.

Tendo como objectivo garantir a análise de qualquer pedido de asilo apresentado por um cidadão não- comunitário num Estado-membro da União Europeia, a Convenção de Dublin prevê que o referido pedido seja analisado por um único Estado-membro, a determinar de harmonia com os critérios previstos na Convenção (artigo 3º, nº 1 e 2).

Há portanto, aqui a preocupação de incumbir a responsabilidade da análise de um pedido de asilo a um país desencorajando assim os pedidos de asilo múltiplo. A determinação do Estado responsável pela análise do pedido de asilo deve respeitar os critérios previstos nos artigos 4º a 8º da

---

<sup>116</sup> De acordo com o artigo 142º da convenção Shengen até à entrada em vigor da Convenção de Dublin, as matérias relacionadas com o asilo seriam reguladas nos artigos 28º a 38º da Convenção.

Convenção, devendo ser aplicado segundo a ordem em que se apresentam (artigo 3º, nº 2). Sendo assim, de acordo com as disposições da Convenção, tem responsabilidade pela análise do pedido, o Estado-membro:

- em cujo território residir um membro da família do requerente de asilo, desde que beneficie, no referido Estado, da qualidade de refugiado (artigo 4º);
- que tiver emitido um título de residência ou um visto a favor do requerente de asilo (artigo 5º);
- por cuja fronteira o requerente de asilo tenha entrado irregularmente no território da Comunidade (artigo 6º);
- responsável pelo controlo da entrada do requerente de asilo no território da Comunidade (artigo 7º).

Na eventualidade do Estado-membro, responsável pela análise do pedido de asilo, não puder ser designado com base nos critérios enumerados pela Convenção, será responsável pela análise o primeiro Estado-membro ao qual o pedido de asilo tiver sido apresentado (artigo 8º).

Do acima exposto, somos levados a concluir que, em princípio, o Estado que terá a obrigação de examinar o pedido será aquele que tiver mais responsabilidade pela presença do respectivo requerente, no espaço de Schengen. De facto, exceptuando os artigos 4º e 8º, todos os outros critérios assentam na responsabilidade do Estado que permitiu a entrada e permanência no território Schengen.

Uma vez determinado o responsável pelo exame do pedido de asilo, é reconhecido ao respectivo Estado-membro o direito de analisá-lo “*em conformidade com a sua legislação nacional as suas obrigações internacionais*” (artigo 3º, nº 3). Por outro lado, os Estados tem obrigação de trocar entre si informações respeitantes às disposições ou práticas nacionais em matéria de asilo (artigo 14º, nº 1), bem como informações de carácter geral sobre novas tendências nesta matéria e, ainda, respeitante à situação nos países de origem ou de proveniência dos requerentes de asilo (artigo 14º, nº 2)<sup>117</sup>.

Outro princípio a ter em conta vem previsto no artigo 2º, nº 2, segundo o qual “*os Estados-membros reiteram as obrigações assumidas nos termos da Convenção de Genebra, com a redacção*

---

<sup>117</sup> Na análise de qualquer pedido de asilo é imprescindível que o Estado responsável pela análise do pedido tenha informações quanto às condições que se verificam no país de origem ou de proveniência do requerente, de modo a facilitar a compreensão e avaliação do pedido.

*que lhe foi dada pelo Protocolo de Nova Iorque, sem qualquer restrição geográfica do âmbito de aplicação desses instrumentos e o seu empenho em cooperar com os serviços do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados no que se refere à aplicação desses instrumentos” (artigo 2º). A importância dada ao cumprimento pelos Estados-membros das disposições internacionais está bem patente no preâmbulo da Convenção de Dublin onde as altas partes contratantes afirmam estar decididos “por fidelidade à sua tradição humanitária comum, a assegurar aos refugiados uma protecção adequada, em conformidade com as disposições da Convenção de Genebra, de 28 de Julho de 1951, com a redacção que lhe foi dada pelo protocolo de Nova Iorque, de 31 de Janeiro de 1967”.*

Apesar do empenho das partes contratantes em proceder a uma harmonização das políticas de asilo dos respectivos Estados-membros das Convenções de Shengen e Dublin, na realidade as questões de asilo continuam a estar sob a alçada dos Estados, sendo as decisões, nessa matéria, tomadas individualmente, ou no âmbito da cooperação intergovernamental. Este procedimento reduz substancialmente a capacidade do conjunto das disposições da Convenção na resolução de determinadas questões, designadamente do crescente número de pedidos de asilo manifestamente infundados. De facto, começou a verificar-se, na maioria dos Estados-membros, um maior número de requerentes de asilo à procura de melhores condições de vida. Apesar de estar previsto a atribuição do direito de asilo por motivos económicos, houve quem considerasse tratar-se de uma utilização indevida do direito na medida em que se tratava de uma forma de contornar as leis de imigração.

Como forma de superar este problema, os Estados-membros procuraram harmonizar as suas posições respeitantes aos pedidos de asilo manifestamente infundados. Um dos procedimentos adoptados consiste em sujeitar estes pedidos a um processo acelerado (regulado pela legislação nacional), evitando, desse modo, que o requerente (no caso de pedido infundado) se aproveite do tempo prolongado de análise do seu processo para evitar de ser expulso.

Enquanto guardiã dos tratados e observadora, a Comissão tem procurado, no âmbito das suas competências, contribuir para a harmonização das políticas nestes domínios. “Na sua comunicação de 1994 ao Parlamento Europeu e ao Conselho, a mesma Comissão fazia uma clara distinção entre a política de imigração, no âmbito da qual seria necessário actuar de uma maneira restritiva e preventiva, e a política em relação aos refugiados, a propósito da qual se destaca, no essencial, ser



*impossível reduzir o número de refugiados que os Estados-membros devem acolher”* (Pires, 1998: 109).

O Tratado de Amesterdão, assinado a 2 de Outubro de 1997, é sinónimo de alguns desses esforços levados a cabo quer pelas instâncias comunitárias, quer pelos Estados-membros, na medida em que se verifica a comunitarização de algumas matérias de conteúdo importante, tais como as da determinação do Estado responsável pela análise do pedido de asilo, a concessão do estatuto de refugiado a nacionais de países terceiros e os procedimentos a adoptar pelos Estados-membros para conceder ou retirar o estatuto de refugiado. Ainda relativamente a esta matéria, foi inserido pelo Tratado de Amesterdão um “Protocolo sobre Asilo a Nacionais dos Estados-membros da União Europeia”. De acordo com o seu conteúdo, os pedidos de asilo de cidadãos da União Europeia não têm, em princípio, qualquer fundamento, uma vez que, sendo nacionais de um Estado-membro, não recaem sobre o seu país sentimentos de desconfiança.

Dito isto, somos levados a reconhecer que as alterações introduzidas pelo Tratado de Amesterdão não são de modo algum insignificantes. No entanto, a passagem do processo de votação por unanimidade para a maioria qualificada em matérias de asilo só viria a ter algum reflexo com a assinatura do Tratado de Nice, como já tivemos oportunidade de referir no capítulo anterior, ao referenciar o tratamento dado à política de imigração. No cômputo geral, analisando a evolução da política de asilo e de imigração somos levados a reconhecer que houve realmente um progresso importante, embora de certo modo demasiado moroso. É naturalmente fácil compreender por que é que para o cidadão comum a liberdade de circulação é uma das características mais visíveis e aquela que mais o preocupa, enquanto cidadão. Liberdade sem segurança, não pode ser considerada como tal, nem é isso que nós esperamos do mercado interno. De acordo com a própria definição adiantada no AUE, o mercado interno é um espaço onde deve ser garantida a livre circulação em condições de segurança. Sem o respeito integral por estes valores não poderemos falar em livre circulação, uma vez que, a nosso ver, este princípio pressupõe liberdade, não só em termos físicos, mas também pela ausência de obstáculos alfandegários. Só nos resta não perder a esperança e confiar em todos aqueles que acreditam e se esforçam para que a União Europeia, e quiçá a médio prazo a Europa no seu todo, se transforme numa grande casa, na qual todos possam viver harmoniosamente e se respeitar mutuamente.

## II – Conclusão

A sociedade barcelense está a atravessar um período de grandes mutações sócio-económicas. A cidade semi-urbana de umas décadas atrás transformou-se num dos lugares de destino de estrangeiros de diversas proveniências que saem do seu país com muitos receios daquilo que o futuro lhes reserva, mas ao mesmo tempo com o pensamento repleto de projectos à espera de serem concretizados.

Como já tivemos oportunidade de referir logo no início do nosso trabalho, a razão que mais influenciou a escolha destas duas comunidades de imigrantes, como suporte de estudo, consistiu nas diferenças que logo à primeira vista apresentam e que têm especialmente a ver com o seu passado histórico, as suas proveniências geográficas, com o período em que ocorreram as suas deslocações para Portugal, e ainda, com os seus traços culturais. Contudo, apesar de todas estas diferenças que aparentemente as possam separar, a partilha de alguns problemas relativos à sua inserção na sociedade de acolhimento permite-nos, em situações específicas, assemelhá-las embora tudo nos leva a concluir que são mais as diferenças que as separam do que as semelhanças que as unem.

A existência no concelho de imigrantes oriundos dos Palop já não representa novidade para nenhum residente barcelense. Embora alguns tenham chegado ao concelho há relativamente poucos anos, a maioria deles deslocaram-se para cá ainda antes de ter sido concluído o processo de descolonização, ou então durante a década de oitenta. Trata-se de uma comunidade de imigrantes com alguma representatividade, embora possa não parecer, devido à sua distribuição dispersa em termos habitacionais. Por outro lado, não é muito frequente ver os africanos movimentarem-se em grupo (exceptuando as classes mais jovens, embora mesmo neste caso os agrupamentos não ultrapassem os três indivíduos), contrariamente àquilo que acontece com os de Leste. A explicação para esta diferenciação de comportamentos é compreensível. Enquanto os africanos, residentes no concelho há bastante tempo, não sentem grandes dificuldades de comunicação e estão familiarizados com o estilo de vida português, os imigrantes de Leste sentem-se de certa forma deslocados numa sociedade da qual ainda pouco sabem. Esta estranheza perante tudo aquilo que os rodeia, associada ao desconhecimento da língua, gera um sentimento de insegurança que só conseguem superar em grupo. Este sentimento manifesta-se nos mais diversos lugares (no emprego, no supermercado, no centro de saúde) e sob diversas formas (receio de não saber o que fazer confrontado com um determinado problema, o medo

de perder o emprego, a dúvida permanente de não ser bem compreendido ou, ainda, o receio de rejeição). Esta insegurança, minimizada por uns e omitida por outros, só deixará de existir definitivamente quando o imigrante se sentir familiarizado com tudo aquilo que o rodeia. Até lá, só no espaço confinado ao seu alojamento, na companhia de amigos e familiares, conseguirá libertar-se dela, ainda que temporariamente.

Assim sendo, é fácil compreender o significado do grupo para o imigrante de Leste: para aquele que está separado de sua família por quilómetros de distância, o grupo representa a bóia de salvação para ajudá-lo a ultrapassar os obstáculos (que por sinal não são poucos). Para o imigrante que está acompanhado de sua família, a situação é menos dura, mas nem por isso a presença do grupo é dispensada. Quanto maior for o número de compatriotas, maior será também a transmissão de bem-estar e de proximidade às origens.

Não obstante a importância que estes agrupamentos revestem para o imigrante de leste, é imprescindível que o indivíduo invista numa gradual inserção na sociedade de acolhimento de modo a conhecer os seus membros e, ao mesmo tempo, permitir que o conheçam. No nosso entender é aqui que reside um dos factores responsáveis pelo sucesso ou fracasso do processo de inserção: na manifestação de interesse, por parte do imigrante, em participar na eterna formação cultural a que qualquer sociedade, em contacto com outras culturas, está sujeita. Da nossa parte, enquanto cidadãos do país de acolhimento devemos manifestarmo-nos receptíveis à assimilação de elementos característicos de outras culturas, sob pena de, se tal não acontecer, estarmos a contribuir para a sobre-valorização de uma cultura em detrimento de outra. Dito por outras palavras, devemos procurar aceitar as diferenças culturais e harmonizar as relações sociais de forma a facilitar a estadia dos imigrantes, seja ela breve ou longa.

A este respeito convém lembrar que a maioria dos imigrantes de Leste confessarem alimentar o sonho de um dia regressar ao seu país de origem, numa situação económica privilegiada e ainda em plena idade activa para se estabelecer profissionalmente. Apesar desta ser a opinião que actualmente manifestam, na nossa opinião não serão muitos os imigrantes que levarão adiante este seu objectivo de vida. O que nos leva a tirar essa ilação tem, essencialmente, a ver com o interesse que quase todos eles (os que têm filhos) nos manifestaram de, a curto prazo, juntar a família em Portugal. Ora, se tal se verificar é muito provável que, depois de estar inserida na sociedade portuguesa, a geração mais jovem

não manifeste grande interesse em abandonar tudo aquilo que adquiriu no nosso país. Estamos a referir-nos, sobretudo, aos laços de amizade estabelecidos, quer entre compatriotas, quer com a população nacional, eventualmente não existentes no país de origem (pelo menos com a mesma dimensão que assumem no país de acolhimento), o que nos parece compreensível tendo em linha de conta que, supostamente, o único contacto pessoal mantido com os residentes do país de origem ocorrerá esporadicamente uma vez por ano e, certamente, durante o período de férias.

Esta nossa opinião não se aplica, contudo, a todos os imigrantes. Haverá concerteza aqueles que conseguirão levar a bom porto os seus ideais iniciais. No entanto, pensamos que estes façam parte do grupo de imigrantes que optaram, voluntariamente ou por força das circunstâncias, em não trazer os membros da sua família mais próxima para junto de si durante o período de estadia em Portugal.

Regressando brevemente aos imigrantes que possivelmente optarão por residir definitivamente em Portugal, consideramos que a escola, enquanto transmissora de conhecimentos poderá ter um papel fulcral no processo de inserção das comunidades de imigrantes. Tivemos oportunidade em capítulo próprio de manifestar a nossa opinião quanto à necessidade de uma maior sensibilização por parte de alguns educadores (felizmente não todos) para as dificuldades de aprendizagem de alguns filhos de imigrantes. No nosso entender, um melhor acompanhamento das reais dificuldades da criança imigrante poderá ser uma das soluções viáveis para evitar que esses jovens se sintam deslocados entre dois universos culturais, não sabendo ao certo, ao qual pertencem. Mais uma vez, em consonância com o acima exposto, o diálogo entre comunidades aparece como uma das soluções aos problemas de inserção, podendo, através do recurso a ele, evitar situações de confronto.

Por aquilo que nos fomos apercebendo, os conflitos no concelho, entre a população nacional e estrangeira, não são frequentes. No entanto, notamos em alguns imigrantes um sentimento de descontentamento perante atitudes discriminatórias de que já foram alvo, nomeadamente no local de trabalho. Retiramos essa conclusão quer de alguns relatos de imigrantes de ambas as comunidades, quer das respostas dadas a determinadas perguntas do inquérito. Neste sentido, somos levados a considerar que, embora haja uma ausência de conflitos raciais no concelho em termos de confrontos físicos, a existência de atitudes discriminatórias camufladas sob outros tipos de comportamentos é uma realidade. Neste contexto, não podemos deixar de nos questionar sobre as causas que poderão levar algumas pessoas a não aceitarem a presença de imigrantes. A ocupação de postos de trabalho pela mão-

de-obra estrangeira, anteriormente ocupados por trabalhadores nacionais não serve de justificação para esta atitude, na medida em que os imigrantes em estudo não concorrem a empregos qualificados (os mais apetecidos pelos cidadãos nacionais), ocupando, a grande maioria deles, os empregos mais desqualificados e pior remunerados e, portanto, os menos procurados pelos portugueses. Mesmo em relação aos imigrantes de leste, cujo nível profissional é considerável, este receio não se justifica. Aliás, a este respeito, temos dificuldade em entender porque será que os empregadores, designadamente do sector têxtil, onde se encontram bastantes imigrantes empregados, não aproveitam melhor os conhecimentos destas pessoas e a sua facilidade de aprendizagem em proveito da sua empresa, atribuindo-lhes por exemplo, cargos de chefia em determinados sectores de produção. Ficariam, assim, os trabalhos de menor responsabilidade para aqueles que não tivessem tantos conhecimentos, ou ainda, para aqueles que não tivessem pretensão de ascender profissionalmente.

Infelizmente, temos conhecimento de poucos imigrantes que se sintam realizados profissionalmente. Exceptuando um ou outro caso que ocupam cargos de relevo, a maioria dos imigrantes destas comunidades, do sexo masculino, está distribuída pelo sector da construção civil e pelo sector têxtil, enquanto as mulheres concentram-se mais em pequenas confecções e em empresas prestadoras de serviços de limpeza. Respeitante aos imigrantes de leste importa lembrar que durante o decurso da nossa investigação no terreno, período em que contactamos permanentemente com a população imigrante, verificamos que num curto espaço de tempo uma parte significativa dos imigrantes do sexo masculino mudaram de emprego com alguma frequência, embora permanecendo sempre no concelho de Barcelos. Essa relativa instabilidade traduz, um sentimento de insatisfação perante o emprego e o baixa salário, agravado pelo seu estado emocional conturbado pela ausência da família.

Numa última reflexão gostaríamos de frisar mais uma vez a importância que reveste a problemática da inserção dos imigrantes na nova sociedade. No caso concreto de Barcelos, e de acordo com tudo aquilo que foi dito, julgamos estar perante uma atitude de acomodação manifestada por ambas as comunidades (imigrantes/nacionais). Este comportamento é tangível no relacionamento pouco comunicativo estabelecido entre empregador e empregado (enquanto imigrante); na fraca convivência entre imigrantes e nacionais; na opinião partilhada pela maioria dos imigrantes africanos e de leste inquiridos, em como a discriminação é exercida por todo o lado.

Obviamente sabemos que o processo de inserção, quer para os imigrantes quer para os nacionais, exige um grande empenho de ambas as partes, sobretudo quando falamos em pessoas cujos contrastes culturais são visíveis. No entanto, consideramos que em relação aos imigrantes as dificuldades são acrescidas. O facto de muitas vezes sofrerem de carências sócio-económicas posiciona-os à partida num lugar desfavorecido. É nesse sentido que, enquanto membros da sociedade receptora, temos o dever de tentar identificar e compreender as situações de injustiça e desigualdade relativamente ao contacto entre as diversas comunidades, e adoptar medidas apropriadas que possam eliminar tais comportamentos. Tal esforço permitir-nos-á promover as relações inter-comunitárias e proporcionar aos imigrantes uma vida digna em conformidade com o cumprimento dos Direitos Humanos, sejam eles sociais ou culturais.

**II – Anexos**

- **Anexo 1** – Inquérito: Imigrantes dos Palop e da Europa de Leste ..... 207
- **Anexo 2** – Países dos Palop ..... 232
- **Anexo 3** – Países da Europa de Leste ..... 235
- **Anexo 4** – Relação das Juntas de Freguesia do Concelho de Barcelos e número de imigrantes (dos Palop e da Europa de Leste) residentes nessas freguesias ..... 239
- **Anexo 5** – Entrevista: Confegual – Confecções Têxteis, Lda. .... 255
- **Anexo 6** – Entrevista: Grupo de Acção Social Cristã ..... 260
- **Anexo 7** – Proposta de Regulamento para o Programa de Apoio ao Pagamento de Renda da Câmara Municipal de Barcelos ..... 265
- **Anexo 8** – Experiências de vida dos imigrantes dos Palop ..... 270
- **Anexo 9** – Experiências de vida dos imigrantes da Europa de Leste ..... 275
- **Anexo 10** – Minuta de proposta de contrato de trabalho para o exercício de actividade subordinada para a concessão de visto de trabalho IV ..... 280
- **Anexo 11** – Minuta de contrato de prestação de serviços para efeitos de obtenção de visto de trabalho III ..... 282
- **Anexo 12** – Decreto-lei nº 60/93, de 3 de Março (condições especiais de entrada e permanência em território português de nacionais dos Estados-membros da Comunidade Europeia) ..... 285
- **Anexo 13** – Lei nº 15/98, de 26 de Março (regime jurídico de asilo e refugiados) ..... 300

## **IV - Bibliografia**

### ***I – Obras/Autores Citados/Autores Consultados***

- ALMEIDA, Carlos; BARRETO, António, (1976), *Capitalismo e emigração em Portugal*, 3ª Ed., Cadernos de Hoje, n.º 10, Lisboa: Prelo Editora.
- Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal, séculos XIX e XX, (1993), Editorial Fragmento.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, (1984), *A evolução demográfica portuguesa*, Biblioteca Breve, Vol. 90, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- ANIDO, Nayade; FREIRE, Rubens, (1978), *L'émigration portugaise: present et avenir*, Press Universitaire de France.
- ASH, Timothy Garton, (2001), *História do Presente*, Lisboa: Editorial Notícias.
- BADIÉ, Bertrand; SMOUTS, Marie-Claude, (1995), *Le retournement du monde: sociologie de la scène internacional*, 2ª Ed., Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- BONNENAISON, Joel *et al*, (1999), *Les territoires de l'identité: le territoire, bien ou frontière ?*, Paris: Éditions l'Harmattan.
- BURAS, Ton R.; FLAN, Helena, (2000), *Sistemas de regras sociais*, Teoria e aplicações, Oeiras: Celta Editora.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes, (1992), *Direito Constitucional*, Coimbra: Livraria Almedina.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes (Coor.), (2000), *Direitos humanos, estrangeiros, comunidades migrantes e minorias*, Oeiras: Celta Editora.
- CANTADOR, António Concorde, (2001), *Cultura juvenil negra em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- CES, (1995), *Portugal, a Europa e as Migrações*, Conselho Económico e Social, Lisboa.
- CES, (1992), *De l'oural vers l'Atlantique – La nouvelle donne migratoire*, Conseil de L'Europe.
- CHESNAIS, (2000), *Politique Internationale*, nº 89, Autonne.



- Commission Européene (par Claude-Valentin Marie), (1995), *Les États-membres de la CE face à l'Immigration*, Luxembourg: Offices des Publications Officielles des Communautés Européennes.
- Conseil de l'Europe, (1992), *De l'oural vers l'atlantique – la nouvelle donne migratoire*, Strasbourg, Conseil de l'Europe.
- COPANS, Jean, (1990), *La longue marche de la modernité africaine: savoirs, intellectuels, démocratie*, Paris: Éditions Karthala.
- DAVIDSON, Basil, (1978), *A descoberta do passado de África*, Sá da Costa Editora.
- DEWITTE, Philippe, (1999), *Immigration et intégration – L'état des savoirs*, Paris: Éditions la Découverte.
- Direitos Humanos, *Carta Internacional dos Direitos do Homem*, Edição em português publicada em Lisboa pelo Centro de Informação das Nações Unidas.
- ENDERS, Armelle, (1994), *Histoire de l'Afrique Lusophone*, Paris: Éditions Chandeigne.
- ESTEVES, Maria do Céu, (1991), *Portugal: país de imigração*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa.
- FERREIRA, Eduardo Sousa, (1976), *Origens e formas de emigração: o impacto da emigração sobre o desenvolvimento*, Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- GARCIA, José Luís (Coor.), (2000), *Migrações e relações multiculturais - uma Bibliografia*, Oeiras: Celta Editora.
- GARCIA, José Luís, (2000), *Portugal migrante: emigrantes e imigrados, dois estudos introdutórios*, Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, Oeiras: Celta Editora.
- GEORGE, Pierre, (1977), *As migrações internacionais*, Universidade Moderna, nº 52, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, (1976), *Portugal e os portugueses*, Diário de Lisboa 5/3 a 2/4, Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- GONÇALVES, Albertino, (1996), *Imagens e clivagens – os residentes face aos emigrantes*, Porto: Edições Apontamento.

- GUERRA, Henrique, (1988), *Angola: estrutura económica e classes sociais*, (6ª edição), União de Escritores Angolanos.
- GUILLAUME, Pierre, (1974), *Le monde colonial – XIX et XX siècle*, Paris: Armand Colin Éditeur.
- GUILLAUME, Pierre, (1974), *Le monde colonial - XIX-XX siècle*, Paris: Armand Colin.
- GURVITCH, Georges, (1958), *Tratado de Sociologia*, Press Universitaires de France, Paris.
- KAHN, René, (1989), *Migrants et travail en Europe*, Presses Interuniversitaires Européennes.
- LEANDRO, Maria-Engracia, (1995), *Au-delà des apparences – les portugais face à l’insertion sociale*, Ciemi l’harmattan.
- MARTINS, Gonçalves Manuel, (1986), *A descolonização portuguesa (as responsabilidades)*, Braga: Livraria Cruz.
- MEDVEDEV, Roy, Chiesa Giulietto, (1988), *A URSS em mudança*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- MIRANDA, de Sacuntala, (1999), *A emigração portuguesa e o Atlântico*, Lisboa: Edições Salamandra.
- MORIN, Edgar, (1987), *Pensar a Europa*, Publicações Europa-América.
- MOROKVASIC, Mirjana, et al, (1996), *Migrants – les nouvelles mobilités en Europe*, Paris: Éditions l’Harmanhan.
- NOUSCHI, Marc, (1997), *Breve Atlas Histórico do século XX*, Atlas e Dicionários – Instituto Piaget, Armand Colin.
- NOUSCHI, Marc, (1994), *Em busca da Europa*, Lisboa: Instituto Piaget.
- PIRES, Francisco Lucas (1998), *Amsterdão: do Mercado à Sociedade Europeia?*, Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
- BASTOS, José Gabriel Pereira et al, (1999), *Portugal multicultural*, Lisboa: Editora Fim de Século.
- PETRELA, Ricardo, (1990), *Portugal – os próximos vinte anos*, Volume VII, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- PORTES, Alejandro, (1999), *Migrações internacionais: origens, tipos e modos de incorporação*, Oeiras: Celta Editora.
- PRADEAU, Christian, (1994), *Jeux et enjeux des frontières*, Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux.
- RIBEIRO, Almeida *et al*, (1998), *Repensar a cidadania – nos cinquenta anos da Declaração*, Editorial Notícias.
- RUGY, Anne de, (2000), *Dimensão económica e demográfica das migrações na Europa multicultural*, Oeiras: Editora Celta.
- SÁ, Victor de, (1977), *Repensar Portugal – Reflexões sobre o colonialismo e a descolonização*, Livros Horizonte: Lisboa.
- SAYAD, Abdelmalek, (1999), *La double absence*, Editions du Seuil.
- SAYAD, Abdelmalek, (1991), *L’immigration ou les paradoxes de l’altérité*, Paris: De Boeck et Larcier, S.A., Departement de Boeck Université.
- Selecções do Reader’s Digest, (1988), *Enciclopédia Geográfica*, 702-704.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *et al*, (1993), *Emigração/Imigração em Portugal: Actas do Colóquio Internacional sobre a emigração e imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, Editorial Fragmentos, Lda.
- SIMON, Gildas, (1995), *Géodynamique des migrations internationales dans le monde*, Presses Universitaires de France.
- SOUSA PEREIRA, Eduardo de; RATO, Helena, (2000), *Economia e imigrantes - contribuição dos imigrantes para a economia portuguesa*, Oeiras: Editora Celta.
- TAVARES, Manuel Viegas, (1999), *Insucesso escolar e as minorias étnicas em Portugal: uma abordagem antropológica da educação*, Lisboa: Editora Brochado.
- TEIXEIRA, António Fernandes Reis, (1993), *A natureza das Comunidades Europeias*, Coimbra: Livraria Almedina, 84-90.
- TINHORÃO, José Ramos, (1998), *Os negros em Portugal: uma presença silenciosa*, Porto: Editora Caminho.
- TOURAINE, Alain, (1997), *Em busca da Europa – construção europeia e legitimidade nacional*, Lisboa: Instituto Piaget.

- TRINDADE, Maria Beatriz Rocha *et al*, (1995), *Sociologia das migrações*, Lisboa: Universidade Aberta.
- VIANA, António Manuel Couto, (1985), *Fernando Pessoa – Traduções de poesia e prosa*, Lisboa: Editorial Verbo.
- WENDEN, Catherine Wihtol de, *et al*, (1995), *L'Europe et toutes ses migrations*, Editions Complexe.

## ***II – Legislação:***

- Acto Único Europeu, (1991), Coimbra: Livraria Almedina.
- Constituição da República Portuguesa, (1999), Lisboa: Quid Juris?
- Decreto-lei nº 244/98, de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei nº 97/99, de 26 de Julho, pelo Decreto-lei nº 4/01, de 10 de Janeiro, e pelo Decreto-lei nº 34/03, de 25 de Fevereiro (*condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território português*).
- Decreto-lei nº 251/02, de 22 de Novembro (*cria o Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas*).
- Decreto Regulamentar Regional nº 30/2002/A, de 22 de Novembro (*institui o Conselho Consultivo Regional para os Assuntos da Imigração*).
- Decreto Regulamentar nº 9/01, de 31 de Maio (*regula a entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional*).
- Direitos Humanos, *Carta Internacional dos Direitos do Homem*, Edição em português publicada em Lisboa pelo Centro de Informação das Nações Unidas.
- Lei nº 20/98, de 12 de Maio (*estabelece a regulamentação do trabalho estrangeiro em território português*).
- Portaria nº 480/03, de 16 de Junho (*modelo uniforme de título de residência para os nacionais de países terceiros*).
- Textos Comunitários, (2003), Lisboa: Instituto Superior de Línguas e Administração.
- Tratado de Amesterdão, (2000), Coimbra: Almedina.

- Tratado de Nice, (2001), *Revisão dos Tratados Europeus – Revisão Comparada*, Lisboa: Assembleia da República.
- Tratado da União Europeia, (1993), Lisboa: Assembleia da República.

### ***III – Recortes de Imprensa:***

#### ***JORNAL DE NOTÍCIAS*** (diário):

- 2001 - 4 de Agosto – Taxa polémica na legalização de imigrantes.
- 2002 - 28 de Junho – Imigrantes só entrarão a conta gotas.
  - 10 de Julho – Imigrantes da Roménia detidos em S. Martinho
  - 18 de Setembro – Governo decidido a infiltrar imigração
- 2004 - 6 de Fevereiro – Imigrantes podem ter de ir para a rua.

#### ***PÚBLICO*** (diário):

- 2001 - 10 de Junho – O estranho caso dos imigrantes que morreram no Porto.
  - A poderosa diáspora Húngara
  - As pequenas minorias da República Checa
  - 17 de Junho – Data vaga e sem compromisso para o alargamento da União Europeia.
- 2002 - 20 de Janeiro – Balanço da nova Lei da imigração
  - Acordos com países de Leste ainda sem frutos palpáveis
  - Em breve teremos meio milhão de estrangeiros em Portugal
  - 10 de Fevereiro – Imigrantes de Leste vieram para ficar
  - 17 de Março – A quádrupla discriminação da mulher negra imigrante
  - 31 de Março – Legislativas na Ucrânia em cenário de violações e assassínios
    - Imigrantes de Leste engrossam legião dos sem-abrigo
  - 4 de Maio – Programa estatal para integrar imigrantes é um fracasso  
(Projecto “Portugal Acolhe”)

---

*Imigrantes: uma nova face da sociedade portuguesa. Um estudo de caso no concelho de Barcelos*

- 18 de Maio – Retratos da juventude a preto e branco
  - Jovens negros rejeitam sociedade portuguesa
- 26 de Junho – Imigração de Leste pode ser decisiva para o aumento da produtividade
- 22 de Setembro – Problemas muito sérios com o alargamento
  - O pior dos estados do Leste também vai às urnas